



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – UFCG**  
**CENTRO DE HUMANIDADES – CH**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS -**  
**PPGCS**  
**DOUTORADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**CASADOS DE PAPEL PASSADO: UMA ANÁLISE DO PROCESSO DE**  
**CONSTRUÇÃO DOS CASAMENTOS IGUALITÁRIOS**

**Marianne Sousa Barbosa**

**Campina Grande**

**2020**

**MARIANNE SOUSA BARBOSA**

**CASADOS DE PAPEL PASSADO: UMA ANÁLISE DO PROCESSO DE  
CONSTRUÇÃO DOS CASAMENTOS IGUALITÁRIOS**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais – PPGCS da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG como requisito para obtenção do título de Doutora em Ciências Sociais.

**Orientador: Prof. Dr. Jose Maria de Jesus Izquierdo Villota**

**CAMPINA GRANDE**

**2020**

B238c    Barbosa, Marianne Sousa.

Casados de papel passado: uma análise do processo de construção dos casamentos igualitários / Marianne Sousa Barbosa. - Campina Grande, 2020.

250 f.

Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2020.

"Orientação: Prof. Dr. Jose Maria de Jesus Izquierdo Villota. Referências.

1. Casamentos Igualitários. 2. Família. 3. Sociologia da Família. 4. LGBTQIA+.  
I. Villota, Jose Maria de Jesus Izquierdo. II. Título.

CDU 316.36 (43)

**MARIANNE SOUSA BARBOSA**

**CASADOS DE PAPEL PASSADO: UMA ANÁLISE DO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO  
DOS CASAMENTOS IGUALITÁRIOS**

Data da Defesa: 27 / 11 / 2020

**BANCA EXAMINADORA:**

---

**Prof. Dr. Jose Maria de Jesus Izquierdo Villota**

(Orientador – PPGCS/UFCG)

---

**Prof.<sup>a</sup> Dra. Maria da Conceição Mariano Cardoso van Oosterhout**

(Examinadora Externa – UACS/UFCG)

---

**Prof. Dr. Valdonilson Barbosa dos Santos**

(Examinador Externo – UFCG/CDSA)

---

**Prof.<sup>a</sup> Dra. Elizabeth Christina de Andrade Lima**

(Examinadora Interna – PPGCS/UFCG)

---

**Prof. Dr. Rodrigo de Azeredo Grunewald**

(Examinador Interno – PPGCS/UFCG)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE**  
PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS  
Rua Aprígio Veloso, 882, - Bairro Universitário, Campina Grande/PB, CEP 58429-900

## REGISTRO DE PRESENÇA E ASSINATURAS

ATA DA DEFESA PARA CONCESSÃO DO GRAU DE DOUTORA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, REALIZADA  
EM 27 DE NOVEMBRO DE 2020

CANDIDATA: **Marianne Sousa Barbosa**. COMISSÃO EXAMINADORA: Jose Maria de Jesus Izquierdo Villota, Doutor, PPGCS/UFCG, Presidente da Comissão e Orientador; Rodrigo de Azeredo Grunewald, Doutor, PPGCS/UFCG, Examinador Interno; Elizabeth Christina de Andrade Lima, Doutora, PPGCS/UFCG, Examinadora Interna; Valdonilson Barbosa dos Santos, Doutor, CDSA/UFCG, Examinador Externo; Maria da Conceição Mariano Cardoso van Oosterhout, Doutora, UACS/UFCG, Examinadora Externa. TÍTULO DA TESE: "*CASADOS DE PAPEL PASSADO: uma análise do processo de construção dos casamentos igualitários*". ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: Sociologia. HORA DE INÍCIO: 09h00m – LOCAL: **Sala Virtual (Google Meet), em virtude da suspensão de atividades na UFCG decorrente do corona vírus**. Em sessão pública, após exposição de cerca de 45 minutos, a candidata foi arguida oralmente pelos membros da Comissão Examinadora, tendo demonstrado suficiência de conhecimento e capacidade de sistematização no tema de sua tese, obtendo conceito APROVADA. Face a aprovação, declara o presidente da Comissão achar-se a examinada legalmente habilitada a receber o Grau de Doutora em Ciências Sociais, cabendo à Universidade Federal de Campina Grande, como de direito, providenciar a expedição do Diploma, a que a mesma faz jus. Na forma regulamentar, foi lavrada a presente ata, que é assinada por mim, RINALDO RODRIGUES DA SILVA, e os membros da Comissão Examinadora. Campina Grande, 27 de Novembro de 2020.

### Recomendações:

RINALDO RODRIGUES DA SILVA

Secretário

JOSE MARIA DE JESUS IZQUIERDO VILLOTA, Doutor, PPGCS/UFCG

Presidente da Comissão e Orientador

RODRIGO DE AZEREDO GRÜNEWALD, Doutor, PPGCS/UFCG

Examinador Interno

ELIZABETH CHRISTINA DE ANDRADE LIMA, Doutora, PPGCS/UFPB

Examinadora Interna

VALDONILSON BARBOSA DOS SANTOS, Doutor, CDSA/UFCG

Examinador Externo

MARIA DA CONCEIÇÃO MARIANO CARDOSO VAN OOSTERHOUT, Doutora,  
UACS/UFCG

Examinadora Externa

MARIANNE SOUSA BARBOSA

Candidata

## 2- APROVAÇÃO

2.1. Segue a presente Ata de Defesa de Tese de Doutorado da candidata **MARIANNE SOUSA BARBOSA**, assinada eletronicamente pela Comissão Examinadora acima identificada.

2.2. No caso de examinadores externos que não possuam credenciamento de usuário externo ativo no SEI, para igual assinatura eletrônica, os examinadores internos signatários certificam que os examinadores externos acima identificados participaram da defesa da tese e tomaram conhecimento do teor deste documento.



Documento assinado eletronicamente por **JOSE MARIA DE JESUS IZQUIERDO VILLOTA, PROFESSOR 3 GRAU**, em 27/11/2020, às 12:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **VALDONILSON BARBOSA DOS SANTOS, PROFESSOR(A) DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 27/11/2020, às 13:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARIANNE SOUSA BARBOSA, Usuário Externo**, em 27/11/2020, às 15:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **ELIZABETH CHRISTINA DE ANDRADE LIMA, PROFESSOR(A) DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 27/11/2020, às 17:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **RINALDO RODRIGUES DA SILVA, SECRETARIO**, em 28/11/2020, às 10:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **RODRIGO DE AZEREDO GRUNEWALD, PROFESSOR(A) DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 28/11/2020, às 11:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **MARIA DA CONCEICAO MARIANO CARDOSO VAN OOSTERHOUT, PROFESSOR(A) DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 30/11/2020, às 14:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.ufcg.edu.br/autenticidade>, informando o código verificador **1150271** e o código CRC **28EC250C**.

---

---

*A todos que almejam uma sociedade  
mais igualitária!*



## AGRADECIMENTOS

A Deus, pela conclusão desta etapa e pelos aprendizados alcançados durante este percurso acadêmico.

Agradeço pelo privilégio de receber minha formação acadêmica em Ciências Sociais na Universidade Federal de Campina Grande, instituição pública de excelência. Ao corpo docente e técnico do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e a Unidade Acadêmica de Ciências Sociais, minha gratidão.

A CAPES, pelo apoio financeiro prestado para realização desta pesquisa.

Ao meu orientador, Professor Jesus Izquierdo, agradeço por todo empenho, disponibilidade, dedicação, confiança e respeito. Seus conselhos e incentivos foram determinantes para o meu percurso acadêmico em Ciências Sociais.

Ao meu esposo, Nilton, que me acompanha, me incentiva e me inspira durante doze anos. Sem o seu apoio não teria chegado até aqui. Agradeço pelo aprendizado extraído de nossas conversas diárias, por toda paciência e dedicação.

A minha filha, Naianne, que diante de momentos de desânimo e desmotivação, com suas palavras de otimismo, me encorajava e estimulava durante todo o processo de pesquisa e escrita.

A minha família, meus pais e irmãos, que se orgulham e vibram a cada conquista. Seu apoio e incentivo foi essencial durante essa árdua e gratificante jornada ao conhecimento. Em especial, agradeço a minha mãe, Marcia Gerlande, que dedicou sua vida ao cuidado dos quatro filhos, circunstância que a obrigou ao abandono dos estudos, voltando a sala de aula para concluí-los quando estávamos todos encaminhados e já era avó de Naianne. No entanto, sempre nos incentivou a estudar e nos apoiou em cada etapa acadêmica concluída.

De modo particular, agradeço as minhas irmãs: Alinne, pelo apoio e estímulo, principalmente na reta final da escrita deste texto; e a Tatianne, pelo seu apoio e valiosa ajuda com a parte empírica da pesquisa.

Aos professores Jussara Bélen e Vanderlan Silva, que na banca de qualificação, por meio de atenta e minuciosa leitura, forneceram contribuições enriquecedoras ao presente texto.

Aos professores Elizabeth Christina (Bebete), Maria da Conceição (Lola), Rodrigo Grunewald e Valdonilson Barbosa, que gentilmente aceitaram participar da banca de defesa desta tese. Agradeço pela disponibilidade, contribuições e aprendizados propiciados.

Por fim, de modo muito especial, agradeço aos casais entrevistados pela acolhida, disponibilidade, confiança e respeito. Sem a colaboração de todos, que

não hesitaram em nos contar detalhes de suas vivências a dois, esta pesquisa não seria possível. O conhecimento socializado nesta pesquisa é fruto de suas narrativas, fornecidas por meio de encontros e conversas reveladoras, repletas de significados e sentimentos.

*“O que a gente faz de verdade é ir contra isso: é erguer a cabeça e não dar muitos ouvidos, sabe? É ter coragem! Na verdade, a palavra certa é ter coragem. É o que a gente pode fazer pra enfrentar esse preconceito, é a coragem, de verdade”.*

(Milena, 2019)

## RESUMO

Os casamentos igualitários tornaram-se realidade na sociedade contemporânea. Tal conquista se fez possível graças às mudanças nos modos de se pensar a família e as lutas constantes do Movimento LGBTQIA+. Um pressuposto para a nossa pesquisa é a existência de um modelo aprovado coletivamente, e postulado como ideal naturalizado do que se considera como família. Esse modelo tem prevalecido como paradigma e, em razão de sua prevalência, buscado demarcar quais as funções de homem e mulher; as responsabilidades com os filhos; com a manutenção do lar; e a gestão e controle das emoções: amor, segurança, ciúme e confiança. Esses e outros elementos parecem definir os traços característicos do que se considera como a forma da família heteronormativa. Em vista disso, fomos levados a problematizar se as subjetividades familiares de casais homoafetivos reproduzem, resistem ou reinventam os “padrões” que vigoram no âmbito de famílias heterossexuais. Dessa maneira, procuramos analisar os processos de construção dos vínculos conjugais em casais homoafetivos; discernir quais mecanismos são acionados na gestão e manutenção dessas parcerias amorosas; verificar como esses definem suas relações; e qual o entendimento desses casais acerca do que é família. Para tal intento, realizamos uma pesquisa qualitativa com ênfase nas entrevistas realizadas com seis casais, suas narrativas nos possibilitaram compreender os valores e os sentidos que guiam os atores e seus modos de agir na sociedade. Em termos teóricos as discussões se pautaram em categorias de análises propostas por autores como Bourdieu, Foucault e Giddens. Ao longo do estudo, observamos que os casais consultados são marcados por experiências que revelam preconceitos e discriminações. Tal constatação expressa que a formalização jurídica dessas uniões não exime os casais homoafetivos do estigma social. No entanto, os casais consultados afirmaram que transformam o preconceito em resistência e reinventam seus relacionamentos através da negociação conjugal, cooperação cotidiana, divisão equilibrada das atividades domésticas, amizade e cuidado mútuo. Embora os resultados da pesquisa não representem uma compreensão totalizadora dos casamentos igualitários, eles nos indicam pistas importantes para o entendimento de formas diversas de constituição de famílias e casais na contemporaneidade: se distanciando da mera repetição de conceitos, apontando caminhos de inovação intelectual, principalmente na área da Sociologia da Família, e estimulando a intervenção social.

**Palavras-chave:** Casamentos Igualitários; Família; Sociologia da Família; LGBTQIA+.

## ABSTRACT

Egalitarian marriages have become a reality in contemporary society. This achievement was made possible thanks to changes in the way of thinking about the family and the constant struggles of the LGBTQIA + Movement. A presupposition for our research is the existence of a collectively approved model, postulated as a naturalized ideal of what is considered as a family. This model has prevailed as a paradigm and, due to its prevalence, has sought to demarcate which are the roles of man and woman; responsibilities to children; with the maintenance of the home; and the management and control of emotions: love, security, jealousy and trust. These and other elements seem to define the characteristic features of what is considered to be the shape of the heteronormative family. In view of this, we were led to question whether the family subjectivities of same-sex couples reproduce, resist or reinvent the “standards” that apply in the context of heterosexual families. In this way, we seek to analyze the processes of construction of conjugal bonds in same-sex couples; discern which mechanisms are activated in the management and maintenance of these loving partnerships; verify how they define their relationships; and what is the understanding of these couples about what family is. To this end, we conducted a qualitative research with an emphasis on interviews with six couples, their narratives enabled us to understand the values and meanings that guide the actors and their ways of acting in society. In theoretical terms, the discussions were based on analysis categories proposed by authors such as Bourdieu, Foucault and Giddens. Throughout the study, we observed that the couples consulted are marked by experiences that reveal prejudices and discrimination. This finding expresses that the legal formalization of these unions does not exempt same-sex couples from social stigma. However, the couples consulted stated that they transform prejudice into resistance and reinvent their relationships through conjugal negotiation, daily cooperation, balanced division of domestic activities, friendship and mutual care. Although the results of the research do not represent a total understanding of egalitarian marriages, they indicate important clues for understanding the different forms of constituting families and couples in contemporary times: moving away from the mere repetition of concepts, pointing out paths of intellectual innovation, especially in the area of Family Sociology, and encouraging social intervention.

**Keywords:** Egalitarian Marriages; Family; Sociology of the Family; LGBTQIA +.

## RÉSUMÉ

Les mariages égaux sont devenus une réalité dans la société contemporaine. Cette réalisation a été rendue possible grâce aux changements dans la manière de penser la famille et aux luttes constantes du Mouvement LGBTQIA +. Un présupposé de notre recherche est l'existence d'un modèle approuvé collectivement, postulé comme un idéal naturalisé de ce qui est considéré comme une famille. Ce modèle a prévalu en tant que paradigme et, en raison de sa prévalence, a cherché à délimiter quels sont les rôles de l'homme et de la femme; responsabilités envers les enfants; avec l'entretien de la maison; et la gestion et le contrôle des émotions: amour, sécurité, jalousie et confiance. Ces éléments et d'autres semblent définir les caractéristiques de ce qui est considéré comme la forme de la famille hétéronormative. Face à cela, nous avons été amenés à nous demander si les subjectivités familiales des couples homosexuels reproduisent, résistent ou réinventent les «standards» qui s'appliquent dans le contexte des familles hétérosexuelles. De cette manière, nous cherchons à analyser les processus de construction des liens conjugaux dans les couples de même sexe; discerner quels mécanismes sont activés dans la gestion et le maintien de ces partenariats aimants; vérifier comment ils définissent leurs relations; et quelle est la compréhension de ces couples sur ce qu'est la famille. Pour cela, nous avons mené une recherche qualitative en mettant l'accent sur les entretiens avec six couples, leurs récits nous ont permis de comprendre les valeurs et les significations qui guident les acteurs et leurs façons d'agir en société. Sur le plan théorique, les discussions se sont basées sur des catégories d'analyse proposées par des auteurs tels que Bourdieu, Foucault et Giddens. Tout au long de l'étude, nous avons observé que les couples consultés sont marqués par des expériences révélatrices de préjugés et de discrimination. Ce constat exprime que la formalisation légale de ces unions n'exempte pas les couples de même sexe de la stigmatisation sociale. Cependant, les couples consultés ont déclaré qu'ils transformaient les préjugés en résistance et réinventaient leurs relations par la négociation conjugale, la coopération quotidienne, la division équilibrée des activités domestiques, l'amitié et la solidarité. Bien que les résultats de la recherche ne représentent pas une compréhension totale des mariages égalitaires, ils indiquent des indices importants pour comprendre les différentes formes de constitution de familles et de couples à l'époque contemporaine: s'éloigner de la simple répétition des concepts, indiquer les voies de l'innovation intellectuelle, en particulier dans le domaine de la sociologie familiale, et encourager l'intervention sociale.

**Mots clés:** Mariages Égalitaires; Famille; Sociologie de la Famille; LGBTQIA +.

## LISTA DE TABELA

Tabela 01 – Casamentos do Registro Civil

79

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	17
<b>CAPÍTULO I: FAMÍLIA: CONCEITOS E DEBATES NORTEADORES</b> .....	37
1.1 Bourdieu, Foucault e as uniões igualitárias.....	39
1.2 A categoria <i>cuidado de si</i> .....	45
1.3 A Família normativa .....	60
1.4 O sentimento de Família.....	66
1.5 O amor romântico e o amor confluyente.....	70
1.6 Novas estruturas e organizações familiares .....	76
<b>CAPÍTULO II: O CASAMENTO IGUALITÁRIO</b> .....	80
2.1 Desafios e conquistas do Movimento no Brasil .....	85
2.2 Emergência da união civil entre pessoas do mesmo sexo .....	89
2.3 Como nomear essas uniões? .....	103
2.4 O que alguns estudos têm a nos dizer? .....	106
<b>CAPÍTULO III: IMPLICAÇÕES METODOLÓGICAS: A SUBJETIVIDADE DOS ATORES</b> .....	114
3.1 O indivíduo como meio de acesso ao conhecimento dos fenômenos sociais.....	116
3.2 A entrevista como técnica de coleta de dados.....	126
3.3 O dilema objetividade e subjetividade nas ciências sociais: justificando o ‘como fazer’? .....	133
<b>CAPÍTULO IV – O CASAMENTO IGUALITÁRIO ATRAVÉS DAS NARRATIVAS</b> .....	144
4.1 “Somos um casal como outro qualquer” .....	146
4.1.1 Carlos e Luís .....	146
4.1.2 Ricardo e Cláudio .....	147
4.1.3 Marcelo e Sebastião .....	151
4.1.4 Milena e Joana.....	152
4.1.5 Luciana e Camila .....	153
4.1.6 Roberto e Luan .....	154
4.2 “Claro que nos consideramos uma família!” .....	155
4.3 “Esse desejo de casar é um desejo contido em todo gay” .....	164
4.4 “Então a gente vive dessa forma: um cuidando do outro” .....	175
4.5 “A amizade é tudo <i>pra</i> gente” .....	188
4.6 “Somos nós dois que arrumamos a casa juntos” .....	194
4.7 “A sociedade ainda não está madura e aceitando essa situação” .....	202
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	228
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	240



## INTRODUÇÃO

As uniões homoafetivas na sociedade contemporânea tornaram-se uma realidade. O reconhecimento jurídico, político e social das uniões afetivas entre pessoas do mesmo sexo, que até tempos recentes escandalizavam à sociedade e desafiavam o ordenamento jurídico do Estado, são na atualidade uma realidade indiscutível. Cada vez mais frequentes, as uniões homoafetivas são um fato que inquieta e desafia o pensamento social.

Nossa pesquisa pretende ser uma contribuição à análise sociológica, em especial, aos estudos sobre família e sexualidade. Pretendemos com ela compreender como são constituídas as subjetividades de indivíduos que constituem famílias homoafetivas. Observando quais práticas são inventadas, quais são reproduzidas ou perceber se os casais consultados resistem aos “padrões” de famílias heterossexuais. Neste sentido, a pesquisa pretende identificar os *mecanismos sociais* que são acionados para que a constituição dessas relações conjugais seja possível, isto é, pretendemos identificar quais elementos regulam os comportamentos sociais destes casais, produzindo suas subjetividades familiares. Portanto, buscamos analisar os processos de construção dos vínculos conjugais em casais homoafetivos, atentando para os elementos que influenciam a gestão dessas relações, identificando os principais mecanismos sociais que são tomados como referência para constituição desses relacionamentos conjugais.

Enfatizamos em nossa análise a categoria *mecanismos sociais* no sentido de reconhecermos, orientados pela tradição sociológica, que a matriz a partir da qual o ator social constrói as diversas representações sociais que orientam sua vida são inerentes às visões de mundo que emergem de processos de socialização. As visões de mundo, as percepções em torno da constituição da família, vida profissional, econômica ou política, construídas de forma coletiva e incorporadas em processos de socialização, nos permitem identificar a existência de um conjunto de princípios que modelam e definem os modos de ser e de se constituir um núcleo familiar.

Na vida social observamos que existe um estilo de vida preponderante, aprovado coletivamente como modelo ideal do que se considera no senso comum como família. Esse modelo tem prevalecido como paradigma e, em razão de sua prevalência, busca demarcar quais as funções de homem e mulher; as responsabilidades com os filhos; com a manutenção do lar; e, a gestão e controle das emoções: amor, segurança, ciúme e confiança. Esses, e outros elementos parecem definir os traços característicos do que se considera como a forma da família heteronormativa.

O conceito de heteronormatividade nos remete a uma ampla reflexão sociológica (Giddens, 1993) na qual é possível observar que a ordem social contemporânea está atrelada a uma ordem sexual, milenarmente estabelecida (Bourdieu, 2010a). Como sinalizam os estudos de Foucault (2007a), a ordem social é estruturada mediante o uso do dualismo hétero/homo. Nesse processo de estruturação, a realidade empírica revela que há certa propensão para priorizar a heterossexualidade por meio de mecanismos que a naturalizam e, ao mesmo tempo, a tornam compulsória. Dessa maneira, a ordem social vigente estabelece a hegemonia da heteronormatividade, fazendo com que o ordenamento social pautado na heteronormatividade oriente as mais diversas ações humanas, entre as quais destacamos a constituição da estrutura familiar.

Nossa pesquisa assume como objetivo compreender as subjetividades de outros modos de ser família, debruçando nossa atenção sobre casais homoafetivos<sup>1</sup>. Por esse viés de observação nos perguntamos: O modelo de família tradicional é reproduzido nas conjugalidades homoafetivas? Questionamentos como esse são pertinentes na medida em que no processo de pesquisa observamos que os casais consultados se consideram uma família e se definem enquanto tal. Por esta razão, utilizamos as seguintes denominações ao abordar essas relações: casais, famílias e/ou conjugalidades homoafetivas.

A pesquisa é desenvolvida no âmbito de múltiplas problematizações, mas teve como foco analisar se as conjugalidades homoafetivas diferem totalmente

---

<sup>1</sup> Conforme (REIS, 2018), esta é a forma correta de se referir a estes casais. Segundo o documento: “Ao falar sobre homoafetividade ou casamento homoafetivo, o ideal é usar a expressão *casal homoafetivo*. A palavra homoafetiva é sinônimo de homossexual, mas ressalta a conotação emocional e afetiva envolvida na relação amorosa entre pessoas do mesmo sexo/gênero (ABGLT, 2010)”.

ou são meras repetições das conjugalidades heterossexuais. Dessa maneira, a pesquisa buscou compreender se, para os casais homoafetivos, a constituição de uma família tem por base alguma forma alternativa de convivência ou são formas de existência mais próximas daquelas constituídos por pessoas de sexos opostos. Assim, consideramos relevante identificar quais práticas sociais são acionados na gestão e manutenção dessas parcerias amorosas; como estes definem suas relações; e, qual o entendimento destes casais acerca do que é família.

O objeto desta pesquisa: *conjugalidade homoafetiva*, foi eleito para o presente estudo por se tratar de um fenômeno social relevante e próprio das sociedades contemporâneas, tendo em vista as polêmicas que essa temática tem gerado no meio social.

Conforme os dados do IBGE, desde a regulamentação dessas uniões por parte do Conselho Nacional de Justiça em 2013, já foram realizados 34.930 casamentos homoafetivos com registros em cartório. Embora o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo seja uma realidade no Brasil, muitos casais enfrentam preconceitos diariamente. Além disso, casais que optam pela adoção de crianças podem sofrer ainda mais preconceitos (BEZERRA, 2019; FLORISBAL, 2017; PRADO e CUNHA 2018; VESPA, 2018).

Existem ocasiões nas quais muitos casais são levados a esconder o afeto que vivenciam por medo de ameaças e preconceito, como declarado por Carlos<sup>2</sup>:

Tem pessoas que eu não sei de onde vem nem *pra* onde vão. Então eu prefiro manter essa discrição. Não que possam me prejudicar ou fazer alguma diferença *pra* mim o que eles pensam, mas eu gosto de discrição. E *pra* evitar qualquer tipo de preconceito e discriminação eu prefiro não falar *pra* qualquer pessoa que sou casado. Eu sei que infelizmente as pessoas ainda são muito preconceituosas e violentas contra pessoas como nós, como eu e meu esposo (CARLOS, 2019).

---

<sup>2</sup> Utilizo no texto nomes fictícios com a finalidade de preservar as identidades dos casais entrevistados.

Ademais, discursos de ódio contra pessoas que divergem da ordem heterocêntrica têm se disseminado através das redes sociais de forma alarmante nos últimos anos. Tal disseminação e propagação tem sido promovida por grupos que se consideram maioria e manifestam publicamente pensamentos e ideologias que oprimem e ofendem grupos minoritários, principalmente através das diferentes redes sociais operantes na internet (CARDIN; MARTINS; RISSATO, 2019).

Podemos exemplificar tal menção com os ataques sofridos por Thammy Miranda<sup>3</sup>, quando foi convidada por uma empresa de cosméticos para participar de uma campanha publicitária do Dia dos Pais, em 2020. Na ocasião, muitas pessoas se declararam contra a iniciativa da empresa ameaçando boicotá-la por acreditarem que Thammy não representaria bem a figura de pai, embora ele tenha assumido sua transição de gênero desde 2014, formado uma família ao lado de sua esposa e se considere um pai presente (SERRA, 2019). Em sua defesa ele afirmou, em vídeo publicado no dia 29 de julho de 2020, através de sua rede social *Instagram*: "Se eu não te represento, existem outros que representam. É isso que a gente está falando: é sobre a liberdade de representar". Tal acontecimento, descreve apenas um exemplo de como o objeto de estudo em questão enfrenta dificuldades e preconceitos, por parte de grande parcela da sociedade que compreende a família por meio de um modelo padrão baseado em arquétipos heterodominantes.

O estudo de atos humanos que, de alguma forma, implicam as formas de vida de pessoas homossexuais faz parte do meu percurso acadêmico. Nesse seguimento, a escolha por trabalhar em torno das conjugalidades homoafetivas me permite dar continuidade a reflexão que se tornou central na minha formação acadêmica. De fato, o tema da homossexualidade foi abordado no meu trabalho

---

<sup>3</sup> Thammy Miranda é um ator e repórter brasileiro. Iniciou sua carreira artística como modelo e dançarino e é filho da cantora Gretchen. Em 2006, assumiu ser lésbica e, em 2014, revelou sua real identidade de gênero: um homem transexual. Ainda em 2014, Thammy passou por uma cirurgia de redesignação sexual e retirou seus seios. Em 2018, casou-se com a modelo Andressa Ferreira e, em janeiro de 2020, tornou-se pai de Bento, fruto de um procedimento de fertilização in vitro. Em agosto de 2020, Thammy anunciou um processo contra o pastor Silas Malafaia, acusando-o de transfobia. O pastor se posicionou contra a *Campanha da Natura de Dia dos Pais*, que tinha Thammy como um dos convidados da Campanha, e passou a exigir o boicote dos produtos da marca através da mídia (MOTA, 2020). Em 15 de novembro de 2020, Thammy foi eleito um dos vereadores mais votados de São Paulo, conquistando mais de 43 mil votos pelo Partido Liberal.

de TCC, na graduação em Filosofia, quando abordei a relação intrínseca entre homossexualidade e amizade, com foco na teoria foucaultiana. Ele também se fez presente no curso de graduação em Ciências Sociais – quando realizei uma pesquisa teórica e exploratória acerca da contribuição da Sociologia para o estudo das relações homoafetivas; na minha especialização, momento destinado à reflexão da noção de amizade e estética da existência, com base na contribuição teórica de Foucault; e, na dissertação de mestrado neste Programa de Pós-Graduação, ocasião em que pesquisei a importância de espaços de sociabilidades homoafetivas. Dessa sorte, classificamos nosso tema de pesquisa como uma análise em construção e continuidade, tendo como base a compreensão destes novos “modelos” de família e os mecanismos responsáveis pela gestão e manutenção das mesmas.

A homossexualidade foi correntemente caracterizada como um desvio e em muitos países ainda persiste essa visão. Embora nos últimos tempos essa realidade tenha experimentado mudanças significativas e a sociedade tenha se tornado mais tolerante com a diversidade sexual, observamos que, em muitos países, o “desviante” ainda pode ser condenado, inclusive recebendo como sanção a pena de morte (CARNEIRO, 2015; BIANCHIN, 2018; MANTOVANI, 2018). No entanto, as punições para aqueles que se comportam fora do padrão heteronormativo não são apenas físicas, mas também simbólicas e psicológicas. Diante de tal contexto e como forma de reagir contra a violência e preconceito, movimentos sociais foram criados em prol da defesa e conquista dos mesmos direitos assegurados pelos cidadãos heterossexuais.

O Movimento de luta pelos direitos homossexuais teve início na década de 1970, no Brasil, predominantemente formado por homens gays. Todavia, essa luta política, atualmente, encontra-se fortemente marcada por uma perspectiva integracionista, com a participação de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros, queer’s, intersexuais, assexuais e outras pessoas ligadas a esse Movimento social (CARNEIRO, 2015); (TUMA; MAIA, 2015); (GROSSI; UZIEL; MELLO, 2007); (REIS, 2018).

Como a vida, a realidade existencial das pessoas homossexuais está em um processo constante de mudança e transformação. A sigla LGBTQIA+ pode ser um bom exemplo dessa dinâmica. A contínua alteração desta sigla, ocorre

em sintonia com pautas e questões frequentemente atualizadas envolvendo a homossexualidade. Assim, é possível observar que novas siglas, conceitos e termos vão sendo criados a fim de melhor representar o público e suas demandas. Atualmente a sigla LGBTQIA+ é a que melhor representa as formas de homossexualidade e de sexualidades, que não seguem os padrões binários homem e mulher, macho e fêmea (BORTOLETTO, 2019). Dessa sorte, utilizamos a sigla LGBTQIA+ nesse texto, a fim de melhor representar toda coletividade que a mesma contempla.

Dando continuidade ao raciocínio anterior, muitos chegaram a acreditar que a ampliação das lutas do Movimento para o âmbito dos direitos civis na esfera familiar poderia exprimir a submissão ao imperativo heteronormativo. Apesar de essa não ser a posição predominante dentro do Movimento, que se caracteriza pela pluralidade de posicionamentos, é importante mencionar que a apreensão que existe dentro do Movimento LGBTQIA+ refere-se ao risco de reproduzir referências de vidas conjugais heterodominantes. Uma vez que, durante o século XX, o Movimento – ainda formado em sua maioria por homens gays “valorizou a expressão do desejo masculino livre, opondo-se à ideia de casal, que era entendida como sinônimo de dominação heterossexual” (GROSSI; UZIEL; MELLO, 2007, p. 10). Contudo, como forma de resistência as reações mais conservadoras de certos setores da sociedade civil, a luta travada pelo Movimento LGBTQIA+ inevitavelmente se tornou mais eficiente em suas campanhas e mobilizações sociais, e cada vez mais constante. O Movimento se mantém em estado de alerta, lutando pelos mesmos direitos individuais já vigentes entre os casais héteros, como por exemplo: casamento, adoção, pensão alimentícia e herança; exigindo respeito, acesso à cidadania e à possibilidade de ter uma vida digna, independentemente de suas orientações sexuais.

Embora alguns autores argumentem, em certa medida, que as pessoas homoafetivas precisem muito mais de uma forma de viver capaz de evitar a dominação por parte do controle e vigilância da sociedade, pois isso se caracterizaria como uma forma de resistência, tal como prescreve o discurso mais contestador; a militância LGBTQIA+ fugiu desse discurso e partiu em busca do interesse de conquistar os mesmos direitos já estabelecidos entre os casais

heterossexuais, buscando estabelecer em suas relações, aparentemente, uma reprodução social do “modelo” de família. Essa virada na história de luta do Movimento causou, em muitos contextos, uma maior estigmatização do grupo, pois a partir do momento que se clama por mais visibilidade a opressão também se eleva (BOURDIEU, 2010a; FOUCAULT, 2006a; 2006b; 2006c; 2010).

Ainda que a resistência persista, vale lembrar que as conquistas alcançadas são bastante relevantes, tal como as relacionadas ao direito de família, uma conquista alcançada através da luta e da própria dinâmica processual do Movimento LGBTQIA+. Essa conquista deu visibilidade e voz a milhões de pessoas que foram, durante muito tempo, excluídas de direitos elementares de cidadania plena. Não sabemos a dimensão exata do quantitativo de pessoas homossexuais, uma vez que o IBGE não realiza nenhum questionamento em suas pesquisas estatísticas domiciliares sobre a orientação sexual dos entrevistados, mas estima-se que a população LGBTQIA+ ultrapasse o número de 20 milhões de pessoas no Brasil (BRASIL DE FATO, 2017). A carência de dados concretos, gera invisibilidade da Comunidade e dificuldades para ampliar saberes e planejar políticas públicas e ações sociais voltadas ao público LGBTQIA+ (IPEA; FBSP, 2019).

O Movimento LGBTQIA+ se configura como uma organização que não é centralizada, pois possui diversos núcleos ao redor do mundo. Assim, os diferentes contextos sociais e políticos de cada país exigem atuações diferentes. No entanto, muitos objetivos são comuns ao Movimento, como por exemplo: criação da Campanha do Dia Mundial de Luta contra a Aids, adotada no Brasil desde 1988, através de portaria assinada pelo Ministério da Saúde; políticas públicas pelo fim da discriminação; a criminalização da homofobia e transfobia; o reconhecimento social da identidade de gênero; permissão jurídica para casais homoafetivos adotarem crianças; *Parada do Orgulho* LGBTQIA+, que consiste num evento criado para dar mais visibilidade à Comunidade; procedimentos de redesignação sexual, que no Brasil foi autorizado pelo Conselho Federal de Medicina e pode ser realizado pelo Sistema Único de Saúde – SUS; e, autorização para utilizar o nome social e alterar oficialmente em cartórios nomes e registros de sexo, aprovado no Brasil através de decisão do Superior Tribunal Federal desde 2018.

Enfim, consta admitir que o Movimento LGBTQIA+ possui um papel importante no reconhecimento social da legitimidade das relações homoafetivas como resultado de um processo histórico de luta política. E, graças as conquistas do Movimento, podemos analisar as conjugalidades homoafetivas enquanto um fenômeno social emergente.

O universo das relações que se tecem em torno das pessoas homossexuais é rico e pode ser abordado de múltiplas formas. No tocante ao nosso objeto de pesquisa, o foco da nossa análise é a noção de família. Consideramos que a família corresponde ao exemplo mais notório de instituição social, nela é possível observar a construção e atribuição de papéis que modelam formas de interação dependentes e complementares entre si. Embora a família seja uma figuração social consolidada, muitos discursos vêm a público expressar a preocupação com a sua possível extinção. Circulam discursos com os mais diversos fundamentos em torno da família: religiosos, populares, acadêmicos ou políticos. Subjacente a esses discursos, encontramos uma preocupação com a radical transformação que o “modelo” de família tradicional está passando. No centro dessas preocupações está a percepção da mudança da família em seu sentido tradicional, ou seja, do “modelo” de família nuclear constituído por pai, mãe e filhos.

Quando o tema “família” é abordado no âmbito acadêmico, encontramos uma multiplicidade de análises e interpretações. Segundo alguns estudiosos, como descrito no Capítulo I, a família nuclear desempenha funções específicas e essenciais à configuração social, tais como: a regulação sexual; a cooperação econômica; a reprodução; a socialização e o apoio emocional. Tais funções seriam responsáveis pela manutenção da ordem, resultando em harmonia e equilíbrio nas diversas dimensões da sociedade.

No entanto, outros sociólogos discordam dessa abordagem, pois argumentam não ser exato falar de família no singular, mas de famílias no plural, tendo em vista que as famílias se estruturam de maneiras diversas, existindo nestes núcleos relações de poder e desigualdade; e que os novos arranjos familiares são realidades crescentes na contemporaneidade (BRUSCHINI, 1990; CORRÊA, 1994; GIDDENS, 2016)).



No que diz respeito à reflexão que guia o início do capítulo I, utilizamos alguns autores das Ciências Sociais que apontam para um conceito de família tradicional, como: PARSONS (1998), BOUDON e BOURRICAUD (2002) e JOHNSON (1997). Essas leituras e interpretações foram utilizadas com o objetivo de demonstrar a evolução das concepções de família. É justamente a partir dessas interpretações que direcionamos o texto para outras teorias que visam uma mudança com relação a “modelos” tradicionais e hegemônicos de família. Tais teorias são marcadas pela flexibilidade e atualidade de ideias a respeito das novas estruturas de famílias heterossexuais. Em seguida, percorrendo esse raciocínio, apresentamos a emergência da família nos moldes homoafetivos, assunto tratado no capítulo II.

Neste sentido, dialogamos com alguns autores que defendem que a dinâmica de organização familiar foi sofrendo mudanças ao longo dos anos e que a reflexão sociológica sobre essa instituição social precisa estar em sintonia com tal realidade, me refiro a GIDDENS (1993; 2016), BRUSCHINI (1990), CORRÊA (1994), FONSECA (2014) e THERBORN (2006). Dialogando com estes autores, observamos que dentre as principais mudanças nos padrões de família na contemporaneidade está a constituição da união entre pessoas do mesmo sexo, resultado da luta constante do Movimento LGBTQIA+. Visto que, em muitos países foram aprovadas leis que reconhecem uniões homossexuais e conferem aos casais gays os mesmos direitos civis dos casais heterossexuais.

No Brasil a consecução mais significativa da Comunidade LGBTQIA+ ocorreu em 2011, quando foi aprovado pelo Superior Tribunal Federal o reconhecimento da união estável homoafetiva como entidade familiar (BRASIL, 2011). Contudo, para corroborar a decisão do STF, o Conselho Nacional de Justiça outorgou a Resolução 175, obrigando todos os cartórios nacionais a realizarem o casamento entre pessoas do mesmo sexo. E só entre 2013 e 2018, segundo dados do IBGE, 34.930 mil casais homoafetivos registraram em cartório suas uniões, como já mencionado anteriormente (PERET, 2018). Diante dessas recentes e crescentes demandas pela institucionalização das uniões homoafetivas na sociedade contemporânea, nos sentimos inclinados a compreender melhor este fenômeno social na presente pesquisa.

Sobre o contexto da emergência da legalização da união civil entre pessoas do mesmo sexo no Brasil foi consultado o texto de Luiz Mello: *Novas Famílias: Conjugalidade homossexual no Brasil* (2005). O material oferece aos estudiosos da área, uma pesquisa abrangente sobre a polêmica que a conjugalidade homoafetiva causou no país na época de sua elaboração.

O autor toma por base o *Projeto de Lei Federal: nº 1.151/1995*, analisando os debates gerados no Congresso Nacional sobre a regulação e institucionalização dos direitos civis em uniões de pessoas do mesmo sexo. Luiz Mello apresenta como esta discussão gerou distintos posicionamentos e como a bancada conservadora se colocou diante da regulamentação de um “modelo” de família que ameaçava o heterocentrismo familiar; passando ainda pelo conflito que se estabeleceu, neste período, entre família homoafetiva e intolerância religiosa.

Como o livro foi publicado em 2005, o autor foca sua análise, baseada em vasta pesquisa exploratória e documental, nas discussões que foram instituídas logo após o Projeto de Lei ser proposto para aprovação no Congresso. Sua contribuição dá conta do percurso tomado desde a elaboração do Projeto, indicando os atores envolvidos e os principais desafios enfrentados.

Enfim, por se tratar de uma questão atual, buscamos assumir uma postura exploratória e sincrônica, atenta para as pesquisas e materiais publicados sobre o tema em diversos tipos de fontes, no intuito de agregar a esta pesquisa a mais vasta quantidade de elementos que nos auxiliem na compreensão desse fenômeno social; sem, contudo, perder o foco que discorre em torno do entendimento dessas uniões como um modo de ser família.

Deste modo, como refletimos sobre um fenômeno relativamente recente no nosso país, agregamos ao texto diversas notícias e entrevistas recentes, veiculadas na mídia e revistas eletrônicas; matérias que ganharam repercussão através de sites, como: *Carta Capital* (2015a, 2015b, 2018), *Brasil de Fato* (2017), *Revista Época* (2015), *Site G1 de notícias* (2015, 2017, 2019), *Folha de São Paulo* (2018), *Exame* (2018). Também foram consultados documentos oficiais do Governo Federal através dos sites do IBGE (2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2020) e da *Câmara dos Deputados Federais* (1995). Além disso,

publicações diversas e o último *Relatório Anual* de violência contra pessoas LGBTQIA+, produzidos pelo *Grupo Gay da Bahia* (OLIVEIRA; MOTT, 2019), também foram consultados.

Tendo em vista as conquistas do Movimento LGBTQIA+ no Brasil, no que se refere a institucionalização da união entre pessoas do mesmo sexo, somos levados a refletir acerca dos seguintes problemas de pesquisa: a conjugalidade homoafetiva é realmente vista como uma família pela sociedade e pelos próprios sujeitos da pesquisa? Essas uniões trazem em si um potencial transformador capaz de constituir sua existência em torno de um cuidado de si e do outro ao ponto de se distanciar dos padrões tradicionais de família? Em que medida estas uniões diferem das uniões heterossexuais? Com a aprovação da *Resolução*, que regulamenta a união entre pessoas do mesmo sexo, essas parcerias se sentiram ameaçadas pela possibilidade de limitar seus modos de existência, reproduzindo modos de ser família conforme padrões heteronormativos? Ou, simplesmente, como estes casais definem a si mesmos e gerenciam suas uniões? Como se dá os processos de construção dos vínculos conjugais nos casais homoafetivos consultados?

Em sintonia com esses questionamentos, fizemos referências a autores como Foucault (1926-1984) e Bourdieu (1930-2002). Esses pensadores argumentam que lutar pelo direito de ter as mesmas formas de vida e relacionamento nas quais estão baseadas as relações heterossexuais, significa institucionalizar e limitar-se a uma forma de vida sem espaço para liberdade e criatividade. Para estes autores, o Movimento LGBTQIA+, graças a sua diversidade, tem possibilidade de inventar uma série de alternativas de existência sexual, que podem ir além do casamento, da família e da monogamia. Lutar para institucionalizar relacionamentos como estes, seria renunciar ao processo criativo de construção de uma nova ética individual e novas formas de relacionamentos.

Em harmonia com esse raciocínio, Foucault (2006a) afirma que lutar pelo direito de ter as mesmas formas de vida e de relacionamentos que têm os casais heterossexuais, significaria institucionalizar e limitar uma forma de vida que tem a possibilidade de inventar uma série de alternativas de existência que podem ir além do casamento e do modelo tradicional de família. Limitar-se a isso, seria

renunciar ao processo criativo de construção de uma nova ética individual e de consequentes novas formas de relacionamentos. Neste sentido, ele afirma que as pessoas homoafetivas precisam muito mais de uma arte de viver, de inventar novas possibilidades de relações e valores que decorram da especificidade de suas vivências da sexualidade e das relações que lhes são específicas.

A este respeito, em *A ética do cuidado de si como prática da liberdade* (2006c), Foucault formula de forma clara seu pensamento. Seguindo suas pistas analíticas, temos no *cuidado de si*, uma noção que implica em uma resistência à imposição de modelos de comportamentos. O *cuidado de si*, corresponde ao fato do cuidado consigo mesmo. No entanto, o *cuidado de si* visa o bem do outro, pois não diz respeito a um amor exagerado a si que negligencia o outro. É cuidando de si, pensando em si mesmo, segundo Foucault, que necessariamente cuidamos dos outros. Ao cuidar de si e do outro, Foucault imagina ser possível a constituição de um estilo de vida que explore novas possibilidades de vivência social e abra perspectivas para a ética do sujeito.

Só assim, segundo o pensador francês, seria possível resistir as subjetivações impostas pela sociedade normalizadora. Através do *cuidado de si*, seria possível estetizar a existência, comportando-se de maneira a cultivar um modo de viver sem basear-se em códigos morais de comportamentos fixos e pré-definidos culturalmente, mas viver a sua vida conforme a elaboração de uma obra de arte, com intuição, criatividade e originalidade (FOUCAULT, 2006c).

Assim, a partir da categoria *cuidado de si*, indagamos se as relações homoafetivas, são conduzidas a partir de aspirações subjetivas dos atores sociais em questão ou a partir das forças coercitivas de ordem social, nas quais prevalece algum modo de ser família “hegemônico” ao qual os casais homoafetivos devem se ajustar. Em outras palavras, nos propusemos a pesquisar se: O reconhecimento da legitimidade das relações homoafetivas expressa uma revolução do ordenamento social?

Contudo, diante de tais questionamentos outros problemas surgem, tais como: Antes de analisarmos os modos de vida e união homoafetivos, existe um modelo heterossexual de família? E não hesitamos em afirmar que a resposta para esta pergunta é negativa. Visto que existem diversos modos de ser família.

No entanto, o que nos interessa é observar se os casais consultados vivenciam suas relações de modo criativo, original, contestador dos modos vigentes de constituição de família, de forma que nos possibilite apontar uma *estetização da existência*, o viver a vida como uma obra de arte, na realização e na vontade de cuidar de si e do outro, como pensou Foucault, ou se estes se definem como casais que vivenciam suas uniões baseadas na ânsia de enquadrar-se numa exigência da sociedade, naquilo que a sociedade espera de um casal e de uma família: a formalização jurídica de tais relações.

Para compreender a dinâmica das vivências de um casamento igualitário, realizamos a busca de informações através das declarações realizadas pelos sujeitos de nossa pesquisa, com a finalidade de acessar as subjetividades e experiências conjugais desses casais.

O interesse em estudar os indivíduos, sua subjetividade e singularidade através de suas narrativas, tem como objetivo refletir acerca dos processos e mecanismos sociais mais amplos nas suas formas incorporadas pelos sujeitos. Na tentativa de procurar estudar o indivíduo como construção singular do social, que atravessa diferentes contextos de socialização, incorporando diferentes formas de agir, podemos constatar a importância das contribuições de Bernard Lahire e seus trabalhos que visam compreender as subjetividades dos atores sociais (2003; 2005).

Segundo Lahire (2005, p. 14), “Estudar o social individualizado, ou seja, o social refratado num corpo individual que tem a particularidade de atravessar instituições, grupos, campos de forças e de lutas ou cenas diferentes, é estudar a realidade social na sua forma incorporada, interiorizada”. Isto é, o que há de mais singular nas particularidades e idiosincrasias dos indivíduos deve ser reconstruída, para análise do pesquisador, por meio das conexões sociais nas quais eles estão inseridos.

Cada indivíduo singular é portador de uma pluralidade de disposições e atravessa uma multiplicidade de contextos sociais de forma simultânea. Assim, é possível apreender os sujeitos como portadores de variedade interna, quer dizer, apropriar-se de uma visão complexa do indivíduo; “menos unificado e

portador de hábitos (de esquemas ou disposições) heterogêneos e, em alguns casos, opostos, contraditórios” (LAHIRE, 2005, p. 25).

Desse modo, a partir de uma pesquisa sociológica através de uma *escala individual*, como sugere Lahire, é possível verificar “quais são as condições sócio históricas que tornam possível a produção de um ator plural ou de um ator caracterizado por uma profunda unicidade” (LAHIRE, 2005, p. 26). Neste sentido, compreendemos que as entrevistas coletadas e os relatos biográficos dos sujeitos são capazes de revelar contradições e heterogeneidade de comportamentos, cabendo ao investigador estar atento a essas questões para não alimentar a ilusão da coerência e da unicidade dos entrevistados.

Nas entrevistas com os casais consultados, por exemplo, pudemos observar que muitos desses casais podem ter optado pela formalização jurídica do casamento por interesses plurais. Um trecho da entrevista realizada com Carlos e Luís, parece esclarecer bastante tal noção:

A decisão da união estável foi muito importante, uma coisa que a gente já queria, mas aí a gente uniu o útil ao agradável porque além de que a gente já estava pensando na união estável, ele tinha um plano de saúde muito bom, entendeu? Muito bom pelo qual, como eu estava cirurgiado e debilitado, ia precisar de fisioterapia e de outras coisas mais como hidroterapia, como médicos, como consultas, exames, todo tipo de assistência, sem falar numa futura próxima cirurgia que eu ia precisar de internação e tudo mais. Então, uniu a vontade de casar, que a gente já tinha, com os efeitos legais da união estável que faz com que eu também tenha e possa começar a fazer uso do plano de saúde dele e outros direitos a mais, então a decisão da união estável também veio de uma forma mais rápida, ou seja, no oitavo mês de namoro por causa do meu acidente também para que eu tivesse uso do plano de saúde dele, dos direitos, do direito adquirido do plano de saúde dele, né? (CARLOS, 2019).

A narrativa acima apresenta que a vontade de oficializar a união estável foi influenciada por um impulso emocional como o amor, mas também por uma questão prática da própria sobrevivência humana, pelo interesse de ter acesso ao plano de saúde do cônjuge. A entrevista em profundidade com esse casal,

nos fez ter acesso a um acontecimento que marcou muito a vida de um deles: um grave acidente de moto. Esse acontecimento aproximou o casal que ainda estava se conhecendo, pois o acidente aconteceu no quarto mês de relacionamento. A aproximação e a vontade de cuidar do outro, que estava enfermo naquele momento, levou o casal rapidamente a oficializar a união civil.

Embora o acidente de Carlos, e a necessidade de assistência médica de boa qualidade, tenha sido fator determinante na decisão do casal, eles afirmaram que não casaram apenas por esse motivo:

Mas claro que a gente não ia casar apenas por causa disso. A nossa união estável, primeiramente, era porque a gente já estava pensando nisso e pensando em nós dois, que a gente se gosta e também não pensa em se deixar nunca. A gente pensa em viver o resto de nossas vidas juntos. Então foi por isso que, unindo o útil ao agradável, percebemos que fazendo a união estável naquele momento, eu ia ter direito aos benefícios do plano de saúde também (CARLOS, 2019).

O contexto do acidente, nesse caso, modificou os planos desse casal que ainda não tinha como projeto o casamento, pois, como afirmaram anteriormente, estavam no início da relação. Desse modo, como observado, a narração pareceu agregar elementos, segundo nossa compreensão, bastante distintos, mas não excludentes: ora indicavam a aspiração de casar e cuidar um do outro, ora indicavam a necessidade de usufruir do plano de saúde do companheiro, em razão da saúde debilitada de Carlos. Todavia, estes interesses foram acionados simultaneamente pelo casal que considerou, naquele contexto, uma boa oportunidade de constituir o casamento civil.

Estar atento a essas questões é extremamente relevante, pois, caso contrário, a impressão que se tem é a de que as motivações dos sujeitos são sempre muito harmônicas e ausentes de tensões, conflitos e incertezas. Coletar e analisar narrativas que expressem as experiências desses casais se constitui numa tarefa que exige postura sensível e flexível, sem deixar passar despercebido nenhum elemento que indique questões importantes para análise.

Os posicionamentos teóricos, consultados e utilizados nesta pesquisa, nos auxiliaram no processo de compreensão das narrativas dos casais consultados, apreendendo como estes constituem seus modos de existência e como definem suas relações conjugais.

Assim, atentos às contribuições analíticas de autores como os citados no texto, realizamos a parte empírica da pesquisa através de coleta de dados baseada em uma abordagem qualitativa – que trata de aspectos comuns entre um número relativamente menor de casos. Na execução da pesquisa, abordamos seis casais que convivem em união estável. Mediante o contato prolongado de dois anos de coleta de dados, procuramos perceber o modo como esses casais constituem seus modos de existência.

No que diz respeito aos casais consultados, podemos caracterizá-los através de uma faixa etária entre 25 e 50 anos. As pessoas consultadas atuam profissionalmente nas seguintes funções: professores, cabelereiros, policial militar, médico, cozinheiro, estudantes, funcionários públicos e autônomos. Todos os envolvidos na pesquisa possuem biografias bastantes distintas, mas o que é comum a todos eles é que convivem no mesmo lar através da celebração de união estável ou casamento civil<sup>4</sup> e se consideram uma família. O acesso aos sujeitos da pesquisa foi possível através da indicação de amigos e parentes. O capítulo IV, deste texto, tem por finalidade descrever o cotidiano desses casais, atentando para as práticas sociais que são acionados por estes casais e envolvem a manutenção de uma vida partilhada a dois, atentando para as experiências e relatos de uma convivência prolongada que tece os vínculos do que nós consideramos uma família homoafetiva.

A escolha pela metodologia qualitativa decorre do propósito de se buscar compreender o processo de construção dessas famílias a partir da observação da dinâmica subjetiva dos atores nela envolvidos. Para responder aos nossos questionamentos, procuramos conectar nosso trabalho “com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde

---

<sup>4</sup> Consideramos pertinente mencionar que, em termos gerais, a união estável - formalizada em cartório - representa uma união civil entre pessoas que passam a compartilhar alguns direitos, mas seu estado civil não é alterado. O casamento civil, por sua vez, representa uma forma de união mais formal regida pelo Direito de Família.



a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (MINAYO, 2001, p. 21-22). Desse modo, a metodologia qualitativa torna-se o caminho mais viável para compreendermos aquilo que desejamos em nossa pesquisa empírica.

Para nossa surpresa, os casais que abordamos sistematicamente foram muito solícitos e disponíveis. Eles estavam dispostos a conversar e contar um pouco de sua história, mesmo sem uma relação de intimidade com a pesquisadora, pois consideram importante que casais como eles ganhem visibilidade na sociedade. A generosidade em partilhar sua intimidade conjugal conosco nos deixou bastante animados. Nossos temores, inseguranças e distanciamentos, foram rapidamente superados pela acolhida que deles recebemos.

Acerca da técnica de coleta de dados utilizada na pesquisa, observamos que a entrevista qualitativa, com perguntas abertas, se constituiu como uma importante ferramenta de auxílio durante o processo de interação com os informantes, graças a sua flexibilidade de escuta e a possibilidade de melhor perceber atitudes, gestos e olhares que se dão entre pesquisador e informantes. Além disso, ela fornece dados para o desenvolvimento e apreensão das relações entre atores sociais e sua situação, compreendendo detalhadamente motivações, crenças e atitudes em relação às pessoas em contextos específicos.

Por meio do uso dessa técnica de coleta de dados, observamos que o ouvinte não é um mero receptor passivo das informações, mas um parceiro ativo de interação. Assim, podemos afirmar que o ator social “em seu papel de ouvinte, ele tem interesses a manifestar, perguntas a fazer, avaliações a apresentar, que se tornam diretamente relevantes para a construção do processo narrativo [...]” (SCHUTZE, 2014, p. 15). Neste sentido, o processo de interação face a face buscou uma maior possibilidade de diálogo em permanente construção.

O uso das entrevistas se justifica pela possibilidade de uma interação que nos permita, através de perguntas abertas, fazer sondagens, buscar explicações e detalhes sobre as experiências e motivações dos entrevistados. Por esta razão, as conversas com os casais, foram realizadas com a ajuda de dispositivos

digitais capazes de armazenar os longos diálogos e captar, através de gravação, as subjetividades contidas nas respostas.

Nessa lógica, a metodologia qualitativa, através do uso de entrevistas, nos permitiu extrair das narrativas orais experiências sociais e individuais dos entrevistados. Em diversos diálogos colocamos como objetivo captar, nessas narrativas, elementos que caracterizem seus modos de vida; compreendendo o modo como esses casais se relacionam entre si, com seus familiares e amigos, e em outras esferas da vida social.

Além disso, ao optar por trabalhar com os atores sociais, deslocamos os sujeitos e seus relatos para o centro das atenções nas Ciências Sociais. Ao enfatizar a necessidade do uso destas narrativas devemos perceber que essas podem ser pensadas como construções formadas por caminhos percorridos e caminhos a percorrer (MATEUS, 2011).

As interpretações dos relatos dos entrevistados precisam dar conta do entendimento de que os indivíduos são simultaneamente singulares e plurais, pois são formados a partir de práticas e processos *sui generis* responsáveis pela constituição de suas subjetividades. Assim, os indivíduos são constituídos e formados graças aos contextos sociais nos quais estão inseridos, sendo esta constituição algo que se dá de forma permanente.

Pesquisar as novas posturas adotadas pela sociedade para com as pessoas homossexuais, em especial no que diz respeito às conquistas mais recentes do Movimento LGBTQIA+ tais como as uniões estáveis e casamentos, nos desafia a compreender como este fenômeno social: a conjugalidade homoafetiva - apresentado sob a égide de um “modelo” de família mais criativo e plural - pode ser utilizado para fundamentar uma nova perspectiva frente a homossexualidade, num contexto social que parece apresentar a heterossexualidade como sendo a forma mais adequada de se definir sexualmente.

Dessa sorte, acreditamos que o resultado desta pesquisa pode oferecer um caminho alternativo para “enxergar” os sujeitos além de suas orientações sexuais, oferecendo um meio de amenizar a estigmatização, hostilidade e intolerância vivenciada por muitas pessoas LGBTQIA+.

Discutir temas ligados a relacionamentos afetivos entre o público LGBTQIA+ coloca em pauta circunstâncias diversas que necessitam de uma maior visibilidade em sua particularidade, concomitantemente precisam ser reconhecidas como um fenômeno social característico das sociedades contemporâneas; produto de uma luta política notável que vem sendo empenhada cotidianamente por milhões de pessoas em todo o mundo. Assim, tal estudo visa ampliar o diálogo já existente sobre o tema no Brasil e provocar um questionamento mais amplo dos significados de “modelos” afetivos na sociedade em que vivemos.

Portanto, tal pesquisa será extremamente útil para ampliar os horizontes de reflexão em torno da constituição de formas alternativas de convivência, para construir novas mentalidades que estejam em sintonia com as redefinições dos papéis conforme a subjetividade dos atores sociais, bem como motivarmos movimentos sociais para que não desistam de suas lutas pelo fim dos preconceitos e discriminações. Aspiramos que nosso trabalho possa contribuir no alargamento do campo de compreensão e atuação, que visa modificar posições sociais discriminatórias e excludentes. Nosso trabalho de pesquisa, análise e reflexão é uma modesta contribuição para todos aqueles que não pretendem meramente repetir conceitos, mas utilizá-los como instrumentos de inovação intelectual e intervenção social.

Com a finalidade de apresentar, de modo coerente, os dados de nossa pesquisa, estruturamos nosso texto do seguinte modo: No Capítulo I, apresentamos uma descrição do conceito de família tradicional, refletido durante muito tempo nas pesquisas sociais e a emergência de sua mudança na contemporaneidade. Neste capítulo, discutimos como o conceito de família foi trabalhado por autores das Ciências Sociais, observando como essa noção foi sendo alterada ao longo dos séculos.

O capítulo II apresenta uma discussão sobre a noção de família em sintonia com as recentes conquistas da Comunidade LGBTQIA+ em todo o mundo, principalmente no que diz respeito ao direito de união civil entre pessoas do mesmo sexo. Neste sentido, ampliamos a discussão de casais e famílias para uma direção que contemple a formação dessas, por pessoas do mesmo sexo. Além disso, apresentamos as principais dificuldades para elaboração do Projeto

que regulamentou a união estável entre pessoas do mesmo sexo no Brasil; abordando conceitos e debates que nortearam a pesquisa.

O capítulo III foi elaborado com a finalidade de apresentar o enfoque metodológico utilizado na pesquisa, com teorias epistemológicas que fundamentam o foco analítico das pesquisas qualitativas: a subjetividade dos atores. Nessa parte do texto, realizamos a construção de uma narrativa baseada em autores consagrados nas Ciências Sociais partidários a realização de pesquisas que acessem fontes subjetivas de análise da vida social sem, contudo, distanciar-se da objetividade científica. Neste sentido, além de apresentarmos a forma como foram realizadas as coletas de dados, apresentamos a contribuição de autores que reforçam e justificam a metodologia adotada para este estudo.

O capítulo IV buscou compreender e apresentar, de modo mais detalhado, as narrativas dos casais consultados, fazendo uma análise do material coletado através das entrevistas e buscando respostas para os questionamentos que formularam a pesquisa. Atentando para os seguintes pontos: como estes casais negociam os papéis de quem cuida da casa e dos filhos; como administram suas uniões e conduzem suas emoções e sentimentos; e, como definem a si mesmos. Ou seja, nesse capítulo, apresentamos os resultados obtidos ao longo da pesquisa empírica, buscando um diálogo com os conceitos e categorias evocados durante o texto.

## CAPÍTULO I: FAMÍLIA: CONCEITOS E DEBATES NORTEADORES

Como afirma Foucault (2007a), no percurso da história e com as constantes mudanças culturais, as questões de gênero colocam na agenda de debates acadêmicos a complexidade da sexualidade humana, os processos de construção identitários, assim como os modos de socialização que se tecem em torno das vivências da identidade sexual. O reconhecimento dos direitos da Comunidade LGBTQIA+ trouxe à lume questões que há algumas décadas atrás não eram sequer pensadas. A esse conjunto de questões silenciadas pertence a constituição das relações homoafetivas, tema que por sua vez constitui o eixo que articula nossa tese. Analisar os mecanismos sociais que determinam a livre expressão dos seres humanos, em certa medida, exige que se estabeleça um diálogo multidisciplinar entre ciências como a Sociologia, a Filosofia e o Direito.

No trabalho de campo pudemos observar muitas das implicações que estão associadas à noção “família homoafetiva”. Os casais por nós abordados se referiam a ela a partir da consciência que eles têm dessa realidade. No entanto, no campo teórico, na dimensão abstrata dos estudos de gênero, essa compreensão ainda não é tão clara. Face ao esforço de contribuir com a compreensão da constituição da família homoafetiva nos estudos de gênero, construímos este capítulo. Ele é constituído por uma abordagem teórica de autores que transitam pelas Ciências Sociais, cujos *insights* oferecem pistas analíticas pertinentes para captar os elos de unidade e as forças coercitivas da ordem social que definem os contornos do matrimônio entre pessoas do mesmo sexo. As categorias priorizadas em nossa análise estão associadas ao pensamento de Pierre Bourdieu e Michel Foucault.

Embora os arcabouços teóricos desses autores sejam diferentes, os dois pensadores se assemelham pela postura crítica que apresentam perante as exigências formuladas pelos movimentos gays que lhes era contemporâneo e suas perspectivas teóricas constituem uma interpelação crítica às reivindicações do atual Movimento LGBTQIA+. Para alguns representantes do Movimento, a conquista de direitos já consagrados entre casais heterossexuais prevê normas

e regras de conduta normativas. Tais normas e regras são vistas pelos referidos autores como mecanismos de constituição da subjetividade das pessoas homoafetivas, no sentido em que elas enfraquecem o potencial transformador e criativo que essas relações possuem.

De acordo com as teorias formuladas por esses autores, o Movimento LGBTQIA+ deveria se preocupar muito mais em se libertar dos preconceitos e amarras sociais, e investirem na constituição de um modo de vida que fosse além da repetição dos padrões sociais vigentes. Dialogando com estes autores, desenvolvemos uma reflexão sobre os relatos dos casais consultados para a pesquisa, cujas narrativas descrevem como eles constituem seus modos de vida, quais suas pretensões, desejos e expectativas de realizações.

Nesse sentido cabe o questionamento: os casais homoafetivos reproduzem modelos pré-existentes de família ou desenvolvem suas vivências em torno de práticas completamente inovadoras; realizando aquilo que Foucault denominou de uma *estética da existência* baseada no *cuidado de si*? Para fundamentar esta reflexão, duas categorias ganham destaque, neste primeiro momento: a categoria *reprodução* de Bourdieu<sup>5</sup> e *cuidado de si* de Foucault<sup>6</sup>.

Discutimos ainda o conceito de *família heterocentrista* com o propósito de verificar se este modo de ser família se reproduz nas relações conjugais constituídas por pessoas do mesmo sexo; na sequência, faremos um esforço para destacar o modo como a noção de família foi sofrendo alterações que resultaram na possibilidade da constituição de famílias compostas entre pessoas do mesmo sexo, atentando para os avanços e desafios decorrentes da legalização dos casamentos homoafetivos no Brasil, tema tratado no capítulo subsequente.

---

<sup>5</sup> Conceito amplamente discutido por Bourdieu, em parceria com Jean-Claude Passeron, em *A Reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. No entanto, no texto *A Dominação masculina* o tema também se faz presente.

<sup>6</sup> Noção extensamente evocada na obra de Foucault, em textos como *História da Sexualidade* (Volume 3); *Coleção Ditos e Escritos* (Volume V e IX) e *Hermenêutica do sujeito*.

## 1.1 Bourdieu, Foucault e as uniões igualitárias

Era muito difícil entender quem eu era. Você não imagina como é ruim se sentir diferente. Sentir que tem alguma coisa de errado em você. Era assim que eu me sentia: como se tivesse algo de errado em mim. Mas com o tempo, como eu te falei, eu percebi que não era nada disso. Eu fui crescendo e vendo que não era errado ser homossexual. Eu também achava que era impossível casar com outro homem. Achava que não era certo. Mas as coisas foram mudando. Eu percebi que podia até casar. O mundo foi mudando e aceitando mais a homossexualidade. Foi quando passei a me aceitar e entender quem eu era. Tudo isso aos poucos, com o tempo, sabe? Minha família não aceitava nem entendia, mas tudo passou. Meus pais e minha família me aceitam. No meu trabalho e os meus amigos também aceitam. Hoje em dia, todos nos consideram uma família (CARLOS, 2019)

Através da experiência de aceitação social revelada na narrativa acima, consideramos relevante mencionar que essa aceitação é resultado de todo um processo de lutas sociais e reflexões teóricas que conseguiram romper tabus e ajudar às pessoas a superar os preconceitos. Esse saber foi sendo disseminado pelos meios de comunicação, obras de arte, literatura e trabalhos acadêmicos com reflexões à luz das Ciências Sociais e Humanas.

Os pensadores franceses, por exemplo, ganharam destaque na pesquisa e na reflexão em torno das questões relativas a anseios e realizações individuais. Na década de 1960, foi registrada a proliferação de um tipo de pensamento libertário, de resistência e denúncia das diversas formas de opressão.

Nesse contexto de resistência ao *establishment*, Pierre Bourdieu e Michel Foucault<sup>7</sup> começam a sinalizar seus engajamentos nas lutas sociais mediante a publicação de obras importantes que impulsionaram a Sociologia

---

<sup>7</sup> Ver texto *Os intelectuais e o poder*, em que Foucault sugere que no próprio exercício intelectual há abas para o engajamento político, ou seja, engajar-se politicamente é uma atividade própria do intelectual, pois este pensador compreende a teoria como uma prática. (FOUCAULT, 2018).

como prática científica academicamente rigorosa, mas ao mesmo tempo como um terreno legítimo de engajamento político<sup>8</sup>.

A seguir, apresentaremos algumas preocupações de Bourdieu e Foucault acerca das uniões homoafetivas. As indagações desses autores acenam para uma reflexão que problematiza as reivindicações do Movimento LGBTQIA+ enquanto essas estão direcionadas apenas à ânsia de formalização jurídica dessas uniões, esquecendo do poder transformador que potencialmente essas relações possuem. Bourdieu e Foucault entendem que o interesse de oficializar as uniões entre pessoas do mesmo sexo não deve ser guiado e limitado por hierarquizações e imposições normativas que reproduzem modos de vida tradicionais. Eles sugerem que as uniões homoafetivas, pela sua singularidade, acenam para um modo de vida que tem suas próprias potencialidades, particularidades e idiosincrasias. Por outras palavras, para os referidos pensadores, a união homoafetiva constitui a materialização de um novo modo de vida plural, criativo e igualitário.

Bourdieu, em suas contribuições sociológicas, evoca especial atenção para a noção de *reprodução* social e cultural. Conforme sustenta, a *reprodução* seria o processo pelo qual as culturas são reproduzidas através de gerações, principalmente por meio de influências socializadoras de instituições sociais. Esse conceito foi aplicado, de modo especial, em suas análises feitas sobre as instituições escolares francesas.

Sua pesquisa confirmou que o sistema de ensino francês, da década de 1960, tinha como função a transmissão de ideias culturais que davam respaldo aqueles que já possuíam uma posição privilegiada na estrutura social. Assim, tais instituições, serviam como instrumento de *reprodução* da cultura dominante (BOURDIEU; PASSERON, 1992).

A noção de *reprodução* faculta, no entanto, perpassar suas contribuições teóricas acerca de outros temas. Em *A dominação masculina (2010a)*, Bourdieu

---

<sup>8</sup> Com a publicação de *Os Herdeiros*, em 1964, Bourdieu sinaliza sua agenda de trabalho: colocar em evidência a forma coercitiva através da qual as condições de existência definem os modos de pensar, sentir e agir de indivíduos concretos. Foucault, por sua vez, publica *A Arqueologia do Saber e As Palavras e as Coisas* para dar destaque à emergência e funcionamento de formas hegemônicas de conhecimento que, travestidas de conquistas humanizadas, são utilizadas como instrumentos de poder e dominação social.



afirma que os princípios androcêntricos que marcam as relações sociais entre pessoas de sexos distintos continua a se reproduzir em relações homossexuais, chegando a afirmar que muitos casais tendem a reproduzir certa divisão dos papéis masculino e feminino no interior de suas relações. Em consonância com esta posição, ele afirma:

Comprovando a universalidade do reconhecimento concedido à mitologia androcêntrica, os próprios homossexuais, embora sejam disso vítimas, aplicam a si mesmos muitas vezes os princípios dominantes: tal como as lésbicas, eles não raro reproduzem, nos casais que formam, uma divisão dos papéis masculino e feminino (...) (BOURDIEU, 2010a, p. 144).

Isso implica dizer que embora constituam relações afetivas, do ponto de vista de sua biologia e socialização, mais igualitárias, casais compostos por pessoas do mesmo sexo são levados, muitas vezes, conforme afirma Bourdieu, a reproduzir certas normas culturais herdadas de concepções heteronormativas.

Segundo Bourdieu (2010a), as particularidades das relações homoafetivas estão inscritas numa dominação simbólica que não está ligada aos símbolos sexuais visíveis, como nas relações entre pessoas de sexos distintos, mas na própria prática da sexualidade. Assim, quando vistas desde a perspectiva tradicional, as relações homoafetivas são marcadas por uma violência simbólica, circunscrita na “relação de dominação do princípio masculino (ativo, penetrante) sobre o princípio feminino (passivo, penetrado)” (2010a, p. 144).

A partir dessa afirmação somos levados a refletir: seria possível comprovar aquilo que Bourdieu apresenta em *Dominação Masculina* (2010), o mito universal do androcentrismo<sup>9</sup>, como uma realidade que se repete nos casais homoafetivos? Seria plausível afirmar que os casais homoafetivos conduzem suas relações afetivas a partir de princípios dominantes, como por exemplo: divisão de papéis nas atividades do lar, nas obrigações do casal, levando “por

---

<sup>9</sup> O androcentrismo se refere a uma concepção que toma o princípio masculino e suas experiências de modo universal, como uma “medida de todas as coisas” (BOURDIEU, 2010a, p. 23). Assim, essa noção, construída socialmente, vai sendo reproduzida, inculcada e naturalizada através de instâncias socializadoras.

vezes a extremos a afirmação da virilidade”? (BOURDIEU, 2010a, p. 144). Ou ainda: Existem divisões de papéis nessas relações que demarcam essa dominação simbólica masculina, também nas uniões entre pessoas do mesmo sexo, como pensou Bourdieu?

Sobre essa noção, podemos fazer referência, por exemplo, à experiência do casal Cláudio e Ricardo quando afirmaram que compartilham de vivências que não representam a violência simbólica a qual Bourdieu se refere:

Na nossa relação a gente não tem isso. A gente não tem isso de um fazer o papel do homem e o outro da mulher. Até porque eu acho, assim, que entre quatro paredes não existe essa divisão. No nosso dia a dia também não existe isso. Eu não faço isso ou aquilo. Lógico que temos as nossas preferências porque isso é pessoal, *né?* Mas a gente se combina muito. Lógico que a gente tem as nossas intimidades, um gosta mais de uma coisa, o outro gosta mais de outra coisa dentro da intimidade, só que a gente não se classifica, eu sou a mulher da relação! Ah, você é o homem da relação! Não tem isso com a gente. A gente preza pela igualdade na nossa relação. Não temos isso de um se sentir mais dominador e assumir esse papel e outro se sentir dominado e mais frágil. Não vivemos assim! (RICARDO e CLÁUDIO, 2019).

O relato de Carlos, casado com Luís, também expressa uma oposição, transmitida através da experiência do casal, a compreensão conferida por Bourdieu:

Consideramos nossa relação, uma relação igualitária. É uma relação onde os dois optam, questionam. Um dia, eu cobro mais dele e no outro dia, ele cobra mais de mim. As tarefas da casa, tanto um como o outro faz. Assim, as coisas que você mais se identifica. Como eu cozinho mais do que ele, mas ele também cozinha muito. A limpeza da casa é uma coisa que ele gosta muito e ele puxa um pouco minha orelha *pra* eu ficar mais atento a limpeza da casa, mas eu também faço a limpeza da casa. Cuido da tarefa de banhar os animais, que é mais minha, e também alimentar os animais; mas ele também faz, principalmente se eu não *tô* em casa. Mas não é uma coisa que eu faço porque é minha obrigação de fazer. Não, é porque eu

me identifico mais com essa tarefa. Passear com os animais os dois fazem, mas quem faz mais sou eu, não é por nada, mas é porque eu tenho mais tempo do que ele. Porque o meu trabalho me possibilita ter mais tempo do que ele por causa das minhas escalas: trabalho um dia e folgo três dias. Então, nesses dias de folga, posso me dedicar mais à casa. Ele é mais atencioso para a limpeza e eu sou mais para a comida e os animais, mas aqui é tudo igual. As compras, também é dividido pelos dois, ou quem tiver mais próximo do supermercado vai e compra. Graças a Deus, no nosso relacionamento não existe isso de mandar por isso ou aquilo porque eu sou ou ele é o macho da relação. Não! Aqui é bem igualitário, até porque a gente não se intitula o macho da relação; porque nós dois nos identificamos como gays masculinizados, *pra* o nosso meio é mais conhecido como gays *machudos* (risos). Mas é por isso que com a gente não existe isso, mas com certeza existe relacionamentos por aí que existe uma predominância do ativo e do passivo. O passivo com obrigações mais femininas e o ativo com obrigações mais masculinas, mas graças a Deus no nosso relacionamento não. No nosso relacionamento, nós nos identificamos como homens mesmo, mas que gosta de outros homens, sem que isso torne um mais feminino do que o outro, entende? A gente é parceiro em tudo e zela pela igualdade. No nosso casamento tudo é dividido entre os dois: as tarefas da casa, o cuidado com os animais, as compras, as contas *pra* pagar, mas claro quando um tem mais condição que o outro, se toma a frente e quando um faz algo que não tá bom, o outro vem e puxa a orelha, entende? E assim vamos vivendo (CARLOS, 2020).

A percepção do relacionamento homoafetivo descrito neste relato não corrobora a visão de Bourdieu, também constatamos que as práticas simbólicas, pautadas na dominação e na violência simbólica, não foram percebidas nos casamentos igualitários dos atores consultados nesta pesquisa, o que implica na não reprodução do mito do androcentrismo, como previsto por Bourdieu (2010a). No entanto, não descartamos a possibilidade de reprodução desses princípios em outros casais homoafetivos, pois nossa amostra representa apenas uma pequena parcela desse universo que é nosso objeto de estudo.

Outro aspecto criticado por Bourdieu (2010a) é que o 'estatuto de gay e lésbica' foi construído socialmente como uma forma negativa de definição de certa identidade sexual. Esse traço de estigma social persegue as subjetividades dos sujeitos, como pudemos identificar no relato de Carlos: "Eu achava que ia

ter que ter uma vida escondida e que era errado ser gay. Pensei por muitas vezes que era melhor que ninguém soubesse. Eu tinha vergonha de ser gay, mas o que eu podia fazer? (2020).

Para Bourdieu, essa pretensão de objetividade ao nomear um grupo ou alguém, além de atribuir certo estigma, não dá conta da diversidade e multiplicidade de formas e modos de ser que compõe os membros da Comunidade LGBTQIA+. Por essa razão, Bourdieu parece entender que o Movimento deve reverter essa definição imposta pela ordem heterocêntrica para resistir ao seu poder invasor, oferecendo um novo modo de definir-se, livre de conotações negativas.

Bourdieu interpela outra reivindicação marcante no Movimento que, discriminado por não se encaixar nos padrões de existência heteronormativos, busca e reivindica enquadrar-se nestes modelos:

Para mudar duradouramente as representações, o movimento tem que operar e impor uma transformação duradoura das categorias incorporadas (dos esquemas de pensamento) que, através da educação, conferem um estatuto de realidade evidente, necessária, indiscutida, natural, nos limites de sua alçada de validade, às categorias sociais que elas produzem. Ele tem que exigir do Direito (que, como a palavra mesma diz, está parcialmente ligado ao straight...) um reconhecimento da particularidade, que implica sua anulação: tudo se passa, de fato, como se os homossexuais, que tiveram que lutar para passar da invisibilidade para a visibilidade, para deixarem de ser excluídos e invisibilizados, visassem a voltar a ser invisíveis, e de certo modo neutros e neutralizados, pela submissão à norma dominante (2010a, p. 146).

Para Bourdieu, ao exigir a visibilidade dos sujeitos do Movimento, tantas vezes excluídos, através da submissão à normas dominantes construídas pela sociedade heterocêntrica, essas pessoas retornariam à invisibilidade. O preço a ser pago, segundo o autor, pelo contrato de união civil seria retornar à ordem, obtendo uma espécie de visibilidade invisível.

Por sua vez, Michel Foucault observa que as pessoas homoafetivas devem lutar por um novo direito relacional que escape dos modelos de interação já propostos pela nossa sociedade. Ou seja, trata-se de se reconhecer a peculiaridade da forma de vida de pessoas homoafetivas. De homens e mulheres que, por se sentirem atraídas por pessoas do mesmo sexo, inventam e desenvolvem, através de uma ascese contínua e de um *cuidado de si*, um modo de vida gay, possibilitado a partir de uma *estética da existência*.

## 1.2 A categoria *cuidado de si*

Lá em casa a convivência foi ficando complicada. Foi quando decidi sair de casa e trabalhar, buscar fazer concurso até *pra* fora do Estado e seguir minha vida. Ficar sozinho é muito ruim. Morei sozinho por muito tempo, mas encontrar alguém *pra* casar foi maravilhoso. Dividir minha vida com alguém que queria as mesmas coisas que eu queria foi especial. A gente se propôs a cuidar um do outro desde então (CARLOS, 2019).

O processo de aceitação da orientação sexual não foi fácil para a família de Carlos, assim como não é para muitas outras famílias de pessoas homossexuais. Ele nos confessou que teve de sair de casa e buscar sua autonomia e independência econômica para conquistar sua liberdade distante da família. Tal registro empírico descreve o sentimento de solidão experimentada por Carlos, e demonstra a importância da relação conjugal para superar sua carência. Através do casamento, Carlos confessou que superou a solidão e encontrou alguém para cuidar e ser cuidado. Tal declaração, nos remete às considerações teóricas acerca da categoria *cuidado de si*.

Foucault é um autor que se dedica a análise da cultura do *cuidado de si* desde “o momento socrático-platônico até a filosofia helenístico-romana” (CASTRO, 2009, p. 93). No entanto, esse tema ultrapassou os limites da Filosofia, alcançando dimensões de uma cultura do *cuidado de si*. O filósofo se debruçou sobre esse tema em cursos proferidos no *Collège de France*, posteriormente publicados, e também na sua *História da Sexualidade*.

A noção de *cuidado de si*, como categoria filosófica resgatada por Foucault na última fase de sua obra, com o propósito de fundamentar uma ética da liberdade, estaria relacionada com a história do cuidado e das técnicas de si, enquanto exercícios para o autocontrole e consequente desenvolvimento da subjetividade amplamente experienciados desde a antiguidade. Neste sentido, postular o *cuidado de si* como uma alternativa para a constituição da subjetividade na contemporaneidade somente teria êxito se tal empreendimento fosse eco da “formação e das transformações em nossa cultura das ‘relações consigo mesmo’, com seu arcabouço técnico e seus efeitos de saber” (FOUCAULT apud CASTRO, 2009, p. 93).

Essa história do *cuidado de si* seria conduzida desde as primeiras formas filosóficas do *cuidado de si* (século V a.C.) até o ascetismo cristão (século V d. C.). No entanto, o *cuidado de si* não estaria limitado apenas à reflexão filosófica, mas se estenderia ao propósito de fundamentar um estilo de vida, tanto nas escolas filosóficas quanto nas experiências religiosas. Assim, dentre as técnicas do *cuidado de si*, diversas práticas estariam envolvidas, visto que, segundo Foucault, a liberdade individual dos sujeitos revelaria uma ética, um modo de vida.

O *cuidado de si* seria, para Foucault, o conduzir-se bem em busca da prática adequada da liberdade, cuidando de si mesmo. Na antiguidade, a ética girava em torno do imperativo: “cuida-te de ti mesmo”. É justamente a partir da contribuição da Filosofia Antiga que Foucault resgata e molda o conceito de *cuidado de si*. Segundo Foucault, essa noção corresponde ao: “cuidado de si mesmo, o fato de ocupar-se consigo, preocupar-se consigo” (2006c, p. 270). No entanto, o desenvolvimento do *cuidado de si*, implica para Foucault, consequentemente, o cuidado do outro.

Seu propósito não consiste em elaborar um modelo de ética normativa para ser proposto à modernidade, mas dialogar com a prática do *cuidado de si* antiga com o objetivo de despertar para a necessidade do indivíduo contemporâneo tomar a si mesmo como fim último de sua conduta moral. Foucault assinala que esta preocupação com um estilo de vida se constitui numa herança do mundo clássico que foi associada à filosofia desde o seu alvorecer na Grécia, e que pode ser retomada para estimular a reflexão ética no século

XX, pois “o sujeito, tomando-se como obra a ser trabalhada, daria a si mesmo uma moral que nem Deus, nem a tradição, nem a razão sustentam mais” (VEYNE, 2011, p. 183). A análise histórico-filosófica desenvolvida por Foucault faz uma genealogia de certas práticas familiares da antiguidade, e aponta como essas práticas de si não remetem para uma posição individualista; mas, assinala, ao contrário, como estas práticas estão diretamente relacionadas com o contexto mais amplo de práticas sociais, e efetivam-se como formas de resistência aos diferentes modos de ser impostos aos sujeitos ao longo dos séculos.

Vivenciada e compreendida dessa forma, como realidade que foca o indivíduo, a família e o grupo, o *cuidado de si* permite a Foucault analisar o casamento como o modo de vida no qual o *cuidado de si* foi a prática mais exigida e exercida, pois a relação entre dois parceiros não está mais limitada exclusivamente à manutenção da casa, na qual ao marido competia as funções de governo, formação e educação, mas era também um jogo complexo de reciprocidade afetiva e dependência recíproca. O que aparece, a partir dessas transformações no casamento, é uma nova problematização do homem enquanto sujeito moral na relação de conjugalidade.

Foucault não tinha o propósito de transpor a moral antiga para a atualidade, mas fazer um diagnóstico de sua própria atualidade. Assim, a ética da liberdade que se projeta a partir dessas análises sobre práticas do mundo antigo não está limitada a caracterizar o que somos no presente, mas desenvolve um esforço para apontar alternativas, tentar responder como o que fazemos hoje pode ser abandonado e substituído por práticas alternativas, encontrar espaços de liberdade concreta, isto é, de transformações possíveis. Pois, na história da ética encontramos tanto éticas prescritivas, aquelas que enfatizam o código, quanto morais de subjetivações, assim “em compensação, pode-se muito bem conceber morais cujo elemento forte e dinâmico deve ser procurado do lado das formas de subjetivação e das práticas de si. Nesse caso, o sistema dos códigos e das regras de comportamento pode ser bem rudimentar” (FOUCAULT, 2007b, p. 30).

Dessa maneira, dialogando com uma prática do mundo antigo, o *cuidado de si*, Foucault encontra uma brecha para refletir acerca das práticas contemporâneas que afasta o indivíduo de outras possibilidades de realização,

alternativas de liberdade que facultem ao sujeito inventar e construir outros modelos de realização, formas de vida concretas que o indivíduo possa se apropriar e a partir delas modificar a própria vida, construindo a sua subjetividade e inventando o seu próprio estilo de vida. O passo inicial nesse procedimento ético é recusar as subjetivações impostas ou auto impostas, isto é, implica sempre uma reflexão sobre o eu em quem nos constituímos e as possibilidades reais de nos desfazermos dessas subjetividades que nos sufocam.

Portanto, cuidar de si mesmo em uma relação conjugal inovadora, implica cuidar do outro e inventar as suas próprias regras de convivência e um estilo de vida que desafia os modelos que são impostos, os valores que as instituições sociais autorizam vivenciar. O casamento homoafetivo é uma prática social que exemplifica de modo muito próprio o exercício do *cuidado de si*, pois conforme este trabalho irá apresentar, os indivíduos que buscam realizar este modelo lutam a cada dia para que suas escolhas sejam respeitadas, seu matrimônio seja real, seus direitos sejam plenos.

Essa noção analisada, problematizada e refinada por Foucault, pode ser exemplificada, na dimensão empírica, através dos testemunhos dos casais consultados. A declaração de Roberto, casado com Luan, exemplifica bem a representação dessa ideia: “O que caracteriza a gente como um casal, como uma família, é justamente esse cuidado um com o outro. Eu cuido dele e ele cuida de mim. A gente se escolheu, escolhemos um ao outro” (2019). Essa fala manifesta uma escolha deliberada de cuidar de si mesmo, mas como casal, cuidando do outro. O que implica autocontrole, renúncias e assunção de novos valores que a vida em comum exige.

Compreendemos melhor a categoria de *cuidado de si* aproximando-a do que Foucault analisou como *estética da existência*, que diz respeito ao modo de sujeição dos indivíduos a práticas ligadas ao ideal de uma vida bela, comportando-se de maneira a cultivar um modo de viver sem basear-se em códigos morais de comportamentos fixos e pré-definidos culturalmente. Trata-se de assumir o desafio de viver a vida conforme a elaboração de uma obra de arte, com intuição, criatividade e originalidade (FOUCAULT, 2006b;2006c). A própria ascensão pública do casamento igualitário, implica uma estetização da existência. Foucault esperava que esta estetização fosse muito mais radical,



criando um estilo de vida próprio, *estilo de vida gay*, que rompesse com os padrões heteronormativos.

Consideramos pertinente mencionar que a abordagem foucaltiana da homossexualidade, desafiava o senso comum da época, tanto popular, quanto religioso e até mesmo científico, que associava a homossexualidade à Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS), infecção sexualmente transmissível que assombrou, pela falta de informação, a década de 1980. Diante disso, assistimos em todo o mundo, o impacto negativo da AIDS na visibilidade das relações homoafetivas. Tal repercussão negativa, aumentou o estigma que existia sobre os homossexuais e os relacionamentos homoafetivos, levando muitos casais a manterem suas relações afetivas sob sigilo.

No entanto, com o surgimento da AIDS, alguns fatos importantes ocorreram, tais como: o fato de um problema de saúde pública ter afetado inicialmente à Comunidade LGBTQIA+, fez com que as relações homoafetivas passassem a ser tratadas como uma questão de interesse público, pois o privado passou a tornar-se público; a homossexualidade passou a ser uma construção afetiva, mais do que meramente sexual, no sentido em que se insiste na fidelidade entre os parceiros, a conhecer o passado do outro como medidas de prevenção, além da necessidade do uso do preservativo; e o mais importante, as uniões homoafetivas passaram a ser discutidas no âmbito institucional, como uma questão de direitos humanos. Visto que, o casamento, mais do que um ritual romântico, é um movimento de busca por amparo legal que assegure o bem-estar dos parceiros.

Para exemplificar como essa associação negativa entre a homossexualidade e a AIDS acabou também conduzindo a uma maior visibilidade do que até então era colocado no armário, podemos fazer uma referência ao filme norte americano de 1993, Filadélfia. A AIDS, nesse período, era considerada uma enfermidade devastadora. Ainda não havia informações suficientes sobre a infecção sexualmente transmissível e seu tratamento. A produção de Hollywood, retrata a história de Andrew, um jovem e talentoso advogado, interpretado por Tom Hanks, que trabalha num famoso escritório de advocacia. No entanto, ao descobrirem que Andrew era soropositivo, ele é demitido do trabalho. Andrew, contrata um advogado, interpretado por Denzel

Washington, para o representar judicialmente no processo que ele apresenta contra o escritório, alegando ter sido demitido por preconceito e não por ser um advogado incompetente, motivo usado para justificar a sua demissão. Na trama Andrew vive um relacionamento homoafetivo com Miguel, interpretado por Antônio Bandejas. Ambos vivenciam as angústias e impasses de pessoas soropositivas no início da epidemia da AIDS, período marcado pelo medo da síndrome e sua correlação com a morte.

O filme, apesar de abordar a AIDS de forma ficcional, apresenta diversos esclarecimentos sobre os tabus que envolvem a síndrome e as relações homoafetivas, desmistificando as percepções negativas, desconhecimentos e incompreensões que pairavam na sociedade durante a década de 1990. Embora o filme retrate a homossexualidade, a homofobia e o preconceito no ambiente de trabalho, a produção de Hollywood apresenta muitas informações esclarecedoras sobre o homossexual e a AIDS numa época em que a doença era vista como uma “peste gay”.

Neste sentido, do mesmo modo que Filadélfia oferece, de certo modo, visibilidade positiva às pessoas homossexuais, Foucault desenvolve uma abordagem teórica afirmativa sobre a homossexualidade e as relações homoafetivas. A homossexualidade é parte constitutiva da vida e obra de Foucault, dessa forma, é importante levá-la em consideração no que diz respeito a sua interpretação “pois está presente nas preocupações ao mesmo tempo pessoais e intelectuais que presidiram à escolha dos objetos de sua pesquisa” (ERIBON, 1996, p. 33). Foucault mesmo indica a importância de aspectos de sua experiência pessoal em relação a suas escolhas teóricas:

Toda vez que tentei fazer um trabalho teórico foi a partir de elementos de minha própria experiência: sempre em relação com processos que via se desenrolarem a minha volta. Porque eu julgava reconhecer fendas, abalos surdos, disfunções nas coisas que via, nas instituições às quais estava ligado, em minhas relações com os outros, foi que empreendi tal trabalho – um fragmento de autobiografia (FOUCAULT, apud ERIBON, 1990, p. 41).

Didier Eribon (2006), filósofo e escritor francês, apresenta uma consideração pertinente sobre a relação entre a homossexualidade de Foucault e a sua obra, alertando-nos que ele é um militante homossexual e que tal fato não pode ser omitido. No entanto, segundo Eribon sugere, não devemos transformar a sua orientação sexual em categoria fundamental para interpretar o todo da sua produção teórica:

[...] seria absurdo ler a marca da homossexualidade em cada passo da própria elaboração teórica. Se a experiência pessoal pode estar no ponto de partida de uma pesquisa, o trabalho teórico visa justamente a ultrapassá-la, escapar desse nível da experiência vivida para produzir uma análise que possa valer como demonstração na qual os outros poderão se reconhecer. Assim, é preciso, simultaneamente, dizer que não se pode explicar a obra de Foucault deixando de lado essa dimensão, mas que reduzir a obra de Foucault à homossexualidade equivale a esquecer de que um livro é produto de um trabalho e que todo trabalho intelectual se encontra necessariamente inscrito em um campo teórico no qual ele colhe suas referências, seus métodos, seus conceitos (ERIBON, 1996, p. 33-34).

Diante disso, importa muito mais compreender o que Foucault, como intelectual, elaborou sobre a experiência homossexual, atentando para as críticas e contribuições apresentadas, em vista de explorar novas possibilidades para a vivência das relações homoafetivas. Devemos colocar em segundo plano o fato de Foucault ter sido um homossexual, pois de qualquer forma, ele desenvolveu um amplo esforço teórico para nos ajudar a resistir às tentativas de sermos definidos pela nossa sexualidade (ARRUDA; BARBOSA, 2019). Assim, homossexuais ou heterossexuais, somos muito mais do que a nossa própria sexualidade, muito embora ela possa ser decisiva no que somos, não é tudo o que somos.

No âmbito de toda sua discussão a respeito da homoafetividade, Foucault situa a questão da amizade, problematizando a possibilidade de criar, a partir da

amizade – que é uma forma de relação ou um modo de vida – uma ética, uma cultura ao redor do prazer (FOUCAULT, 2010).

Embora Foucault não tenha realizado nenhuma elaboração sistemática da categoria *amizade* - conforme a afirmação de Francisco Ortega: “Foucault não teve a oportunidade de realizar uma análise arqueológico-genealógica deste fenômeno, apesar de ter sublinhado sua importância” (1999, p. 158) - se faz necessário um esforço de análise em seus últimos textos e entrevistas, buscando quais elementos são mencionados ao “definir”, em linha gerais, o que seria amizade.

A *amizade* para Foucault estaria no plano da elaboração por meio da criatividade, experimentação e uma multiplicidade de formas de vida possíveis. Ele não oferece nenhuma receita pronta, se limitando a defini-la em linhas breves: “Amizade, isto é, a soma de todas as coisas mediante as quais se pode obter um prazer mútuo” (2010, p. 349). Assim, temos uma compreensão de *amizade* que passa pela ânsia de intensificação mútua do prazer sexual. É uma relação que se constrói pela mediação da empatia e que, de forma alguma, implica necessariamente esperar que toda *amizade* deva ter um caráter sexual.

Devemos atentar para o fato de que a discussão da *amizade*, para Foucault, aparece vinculada ao contexto de análise das novas formas de vida entre pessoas homoafetivas, por isso o autor acrescenta a sua noção de *amizade* o componente da sexualidade, pois é através dela que a *amizade* pode criar múltiplas relações (ORTEGA, 1999). Neste sentido, a contribuição de Foucault ao tema da homossexualidade passa pelas noções de *cuidado de si*, *estética da existência* e *amizade*, conceitos que são evocados simultaneamente.

Em sintonia com a discussão acerca da *amizade*, os casais que entrevistamos descreveram que começaram a construir suas histórias juntos com base na partilha de determinadas vivências que possibilitaram seu conhecimento mútuo. Conforme o seguinte relato:

Nós temos os mesmos gostos por incrível que pareça. Ele gosta de bicho e eu gosto de bicho, ele gosta de planta e eu gosto de planta, nós trabalhamos com cultura, né? Temos um grupo de

cultura no qual ele foi um dos fundadores e o grupo vai completar agora 40 anos. Ele sempre gostou de cultura, eu fui depois, mas nós nos encontramos. Nós somos muito parecidos. Gostamos das mesmas coisas. E a amizade que cultivamos é a coisa mais importante da nossa relação. Se não fosse a amizade nem estaríamos mais juntos. Parece que é o sentimento de amizade que nos torna tão próximos e parecidos (...) (RICARDO e CLÁUDIO, 2019).

Declarações como essa, revelam que tais relações são construídas com base no compartilhamento de afinidades e ideais, no qual a amizade acaba por determinar e fortalecer seus laços maritais. A importância e o lugar da amizade na relação dos casais entrevistados serão apresentados no capítulo IV desta pesquisa.

Ainda em torno das contribuições foucaultianas, temos que é importante considerar que este autor já havia se pronunciado sobre o *cuidado de si* e a *amizade*, quando de suas análises sobre a antiguidade apresentadas na *História da sexualidade*, porém ele agora se pergunta se a noção de *amizade*, já tematizada pelo pensamento antigo, pode ser resgatada, inovada e se constituir em um fator suficiente e decisivo para construção de uma forma de relacionamento nova e inovadora, capaz mesmo de interpelar as relações heterossexuais, capaz de oferecer resistência ao poder invasor e uniformizador das sociedades contemporâneas.

Quando questionados acerca da importância da amizade, o mesmo casal apontou que este sentimento é a força vital que necessitam para enfrentar os desafios diários impostos pela sociedade:

Justamente, uma segurança e o respeito que vamos ter e um proteger o outro. Na realidade é isso: é um proteger o outro porque é tanto preconceito, *tá* entendendo? E quando a gente vai e se junta *pra* se unir em nome do que a gente gosta e do que temos em comum e do que não temos em comum, certo? A principal coisa é um olhar *pro* outro e dizer assim: nem tu *tá* só nem eu *tô* só. Estaremos juntos, certo?! Porque, olhe, por incrível que pareça, todos os dias das nossas vidas é como se estivesse estampado aqui na testa: “Eu sou gay!” Mas isso não é imposto por mim mesmo não, dentro de mim mesmo, que eu

travei essa briga não, sabe? É porque os outros fazem e rotulam a gente de tal maneira que se você chegar hoje com seu esposo em qualquer canto, num barzinho *pra* tomar cerveja, você mal vai ser vista e notada; a não ser que dependendo de uma roupa que use, porque mulher olha muito a roupa uma da outra. Mas nós dois, independente, não vai se passar despercebido e não é um despercebimento por questão que estejamos com uma roupa tal não. É porque muitos pensam e falam assim: “Olha, os gays chegaram!” Certo? Então é dessa maneira. (RICARDO e CLÁUDIO, 2019)

O testemunho acima revela a importância da construção de círculos de afeto que servem como mecanismos de proteção contra o ostracismo e a rejeição social de que são vítimas, porém, embora sofram preconceito, estes casais encontram um no outro forças para seguirem, encontrando suporte na amizade que cultivam entre si.

Considerando o relato acima, a preocupação teórica de Foucault parece bastante pertinente, pois para que o *estilo de vida gay* não seja construído tomando como modelo o estilo de vida heterossexual, é necessário assumir a *amizade* como a relação determinante para a sua inovação. Além disso, a *amizade* funciona como um elemento substancial que o sustenta, fazendo superar as adversidades diárias.

Dessa forma, Foucault teoriza que o *estilo de vida gay* conseguirá escapar dos modelos relacionais vigentes entre os casais heterossexuais, e terá no *cuidado de si* um aspecto fundamental na constituição de um estilo de vida que explore novas possibilidades de vivência social e abra perspectivas para uma ética do sujeito.

Ainda sobre a noção de *cuidado de si* e do outro, encontramos no relato de Carlos, uma boa exemplificação:

Acredito que a maior virtude na nossa relação é a amizade, primeiramente.... Nós somos muito amigos. Aí vem a questão da cumplicidade, né? Da ajuda. Ele me ajuda e eu ajudo ele no que precisar, principalmente ele tem os problemas de saúde dele e eu sempre vou com ele *pra* o hospital. Ele tem alguns probleminhas e eu faço questão de ficar próximo a ele. Não

deixo ele ficar muito tempo sozinho por causa disso. Então é mais a questão da ajuda, do companheirismo, da afetividade muito forte entre nós dois, entendeu? Eu cuido dele e ele cuida de mim. Acho que muita gente pensa que um casal gay não se ama o bastante e nem cuida um do outro, como se fosse só sexo e desejo carnal, mas não. Não é bem assim (CARLOS, 2019).

Temos em Foucault que - e essa noção parece em sintonia com a narrativa acima - o *cuidado de si* visa o bem do outro, e não um amor exagerado a si que negligencia o outro. É cuidando de si, pensando em si mesmo, segundo Foucault, que necessariamente cuidamos do outro. “Aquele que cuida de si, a ponto de saber exatamente quais são os seus deveres como chefe da casa, como esposo ou como pai, descobrirá que mantém com sua mulher e seus filhos a relação necessária” (FOUCAULT, 2006c, p. 273).

Diante da contribuição de Foucault, temos no *cuidado de si*, uma noção que implica em uma resistência política e ética à imposição de modelos de comportamentos. É um aspecto fundamental na constituição de um estilo de vida que explore novas possibilidades de vivência social e abra perspectivas para a ética do sujeito. No entanto, o casal acima, elaborou sua vivência com base no *cuidado de si*, embora tenha legalizado sua união e se “rendido” a uma normatização institucional. O *cuidado de si*, neste caso, torna-se uma característica da intimidade desses casais.

Quando Foucault oferece sua interpretação acerca da homossexualidade, ele não pensa que a luta pelos mesmos direitos civis dos héteros sejam as metas mais importantes do Movimento. Ele sugere que as pessoas homoafetivas prefiram viver com base numa estetização da existência, recorrendo a *amizade* e ao *cuidado de si* em suas relações para não caírem nas armadilhas da *reprodução* e constituição das identidades baseadas em preceitos heterodominantes. Ou seja, o mais importante seria viver sem buscar se auto definir e regular, construindo sua subjetividade livre de imposições sociais; embora ele reconheça a importância do casamento entre pessoas do mesmo sexo, quando sugere certa vez que “não haverá civilização enquanto o casamento entre homens não for admitido” (FOUCAULT apud ERIBON, 1990, p. 158).

Conforme Foucault sugere, a busca pela vivência construída de forma independente das imposições sociais e baseada no *cuidado de si*, resulta naquilo que o pensador denomina de *estética da existência*. A chamada *estetização da existência* é justamente o princípio e o resultado da resistência do indivíduo frente às subjetivações impostas. Estetizar a existência, fazer da vida uma obra de arte, resulta das escolhas éticas de cada um, é a realização de um processo de subjetivação.

A noção de *estética da existência*, segundo Foucault, diz respeito ao modo de sujeição dos indivíduos às práticas ligadas ao ideal de uma vida bela, comportando-se de maneira a cultivar um modo de viver sem basear-se em códigos morais de comportamentos fixos e pré-definidos culturalmente, mas viver a sua vida conforme a elaboração de uma obra de arte, com intuição, criatividade e originalidade (FOUCAULT, 2006).

Não há uma definição prévia do que seria essa forma de vida evocada por Foucault, pois é justamente isso que ele quer evitar. Oferecer um modelo pronto, acabado, cuja realização devesse ser perseguida por todos não faz parte da agenda de Foucault. Em seu entendimento, o *estilo de vida gay*, como uma nova forma de vida, não se deve pautar por utopias, mas por lutas constantes contra as subjetividades impostas.

Dessa forma, as noções de forma de vida e de *amizade*, teorizadas por Foucault, implicarão na recusa de toda uma cultura homoafetiva centrada na exigência de liberação da atração sexual e na procura de uma identidade. Tal recusa fará com que a homoafetividade busque explorar novas formas de vida sem a necessidade de se estabelecer mais uma diferenciação. Foucault afirma:

Esta noção de modo de vida me parece importante. Não seria preciso introduzir uma diversificação outra que não aquela devida às classes sociais, diferenças de profissão, de níveis culturais, uma diversificação que seria também uma forma de relação e que seria "o modo de vida"? Um modo de vida pode ser partilhado por indivíduos de idade, estatuto e atividade sociais diferentes. Pode dar lugar a relações intensas que não se parecem com nenhuma daquelas que são institucionalizadas e me parece que um modo de vida pode dar lugar a uma cultura



e a uma ética. Ser gay é, creio, não se identificar aos traços psicológicos e às máscaras visíveis do homossexual, mas buscar definir e desenvolver um modo de vida (FOUCAULT, 2014a, p. 350-351).

Desse modo, a discussão sobre a *amizade e cuidado de si* consiste na análise de novas formas de relacionamentos, possibilitando a existência de relações duradouras e marcadas por sentimentos, relacionamentos que tenham como base a criatividade. Segundo Foucault, isso é algo que não acontece na grande maioria das relações homoafetivas por força da configuração social e das práticas discursivas que prende a homossexualidade no jogo da luta por liberação do desejo sexual e construção de uma identidade.

Na abordagem foucaultiana, o comportamento sexual não é tomado como uma vontade procedente dos instintos da natureza humana ou como uma resposta às leis consideradas lícitas e limitadoras que dizem o que se deve ou não fazer. O comportamento sexual é visto como abertura para novas possibilidades de vivências e relacionamentos que possam ir além daqueles já efetivados nas relações heterossexuais. É necessário inaugurar uma nova consciência a respeito do que se faz. A valorização da *amizade*, afetividade e *cuidado de si*, para além do prazer, possibilita que o modo de vida gay seja assumido positivamente e descortine dimensões políticas e éticas que possam transcender ao próprio interesse da militância gay:

O que eu gostaria de dizer é que, em minha opinião, o movimento homossexual tem mais necessidade hoje de uma arte de viver do que de uma ciência ou um conhecimento científico (ou pseudocientífico) do que é a sexualidade. A sexualidade faz parte de nossa conduta. Ela faz parte da liberdade em nosso usufruto deste mundo. A sexualidade é algo que nós mesmos criamos - ela é nossa própria criação, ou melhor, ela não é a descoberta de um aspecto secreto de nosso desejo. Nós devemos compreender que, com nossos desejos, através deles, se instauram novas formas de relações, novas formas de amor e novas formas de criação. O sexo não é uma fatalidade; ele é uma possibilidade de aceder a uma vida criativa (FOUCAULT, 2010, p. 352).

No espaço social e institucional vigente as relações permitidas são pouco diversificadas e muito esquematizadas – quase restritas ao espaço familiar – porém, outras formas de relacionamento podem existir e desenvolver novos códigos, novos suportes sociais para além da institucionalização e da legalidade. Para Foucault, a *ascese*<sup>10</sup> pode conduzir a um novo modo de vida. Por meio dessa prática, o indivíduo pode superar as barreiras sociais e históricas colocadas entre eles já que o que ele vem chamando de modo de vida se constitui em uma realidade que pode ser vivenciada pelos indivíduos sem limites de idade, condições sociais e funções que possam desempenhar. Dessa forma:

A luta homossexual deve (nisto consiste seu poder transgressivo ampliável a outros tipos de conflitos sociais: movimentos antirracistas, ou feministas etc.) aspirar à criação de um novo "direito relacional", que permita todo tipo possível de relações, em vez de impedi-las ou bloqueá-las [...] A possibilidade de constituir formas novas de sociedade é também possível para a comunidade heterossexual, que tem de ser incluída na luta por um novo "direito relacional" (ORTEGA, 1999, p. 170).

No âmbito de tal concepção de modo de vida não faz sentido lutar para que as pessoas LGBTQIA+ tenham direitos iguais aos dos heterossexuais, pois segundo Ortega (1999, p. 169), "isto significaria a ampliação a círculos homossexuais das formas de comunidade e relacionamento reduzidas na atualidade aos heterossexuais, em vez de inventar novas formas de existência não institucionalizáveis". Ou seja, lutar pelo direito de ter as mesmas formas de vida e de relacionamento que têm os heterossexuais significa institucionalizar e limitar uma forma de vida que tem a possibilidade de inventar uma série de

---

10 Foucault afirma que o ascetismo - doutrina moral de contemplação - como forma de "... renúncia ao prazer tem má reputação" (FOUCAULT, 2010, p.350). Não é essa modalidade de ascese que interessa a Foucault, mas a ascese como um esforço que é feito sobre si para se transformar ou para fazer com que apareça esse si, que não se alcança. Foucault explora, dessa forma, a noção de ascese como uma prática que permite inventar, explorar possibilidades e criar alternativas. Afastando-se, portanto, da ascese como renúncia, como fuga do mundo, como anulação do desejo. Uma ascese de constituição de uma novidade, não de renúncia a aspectos indesejáveis da personalidade. Este seria então, o problema da atualidade: "... colocamos o ascetismo em férias. Temos que avançar sobre uma ascese homossexual que nos faria trabalhar sobre nós mesmos e inventar – não digo descobrir – uma maneira de ser, ainda improvável" (FOUCAULT, 2010, p. 350). Portanto, não negatividade, mas afirmação. Cada um deve atuar sobre si mesmo não para expurgar o que a sociedade julga como indesejável, mas para se reinventar a partir dos condicionamentos da própria sociedade. (ARRUDA; BARBOSA, 2019, p. 151).

alternativas de existência, que podem ir além do casamento, da família e da monogamia. Limitar-se a isso seria renunciar ao processo criativo de construção de uma nova ética individual e de consequentes novas formas de relacionamentos.

No entanto, o que moveu nossa investigação, dialogando com a contribuição foucaultiana, foi: os casais que optaram por recorrer a união legal sentem que o fato de as legitimar, segundo a jurisdição vigente, limita suas formas de existência a padrões pré-determinados por instâncias heteronormativas? Afinal, como esses casais definem suas vivências? Em sintonia com tais reflexões, podemos fazer referência ao testemunho de Cláudio:

O casamento no cartório foi um mero papel. Não deixou nossa relação monótona. Temos o nosso jeito de viver e procurar não cair na rotina. Nossa relação não mudou nesse sentido, só melhorou. A gente *tá* o tempo todo tentando fazer coisas diferentes (2019).

E, a declaração de Carlos que, quando questionado se a oficialização da relação limitou suas possibilidades de vivência conjugal a uma forma de vida baseada em modelos de existência conjugal heteronormativa, respondeu:

Não. A questão de oficializar com a união estável foi mais questão de seguridade, de legalidade, mas nas nossas práticas é como se a gente fosse namorado, entendeu? A gente sai, a gente se diverte, a gente vai pra casa dos amigos como já fazia antes de casar. Eu acredito que até melhorou pelo fato de que quando a gente namorava apenas e cada um morava no seu lugar eu apenas passava o final de semana com ele, mas a gente não tinha o convívio ao ponto de sair juntos sempre, sabe? Acho que tudo só melhorou (CARLOS, 2019).

Tais experiências revelam que esses casais não se renderam aos padrões de existência conjugal geralmente impostos por normas heterodominantes que ditam certos modos de ser. Suas narrativas, expressaram

a busca pela construção de uma vivência conjugal marcada pela criatividade e a vontade de não se render a monotonia, essa última geralmente associada pelo senso comum aos relacionamentos afetivos formalizados.

### 1.3 A Família normativa

Quando fazemos memória histórica, da forma como nos ensina Philippe Ariès (1981), constatamos que a família, com o passar do tempo, tem sofrido diversas mudanças. Essas mudanças são percebidas em seus traços visíveis, assim como no tocante às funções internas realizadas pelos indivíduos que a compõem. Essas alterações afetam de forma significativa os modos de exercer o seu papel social, dentro da dinâmica da vida coletiva de cada época. Na obra de Ariès, aprendemos que a família é uma instituição historicamente construída, logo não podemos descrever ou assimilá-la como uma realidade estática, pacífica, com características únicas que se perpetuam pelo tempo.

Quando observamos registros do passado percebemos que não existe um modelo único de família, mas sim modelos distintos, diferentes. Esse fato nos remete a uma visão da família como uma realidade que não se restringe a um modelo nuclear nem a uma orientação disciplinar única, prescrita, definida. Os modos como as famílias se articulam, em certa medida, estão definidos pelas diversas formas de estrutura que a sociedade ganha em um dado momento. A família, como instituição, se modifica de acordo com a história e com a cultura. Temas como *reprodução social* e *cuidado de si* - noção que implica no cuidado do outro - permeiam as formas como hoje podemos observar a instituição Família.

Conforme aponta Bourdieu, a *reprodução* está ligada a divulgação de certas normas, valores e comportamentos através de instâncias socializadoras, sendo a família o primeiro agente de socialização da criança. Na família, as crianças encontram apoio, proteção, cuidado e são apresentadas ao mundo externo. No espaço familiar, também são difundidas crenças e hábitos culturais para as crianças que serão acionados durante toda vida. No entanto, no ambiente familiar os adultos também encontram conforto e apoio emocional, se

constituindo como um importante canal de referência durante todo o “ciclo da vida” (GIDDENS, 2016).

Embora tenhamos noção da diversidade presente nas estruturas familiares desde a contemporaneidade, o modelo de família mais divulgado e reproduzido seria o heteronormativo (BELLONI, 2007; CORRÊA, 1994). Como prova disso, é possível ouvir nos relatos dos casais homoafetivos consultados para a pesquisa, que embora estejam ‘cobertos’ pela lei, isto é, tenham contraído relação marital de forma oficial e legal, estes casais são, em muitas ocasiões, hostilizados pela sociedade.

Isso implica dizer que, por mais que uma Resolução proteja o direito desses casais, esses casais ainda são aceitos com ressalvas na sociedade e não são respeitados como família. Lembro de comentar com uma pessoa que estava pesquisando casais e famílias homoafetivas, quando fui repreendida: “Mas isso não é família! Por que você está querendo fazer esse tipo de pesquisa?”. A reação me assustou, tive que explicar as conquistas recentes dos casais homossexuais no Brasil, explicando que, por essa razão é possível que pessoas homossexuais constituam uma família.

No decorrer da pesquisa percebemos que esses casais sentem que construíram uma família ao serem aceitos pelos mais próximos e familiares como uma, conforme o relato desse casal:

O nosso vínculo de amigos, todos, nos consideram uma família, consideram a nossa relação como uma família. Tanto que a gente brinca e todos brincam que as cachorras são as nossas filhas. Por enquanto, a gente ainda tá no processo de entrar numa fila de adoção pra poder adotar uma criança, pra gente poder criar e dar todo amor pra ela, assistência e tudo mais. Mas o nosso círculo de amizade todos consideram a nossa relação como uma família. E, nós dois também consideramos que formamos uma família (CARLOS e LUÍS, 2019).

Constituir uma família parece não ter implicado, para esse mesmo casal, o enquadramento em rotinas nem monotonia. Ao serem questionados acerca das mudanças na vivência do casal, após a oficialização da união, expuseram:

[...] o casamento não tornou nossa relação monótona, eu acredito que pelo contrário. Ela fez a gente sempre buscar uma novidade, sempre buscar se entreter com algo. Não por medo de tornar o relacionamento monótono, mas por ser uma coisa automática, uma coisa livre, de vontade própria da gente de procurar não tornar a nossa relação cansativa. Porque a gente quer fazer isso. Porque a gente gosta de fazer isso: uma coisa nova, procurar algo novo *pra* gente, *pra* que a gente se sintam bem. Viver de forma intensa. É isso que a gente faz: viver (CARLOS e LUÍS, 2019).

Diante de posições como essa, nos sentimos inclinados a questionar: A força que assegura a constituição desses relacionamentos obedece a ordem da *reprodução* ou do *cuidado de si*? Ou seria possível afirmar que as duas coisas? Seguimos adiante refletindo sobre estas questões.

Retomando a discussão sobre família observamos que a literatura presente nas Ciências Sociais, principalmente a partir do século XX, tem chamado atenção para a diversidade presente nas estruturas familiares. No entanto, consta que nos últimos anos, muitos discursos conservadores vêm a público expressar a preocupação com a extinção da família, sejam através de discursos religiosos, políticos ou “educativos”.

Este modelo idealizado de família ao qual se referem muitos conservadores – marcado por características cristãs/burguesas e bastante hegemônico na sociedade brasileira -, parece se dirigir a um tipo de organização

familiar em seu sentido mais tradicional<sup>11</sup>, ou seja, o modelo de *família nuclear*, fruto da fragmentação das *famílias extensas*<sup>12</sup>.

Com a finalidade de definirmos em linguagem sociológica os sistemas sociais que se referem à família, temos:

Como sistemas sociais, as famílias variam em suas características estruturais, o que, por seu lado, acarreta grandes variações na vida familiar. A família nuclear, por exemplo, consiste dos pais e filhos naturais ou adotados residentes na mesma casa, e ausência de outros parentes. Este modelo é principalmente associado à vida em sociedades industriais, onde as mobilidades geográficas e econômica andam de mãos dadas: quanto menor a unidade familiar, mais facilmente ela pode reagir a oportunidades econômicas em lugares distantes. A família nuclear está associada também a isolamento social e à falta de contato com parentes e, como resultado, a uma variedade de problemas, como a sobrecarga de papéis. Neste particular, o modelo de família nuclear é comparado principalmente com a família extensa – pais, filhos e vários tipos de parentes vivendo sob o mesmo teto -, que é em geral considerada como a forma dominante em sociedades não-industriais. A pesquisa, no entanto, sugere que, ao longo da história, o modelo de família

---

<sup>11</sup> Recentemente, o vice-presidente da República, ainda durante sua campanha eleitoral, veio a público relacionar o tráfico de drogas com famílias que não possuem uma figura paterna como referência. Ou seja, o candidato chegou a afirmar que “a partir do momento em que a família é dissociada, surgem os problemas sociais. Atacam eminentemente nas áreas carentes, onde não há pai e avô, mas sim mãe e vó, por isso é fábrica de elementos desajustados que tendem a ingressar em narcoquadrilhas”. Sua declaração reforça o discurso conservador que tem tomado conta do país desde 2018. O então candidato, atual vice-presidente da República, foi criticado severamente por parcela da população, mas aplaudido e apoiado por fração expressiva de pessoas que consideram a família moralmente boa como aquela formada por pai, mãe e filhos. O depoimento ganhou visibilidade nacional e pode ser conferida em diversos sites de notícias, a exemplo de: (HOLANDA, 2018); (CARTA CAPITAL, 2018); (EXAME, 2018).

<sup>12</sup> No entanto devemos compreender a família como um conjunto aberto e não como uma totalidade fechada, sempre problematizando concepções que a limitem. Seguindo as pistas teóricas de alguns antropólogos (podemos aqui citar Lévi-Strauss, por exemplo), chegamos ao entendimento do grupo familiar como algo que se origina através do casamento. Assim, através do vínculo legal são geradas obrigações mútuas, direitos e proibições sexuais e sentimentos psicológicos. Antropólogos e sociólogos funcionalistas buscaram identificar em todas as sociedades humanas um núcleo familiar. Tais explicações levaram à tese da existência da família nuclear (pai, mãe e filhos) como uma instituição universal. No entanto, esta constatação foi alvo de inúmeras críticas, pois em muitas sociedades as formas de organização familiar são marcadas pelo relativismo dos papéis sexuais e parentais. Os antropólogos funcionalistas denominam de família nuclear, as organizações formadas por pai, mãe e filhos de pouca idade. Já os sociólogos pensam nesse mesmo modo de organização nuclear da família no contexto das sociedades industriais, como resultado da fragmentação da família extensa para lares autônomos (família ampliada cujos membros são ligados através de traços genealógicos e que possuem uma residência comum) (BOUDON e BOURRICAUD, 2002).

nuclear, e não a extensa, é que predominou (JOHNSON, 1997, p. 107).

Esse verbete, extraído de um dicionário de Sociologia, nos esclarece o modo como esses conceitos são comumente abordados nas Ciências Sociais. No entanto, outras formas de organizações familiares<sup>13</sup> também se fazem presentes em diversas sociedades, embora não seja nosso interesse detalhar neste texto cada uma dessas organizações, mas apenas esboçar algumas noções acerca das transformações pelas quais as concepções dos modos de ser família foram sofrendo ao longo do tempo.

Não obstante, alguns pensadores e analistas sociais chegaram a considerar, durante os anos de 1940 e 1950, a *família nuclear* como um modelo ideal de família, “o ápice da perfeição da civilização humana” (BOUDON e BOURRICAUD, 2002, p. 242). Concebida como elemento fundamental para modernização econômica das sociedades.

Em nossa pesquisa observamos que os casais homoafetivos consultados, são filhos de famílias nucleares, ou seja, viveram até sua fase adulta com os pais e irmãos sob o mesmo teto. No entanto, em alguns casos, em vista da dificuldade de conviver com os pais por conta da orientação sexual, tiveram que deixar o grupo familiar. Como atesta esse trecho de um relato: “Era muito difícil viver debaixo dos olhares e comentários preconceituosos da família. Preferi sair de casa e batalhar sozinho. Não foi fácil, tudo passou. Hoje me respeitam e sei que me amam, mas tinha que ser assim” (CARLOS, 2020). A narrativa de Carlos, revela que sua saída do núcleo familiar foi impulsionada pela ânsia de expressar sua liberdade sexual, levando o narrador a vivenciar momentos de solidão.

---

<sup>13</sup> Ainda sob o prisma de uma relação familiar heterocêntrica, temos: *famílias mistas, compostas* ou *fundidas*, que “conta com uma estrutura de papéis na qual pelo menos um dos pais foi antes casado e que inclui filhos de um ou ambos os casamentos” (JOHNSON, 1997, p. 108); *família de pais solteiros* ou *monoparental*, estruturas familiares formadas pelo pai ou pela mãe, que arcam com a responsabilidade de cuidar dos filhos sozinhos; e, *famílias divorciadas*, quando pelo menos um de seus membros passou por um divórcio, “como resultado, formam-se laços complexos com pais, crianças e ex-cônjuges não residentes. Alguns sociólogos argumentam que a família divorciada deveria ser reconhecida como um tipo distinto de estrutura familiar, cujos relacionamentos complexos e, não raro, conflituosos afetam profundamente a natureza da vida familiar” (Ibid.).



Contudo, ao conhecer o seu esposo, percebeu que formar uma família ao seu lado seria algo inevitável, como veremos mais à frente.

Segundo estudiosos funcionalistas, a *família nuclear* ou *extensa* desempenha funções específicas essenciais, tais como: a regulação sexual (atividade sexual legítima e permitida); a cooperação econômica, pois em virtude da diferença sexual primária, a mulher seria fisicamente mais fraca e, por essa razão, responsável pelas atividades domésticas, enquanto os homens poderiam realizar trabalhos mais pesados e se afastar mais de suas residências<sup>14</sup>; a reprodução, visto que, antes da invenção de métodos contraceptivos, a sexualidade era voltada para a reprodução; a socialização, pois enquanto instituição social, a família seria responsável pela socialização primária das crianças, sendo essa uma tarefa dos adultos; e, o apoio emocional, uma vez que segundo Parsons, a família nuclear tem a mãe como a principal encarregada pelo apoio emocional dos filhos (PARSONS, 1998). Tais atribuições funcionariam como elementos responsáveis pela manutenção da ordem familiar, resultando em harmonia e equilíbrio nas diversas dimensões da sociedade.

Talcott Parsons defendeu a tese da universalidade do modelo de *família elementar* em *Family, Socialization and Interaction Process* (1998). Como afirma Maria G. Hita (2005, p. 121):

O modelo de família nuclear descrito por Parsons teria se desenvolvido em sociedades avançadas a partir do processo de urbanização e industrialização. Seu esquema, referenciado na experiência da classe média urbana dos EUA dos anos 50, foi defendido como o modelo mais amadurecido de família para o qual outros modelos tidos como menos desenvolvidos tenderiam a caminhar, como se a diversidade de modelos familiares apresentados ao longo da história e de distintas culturas pudessem ser classificados como sendo moralmente inferiores, culturalmente menos civilizados e menos saudáveis.

---

<sup>14</sup> No entanto, em outras formas de organização social, as mulheres desempenham atividades braçais e os homens assumem a responsabilidade da educação dos filhos.

Como explícito acima, ao priorizar e idealizar um modelo de família, Parsons acaba por negligenciar as demais formas de organização familiar. No entanto, podemos ir além dessas interpretações funcionalistas, e recorrermos a outras vertentes de pensamento que enfatizam a mudança com relação a esses modelos tradicionais e hegemônicos de família, como veremos mais à frente.

A realidade empírica das famílias homoafetivas por nós abordadas, bem como muitas recentemente construídas, questionam teorias como a de Parsons, no sentido em que elas não conseguem fornecer categorias que possibilitem compreender a flexibilidade e atualidade das novas estruturas de famílias heterossexuais vigentes. A explanação dessas interpretações nos leva a discussão dos modos de ser família na contemporaneidade, condição essencial para pensar na emergência da família constituída por pessoas do mesmo sexo.

#### **1.4 O sentimento de Família**

Em certa medida os modos de sentir e de pensar ganham vida nas representações materiais e nos objetos visíveis que utilizamos para representar realidades inteligíveis e sentimentais. Nesse sentido, as reflexões de Appadurai (2008) nos ajudam a entender que objetos como fotografias, peças decorativas, peças de vestir ou alianças podem ser símbolos que representam um estado de espírito em um momento dado da trajetória de vida de um ator social. Nos lares de casais homoafetivos que visitamos, observamos a existência de objetos que sinalizavam a visão romântica que eles construíram de sua vida conjugal.

Em sintonia com Appadurai, a leitura que fizemos dessa simbologia nos permite objetar a tendência teórica que considera o mundo das coisas como estático, inerte e mudo. Como uma realidade fática reconhecível apenas por intermédio das pessoas e de suas palavras.

Para compreender a representação do afeto conjugal, por meio dos objetos por eles zelados, precisamos concordar com o autor quando afirma:

[...] temos que seguir as coisas em si mesmas, pois seus significados estão inscritos em suas formas, seus usos, suas trajetórias. Somente pela análise destas trajetórias podemos interpretar as transações e cálculos humanos que dão vida às coisas” (APPADURAI, 2008, p. 17).

Em outras palavras, se eram os objetos materiais que conferiam identidade, posições ou significado aos homens, agora veremos como os homens conferem autonomia aos objetos, para que eles possam não somente representar, mas, possibilitar que a realidade simbólica se materialize através das coisas. Assim, de certo ponto de vista teórico, atores humanos podem codificar as coisas por meio de suas significações; entretanto, a partir da perspectiva aqui proposta, são as coisas em movimento que elucidam os sentidos da sociabilidade humana. Poderemos, então, compreender os objetos materiais enquanto, simultaneamente, receptores e produtores de valores, pressupondo que pessoas e coisas são igualmente significativas no curso de suas interações.

Podemos nos reportar ao ambiente familiar de um casal que tivemos oportunidade de visitar durante o período das entrevistas. Na sala de visitas da sua casa, inúmeras fotografias estavam expostas, retratando diferentes memórias do casal, sobretudo momentos em família: viagens de férias do casal com parentes e amigos; referências ao cotidiano do casal com seus animais de estimação; e, o registro do casal com a chave da casa que compraram juntos, foto posicionada em lugar de destaque no ambiente, simbolizando um evento marcante na vida do casal. Tais fotografias registram, em si mesmas, significados que representam a afetividade e trajetória de vida desse casal, sinalizando a visão romântica que construíram de sua vida conjugal.

É interessante observar que a emergência do Romantismo influenciou na construção de um modelo de família hegemônico ou normativo que serviu como fundamento para se definir o que é ou não família. Neste sentido, para refletirmos acerca da emergência da família hegemônica ou normativa é pertinente fazermos referências a textos como *A História Social da Criança e da Família* (1981), de Philippe Ariès. Através de pesquisa iconográfica, o historiador sugere que calendários, tapeçarias e pinturas passaram a representar a imagem da

família a partir do século XVI (ARIÈS, 1981). Nessas primeiras representações estéticas são retratadas a hierarquia familiar, pois, segundo o autor, a reunião da família passa a ser objeto da expressão artística da época.

Desse modo, descreve um dos retratos: “o pai está sentado com uma criancinha sobre os joelhos. Sua mulher está de pé a sua direita. Um dos filhos à sua esquerda, e o outro dobra o joelho para receber algo que o pai lhe dá” (ARIÈS, 1981, p. 135). Essa fotografia registra a imagem da família que tem como referência central a imagem do pai, ele ocupa o centro da representação. A partir do século XVI, os poderes do marido são cada vez mais reforçados na família, cuja marca é a dominação masculina confirmada por instâncias legais. Assim, o sentimento moderno de família tem como característica central a figura paterna como personagem em que os demais membros são submissos a ele.

Esse tipo de imagem se tornou bastante popular na Europa e tinha como objetivo a encenação performática de uma cena de gênero familiar (SCHECHNER, 2006). No entanto, em outros calendários do século XVI, é possível se deparar com a imagem da família acompanhada de seus criados, no qual o patriarca da família cumpre o seu papel de pai, marido e senhor. Esses calendários, segundo Ariès, agregam às cenas do cotidiano familiar as idades da vida. A descrição pictórica de cada mês representa um momento da família: casamento, refeição, nascimento dos filhos, colheita, doença e, por fim, a morte do patriarca. Essa representação em etapas que seguem o curso natural da vida, e tem como pano de fundo a família é responsável pela “ilustração de um sentimento novo: o sentimento da família” (ARIÈS, 1981, p. 137). O cenário que compõem essas imagens de família no ambiente do lar em suas salas e quartos, representando a intimidade da vida privada, passam a ser mais originais e utilizados pelos artistas da época.

Na Idade Média o cenário externo ao lar compunha as imagens de modo majoritário, mas a partir do século XVI a vida privada passa a ser objeto iconográfico. A vida familiar em sua esfera privada, longe do público e de sua função religiosa, passa a ser retratada de forma demasiada nas obras da iconografia europeia. Ariès atribui ao que ele denomina: “laicização do retrato de família” (1981, p. 141), o progresso do sentimento de família.

A família passa a ser representada como cena viva da vida cotidiana, seu vigor se torna sinônimo de virilidade, de fortaleza, de ideal de vida a ser perseguido. Desse modo, esse sentimento de família passa a ser inspiração dos artistas, ainda de forma tímida no século XVI, mas se impulsiona a partir deste período, como aponta Ariès, “a análise iconográfica leva-nos a concluir que o sentimento de família era desconhecido da Idade Média e nasceu nos séculos XV-XVI, para se exprimir com um vigor definitivo no século XVII” (1981, p. 143).

Ariès sustenta em sua obra que a família não é uma invenção do século XVI, como se ela não existisse antes, mas analisa o sentimento de família como algo próprio desse período. Conforme suas palavras:

[...] seria vão contestar a existência de uma vida familiar na Idade Média. Mas a família subsistia no silêncio, não despertava um interesse suficientemente forte para inspirar poetas ou artistas. Devemos atribuir a esse longo silêncio uma significação importante: não se conferia um valor suficiente à família. Da mesma forma, devemos reconhecer a importância do florescimento iconográfico que a partir do século XV, e sobretudo XVI, sucedeu a esse longo período a obscuridade: o nascimento e o desenvolvimento do sentimento de família. Daí em diante, a família não é apenas vivida discretamente, mas é reconhecida como um valor e exaltada por todas as forças da emoção (ARIÈS, 1981, p. 152).

Essa constante e insistente representação iconográfica das famílias a partir do século XVI, instaura um modo de se pensar sobre a família em sintonia com o sentimento afetivo muito próximo do atual (ARIÈS, 1981). Além disso, não podemos esquecer que esse sentimento de família está ligado, na obra de Ariès, ao crescente sentimento pela infância. Esse novo modelo familiar não está preocupado com “a honra da linhagem ou com a integridade do patrimônio. Ou com a antiguidade ou permanência do nome: brota apenas da reunião incomparável dos pais e filhos” (ARIÈS, 1981, p. 153). Assim, assistimos a emergência de um sentimento ligado à construção de um grupo restrito e formulado a partir dos pais e filhos, conferindo a família um lugar na vida sentimental a partir do século XVI.

Segundo o autor, “toda a evolução dos nossos costumes contemporâneos torna-se incompreensível se desprezamos esse prodigioso crescimento do sentimento de família” (ARIÈS, 1981, p. 191). Neste sentido, o historiador chama nossa atenção para compreendermos o sentimento familiar não como algo dado pela natureza, mas como uma construção social dada de forma processual, marcada por elementos externos e internos a própria família. A família passou a ser uma instituição com função moral e sentimental que transmite afetividade aos seus membros como maneira de cuidar de si e do outro.

Desse modo, sua obra nos oferece uma importante compreensão do surgimento da infância e da família heteronormativa na Europa. O autor chama nossa atenção, para o fato que o sentimento familiar se estendeu ao passo que a sociabilidade se retraiu, acontecimento que resultou no declínio da esfera pública e a ascensão da privada. Assim, assistimos ao fortalecimento da ideia de família conjugal sem a participação do Estado, pois a família passa a fazer parte de uma esfera íntima e particular. Tal evento, fez com que a família assumisse uma função moral, ficando bastante evidente que, nas análises iconográficas de Ariès: não foi o individualismo que triunfou no século XVIII, mas a família.

Os ideais de amor romântico, conforme argumenta Ariès, passam a modificar as estruturas familiares que vão se libertando dos laços mais amplos de parentesco, conferindo um significado diferente à família que passa a ser separada da esfera pública e idealizada como uma forma íntima de organização na qual os indivíduos esperam apoio emocional mútuo. Em continuidade com as contribuições de Ariès, Giddens observa uma tendência na modernidade que limita e contrai o tamanho da família. Essa tendência pode ser observada pela mediação dos conceitos de amor romântico e de amor confluyente.

### **1.5 O amor romântico e o amor confluyente**

Elementos que nos remetem ao ideal de amor romântico foram evocados em diversos momentos durante as entrevistas. Embora saibamos que a dedicação da mulher ao lar e aos cuidados dos filhos seja uma das marcas do

amor romântico, conforme apontou Giddens, observamos que não existe uma figura responsável pelas obrigações domésticas nos casamentos igualitários, pois estas relações se baseiam em divisões das atividades parentais e ligadas ao lar, como veremos no capítulo IV.

No entanto, percebemos que os casais consultados construíram seus casamentos apoiados nos ideais de apoio mútuo e projeção de um futuro em comum, marcas dos relacionamentos conjugais baseados no amor romântico. Como podemos verificar, por exemplo na declaração de Luan:

O nosso sentimento é muito puro. É muito bom querer ajudar o outro, querer compartilhar e projetar coisas para o futuro juntos, sabe? A gente não pensa que um dia pode acabar. A gente pensa em viver feliz um ao lado do outro, *pra* sempre (LUAN, 2019).

Através de Giddens, compreendemos que a noção de amor romântico tem início a partir do final do século XVIII, período histórico influenciado pelo romance. Como versam diversos registros, esse período é marcado pelo interesse de constituir uma história entre o eu e o outro desvinculada de processos sociais mais amplos, como comumente ocorria na Europa pré-moderna quando os casamentos, de forma majoritária, ocorriam influenciados por questões econômicas. Essa invasão do amor romântico, no modo como se concebe a família na modernidade, foi influenciada por alguns fatores, como Giddens aponta:

O surgimento da ideia de amor romântico tem de ser compreendido em relação a vários conjuntos de influências que afetaram as mulheres a partir do final do século XVII. Um deles foi a criação do lar [...] Um segundo foi a modificação nas relações entre pais e filhos; um terceiro, o que alguns chamaram de “a invenção da maternidade” (GIDDENS, 1993, p. 53).

Desse modo, o autor acrescenta o declínio do patriarcalismo no meio doméstico, conferindo a mulher uma maior responsabilidade com os filhos e com

os afazeres domésticos, enquanto o pai trabalhava fora de casa; pois o lar não é mais um ambiente para assuntos públicos, como já havia observado Ariès. O ambiente doméstico se torna um espaço destinado para assuntos privados, local designado para a vida íntima da família.

Além disso, a idealização da mulher como mãe, como aquela destinada à maternidade, se torna um dos aspectos que marca o amor romântico, conforme argumenta Giddens em *A transformação da intimidade* (1993). Segundo ele, “as ideias sobre o amor romântico estavam claramente associadas à subordinação da mulher ao lar e ao seu relativo isolamento do mundo exterior” (GIDDENS, 1993, p. 54). Assim, sua autonomia estava ligada as questões privadas do lar.

Ainda acerca dessa caracterização do que seria o amor romântico, o autor sugere que um dos ideais dessa forma de amor seria a vontade compartilhada em buscar apoio mútuo e a projeção de um futuro comum. Para Giddens, o interesse em construir um futuro juntos se configura como a base do amor romântico, inclusive esse interesse torna-se objeto de desejo dos casais que se unem graças ao sentimento afetivo que sentem um pelo outro. Assim, o autor chama nossa atenção para o modo como a noção de intimidade começa a ser transformada na modernidade.

No entanto, Giddens aponta que o ideal de amor romântico - que tem como base a ânsia de projetar-se para um futuro ao lado do outro, fragmentou-se na atualidade graças a autonomia e emancipação feminina. É como se o amor romântico desse lugar a uma possibilidade de criar *relacionamentos puros*, ou seja, uma maneira de unir-se ao outro e na relação permanecer enquanto ambas as partes estiverem satisfeitas e dispostas a permanecerem juntas. Esse modo de relacionar-se com o outro, afasta dos relacionamentos íntimos a ideia de *felizes para sempre*, própria do amor romântico. Além disso, o direito ao divórcio e uma maior igualdade de direitos entre os cônjuges foram alguns dos fatores que também contribuíram para o enfraquecimento desse ideal de amor romântico.

No lugar do amor romântico, Giddens afirma que se configura o *amor confluyente*: “o amor confluyente presume igualdade na doação e no recebimento emocionais, e quanto mais for assim, qualquer laço amoroso aproxima-se muito



mais do protótipo do relacionamento puro” (GIDDENS, 1993, p. 73). No *amor confluyente*, o amor se desenvolve ao passo que a intimidade também. Em suas palavras:

O amor confluyente desenvolve-se como um ideal em uma sociedade onde quase todos têm a oportunidade de tornarem-se sexualmente realizados [...] o que mantém o relacionamento puro é a aceitação, por parte de cada um dos parceiros, “até segunda ordem” de que cada um obtenha da relação benefício suficiente que justifique a continuidade (GIDDENS, 1993, p. 74).

O que nos interessa até aqui é demonstrar que a idealização de um modelo normativo de família não se deu como obra do acaso, as idealizações de uma família nuclear com bases sólidas, hierárquicas e patriarcais são fruto de toda uma idealização romantizada que invade os sonhos e as projeções de vida das pessoas, difundida graças aos romances e novelas, como, com excelência, nos mostra Giddens (1993).

No entanto, embora essa idealização tenha sido por muito tempo almejada e defendida, o modo de ser família foi sendo alterado ao longo da história, e tal processo de mudança exige da Sociologia a construção de categorias que possibilitem analisar e compreender todas essas mudanças. O nosso propósito neste texto é descrever e analisar algumas transformações pelas quais a família passou nas últimas décadas, pois elas serão essenciais para compreendermos a emergência da família composta por pessoas do mesmo sexo.

Ainda em sintonia com as transformações pelo qual passaram a família, Giddens aponta que alguns fatores influenciaram diretamente na dinâmica das famílias: os ideais de amor romântico; a presença de aparelhos governamentais centralizados em sociedades que eram autônomas, influenciando diretamente a vida dos grupos familiares que se afetaram pelas exigências de comportamentos baseados na modernização econômica; a migração dos grupos familiares das zonas rurais para as urbanas em busca de melhores oportunidades de trabalho; a influência de movimentos feministas alterando a dinâmica cultural dos modos

de família; as várias experiências pela qual os sujeitos passaram durante o curso da vida também alteraram o modo de pensar as famílias, como por exemplo, os impactos e novas configurações criadas nas famílias a partir do divórcio ou da escolha dos parceiros ou a fatalidade da monoparentalidade; e, uma maior presença da diversidade sexual nas organizações familiares (GIDDENS, 2016).

Esses impactos elencados, conforme sugere o sociólogo, exigiram uma nova perspectiva de análise sobre a família, uma abordagem que diferisse da tradicional centrada no ideal harmônico de família. Assim, os sociólogos são convocados a refletirem sobre a família a partir de um olhar plural e relativizador, abandonando uma visão que os leve a analisar essa instituição social como uma realidade possível de ser abordada sob o prisma de categorias universais e unificadoras.

Giddens aponta que embora a diversidade seja uma marca presente nas organizações familiares, alguns padrões gerais parecem surgir como fruto do processo de globalização, tais como: a ampla tendência à escolha livre dos parceiros; o fato das mulheres passarem a ter direitos amplamente reconhecidos; a restrição sexual passa a dar lugar a liberdade, tanto para homens quanto para mulheres; a expansão dos direitos das crianças; e, ampliação da receptividade das uniões entre pessoas do mesmo sexo.

Além das compreensões de família apresentadas até aqui, podemos acessar o entendimento desta instituição social sob a ótica do conflito, mas ainda enquadrada nos padrões heteronormativos. O livro intitulado "*Mulher, casa e família: cotidiano nas camadas médias paulistanas*" (1990), de Bruschini, apresenta uma definição de família pautada na perspectiva do conflito social, um "modelo" de família menos harmonioso que o apresentado pelo Romantismo acima referido. Bruschini conceitua a família com as seguintes palavras:

[Família é] um conjunto de pessoas ligadas por laços de sangue, parentesco ou dependência, que estabelecem entre si relações de solidariedade e tensão, conflito e afeto. Não se trata de um grupo 'harmonioso e sereno' voltado apenas para satisfação de necessidades econômicas, mas sim de uma unidade composta de indivíduos de sexos, idades e posições diversificadas, que

vivenciam um constante jogo de poder que se cristaliza na distribuição de direitos e deveres” (1990, p. 30).

Podemos agregar a nossa reflexão a contribuição de Mariza Corrêa (1994), no que diz respeito ao modo de pensar a família conjugal moderna:

[...] típico produto da urbanização, reduzida ao casal e seus filhos, a finalidade do casamento não é mais principalmente a manutenção de uma propriedade comum ou dos interesses políticos de um grupo, mas sim a satisfação de impulsos sexuais e afetivos que na família patriarcal eram satisfeitos fora de seu círculo imediato (1994, p. 16).

A autora chama atenção em *Repensando a Família Patriarcal Brasileira*, para o fato de desnaturalizar algo que se cristalizou no Brasil: pensar a família partindo do padrão tradicional patriarcal, desprezando e marginalizando outras formas de organização familiar que sempre estiveram presentes no país. Assim, Corrêa parte da crítica à obra de Gilberto Freyre e sua noção de família patriarcal brasileira, exigindo uma relativização da imagem presente de forma dominante na literatura sobre família. E, mais do que isso, ela critica uma evolução linear da concepção familiar, partindo da família patriarcal de tipo extenso até chegar na família nuclear (CORRÊA, 1994).

No tocante a obra de Freyre, observamos que a família patriarcal era um arranjo padrão entre as minorias dominantes do Brasil, tornando-se modelo de família para outros segmentos quando estes ascendiam socialmente. No entanto, em sua produção, pode-se ver a existência de outras formas de organização familiar não-patriarcal, como por exemplo, uniões consensuais entre escravos e entre pessoas menos abastadas. Embora constate a existência de outras formas de vida familiar, Gilberto Freyre apontou a familiar patriarcal como dominante em *Casa Grande & Senzala*, identificando o declínio desse modelo em *Sobrados e Mucambos* nos meados do século XX, período no qual a família patriarcal é substituída pela família nuclear tradicional (FREYRE, 2004; 2006). Tais afirmações renderam muitas críticas ao autor, como é o caso do posicionamento de Mariza Corrêa.

Diante dos conceitos apresentados, sob a ótica dos autores citados acima, observamos um modelo de família reproduzido socialmente e discutido nas Ciências Sociais sob a ordem heterocentrista. No entanto, essa noção de família tem sido modificada e ampliada, dando lugar a compreensões de famílias marcadas por novas formas de organização e estruturação, como veremos a partir do próximo tópico.

## 1.6 Novas estruturas e organizações familiares

Em nenhum momento eu pensei em seguir uma família como a dos meus pais, *né?* Uma família toda regrada, tradicionalista. Não. Queria uma família moderna, uma família que tenha mais cuidado, mais afeto, mais amizade. Que a gente realmente seja um *pra* cuidar do outro. Ter um laço e uma afetividade forte, entendeu? Eu nunca tomei como exemplo *pra* gente um relacionamento como o dos meus pais porque é um relacionamento daqueles antigos. Meu pai é mais voltado ao trabalho dele, minha mãe é mais voltada à casa dela, a cuidar da casa, uma dona de casa, *né?* Então eu vejo como uma coisa antiquada que não se parecia em nada com a realidade que eu queria viver. Então o nosso casamento, a família que eu tenho é uma família moderna. Uma família muito mais voltada para a harmonia, para o se sentir bem, entende? Estar bem com o outro e deixar nossa casa cada vez mais harmonizada e um cuidar do outro, ter essa sinergia. Lá em casa não via e nem vejo muito disso, sabe? (CARLOS, 2020).

A geração analisada nessa pesquisa exemplifica o trânsito da família extensa para um tipo de família nuclear. Como vimos na declaração acima, o sonho desses modos de relacionamentos, geralmente, é o de construir uma forma de relacionamento harmoniosa, mas não a mesma vivenciada por suas famílias de origem. Essas “novas” estruturas familiares, mais igualitárias e harmoniosas, se tornaram cada vez mais presentes e visíveis na sociedade.

Neste sentido, seguindo as pistas analíticas que nos levam a compreender a emergência de novas formas de vida familiar, temos que a

configuração social contemporânea permite refletir acerca das novas estruturas e organizações familiares. Embora alguns autores sustentem que certas estruturas não sejam tão recentes assim, pois: “maternidade de aluguel, casamentos entre pessoas do mesmo sexo, [...] e muitas outras práticas do gênero estiveram presentes nas sociedades não ocidentais, ao que parece, desde tempos imemoriais” (FONSECA, 2014, p. 19).

Assim, Cláudia Fonseca, citando Strathern e Thompson, afirma que o modo de refletir sobre a família ocidental contemporânea passa por três descobertas científicas: 1) a pílula anticoncepcional; 2) fertilização *in vitro*; 3) a barriga de aluguel. No entanto, ela acrescenta à lista os testes de DNA que, segundo seus estudos, provocaram uma mudança profunda no modo de pensar a família, pois o resultado desses testes tende a modificar o modo de se “conceber os laços e as responsabilidades familiares” de muitos homens e mulheres (FONSECA, 2014, p. 20).

No entanto, o que nos interessa é refletir sobre certas estruturas e “modelos” de família na contemporaneidade, evitando generalizações e sem fazer isso de modo deslocado de todo um contexto anterior de transformações e mudanças importantes. Ou seja, pensar sobre os modos de ser família em situações pós-modernas sem esquecer de eventos como: Movimento Feminista, direito ao divórcio, igualdade de gênero, mudança de papéis sociais, métodos contraceptivos, fertilizações *in vitro* etc. Todos estes acontecimentos tiveram importância decisiva nas abordagens contemporâneas sobre a família.

Podemos acrescentar ainda, mais uma vez, a contribuição de Giddens acerca das mudanças ocorridas nas últimas décadas, pois o autor chega a falar de uma revolução sexual (GIDDENS, 1993). Ao dissertar em *A Transformação da Intimidade*, sobre a exploração de novas formas de relacionamento, Giddens aponta como símbolos da modernidade, a ascensão do amor romântico e a emergência da *sexualidade plástica*: “sexualidade descentralizada, liberta das necessidades de reprodução” (GIDDENS, 1993, p. 10). Tais noções marcam, de modo significativo, as formas de constituição de “novos” laços afetivos nas sociedades modernas.

Neste sentido, certos modos de ser família nos moldes contemporâneos, pautam-se na ênfase pela escolha e afeição, noções que permitem a legitimidade de “modelos” familiares diversos. Desse modo, em sintonia com tal ideia, somos levados a refletir acerca das uniões entre parceiros do mesmo sexo, pois se a reprodução biológica deixa de ser uma prioridade para muitos casais heterossexuais, e a afeição passa a ser encarada como base dos relacionamentos conjugais, tais realidades experienciadas pelos casais heterossexuais dão suporte para que casais homossexuais se definam e se constituam como família.

É justamente em sintonia com a noção de família que se define a partir da escolha e afeição que este entrevistado manifesta a sua própria compreensão de família:

*Pra mim, família é um lar onde se tem amor, união, respeito, reciprocidade, compaixão, laços afetivos grandiosos, entendeu? Eu considero que somos uma família desde o dia que a gente decidiu ir morar junto, antes de se casar. Porque quando eu me acidentei, ele cuidou de mim e eu já fui morar com ele por necessidade, pois era melhor que eu estivesse na casa dele. Então, a partir dali, quando eu vi que era um relacionamento bom e bem mais sério do que eu imaginava, eu já tinha ele como minha família. E aí a gente resolveu casar, a gente casou e a gente tem essa certeza em nosso coração: Nós somos uma família (CARLOS, 2019).*

A constituição de formas de relacionamentos afetivos, com base na livre escolha dos parceiros e afeição e naquilo que Giddens denominou de *sexualidade plástica*, torna possível, por exemplo, a família composta por pessoas do mesmo sexo, como observamos no relato de Carlos, casado com Luís.

Pensar em família fora dos padrões heterossexuais românticos nos leva a compreender a emergência de novas formas de relacionamentos. Assim, somos levados a compreender os recentes e diversos arranjos familiares que permeiam a contemporaneidade.

Neste sentido, diante de novas configurações familiares, Cláudia Fonseca argumenta que a família pós-moderna “merece uma gama de novos termos” (2014, p. 27). Ou seja, não é possível defini-la a partir de categorias fixas ou vagas que abstratamente descrevam os diferentes modos de ser família. Assim, somos levados a compreender a existência de deslocamentos na forma de pensar padrões familiares, percebendo a inadequação existente em compreender os contextos familiares presos a certos conceitos e ideias limitadoras.

Como fruto das mudanças pelo qual vem passando a família, somos levados a refletir sobre a emergência das conjugalidades homoafetivas. Como aponta Mello:

Identificar as transformações que estão ocorrendo na família, talvez seja o ponto de partida fundamental para uma tentativa de compreensão das relações estáveis entre pessoas do mesmo sexo como expressão de amor e nova modalidade de núcleo familiar” (2005a, p. 29).

Tais transformações chamam nossa atenção quanto as modificações ocorridas com o modelo heterodominante de família e a possibilidade de novas uniões igualitárias, pois dentre as principais mudanças nos padrões de família na contemporaneidade estão as constituições de uniões entre pessoas do mesmo sexo, resultado de luta constante do Movimento LGBTQIA+ em todo o mundo. Refletiremos sobre este tema, em sintonia com a proposta desta pesquisa, no capítulo seguinte.

## CAPÍTULO II: O CASAMENTO IGUALITÁRIO

Na modernidade, conforme argumenta Giddens, ocorreu uma mudança significativa no modo como a homossexualidade era considerada: o termo “perversão” desapareceu do discurso médico<sup>15</sup> e a emergência de uma nova interpretação da homossexualidade veio à tona. A perversão deixou de ser uma marca que caracteriza essas sexualidades, e a ideia de relacionamento passa a fazer parte dos modos de vida das pessoas homoafetivas tão fortemente quanto nas relações heterossexuais.

Conforme observa Giddens, muitas dessas relações ainda sem estruturas de casamentos tradicionais, eram baseadas em “condições de relativa igualdade entre os parceiros” (GIDDENS, 1993, p. 25). Como resultado desse deslocamento de compreensão da homossexualidade, observou-se em todo o mundo a emergência da elaboração de leis capazes de assegurar a esses casais os mesmos direitos civis e jurídicos que são concedidos aos casais heterossexuais.

Em muitos países, por exemplo, foram aprovadas leis que reconhecem uniões entre pessoas do mesmo sexo e conferem aos casais gays os mesmos direitos dos casais heterossexuais. Tal premissa pode ser comprovada através da seguinte afirmação:

A Dinamarca foi o primeiro país a conferir os mesmos direitos de indivíduos casados a parceiros do mesmo sexo em 1989, seguida, em 1996, por Noruega, Suécia e Islândia e, em 2000, pela Finlândia. A Holanda introduziu direitos plenos de casamento civil em 2001. A Bélgica e a Espanha introduziram direitos de casamento gay em 2003 e 2005, respectivamente, enquanto, na Alemanha e na França, a lei dá direitos mais limitados a casais do mesmo sexo. Na Grã-Bretanha, uma nova legislação entrou em vigor em dezembro de 2005, dando aos casais do mesmo sexo em parceria civis direitos semelhantes aos dos casados. Outros países como a Argentina (2003), a Nova Zelândia (2004) e o Canadá (2005), sancionaram

---

<sup>15</sup> Em 17 de maio de 1990, a Organização Mundial da Saúde (OMS) excluiu a homossexualidade da ‘Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde’.



relacionamentos do mesmo sexo e, no Leste Europeu, a Eslovênia e a República Tcheca introduziram o reconhecimento de parcerias em 2006 (GIDDENS, 2012, p. 266-267).

Göran Therborn afirmará que a institucionalização do casamento entre pessoas do mesmo sexo constitui uma “virada na história do casamento” (2006, p. 329), pois o reconhecimento jurídico das uniões homoafetivas como formas legítimas de sexualidade é “parte da revolução sexual do ocidente” (Ibid.). Para o autor,

Ela está agora descriminalizada onde era ainda um delito, e em 1973 foi retirada da lista de desordens mentais da Associação Psiquiátrica Americana. Em 1975, a Comissão de Serviços Cíveis dos EUA retirou sua interdição à contratação de homossexuais. Logo, a discriminação dos homossexuais é que passou a ser considerada um delito (THERBORN, 2006, p. 329).

No entanto, o maior progresso acerca da aceitação jurídica da união entre pessoas do mesmo sexo aconteceu, primeiramente, no norte da Europa. A primeira jurisdição nacional sobre “parcerias registradas” ocorre na Dinamarca, em 1989. Enquanto que a primeira jurisdição a garantir o direito ao casamento entre estes casais se deu na Holanda em 2001, como já citado acima. Atualmente, Taiwan é o país mais recente do mundo a legalizar o casamento entre pessoas do mesmo sexo, tornando-se o primeiro país da Ásia a reconhecê-lo juridicamente (G1, 2019).

No Brasil a consecução da Comunidade LGBTQIA+ mais significativa ocorreu em 05 de maio de 2011, quando o Superior Tribunal Federal (STF) permitiu a mudança no entendimento do Código Civil que definia a família como uma unidade formada por uma mulher e um homem. Com a alteração na compreensão do Código Civil, o STF passou a permitir a união estável entre pessoas do mesmo sexo no Brasil, reconhecendo a união estável homoafetiva como entidade familiar (BRASIL, 2011). No entanto, muitos casais enfrentavam dificuldades ao buscar transformar a união estável em casamento nos cartórios de registros civis, mesmo após a decisão do STF. Diante disso, em 2013, para

corroborar a decisão do STF e o artigo 226 da Constituição, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) outorgou a Resolução<sup>16</sup> 175, de autoria do ministro Joaquim Barbosa, obrigando todos os cartórios nacionais a realizarem o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo e converterem as uniões estáveis homoafetivas em casamento, em 15 de maio de 2013.

No entanto, vale ressaltar que a decisão não tem a mesma força de uma lei e pode ser contestada nos tribunais, podendo dificultar o processo, pois por *Resolução* entende-se a deliberação de uma das “Casas do Legislativo (Senado ou Câmara), destinada a regulamentar matéria de interesse interno do próprio Legislativo. Não recebe a sanção do Presidente da República, e não assume a forma de uma lei” (BENASSE, 2002, p. 200). Enquanto *Lei* representa “regra geral justa e permanente que exprime a vontade imperativa do Estado, a que todos são submetidos” (Ibid., p. 306).

A pesquisa do IBGE que sondou pela primeira vez informações sobre casamentos entre pessoas do mesmo sexo foi realizada em 2013. Segundo o Instituto, foram registrados “3 701 casamentos entre cônjuges de mesmo sexo”, de um total de 1 052 477 casamentos apontados no estudo (IBGE, 2013).

No ano seguinte as *Estatísticas do Registro Civil* apontaram 4 854 registros de casamentos entre cônjuges do mesmo sexo, 50,3% destes, eram entre cônjuges femininos e 49,7%, entre cônjuges masculinos. O número representa um aumento de 31,2%, o que, em números absolutos, representou 1 153 uniões homoafetivas a mais do que no ano de 2013. (IBGE, 2014).

Em 2015, dois anos depois da aprovação da nova Resolução, segundo dados do IBGE, o número total de casamentos registrados foi de 1 137 321, sendo 5 614 realizados entre pessoas do mesmo sexo; representando um aumento de 15,7%, em relação ao ano anterior (IBGE, 2016).

A consulta feita na Biblioteca do IBGE, referente ao ano de 2016, informa que o “Brasil registrou 1 095 535 casamentos civis em 2016, sendo 1 090 181 entre pessoas de sexos diferentes, e 5 354 entre pessoas do mesmo sexo”

---

<sup>16</sup> Vale lembrar que por se tratar de uma Resolução, esta pode ser revogada com mais facilidade do que uma lei. Nas Ilhas Bermudas tivemos uma decisão inédita quando em janeiro de 2018, foi revogado a lei que legalizava o casamento entre pessoas homossexuais (TERRA, 2018).

(IBGE, 2017). Estes números representam um aumento de 51,75% desde 2013. Em 2017, “o Brasil registrou 1 070 376 casamentos civis, sendo 5 887 entre pessoas do mesmo sexo” (IBGE, 2018a), um aumento de 10,0% em relação ao ano anterior.

Os últimos dados fornecidos pelo IBGE, por meio das *Estatísticas do Registro Civil*, foram coletados com base no ano de 2018, apresentando um aumento de 61,7% entre 2017 e 2018, entre casamentos com pessoas do mesmo sexo. Um trecho do relatório pode ser conferido abaixo:

No Brasil, houve 1 053 467 registros de casamentos civis em 2018, o que representa uma redução de 1,6% em relação ao ano anterior. Desse total, 9 520 ocorreram entre pessoas do mesmo sexo. Com exceção das Regiões Nordeste e Centro-Oeste, que assinalaram aumentos de 0,8% e 3,3%, respectivamente, todas as demais apresentaram queda no número de casamentos civis registrados em cartório. Entretanto, não foi observado o mesmo comportamento nos casamentos civis entre pessoas do mesmo sexo, os quais registraram aumento de 61,7% entre 2017 (5 887) e 2018 (9 520). Os ocorridos entre cônjuges femininos foram os que mais contribuíram para esse acréscimo, representando 58,4% dos casamentos civis com essa composição conjugal em 2018. Enquanto os casamentos entre cônjuges masculinos cresceram 58,3%, os realizados entre cônjuges femininos aumentaram 64,2%. Em todas as Grandes Regiões, o número de casamentos civis entre pessoas do mesmo sexo, em 2018, foi superior ao obtido no ano anterior, sendo o Centro-Oeste e o Nordeste as regiões que registraram, respectivamente, o menor e o maior percentual de aumento de casamentos civis dessa natureza (42,5% e 85,2%, respectivamente) (IBGE, 2019).

Os dados acima demonstram um acréscimo significativo do número de casamentos homoafetivos, representando uma tendência crescente, por parte de muitos casais, em oficializar suas uniões por meio do casamento civil.

A fim de visualizar esses dados de uma maneira mais clara e objetiva, elaboramos a seguinte tabela:

Tabela 1 – Casamentos do Registro Civil

Casamentos	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Pessoas do mesmo sexo	3 701	4 854	5 614	5 354	5 887	9 520
Pessoas de sexos diferentes	1 048 776	1 101 586	1 131 707	1 090 181	1 064 489	1 043 947
<b>Total:</b>	1 052 477	1 106 440	1 137 321	1 095 535	1 070 376	1 053 467

Fonte: IBGE - **Estatísticas do Registro Civil**. Rio de Janeiro, 2013 – 2018.

Conforme os dados acima, baseados nos levantamentos realizados pelo IBGE, realizamos um cálculo de variação percentual a fim de facilitar nossa interpretação. Neste sentido, chegamos as seguintes conclusões: Em 2014, observamos um aumento de 31,2% do número de casamentos entre pessoas do mesmo sexo em relação ao ano de 2013, ano da primeira coleta de dados acerca do registro de união civil entre casais homoafetivos. No ano de 2015, registrou-se um aumento de 15,7% entre casamentos realizados com pessoas do mesmo sexo em relação ao ano de 2014. O ano de 2016, até a confecção deste texto, foi o único período que apresentou uma redução do número de casamentos civis entre casais homoafetivos, registrando uma queda de 4,7% nos casamentos entre pessoas do mesmo sexo e 3,8% entre pessoas de sexos diferentes. Em 2017, o número de casamentos entre pessoas de sexos distintos continuou em queda de 2,3% em relação a 2016, enquanto que se registrou um aumento de 10% entre casamentos com pessoas do mesmo sexo. O ano de 2018, foi o período com maior aumento percentual em casamentos realizados entre pessoas do mesmo sexo, registrando 61,7% a mais em relação a 2017, mas registrando uma queda 1,6% entre casamentos com pessoas de sexos diferentes. Até a elaboração deste texto, não temos informações acerca do número de casamentos registrados em 2019, pois a pandemia do COVID 19 atrasou a análise e divulgação dos dados divulgados anualmente nas *Estatísticas do Registro Civil* do IBGE, segundo informações do órgão.

O elevado número de casamentos civis, registrados por pessoas do mesmo sexo, demonstram que o objeto de nosso estudo se encontra em

processo de expansão constante, fator que indica maior representatividade na sociedade. No entanto, essa maior representatividade parece não indicar uma menor estigmatização social, como temos observado e apontado durante o texto.

A seguir, apresentamos alguns entraves e conquistas do Movimento LGBTQIA+. Dentre tais triunfos, observamos a regulamentação da união entre pessoas do mesmo sexo no Brasil.

## **2.1 Desafios e conquistas do Movimento no Brasil**

No Brasil as lutas em prol dos direitos da cidadania LGBTQIA+ se ampliaram após a redemocratização, juntamente com a luta pela criminalização do preconceito contra as pessoas homoafetivas (TUMA; MAIA, 2015). Baseando-se nos princípios de igualdade, dignidade humana e pluralismo, e nas interpretações pessoais de juízes acerca da autorização ou não da efetivação da união estável entre pessoas do mesmo sexo, o Conselho Nacional de Justiça através da Resolução N° 175, enfim permitiu o ato civil legal aos casais homossexuais: “É vedada às autoridades competentes a recusa de habitação, celebração de casamento civil ou de conversão de união estável em casamento entre pessoas do mesmo sexo” (BRASIL, 2013).

No entanto, antes de adentrarmos nas discussões acerca do percurso do Projeto de Lei que deu origem a regulamentação da união civil entre pessoas do mesmo sexo, se faz necessário o resgate de alguns momentos que marcaram as conquistas do Movimento LGBTQIA+, assim como não esquecer que estas vitórias foram frutos de reivindicações e articulações políticas do grupo no Brasil. A trajetória política protagonizada pelo Movimento criado em 1970 foi fortalecida a cada nova década, baseada em demandas específicas que tinham como objetivo a elaboração e implementação de políticas públicas afirmativas.

Segundo a pesquisa de base documental e bibliográfica: *Notas sobre a trajetória das políticas públicas de direitos humanos LGBT no Brasil* (2016), o Grupo LGBTQIA+ conquistou maior visibilidade nas últimas décadas no país, especialmente, a partir de 2002 através dos Governos Petistas. O autor defende a existência de três momentos marcantes na história do grupo, baseando-se nos

estudos de Facchini (2005): O primeiro (1978-1983), tem como marca o surgimento do grupo *Somos*<sup>17</sup> e do *Jornal Lampião da Esquina*, primeiro jornal brasileiro, que circulou durante os anos de 1978 e 1981, dirigido à população LGBTQIA+ em plena Ditadura Militar. O folheto nasceu dentro do contexto da imprensa alternativa na época da abertura política de 1970, e tratava de temas como: sexualidade, discriminação racial, artes, ecologia e machismo por meio de uma linguagem comum ao universo LGBTQIA+. Sua publicação representava uma Comunidade que não possuía voz na sociedade, indicando seu mérito e relevância no que diz respeito à construção de uma identidade nacional pluralista. Outro marco importante, em 1980, foi a criação do Grupo Gay da Bahia, organização não-governamental voltada para os direitos de homossexuais mais antiga do país.

Consideramos importante acrescentar que, a partir da década de 1970, os estudos na área da Antropologia Urbana se iniciavam no país, tendo como marco a publicação de *Desvios e divergências: uma crítica da patologia social* (1974). O texto resulta de uma publicação de vários trabalhos realizados por Gilberto Velho e seus alunos, contemplando estudos de comportamentos considerados desviantes.

Nesse período referenciado um grande número de pesquisadores passou a atuar nesta área da Antropologia interessados em desenvolver pesquisas científicas que focassem nos estilos de vida diversos das sociedades contemporâneas, resultando em trabalhos com perfil de defesa da construção da cidadania e direitos humanos de pessoas homoafetivas. Como aponta Gilberto Velho no Prefácio de *O homossexual visto por entendidos*, “nessa fase, autores como Peter Fry (1982 e 1983), Luiz Mott (1987, 1989 e 1996), Richard

---

<sup>17</sup> O Grupo *Somos de Afirmação Homossexual*, surge em 1978, em São Paulo - cujas características baseavam-se na promoção de debates sobre a sexualidade em conjunto com outros setores que sofrem opressão, como é o caso de mulheres, índios e negros – inspirou a formação de diversos grupos ao longo da década de 80. O grupo, posteriormente, se transformou em ONG sendo formada em 2011 por um grupo de profissionais das áreas da Educação, Saúde, Direito, Comunicação e Cultura, que trabalha em prol de uma cultura de respeito às sexualidades através da sociedade e afirmação de direitos. O grupo desenvolve ações de incidência política em direitos humanos e sexuais, em parceria com órgãos governamentais nacionais além de trabalharem com produção jornalística própria, difundindo informações ligadas aos seus temas em redes sociais. O grupo ainda oferece assessoria jurídica às pessoas que sofrem qualquer tipo de discriminação, seja por sua orientação sexual ou sua sorologia positiva para o HIV. Para maiores informações, ver: <http://somos.org.br/>

Parker (1986 e 1987) e Néstor Perlongher (1987) entre outros, junto com Carmem Dora Guimarães realizaram pesquisas e escreveram textos fundamentais sobre homossexualismo” (2004, p. 14).

Ainda em sintonia com a pesquisa de Pereira (2016), temos que o segundo momento do Movimento LGBTQIA+ (1984-1992) foi marcado pela epidemia de Aids no país. Nesse período, o foco principal do Grupo passou a ser a luta contra a doença e o estigma social associado a ela. Desse período, também fez parte a Campanha do *Grupo Gay da Bahia* em prol da despatologização da homossexualidade no Instituto Nacional de Assistência Médica (INAMPS). Além disso, o uso do termo *orientação sexual* em detrimento das expressões *opção* ou *escolha sexual* passou a ser adotado.

O terceiro momento (1992-2005) foi marcado pela proliferação de ONG's em todo o país, período de criação de redes nacionais que dialogavam acerca dos direitos homossexuais, fato que proporcionou maior comunicação dos diversos Movimentos Sociais com o Governo Federal, a partir da apresentação de pautas decorrentes das demandas destes grupos. A partir de 2002, o Movimento LGBTQIA+ ganha maior visibilidade, facilitando maior interlocução entre sociedade civil e Estado, conquistando a implantação de políticas públicas afirmativas para o público em questão.

Pereira (2016) defende a existência de um quarto momento do Movimento, marcado pela: incidência de grupos religiosos e conservadores que se opõem à cidadania LGBTQIA+, interferindo e ameaçando direitos conquistados pelo Movimento; criação de novas formas de ativismo (*Teoria Queer*); e, ampliação de grupos acadêmicos e eventos científicos voltados à produção de conhecimentos relacionados à temas como gênero e sexualidade (PEREIRA, 2016).

Consideramos pertinente fazer um registro sobre os combates que essa nova percepção da ciência tem sofrido por parte dos grupos conservadores, os quais, amparados nos discursos religiosos, têm travado uma luta frontal contra as políticas afirmativas da Comunidade LGBTQIA+. Como exemplo empírico, podemos citar o Projeto Cura Gay, proposta que tinha como objetivo “transformar” a orientação sexual de um indivíduo. Nestes termos, a tentativa de

cura, implicaria na eliminação do “mal”. No entanto, vale lembrar que a Organização Mundial de Saúde excluiu a homossexualidade, em 1990, da condição de patologia, passando a ser definida como uma variação natural da sexualidade humana.

O Projeto de Decreto Legislativo (PDC 234/2011) foi apresentado em 2011 e protocolado na Câmara dos Deputados em 2013, mas arquivado 15 dias depois por João Campos (PSDB-GO), autor do Projeto, pressionado pelo próprio partido político. Em 2016, um novo Projeto (PL 4931/2016) entrou em discussão, agora apresentado por Ezequiel Teixeira (PTN-RJ). O Projeto objetivava a autorização de terapias que auxiliassem na mudança de orientação sexual, mas foi arquivado em 31 de janeiro de 2019 nos termos do Artigo 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Tal referência empírica demonstra que os entraves enfrentados pela Comunidade LGBTQIA+ são frequentes e atuais (PDC 234, 2011; PL 4931, 2016).

Acrescentaríamos ainda, como complemento ao quarto momento do Movimento, a influência das redes sociais, visto que, assistimos a uma intensa proliferação de discursos que apoiam ou desaprovam os direitos da cidadania LGBTQIA+ em todo o mundo. Fato que atesta também uma crescente homofobia virtual, reforçada principalmente pelo anonimato de muitos perfis *fakes* que compartilham de ideias e posicionamentos marcados pelo ódio, repúdio e rejeição. Tais discursos e posicionamentos afetam diretamente o ativismo do Movimento.

Enfatizamos como oportuno reconhecer que o Movimento LGBTQIA+ se configura como uma organização que não é centralizada e possui diversos núcleos ao redor do mundo. Assim, os diferentes contextos sociais e políticos, próprios de cada país, exigirão atuações diferentes.

No entanto, muitos objetivos são comuns ao Movimento, como por exemplo: criação da Campanha do Dia Mundial de Luta contra a Aids, adotada no Brasil desde 1988, através de portaria assinada pelo Ministério da Saúde; políticas públicas pelo fim da discriminação; a criminalização da homofobia e transfobia; o reconhecimento social da identidade de gênero; permissão para casais homoafetivos adotarem crianças; Parada do Orgulho LGBTQIA+, que



consiste num evento criado para dar mais visibilidade à Comunidade; procedimentos de redesignação sexual, que no Brasil foi autorizado pelo Conselho Federal de Medicina, e pode ser realizado pelo Sistema Único de Saúde – SUS; e, autorização para utilizar o nome social e alterar oficialmente em cartórios nomes e registros de sexo, aprovado no Brasil através de decisão do Superior Tribunal Federal desde 2018.

A seguir discutiremos as principais questões ligadas a mais uma conquista do Movimento LGBTQIA+: a regulamentação do casamento igualitário no Brasil; atentando para elementos que nos possibilite perceber o percurso do Projeto de Lei nº 1.151, que disciplina a união civil entre pessoas do mesmo sexo no Brasil, apresentado na Câmara em 1995. Atualmente, o Projeto encontra-se pronto para entrar na pauta de votações do Plenário. Atualmente, os casamentos igualitários são possíveis no Brasil graças a uma Resolução do CNJ, publicada em 2013.

## **2.2 Emergência da união civil entre pessoas do mesmo sexo**

Além do resgate histórico do Movimento, consideramos importante atentar para o percurso trilhado envolvendo a aprovação do Projeto de Lei que tinha como foco a institucionalização do casamento igualitário, observando as principais dificuldades enfrentadas ao longo desse processo.

Sendo assim, sobre o contexto da emergência na legalização da união civil entre pessoas do mesmo sexo no Brasil, as contribuições de Luiz Mello em *Novas Famílias: Conjugalidade homossexual no Brasil*, se constitui como uma fonte importante para estudos da área, pois trata-se de uma pesquisa abrangente sobre a polêmica que a institucionalização da conjugalidade homoafetiva causou no país.

No entanto, o preconceito perante a homossexualidade e, conseqüentemente, perante as relações homoafetivas é uma constante. No tocante a tal realidade, é possível constatar através dos *Relatórios Anuais de Mortes Violentas* no Brasil, produzidos pelo *Grupo Gay da Bahia* que coleta

informações anuais, como o índice que demonstra o número de pessoas LGBTQIA+ mortas de forma violenta no Brasil é bastante elevado.

O *Relatório* de 2019 atestou que:

Em 2019, 329 LGBTI+ (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) tiveram morte violenta no Brasil, vítimas da homotransfobia: 297 homicídios (90,3%) e 32 suicídios (9,7%). [...] A cada 26 horas um LGBT+ é assassinado ou se suicida vítima da LGBTfobia, o que confirma o Brasil como campeão mundial de crimes contra as minorias sexuais. Segundo agências internacionais de direitos humanos, matam-se muitíssimo mais homossexuais e transexuais no Brasil do que nos 13 países do Oriente e África onde persiste a pena de morte contra tal segmento. Mais da metade dos LGBT assassinados no mundo ocorrem no Brasil (OLIVEIRA; MOTT, 2020).

Os dados acima implicam afirmar que centenas de pessoas estão sendo assassinadas no Brasil por serem homossexuais. Além disso, não estamos falando de pessoas mortas em países que “proíbem” a homossexualidade, mas são dados de um país que legalizou a união entre pessoas do mesmo sexo desde 2013, mesmo diante de tantos percalços experimentados ao longo do processo. Infelizmente, estamos nos referindo a um país que ainda difunde o preconceito e mata homossexuais; e, persegue e ameaça estudantes, pesquisadores e pesquisadoras da temática LGBTQIA+.

Retornando ao debate que origina a regulação e institucionalização dos direitos civis relativos às uniões de pessoas do mesmo sexo, o pesquisador Luiz Mello apresentou como esta discussão gerou distintos posicionamentos, e como a bancada conservadora<sup>18</sup> se posicionou frente à regulamentação de um modelo de família que era compreendida como uma ameaça ao heterocentrismo familiar.

---

<sup>18</sup> Os parlamentares que votaram e participaram da Comissão Especial (1996) contra o projeto foram: “Salvador Zimbaldi (PSDB-SP) e Severino Cavalcanti (PPB-PE), ligados à Igreja Católica, e um terceiro, Philemon Rodrigues (PTB-MG), vinculado a bases evangélicas [...] Os outros dois integrantes da Comissão que votaram contra o projeto pronunciaram-se apenas uma vez cada um, também a partir de uma perspectiva religiosa” (MELLO, 2005a, p. 105-106). Os outros integrantes nesse momento foram Jorge Wilson (PPB-RJ) e Wagner Salustiano (PPB-SP). No entanto, durante o funcionamento da Comissão outros parlamentares rejeitaram o projeto, a saber: “Benedito Domingos (PPB-DF), Nilson Gibson (PSB-PE), Carlos Apolinário (PMDB-SP), Costa Ferreira (PFL-MA), Herculano Anghinetti (PPB-MG), Osório Adriano

Deste modo, o texto de Mello, apresenta as principais discussões que surgiram em torno do reconhecimento da legitimidade social das uniões entre pessoas do mesmo sexo no cenário brasileiro. Ao fazer este apanhado o autor enfatiza as dificuldades que foram enfrentadas pela Comunidade homoafetiva no país, como por exemplo, posicionamentos contrários ao Projeto por parte de esferas políticas e religiosas. Assim, observou-se que os discursos que ecoaram em torno do reconhecimento ou rejeição dessas uniões, conflitavam-se entre visões de mundo laica e religiosa (Mello, 2005a).

O autor inicia suas análises discursivas argumentando que “as representações sociais relativas à família” (MELLO, 2005a, p. 17) tem passado por alterações profundas no Brasil e no mundo e, diante de tal realidade, se faz necessária uma reflexão acerca dos “fundamentos estruturadores do ideário de família conjugal” (ibid.). Para Mello, diante de tal contexto, se fez necessária a reflexão acerca da possibilidade de novas configurações familiares, e de um debate em sintonia com a regulamentação jurídica da união entre pessoas do mesmo sexo.

Nesse sentido, o autor afirma:

[...]o processo de construção da conjugalidade homossexual situa-se no contexto mais amplo de todas as transformações que vêm atingindo as representações e práticas sociais relativas à família, especialmente nas últimas três décadas, período em que a expansão de fenômenos como o divórcio, a monoparentalidade, as uniões estáveis, as famílias recompostas, os casais sem filhos e a gravidez na adolescência e na maturidade tornou-se a expressão concreta de que a família no Brasil de hoje não é a mesma de algumas poucas décadas atrás, quando se entendia que a única família legítima era a formada a partir dos pressupostos de uma moral católica, consagrada nas representações e práticas sociais e no ordenamento jurídico então vigente (MELLO, 2005 b, p. 222)

---

(PFL-DF) e Silas Brasileiro (PMDB-MG)” (MELLO, 2005<sup>a</sup>, p. 128). No entanto, após o encerramento da Comissão Especial instalada em 1996 para analisar o projeto, 16 parlamentares pronunciaram discursos que rejeitavam o projeto no plenário da Câmara.

Diante do exposto, o autor defende a necessidade de transformar o Projeto de Lei nº 1.151/95 em algo real e efetivo. Assim, julgou importante analisar a recepção deste Projeto de Lei, de autoria da então deputada Marta Suplicy, que regulamenta a união civil entre pessoas do mesmo sexo, buscando compreender os rumos dos debates em torno do mesmo.

No entanto, a necessidade de um debate em torno da aceitação do Projeto de Lei 1.151/95 não se resume apenas a um discurso que enfatiza mudanças nas configurações familiares, mas a necessidade de regulamentar uniões e direitos legais decorrentes dessas, oferecendo a muitos casais a oportunidade de saírem da “clandestinidade”, abandonando formas “invisíveis” de experiências afetivo-sexuais e rompendo com normas heterocêntricas de vivência no âmbito familiar (PAIVA, 2007).

Dessa sorte, além da luta em torno da garantia de direitos humanos e de cidadania, buscava-se “o reconhecimento jurisprudencial da dimensão familiar da conjugalidade homossexual e da garantia do direito à parentalidades a gays e lésbicas” (MELLO, 2005a, p. 22). Em outras palavras, pleiteava-se - a partir da aprovação do referido Projeto - a necessidade de pensar as relações afetivas entre pessoas do mesmo sexo como um modo de ser família; como uma relação capaz de ser denominada de entidade familiar.

Em sintonia com as diversas formas e estruturas familiares presentes nos diversos momentos da história é possível pensar em modelos de família que ultrapassem o heterocentrismo. Segundo MELLO,

A constituição da família conjugal moderna passa a ser marcada por duas características fundamentais: a afirmação da individualidade dos sujeitos na escolha de seus cônjuges, a partir dos ideais do amor romântico; e a maior independência dos novos casais em relação a suas famílias de origem (2005 a, p. 26).

No seio da família se germinam demonstrações de afeto e amor, tornando a afetividade um elemento unificador, ultrapassando questões de ordem econômica, através da valorização da livre escolha dos parceiros. Assim, o

casamento passa a celebrar a união entre duas pessoas que se amam, e não mais a afirmação de um pacto restrito entre clãs ou linhagens (ÀRIES, 1981).

No entanto, em decorrência das diversas variabilidades históricas é recorrente a dificuldade em encontrar categorias homogêneas capazes de representarem a família e o casamento, pois enquanto realidades complexas, não se submetem às descrições uniformizadoras. Essa diversidade presente na definição de configurações familiares decorre de:

[...] variáveis ambientais, sociais, econômicas, culturais, políticas e religiosas, as formas de casamento, além de variarem de uma sociedade para outra, também tem sofrido profundas transformações ao longo da história [...] Família e casamento são, portanto, categorias culturais cuja universalidade deve ser relativizada, para que não se incorra em etnocentrismo (MELLO, 2005a, p. 27).

Por esta razão, se faz necessário, ao falar de família, delimitar a partir de quais autores, conceitos e variáveis se pretende referenciar o debate, dada a necessidade de relativizar noções e interpretações, pois a diversidade nas formas de organização familiar é uma característica marcante na definição de família.

Mello considera que a partir do século XX a família tem passado por intensas transformações. Nesse sentido, o autor destaca questões como:

[...] uma recorrência obsessiva de discursos sobre a desestruturação da família, perda do prestígio social do casamento e banalização do amor como ponto de partida para a construção de projetos duais de existência. As críticas aos imperativos absolutos da monogamia, da coabitação, da indissolubilidade, da exclusividade, da complementaridade e da compulsória reprodução biológica ganharam a arena política, despertando, em contrapartida, o medo e a ira dos defensores de uma concepção de família naturalista e sagrada, fundada em valores religiosos e encarregada da missão – primeira e insubstituível – de assegurar a coesão social e a reprodução da espécie. Em meio a esses conflitos, o que se constata é que a

generalização do divórcio, da monoparentalidade, da autonomização da sexualidade em relação à conjugalidade e à reprodução, da possibilidade de não-coabitação, das experiências de multiplicidade e simultaneidade de parceiros afetivo-sexuais, da redefinição dos papéis de gênero e da secularização dos vínculos conjugais tem proporcionado uma intensa transformação nas representações sociais da família e do casamento. Todas essas mudanças, no entanto, passavam até recentemente ao largo daquele que parecia ser o único e último consenso acerca das ideias de família, casamento e amor: o heterocentrismo compulsório, ou seja, a arraigada crença de que a família e o casamento são realidades sociais intrinsecamente associadas à vinculação afetivo-sexual entre um homem e uma mulher. No mundo ocidental, foi com o ingresso dos homossexuais na arena política, em particular na década de 1990, que esta última grande certeza passou a ser questionada (MELLO, 2005a, p. 27-28).

Partindo de posicionamentos como esse, acerca das transformações pelas quais vem passando o modelo de família heterocentrista, o autor situa as demonstrações de repúdio e apoio que tiveram a possibilidade de legalização da conjugalidade homoafetiva no Brasil, “nas quais os grupos de militância homossexual e as Igrejas Católica e Evangélica são os protagonistas principais” (MELLO, 2005a, p. 28).

Destaca ainda que, na América Latina, enquanto a Argentina se consagrou como o primeiro país a conceder estatuto legal de uniões entre pessoas do mesmo sexo, embora tal reconhecimento tenha sido inicialmente restrito a seguro-saúde e crédito conjunto para financiamento, no Brasil, até a década de 1990, as principais reivindicações dos grupos homossexuais não tinham como foco a regulamentação das uniões nem a conquista de direitos decorrentes dessas. As exigências do Movimento LGBTQIA+ no Brasil limitavam-se apenas a luta pela proibição da discriminação por orientação sexual (MELLO, 2005a).

A busca de amparo às uniões homossexuais entrou em pauta no cenário nacional em 1994, na campanha para Presidência da República por meio do candidato Luiz Inácio Lula da Silva, mas devido reações negativas foi excluída de seu Programa Presidencial de Governo. No entanto, com a posse de novos

deputados federais naquele mesmo ano, e a formação de grupos parlamentares simpáticos à esta temática e causa, esses passaram a assumir o compromisso de defesa daquela proposta.

Os políticos que advogaram em defesa desses interesses, inicialmente, foram: Fernando Gabeira (PV-RJ), Marta Suplicy (PT – SP), Telma de Souza (PT – SP) e José Fortunati (PT – RS); então deputados e seus respectivos Partidos na época da elaboração do Projeto. O argumento utilizado tinha como foco a necessidade da legalização de uniões já existentes na sociedade e o amparo legal aos homossexuais que perdiam seus parceiros (Mello, 2005a). Contudo, essa não seria uma aprovação fácil, pois encontraria resistência de diversos setores da sociedade, principalmente por parte das Igrejas Católica e Evangélica.

A autora do projeto, Marta Suplicy, argumentou a favor da causa a partir do pressuposto de que todos temos o direito de manifestar qualquer forma de orientação sexual como uma expressão de nossos direitos enquanto pessoa humana. A homossexualidade ou a heterossexualidade não é uma opção ou uma escolha, mas formas de expressão da sexualidade individual, sendo que a satisfação afetiva e sexual não estaria ligada apenas às formas de união que envolvem pessoas de sexos diferentes.

Conforme apontou Marta Suplicy,

Os relacionamentos pessoais baseados num compromisso mútuo, laços familiares e amizades duradouras são parte da vida de todo ser humano. Eles satisfazem necessidades emocionais fundamentais e provêm a segurança e aconchego em horas de crise em vários momentos da vida, inclusive na velhice. São um poderoso instrumento contra a falta de raízes, protegem e mantêm a integridade dos indivíduos. Com essa intenção, a relação permanente e compromissada entre homossexuais deve existir como possibilidade legal (SUPLICY apud MELLO, 2005a, p. 58).

Além do apoio mútuo entre esses casais, a autora do Projeto afirmou que sua aprovação ajudaria mais gays e lésbicas a assumirem sua orientação sexual,

dando visibilidade a uma realidade já existente, mas ainda não legalizada e reconhecida socialmente.

Este respaldo legal, segundo os apoiadores do Projeto, poderia reduzir significativamente o número de atos de violência contra pessoas do mesmo sexo, conduzindo a sociedade a uma compreensão mais igualitária e menos preconceituosa das várias formas de orientação sexual existentes.

Em sua versão original, o Projeto incluía<sup>19</sup>:

[...] que a união civil entre pessoas do mesmo sexo constitui-se mediante registro em livro próprio, nos Cartórios de Registro Civil de Pessoas Naturais. Para esse fim, os/as interessados/as devem comparecer perante os oficiais de Registro Civil, portando: prova de serem solteiros/as, viúvos/as ou divorciados/as; prova de capacidade civil plena; e instrumento público de contrato de união civil. O contrato versa sobre disposições patrimoniais, deveres, impedimentos e obrigações mútuas, somente podendo suas regras ser aplicadas retroativamente quando existir disposição expressa e nos casos em que tenha havido concorrência para a formação do patrimônio comum. O estado civil dos contratantes não poderá ser alterado na vigência do contrato, e o registro de constituição ou extinção da união civil deverá ser averbado nos assentos de nascimento e de casamento das partes. A extinção da união civil ocorrerá por ocasião da morte de um dos contratantes, ou mediante decretação judicial. Qualquer das partes poderá requerer a extinção da união civil, demonstrando a infração contratual em que se fundamenta o pedido ou alegando desinteresse na sua continuidade. No segundo caso, exige-se que o contrato de união civil tenha sido registrado há pelo menos dois anos. A sentença que extinguir a união civil conterà a partilha dos bens dos interessados, de acordo com o disposto no instrumento público [...] (MELLO, 2005a, p. 55-56).

Como podemos observar, o Projeto tinha como objetivo oferecer amparo jurídico aqueles interessados em formalizarem suas uniões com seus parceiros; e, assegurar a estes casais toda assistência garantida aos casais heterossexuais, embora tal documento não utilizasse os termos matrimônio e

---

<sup>19</sup> Toda a tramitação do Projeto de Lei pode ser conferida na íntegra em (BRASIL, 1995).



casamento, pois estas noções ainda eram aplicadas apenas as uniões heterossexuais. Neste sentido, a Proposta foi defendida, preliminarmente, tomando por base o direito à cidadania oriundo da liberdade de orientação sexual no país.

A sociedade civil teve sua participação na *Comissão Especial* (1996) para debate sobre o Projeto de Lei que disciplina essa forma de união. Foram consultadas personalidades importantes da luta LGBTQIA+, como o professor Luiz Mott, presidente na época do Grupo Gay da Bahia e secretário dos Direitos Humanos da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis, que se posicionaram a favor da igualdade de direitos civis decorrente de uniões estáveis entre héteros e homossexuais<sup>20</sup>.

Além disso, posicionamentos favoráveis à legalização da união civil entre pessoas do mesmo sexo foram bastante discutidos em Eventos Científicos e Acadêmicos, principalmente entre 1997 e 1999, período analisado por Mello (2005a), sendo amplamente debatidos em mesas redondas e grupos de trabalhos em ocasiões como, por exemplo: *IX Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Travestis* (São Paulo, 1997); *1º Encontro da Família GLT* (Curitiba, 1998); e, *2º Encontro da Família GLT* (Curitiba, 1999). Todos esses acontecimentos científicos assumiram como foco das discussões a necessidade de ampliação do sentido social e jurídico de família no nosso país. Tais argumentações partiam da necessidade de cumprimento do artigo 5º, inciso I, da Constituição Federal<sup>21</sup>: “Todos são iguais em direitos e obrigações perante a lei”.

Vale lembrar que a participação da sociedade civil em projetos e políticas públicas asseguradas pelo Estado é uma conquista relativamente recente no nosso país - fruto do fortalecimento da democracia - a partir da redemocratização do país após 21 anos de ditadura militar. Doravante, foi assegurado gradativamente, uma melhor comunicação entre Estado e sociedade civil.

---

<sup>20</sup> Todos os nomes incluídos nas audiências públicas, assim como seus discursos, podem ser conferidos no texto de Luiz Mello: *Novas famílias: conjugalidade homossexual no Brasil contemporâneo* (2005a) e no site da Câmara dos Deputados Federais (BRASIL, 1995).

<sup>21</sup> Conferir na íntegra a *Constituição da República Federativa do Brasil* (1988) em: (BRASIL, 2016).

Neste sentido, diversos projetos e políticas públicas podem ser encaradas como um processo de materialização das ideias que emergem dos diversos contextos sociais, pois o Estado tende a garantir os direitos da sociedade civil - através de suas demandas sociais, políticas e civis – e a elaboração, planejamento e execução de propostas que atendam aos direitos de acesso à cidadania da sociedade.

Rastreando materiais que pudessem nos ajudar na construção deste texto, nos deparamos com a declaração concedida pelo deputado federal, em 2015, Paulo Pimenta (PT-RS), a *Revista Carta Capital*. Trata-se de uma importante consideração sobre a ampliação dos direitos civis do público LGBTQIA+, pois quando questionado pela Revista sobre como essas pautas chegaram ao Brasil, ele respondeu:

No período recente, houve mudanças importantes que integraram comunidades e segmentos antes excluídos. Há 12 anos, empregadas domésticas não tinham direitos trabalhistas, não tínhamos o Prouni, o Luz para Todos, Minha Casa, Minha Vida e outros programas sociais que permitiram que 36 milhões de pessoas ingressassem na classe média. E a presença destas pessoas causa desconforto para determinados segmentos conservadores. Existem pessoas que não conseguem conviver com pessoas de chinelo e bermuda nos aeroportos. Isso foi criando um caldo de cultura conservador. Somado a isso, houve a expansão dos direitos civis, com os direitos LGBT e as cotas, por exemplo (CARTA CAPITAL, 2015a).

Tal declaração aponta um fato relevante: os direitos LGBTQIA+ foram amplamente discutidos nas últimas décadas, paralelo a uma forte expansão dos direitos civis e de ascensão social possibilitadas pelos projetos de inclusão social e de acesso a certas garantias das quais eram excluídas uma parcela significativa da população brasileira.

Nesse contexto, assistimos a um amplo leque de conquistas da Comunidade LGBTQIA+ que no Brasil se concretizou a partir de 2011, mas uma forte resistência ainda bloqueia uma discussão mais ampla com a sociedade. Tal resistência é, em parte, decorrente da forte presença de uma bancada

conservadora existente no Congresso Nacional, reflexo de um país economicamente desigual e culturalmente conservador.

Questionado pela mesma matéria da *Revista Carta Capital* sobre esse fato, Paulo Pimenta afirmou:

**Carta Capital:** O senhor acredita que existe margem de diálogo com a bancada evangélica no que se refere a direitos LGBT, por exemplo?

**Paulo Pimenta:** Não podemos ver a bancada evangélica como um corpo único. Eu vou trabalhar com a ideia de que na bancada existem parlamentares que podem ser sensibilizados. Mesmo dentro das igrejas evangélicas as pessoas têm dificuldades em aceitar que uma pessoa não deve ter o mesmo direito da outra devido a sua orientação sexual. É difícil defender para um pai, dentro de uma igreja, que ele tem que mudar o relacionamento que tem com o filho apenas por seu filho ser homossexual. As próprias igrejas terão que avançar nesse sentido (CARTA CAPITAL, 2015a).

Embora se discuta muito a respeito da intolerância da bancada conservadora e evangélica, Paulo Pimenta prefere ser mais ameno e cuidadoso, respondendo num tom que relativiza o discurso da bancada. Afirmando que se trata de um grupo de pessoas com opiniões bastante divergentes, embora majoritariamente as ideias conservadoras mais radicais prevaleçam.

No entanto, essa opinião flexível não é acolhida por todos. Um exemplo disso é o testemunho de Toni Reis, diretor-presidente da Aliança Nacional LGBTI, que em 2015 ganhou o direito de adotar um filho ao lado do marido. Segue abaixo um trecho da entrevista concedida a *Revista Carta Capital*:

**Carta Capital:** Com o precedente aberto por você, será possível romper com a ideia de demonizar uma família homoafetiva?

**Toni Reis:** Para o gay é sempre mais difícil. A sociedade tradicional obriga o casal hétero a permanecer junto, já o casal gay tem que lutar contra todas as adversidades para permanecer junto. Tem que gostar muito e eu sou super feliz com meu marido. Nós choramos ao trocar votos em nossa boda de 25 anos. Por isso que o STF é nossa diva. A ministra Carmen Lúcia é uma luz no fim do túnel e serve para mostrar para as pessoas

que não queremos destruir nada nem ninguém, mas sim construir uma família. Quando aceitaram a união estável entre homossexuais, não vi ninguém defendendo que isso faria as pessoas virarem gay. Eu mesmo falei: “olha Bolsonaro, você não precisa casar com o Malafaia, viu?”. Eu não quero que eles me aceitem, eu quero que eles me respeitem como todo cidadão, que paga impostos. A adoção por casais gays é um direito que deve ser respeitado. Negá-lo é uma afronta aos direitos individuais e um mal para as crianças que estão sob a tutela do Estado por não possuírem família.

**Carta Capital:** O presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara, Paulo Pimenta, defende que a única forma de ampliar os direitos de minorias com o Congresso atual é mobilizando a opinião pública e contando com o maior número de colaboradores possíveis, inclusive o Poder Judiciário. Como você enxerga a opinião pública hoje?

**Toni Reis:** Em 1993, o apoio da população à união homoafetiva era de 7%, hoje o índice gira em torno de 50%. A opinião pública avançou muito e o Judiciário percebe esse avanço. A sociedade está mudando, antes não se via gays “fora do armário”. Hoje, eles aparecem nas telenovelas. Antes não tinha beijo gay em público ou em rede nacional, não tinha parada gay, não tinha organização do movimento. Em 1993, tínhamos em torno de cinco organizações no Brasil, hoje temos em torno de 400. Nós “saímos do armário” e os conservadores também saíram, mas contra os nossos direitos. Por isso, o embate (CARTA CAPITAL, 2015b).

Consideramos relevante a opinião acima, pois tal evento foi amplamente divulgado na mídia, na época da adoção, e nos ajuda a compreender os desafios enfrentados na reivindicação pelo direito de constituir uma família.

O relato acima afirma que boa parte das dificuldades e desafios enfrentados pelo Movimento LGBTQIA+ parecem ser, em grande medida, oriundas da rejeição e repúdio da bancada conservadora do Congresso. Tal realidade, segundo o relato, dificulta a implementação de políticas voltadas para a Comunidade LGBTQIA+, pois qualquer iniciativa no sentido de ampliação de seus direitos parece ser entendida pela referida bancada como um incentivo a homossexualidade; fato que demonstra total ignorância.

Segundo a declaração de Toni Reis, a sociedade não se opõe a união entre pessoas do mesmo sexo nem a adoção de crianças por esses casais. Pelo contrário, a opinião favorável a essas uniões é amplamente expressa pelos

meios de comunicação de massa que, nos últimos anos, divulgaram com mais frequência personagens homoafetivos através de suas telenovelas, algo que se consolidou principalmente com o primeiro beijo gay (2011) veiculado no horário nobre do SBT e em 2014 na TV globo (MOURA, 2017; FARIA, 2014).

A cena reproduzida pela Rede Globo foi muito esperada e aplaudida pelo público que acompanhava a trama das 9, tendo uma grande repercussão, tanto positiva quanto negativa, através das redes sociais. Após esse caso, várias outras novelas decidiram abordar o tema de forma direta e indireta, trazendo personagens ligadas ao Movimento LGBTQIA+. Além disso, tem se tornado cada vez mais comum o uso da imagem de casais homoafetivos como protagonistas de grandes marcas na TV, internet e indústria de entretenimento (G1, 2015).

Embora a institucionalização da união civil e o casamento entre pessoas do mesmo sexo seja uma realidade no Brasil, como já exposto acima, muitos casais afirmam ainda sentirem certo preconceito. Tal noção pode ser extraída do trecho da reportagem abaixo:

Para Pablo Sanches, o preconceito ainda é uma barreira à oficialização do casamento entre pessoas do mesmo sexo. No dia em que ele e Fábio de Sá se casaram, o cartório registrou 13 casamentos, sendo dois homoafetivos – o deles e de duas mulheres.

“Elas chegaram a pedir para serem as últimas, provavelmente porque não queria as pessoas julgando. Eu faria a mesma coisa se fosse o primeiro da lista na frente de um monte de gente que, *pra o bem ou pra o mal*, estava julgando eu estar casando com uma pessoa do mesmo sexo. [...] A forma como olhavam pra gente, não sei se foi espanto ou repulsa. Mas você se sente desconfortável” (GARONCE, 2017).

O relato acima, reforça a sensação que muitos casais ainda sentem ao decidirem oficializar a união: receio perante pessoas preconceituosas e medo de se sentirem hostilizados, mesmo não cometendo nada de ilícito.

Outros casais, contudo, revelam que embora não temam pelo preconceito das pessoas, os entes queridos mais próximos se preocupam com os possíveis preconceitos que estes possam sofrer. A fala de um entrevistado, para a presente pesquisa, que convive em união estável chegou a mencionar essa questão:

No começo (quando decidiu casar) foi aquele impacto: Minha mãe disse: “Tu vai casar? Cuidado!” Por mais que ela já conhecesse ele (o marido do entrevistado), porque eu me casei quatro meses depois de um acidente que sofri e logo depois do acidente minha mãe já veio rapidamente pra cá e conheceu ele pessoalmente. Porque eu já vinha falando por telefone sobre ele. Então ela já viu que ele era maravilhoso, coisa e tal. [...] Hoje em dia, quando a gente vai lá pra Itabaiana, meu pai, que é muito casca grossa, chama meu esposo pra beber. É a forma dele demonstrar carinho, né? Fazem a melhor comida pra ele, entendeu? E eu acho uma aceitação maravilhosa. No início foi um impacto por medo da sociedade, por medo do meu trabalho, por medo dos meus vizinhos, de ter alguma represália, mas pra eles, desde o início, eles aceitaram o casamento oficializado de uma maneira muito positiva, positiva mesmo (CARLOS, 2019).

Observamos, na narrativa acima, o medo que os pais do entrevistado tinham de que ele sofresse preconceito ou violência, pois embora o casamento entre pessoas do mesmo sexo seja uma realidade no Brasil, pessoas homossexuais são assassinadas e hostilizadas num número assustador, como já indicado neste texto.

No caso de Carlos, a aceitação da família foi bastante positiva. Tivemos a oportunidade de conversar pessoalmente com sua mãe, que nos revelou: “O meu genro é uma benção. Graças a Deus ele é uma pessoa de bem, cuida bem do meu filho e isso me faz muito feliz. Não me preocupo com eles, só tenho medo do preconceito”. Como podemos constatar, a mãe de Carlos se alegra com a união do casal, mas tem receio de que o filho e o genro sofram preconceito ou sejam hostilizados pela sociedade.

No entanto, para muitos casais a vontade de construir uma família é maior do que o medo de sentirem-se hostilizados, humilhados ou violentados por pessoas homofóbicas. Prova desse temor é o seguinte relato desse outro casal entrevistado: “Surge um momento na vida que a gente almeja construir algo com o outro. Casar foi a oficialização dessa nossa união, mas também nos garantiu o direito de poder colocar o outro como dependente num plano de saúde, por exemplo” (MILENA e JOANA, 2020). Mais um casal também se pronunciou a respeito do significado dessa conquista: “São coisas pequenas no dia a dia, mas que têm um significado muito importante *pra* gente, você não imagina” (LUCIANA e CAMILA, 2019).

Os relatos acima demonstram e reforçam a importância de um ato já tão naturalizado entre casais heterossexuais, mas tão inacessível até alguns anos atrás para pessoas do mesmo sexo aqui no Brasil. No entanto, a publicação em 14 de maio

de 2013 da *Resolução 175* pelo Conselho Nacional de Justiça, favorável ao casamento civil entre pessoas homoafetivas mudou a vida de milhares de casais no país, pois estes passaram a ter seus direitos garantidos por lei; tendo acesso a garantias e direitos concretos.

Os interesses, medos, sensações e sentimentos que permeiam a vida de alguns casais que optaram pela oficialização de suas uniões serão detalhadamente apresentados neste texto no capítulo IV, por meio das narrativas dos próprios sujeitos da pesquisa.

Diante do exposto até aqui, verificamos que estamos diante de um fenômeno social que vem ganhando visibilidade no Brasil nos últimos anos, mas que encontra nas manifestações de preconceito seu principal desafio. A união legal entre pessoas do mesmo sexo é uma realidade no nosso país que precisa ser compreendida como um direito conquistado através de lutas e resistências. Sua aquisição não foi obra do acaso, mas fruto de um longo processo em constante aperfeiçoamento nas sociedades contemporâneas.

### **2.3 Como nomear essas uniões?**

Embora reconheçamos as diferenças que existem entre casais heterossexuais e homoafetivos - os primeiros, por exemplo, não passam por processos discriminatórios e preconceituosos nem sofrem da impossibilidade de reprodução biológica - existem singularidades para cada tipo de casal: formados por homem e mulher ou dois homens e duas mulheres. Essas diferenças e particularidades não eximem nenhum desses casais de viverem juntos os mesmos anseios de partilharem afetos e elementos materiais, hábitos de vida, sentimentos de segurança, confiança e realização de projetos pessoais enquanto estiverem juntos.

No entanto, não podemos deixar de mencionar que para os casais formados por pessoas de sexos diferentes, as convenções sociais e culturais facilmente o conceituam como famílias. Enquanto que, para os casais homoafetivos, dar nome as suas formas de união não parece ser uma tarefa simples. Assim, uma primeira reflexão precisa ser feita no sentido de atentar para

a pluralidade de nomenclaturas que comumente são direcionadas para definição desse modo de ser família.

Ao nos aprofundarmos mais sobre o assunto, observamos uma diversidade de categorias que servem para definir ou mencionar as relações afetivas duradouras entre pessoas do mesmo sexo, como por exemplo: família homoafetiva, união entre pessoas do mesmo sexo, casamento igualitário, casamento gay, casamento homoafetivo, família gay e conjugalidade homoafetiva.

Tal pluralidade de nomenclaturas confirma, de forma evidente, que a sociedade possui certa resistência e/ou dificuldade em denominar esse “novo” modo de convivência simplesmente sob o nome de Família. No entanto, esses casais se definam enquanto tal, sem buscar outras nomenclaturas para definir o que sentem, como podemos observar na declaração de Carlos (2019): “Nós nos definimos como uma família não só pelo fato de vivermos juntos, entende? E não só pelo fato *da* gente ser casado no papel, mas mais do que tudo isso. Somos uma família pelo nosso sentimento de família [...]”. Para Carlos, cultivar o sentimento de família na sua convivência conjugal com Luís é mais do que suficiente para definir-se enquanto família.

Como a sociedade buscava termos diversos para se referirem aos casais constituídos entre pessoas do mesmo sexo, essa ampla variedade de termos foi um dos temas do *Manual de Comunicação LGBTI+* (2018), criado para evitar que certas expressões preconceituosas sejam utilizadas ao se referir às pessoas da Comunidade LGBTQIA+. O guia traz explicações de sentenças e definições essenciais ligadas ao Movimento, e indica quais vocábulos são os mais apropriados a serem usados.

Nesse sentido, o material representa uma importante ferramenta destinada ao avanço dos direitos humanos e dos direitos das pessoas LGBTQIA+. No tocante ao termo correto para se referir as relações homoafetivas, o *Manual* sugere que a expressão *casal homoafetivo* seja a mais utilizada, pois esta implica na afetividade e no sentimento que envolve as relações entre pessoas do mesmo sexo (REIS, 2018).



Contudo, em meio ao uso de tantas categorias e expressões, em diferentes países que legalizaram a união civil entre pessoas do mesmo sexo, é possível observar a coroação com êxito de tais compromissos assumidos pelos parceiros que se constituíram como família, sendo os números de dissoluções considerados insignificantes. Segundo informação disponível na *Revista Época* (2015),

[...] A Universidade da Califórnia, nos Estados Unidos, fez um estudo a respeito e apontou que casais do mesmo sexo são mais propensos a ter relações estáveis e duradouras que heterossexuais. De acordo com a pesquisa, 10,8% dos casais heterossexuais terminam seu casamento nos primeiros quatro anos. Entre os casais homossexuais, isso ocorreu com apenas 5,4%. O estudo também registra que, nos Estados onde se aprovou a igualdade no casamento, produziu-se um aumento dos casamentos entre pessoas do mesmo sexo, superando o número de uniões heterossexuais, cada vez menor.

Embora os divórcios já sejam uma realidade entre casais homoafetivos, o número de dissoluções parece irrelevante, como aponta o trecho da matéria acima. No entanto, não podemos analisar concretamente estes dados de dissolução conjugal no Brasil, pois o IBGE divulga nas *Estatísticas do Registro Civil* a taxa anual de divórcios ocorridos no país de forma geral, sem discriminar o número desses divórcios entre casamentos formados por pessoas do mesmo sexo ou heterossexuais.

Tendo em vista as conquistas do Movimento LGBTQIA+ no Brasil, no que se refere a institucionalização da união entre pessoas do mesmo sexo, nos cabe perguntar: a conjugalidade homoafetiva é realmente vista como um novo tipo de família na sociedade? Essas uniões trazem em si um potencial transformador capaz de constituir sua existência em torno de um cuidado de si e do outro? Essas são algumas das questões respondidas ao longo do texto com base nas narrativas dos casais homoafetivos, consultados para esta pesquisa.

## 2. 4 O que alguns estudos têm a nos dizer?

Cada vez mais publicações recentes atestam a importância da reflexão e interpretação sobre os casamentos entre pessoas do mesmo sexo. Em *O casamento homoafetivo e a política da sexualidade: implicações do afeto como justificativa das uniões entre pessoas do mesmo sexo* (2015) os autores manifestam suas preocupações em torno da conquista do direito civil de união, pois temem que, por meio dessa vitória do Movimento, as relações homoafetivas se enquadrem em padrões normativos de existência sexual, regulando o uso que se faz da sexualidade.

Para os autores deste artigo, a questão principal que deveria nortear a luta do Movimento deveria ser o interesse de vivência democrática de qualquer forma de sexualidade, fundamentando-se no direito constitucional à igualdade. Segundo os autores, organizar a luta em torno desta bandeira levaria a sociedade a respeitar todas as pessoas homossexuais, mesmo aquelas que não estão dentro de uma relação regulamentada.

Por essa razão, os autores acreditam que o uso do termo *homoafetividade*, cunhado pelos juristas e pelo Movimento LGBTQIA+ tenha certa parcela de culpa, pois o termo foi criado para enfatizar que esses casais possuem os mesmos direitos que os casais heterossexuais já que constroem suas relações com base no afeto e no amor. Inclusive, o uso do termo surge num contexto de transformação da compreensão da noção de família no Direito no Brasil.

A referida terminologia foi criada para justificar a inclusão das uniões entre pessoas do mesmo sexo no âmbito de proteção dos regimes jurídicos da união estável e do casamento civil, e com o intuito de destacar que as uniões entre pessoas do mesmo sexo são pautadas no mesmo afeto romântico que justifica as uniões entre pessoas de sexo opostos. Tal noção foi elaborada para eliminar as ideias presentes no senso comum, responsáveis por reforçar o preconceito social, que afirmavam que as uniões entre pessoas do mesmo sexo seriam motivadas por mera luxúria ou puro desejo erótico e não pelo sentimento de amor sublime que une duas pessoas de sexos opostos (VECCHIATTI apud COSTA; NARDI, 2015, p. 140).

Em sintonia com a compreensão acima, podemos afirmar que os casais consultados revelaram que a partilha de sentimentos como afeto e amor foram responsáveis pela ânsia de casar e construir uma família, como podemos constatar através de um trecho da declaração de Roberto, casado com Luan: “O que moveu o nosso desejo de se unir foi o nosso amor, a vontade de estarmos sempre juntos, por queremos construir uma família (ROBERTO, 2019)”. Declarações como essa, reforçam que tais uniões são pautadas por romantismo e sentimentos que expressam afeição.

No entanto, segundo VECCHIATTI e NARDI, o uso do termo *homoafetividade* aponta para uma dificuldade: as sexualidades que não são contempladas pelos ideais de amor romântico são julgadas, hostilizadas e deslegitimadas em nossa sociedade. É como se, para esses autores, o preconceito e a violência contra pessoas LGBTQIA+ não tenham em nada diminuído no nosso país, em parte por esse fator, pois mesmo após a consagração do termo homoafetividade e a regulamentação dessas formas de relações, muitos homossexuais continuam sendo assassinados ou sendo alvo de preconceitos. Conforme explicam,

Nossa proposição, contrária ao argumento que sustenta a ideia de homoafetividade, indica a necessidade da eleição de direitos mais elementares como justificativa para a garantia de direitos às populações LGBT brasileiras: direitos humanos de liberdade, igualdade e não-discriminação, os quais se desdobram em uma série de outros, inclusive no de família (afetiva ou não). Essa alternativa é mais procedente, pois se pauta em princípios que podem ser reconhecidos e aceitos, independentemente de inclinações particulares. Ao Estado cabe garantir que sejam respeitados, na medida em que sustenta uma esfera propriamente pública, laica, formal, universal e abstrata que atenda os interesses individuais sem, no entanto, estar reduzida a eles. É nesse sentido que o Estado não deve legislar sobre os afetos, apontando modelos de relações. Bastaria, portanto, justificar a necessidade do casamento civil igualitário sob princípios dos direitos elementares, sem reivindicar o amor. Uma vez garantidos esses direitos, o Estado já teria feito o seu papel de legislar, permitindo assim que cada um/a seja livre para manter o tipo de relação que desejar [...] (VECCHIATTI apud COSTA; NADI, 2013, p. 147-8).

A argumentação apresentada no trecho acima questiona a efetividade da necessidade de associar os casamentos igualitários com o afeto, pois isto não deve ser determinação do Estado. O que caberia ao Estado seria a garantia de direitos universais. Assim, a luta em torno da aceitação jurídica deveria ser mais ampla, conforme sugerem os autores acima, pautando-se nos direitos humanos de liberdade, igualdade e não discriminação.

Em conformidade com a noção acima, é possível encontrar na obra *União homossexuais: adaptar-se ao direito de família ou transformá-lo? Por uma nova modalidade de comunidade familiar* (2007), uma compreensão bastante similar. Embora na época de publicação do texto a regulamentação dessas uniões ainda não fosse efetiva no país, o autor alegou que associar as uniões homossexuais ao afeto deve implicar também uma luta pela proteção da dignidade humana. Fazer essa relação e acrescentar a essa noção o princípio de sociabilidade e respeito ao pluralismo, elementos que marcam o Estado Democrático de Direito, ajudaria a definir as uniões homoafetivas a partir de um caráter familiar. No entanto, o autor chama a atenção para a seguinte questão:

[...] pretendo contribuir chamando a atenção para o perigo de as uniões entre pessoas do mesmo sexo, contagiadas por um certo romantismo um tanto ingênuo, deixarem-se subsumir em um modelo fusional, cujas consequências deixam praticamente intocados e absorvem arranjos machistas e heterossexistas que costumam apresentar-se nas uniões estáveis [...] Outro aspecto relacionado ao modo de inclusão nestas tendências é o risco de uma inclusão de terceira classe, onde, abaixo do casamento (de primeira classe, com sua heterossexualidade pressuposta e inquestionada) e da união estável “normal” (de segunda classe, que é heterossexual), surgiria uma terceira classe (a união homossexual) (RIOS, 2007, p. 125).

A preocupação que o autor manifesta neste texto se refere ao risco de, embora regulamentados pelo Direito de Família, esses casais continuarem sendo hostilizados e encarados pela sociedade por meio de uma inclusão que os excluiria, tornando-os uma união afetiva de terceira classe. Embora a interpretação do autor acima tenha sido expressa num contexto em que os

casamentos igualitários ainda não eram uma realidade no Brasil, seu posicionamento é bastante atual e pertinente. Para Rios (2007), o ideal não seria a defesa pela adaptação ao direito de família, mas a reivindicação pelo mesmo respeito que os casais heterossexuais possuem ao constituírem suas famílias. Nesse ponto, consideramos oportuno apresentar o trecho de uma narrativa coletada durante as entrevistas que exprime empiricamente a preocupação de Rios (2007), conforme apontado acima.

Milena, casada com Joana, declarou:

Em alguns momentos nós somos respeitadas, mas em outros não. Já teve várias situações que são um pouquinho chatas e que a gente passa muito. A gente lida diariamente com o preconceito. Quando a gente veio morar no condomínio que a gente mora. Aqui são 64 apartamentos. Quando a gente veio morar só tinha 5 moradores. A gente conheceu então todo mundo que veio morar aqui depois, porque fomos uma das primeiras famílias a nos mudar *pra cá*. A gente veio morar aqui assim que o apartamento ficou pronto. A nossa vizinha da frente, na semana logo que a gente chegou aqui *pra* morar, já foi logo fofocando. Insinuando coisas maldosas, sabe? Ela meio que comentou com outras pessoas, que soou num tom de fofoca, sobre nós duas. A gente lida com isso toda hora, sabe? Aquele piscar de olho, aquele cutucão no outro quando vê nós duas passando pela rua de mãos dadas ou quando alguém sabe da nossa união, quando sabem que somos casadas. Como é vizinho, tem um pouco de saber da intimidade, *né?* Nem todo mundo que vê a gente na rua, às vezes reconhece que nós duas somos um casal, mas quem convive mais perto, quem tem esse contato mais próximo acaba descobrindo e quando descobre parece ser uma surpresa, sabe? Parece ser uma coisa estranha, uma coisa que não é normal, sabe? (MILENA, 2019).

A narrativa de Milena, revela que os preconceitos que enfrentam são diários e constantes, embora ela e sua companheira tenham formalizado a união através de casamento civil.

Em concordância com a contribuição de Rios (2007), caberia a casais como Milena e Joana, a tentativa de construir suas uniões sem repetir esquemas ou certos padrões tradicionais de casamento. “Diante destas uniões, mais que

repetir os esquemas tradicionais dos modelos institucionais de família [...] abre-se a possibilidade de transformar o direito de família” (RIOS, 2007, p. 127). Ou seja, entre a alternativa de assimilação de modelos heterocêntricos de família e o de transformação desse modelo, acrescentando alternativas múltiplas de existência ao direito de família, o autor acima defende a segunda opção como a melhor saída para estes casais. Dado que, conforme argumenta, o fato de conquistarem o pleno direito ao casamento civil pode não significar a aceitação plena da sociedade e o fim do preconceito contra essas formas de relações. É oportuno lembrar, que as contribuições interpretativas de Rios (2007) foram publicadas antes da regulamentação dessas formas de união no Brasil. No entanto, suas preocupações são perceptíveis na atualidade, como veremos através das narrativas dos casais no decorrer do presente texto.

Em concordância com Rios (2007), observamos no texto *Amor e ódio em relações ‘conjugays’* (2007), uma interpretação que chama atenção para a possibilidade de “recrudescimento” do potencial transformador do Movimento LGBTQIA+ ao acenarem para a conquista da conjugalidade. Neste sentido, a autora aponta:

Os homossexuais teriam que lutar, então, não apenas pelo direito de serem iguais aos ‘normais’ e poderem reproduzir e demonstrar essa ‘normalidade’, mas também lutar pelo direito de serem diversos, diferentes, criativos, sem que isso os transforme em párias” (CASTRO, 2007, p. 105).

Além disso, Castro defende que, embora essas relações possam significar uma maior igualdade no plano sexual, nada garante que no plano social mais amplo essa igualdade seja reproduzida. Ou seja, não é possível garantir que as pessoas que optam por formalizarem essas uniões não sejam hostilizadas pela sociedade, sendo levadas, em alguns casos, a um isolamento social.

Em sintonia com esse modo de analisar a realidade, podemos citar o texto *Casamento homossexual: legalização e ritual* (2015). Após descrever o processo geohistórico de institucionalização das leis matrimoniais no Brasil e a

emergência das uniões entre pessoas do mesmo sexo, Tuma e Maia, pontuam que a partir do trabalho empírico que realizaram com alguns casais, observaram que os rituais de matrimônio desses, pouco diferiam das cerimônias sacralizadas entre casais heterossexuais.

Segundo estes autores, muitos casais optam por rituais que incorporam elementos que representam os mesmos padrões exigidos nas cerimônias heteronormativas. A busca pela repetição desses padrões parece ser explicada pela necessidade que esses casais têm em serem aceitos pela sociedade. Como afirmam os autores:

Este ritual celebra um momento feliz, a união de uma família; soleniza a igualdade, a conquista de seus direitos obtidos através de muita luta. Embora se critique a normatividade aderem ao ritual como forma de realização de um sonho, de casar-se em uma cerimônia tradicional aceita pela sociedade (TUMA; MAIA, 2015).

Diante de atitudes como essas, os autores afirmam que ao invés dos casais homoafetivos questionarem a normatividade em relação às regras de conduta e o conceito de família impostos pela sociedade heteronormativa, alguns casais estão buscando os mesmos rituais tradicionais de casamentos marcados por normas de comportamentos e valores, tais como: madrinhas e padrinhos, daminhas e pajens, trajes típicos, aliança, bolo, brinde e buquê.

Contudo, o que parece bastante claro, para Tuma e Maia (2015), é que a busca pelo enquadramento em certos padrões e normas está ligado a necessidade de aceitação social, como se a repetição de rituais tradicionais de matrimônio fosse a chave para o acolhimento desses casais na sociedade. Ou seja, a busca pela aceitação de suas relações implica a necessidade de regulamentação formal das uniões e, até mesmo, a repetição de ritos consagrados nas uniões heteronormativas.

No entanto, vale mencionar que essa é uma interpretação que serve para ampliar e auxiliar a nossa reflexão sobre o tema, mas não se refere a uma perspectiva tomada como padrão ou algo constantemente acionado pelos casais

Homoafetivos. Visto que os casais que foram consultados para nossa pesquisa não optaram pela realização de cerimônias, como apontado por TUMA e MAIA (2015). Os casais, cujas narrativas são fontes de conhecimento, oficializaram suas uniões através, apenas, do ritual comum exigido pelos cartórios e Fóruns, comuns a qualquer casal seja ele heterossexual ou homoafetivo.

Ainda mencionando, de forma breve, estudos que tenham como objeto de análise as conjugualidades homoafetivas, nos reportamos a *Reservados e invisíveis: o ethos íntimo das parcerias homoeróticas* (2007). Na ocasião de sua publicação, ainda não havia sido autorizada a união legal entre pessoas do mesmo sexo no Brasil. Por esta razão, o livro examina como as parcerias homoafetivas, que funcionam como palco de experimentações, se aproximam de uma noção de conjugualidade.

As referências de interlocução teórico-analítica utilizadas pelo autor localizam-se no interior da teoria social contemporânea com uma forte inspiração foucaultiana e com a *teoria queer*, inspirada em Judith Butler. Em seu texto, o autor não se refere as relações entre pessoas do mesmo sexo regulamentadas pelo Direito de Família, mas realiza uma leitura foucaultiana desses modos de vida estabelecidos na clandestinidade, que carregam em si um potencial criativo baseado na *estética da existência*, teorização importante para abordagem desta pesquisa. No entanto, a pesquisa acima foi realizada num contexto em que não havia a regulamentação do casamento homoafetivo, como já mencionado.

Desse modo, mais de uma década depois, fomos levados a compreender – por meio de nossa pesquisa de doutorado - o modo como os casais homoafetivos constroem suas relações, buscando as respostas em narrativas baseadas nas experiências desses casamentos igualitários, possíveis desde a Resolução de 2013.

Pesquisar as novas posturas adotadas pela sociedade para com a homoafetividade, em especial no que diz respeito às conquistas mais recentes do Movimentos LGBTQIA+ tais como as uniões civis e casamentos, nos desafia a compreender como esse fenômeno social, apresentado sob a égide de um novo modelo de família mais criativo e plural, pode ser utilizado para fundamentar uma nova perspectiva frente a homossexualidade; num contexto



social que apresenta a heterossexualidade como a forma mais adequada de se definir sexualmente.

Discutir temas ligados a relacionamentos afetivos entre o público LGBTQIA+, coloca em pauta circunstâncias diversas que necessitam de uma maior visibilidade em sua particularidade, concomitantemente precisam ser reconhecidas como um fenômeno social característico das sociedades contemporâneas, produto de uma luta política notável que vem sendo empenhada cotidianamente por milhões de pessoas em todo o mundo.

A intenção deste texto é problematizar e desnaturalizar certas visões totalizadoras do significado e definição de família. Não podemos, diante de configurações sociais tão diversas, continuar pensando nas organizações familiares a partir de padrões e modelos que definem apenas parcelas e contextos sociais bastante específicos. Assim, tais reflexões, baseadas em pesquisa empírica, visam ampliar o diálogo já existente sobre o tema da família homoafetiva no Brasil e provocar um questionamento mais amplo dos significados de modelos de família na sociedade na qual vivemos.

### CAPÍTULO III: IMPLICAÇÕES METODOLÓGICAS: A SUBJETIVIDADE DOS ATORES

O que caracteriza a gente como um casal, como uma família, é justamente esse cuidado um com o outro. A gente se escolheu. Escolhemos um ao outro. Família é justamente isso: a gente escolheu um ao outro. A gente sabe que quer *tá* junto. A gente inseriu um ao outro nas nossas famílias, *né?* Sem muita dependência disso, dessas famílias, mas que a gente *tá* junto e sabe que o nosso projeto é ficar juntos, continuar juntos no futuro. E família é isso. Família é sentimento, sabe? Se tem filhos ou não, isso é o de menos. Nossa família é isso. Temos um ao outro e nos escolhemos *pra* formar a família que somos (LUAN, 2019).

As informações reveladas em declarações como essa, ilustram bem a pertinência do enfoque qualitativo adotado neste estudo. Nesse relato, Luan, esposo de Roberto, refletiu acerca da definição de família e, enquanto apresentava a sua explicação, descrevia a sua relação com o seu companheiro. Nesse sentido, acreditamos que o acesso a determinados práticas e vivências que caracterizam e definem a vida íntima dos casais, como enfatizado na declaração acima, só é possível mediante o uso de uma metodologia de pesquisa específica.

Sem dúvida, abordar as conjugalidades homoafetivas não nos conecta apenas a um conjunto pequeno de estudos de caso, um cenário de interações reduzido ou um quadro que pode compor o *lócus* temático para um estudo qualitativo. Ele nos remete a um processo de mudança social, pautado na transformação da estrutura social e das formas de exercer o poder na sociedade contemporânea.

No capítulo anterior, procuramos descrever como o reconhecimento jurídico e social da legitimidade das uniões homoafetivas faz parte de um processo sócio-histórico, pautado em avanços, retrocessos e aparentes períodos de estabilidade. Um processo no qual as tensões indivíduo/sociedade se tornam evidentes. Como cientistas sociais que somos, podemos afirmar que

abordar um estudo como o nosso, que envolve dimensões estruturais e subjetivas, nos coloca perante aspectos da vida coletiva que não podem ser mais considerados como auto evidentes, da forma como eram os sindicatos, as associações ou as diversas formas que ganhavam as organizações sociais. A ampliação do campo de ação subjetiva nos coloca perante ações sociais por vezes imprevisíveis. A legitimidade das conjugalidades homoafetivas, que há algumas décadas atrás não aparecia no horizonte das possibilidades sociais e era muito mais objeto de especulações teóricas, mas não de práticas sociais concretas, hoje é uma realidade e sua ocorrência surpreendente deve ser levada em conta face a compreensão da emergência de um fenômeno social que sinaliza uma mudança estrutural significativa, e coloca em pauta a redefinição de uma das instituições mais antigas da história humana: a família.

Em razão da singularidade do nosso objeto de estudos, nos esforçamos para refletir acerca dos pressupostos metodológicos utilizados em nossa pesquisa, discorrendo sobre as sutilezas metodológicas que nos possibilitaram abordar as características peculiares das conjugalidades homoafetivas. Da mesma forma, procuramos sistematizar as estratégias por nós desenhadas e sinalizar os percursos metodológicos que possibilitam o acesso adequado ao objeto de pesquisa.

Nesse sentido, constatamos, desde o começo da nossa pesquisa, que para mergulhar no microcosmo social das conjugalidades homoafetivas, precisaríamos outorgar certo destaque aos gestos, à palavra, às narrativas elaboradas e partilhadas pelos atores sociais envolvidos em nossa pesquisa. Em certa medida, tal opção não nos confere algum tipo de papel inovador na prática da pesquisa em Sociologia. Ela nos permite realizar uma fusão entre as abordagens “tradicionais” das Ciências Sociais, por um lado, e um tipo de abordagem da subjetividade, por outro. A compreensão de um fenômeno social pelo viés individual pode ser o caminho mais adequado no caso do estudo da mudança de constituição da família contemporânea. Esse viés de análise tem sido sugerido por teóricos como Lahire (2003; 2005), Touraine (2009), Foucault (2018) e Giddens (2003; 2012). Dialogando com as análises e propostas metodológicas desenvolvidas por estes autores, construímos o referencial para abordar o nosso objeto de pesquisa.

### 3.1 O indivíduo como meio de acesso ao conhecimento dos fenômenos sociais

A teoria de análise das histórias e relatos dos casais homoafetivos, proposta por Lahire, é uma ferramenta fundamental para a pesquisa que desenvolvemos, pois, ao enfatizar que o social pode ser entendido através de uma microescala, ou seja, através dos próprios indivíduos que formam o todo social, o sociólogo nos alerta que estes são múltiplos embora únicos, porque são influenciados por diversas interferências externas durante suas vivências e práticas.

Caracterizando essa perspectiva, ele afirma:

Os atores não são feitos de um só pedaço, mas pelo contrário são *colagens compostas, complexos matizados de disposições (para agir e para crer) mais ou menos fortemente constituídos*. Isso não significa que sejam ‘sem coerência’, mas sim sem princípio de coerência único – *de crenças (modelos, normas, ideias, valores...) e de disposições para agir* (grifos do autor) (LAHIRE, 2005, p. 32).

Isso significa que a ideia da existência de um eu unificado, harmônico e uno se constitui como um engano. De acordo com Lahire, o investigador social não pode deixar de atentar para o fato de que:

[...] os indivíduos passam muito frequentemente de uma ‘comunidade’ para outra, e que eles se caracterizam, desse ponto de vista, por uma pluralidade de pertencimentos sociais e simbólicos, inscrevendo as suas práticas (e nomeadamente as suas práticas culturais) em múltiplos lugares e tempos” (LAHIRE, 2005, p. 29).

Sendo assim, estudar determinados fenômenos sociais à escala individual nos permite esboçar imagens distintas do mundo social que não negligencia as particularidades individuais, e evita fazer uma leitura irrelevante dos grupos sociais. Estar atento à singularidade de um determinado caso implica

compreender os processos gerais que o envolvem, pois, cada caso é um produto de contextos sociais mais amplos.

Em consonância com um modo de fazer pesquisa social, atento as particularidades do ator, Lahire sustenta:

[...] No momento em que o homem pode ser cada vez mais concebido como um ser isolado, autônomo, dotado de razão, 'sem ligações nem raízes', oposto à 'sociedade', contra a qual ele defenderia a sua 'autenticidade' radical, a sociologia tem o dever (e o desafio) de pôr em evidência a produção social do indivíduo (e das concepções que temos dele) e de mostrar que o social não se reduz ao coletivo ou ao geral, mas que ele se encontra também nos traços mais singulares de cada indivíduo (2005, p. 36).

Isso implica dizer que o mundo social está em nós, tornando os sujeitos multissocializados, graças aos diferentes processos socializadores que somos levados a viver de forma simultânea, fazendo de nós sujeitos portadores de heranças e identidades individuais plurais.

Lahire, recomenda como procedimento metodológico uma atenção deliberada e enfática à diversidade do real, pois o exercício de tal prática na pesquisa de campo evitaria generalizações indevidas e desatentas ao que é próprio do sujeito e suas ações. Assim, em *O homem plural: as molas da ação* (2003), o autor critica teorias que comungam da noção de sujeito portador de uma identidade pessoal invariável, pois é problemático para Lahire pensar nos indivíduos como portadores da mesma visão de mundo, dos mesmos valores e das mesmas representações (LAHIRE, 2003).

Neste sentido, questiona: Como é possível explicar que os mesmos atores assumam diversos pontos de vista a depender do contexto social, se tomarmos como referência para análise teorias que os abordam sob a égide de uma unicidade de si homogênea e harmônica? Para o autor,

[...] esta ilusão científica (que o sociólogo deve ter em consideração na sua interpretação do mundo social, mas na qual

não deve vir tropeçar) não deixa de ter o seu fundamento social. Existem múltiplas instituições permanentes, do mesmo modo que numerosas ocasiões mais efémeras de celebração da unicidade do si. A começar pelo nome próprio que consagra a plena singularidade da pessoa [...] Criança, adolescente ou adulto, como pai de família, como amante, como jogador de futebol, como filatelista, como camarada político ou como operário da sua empresa, o mesmo corpo biológico será designado pelo mesmo apelido e pelo mesmo nome. Com certeza, a abstracção chega a tomar um aspecto concreto, sustentada pela evidência da unidade biológica do corpo. Mas socialmente, o mesmo corpo passa por estados diferentes e é fatalmente portador de esquemas de acção ou de hábitos heterogéneos e mesmo contraditórios (LAHIRE, 2003, p. 27).

Segundo Lahire, nosso nome, apelido, *curriculum vitae* e assinatura são demarcadores, “semanticamente fracos”, que nos limitam absolutamente, reduzindo a diversidade de nossas práticas a um eu unificado, totalizador e coerente.

Ainda sobre essa noção, Lahire alerta para alguns riscos evidentes ao se trabalhar com narrativas. Segundo o sociólogo, ao tratarmos, por exemplo, do caso de um percurso conjugal que passa por períodos felizes, mas também atormentados; o mesmo sujeito pode fazer narrativas distintas. Num primeiro momento, relataria com deleite sua experiência conjugal, seus desejos, realizações, contentamento, felicidade; mas quando consultado numa fase de turbulência ou diante de um eminente divórcio, demonstraria suas dúvidas, incertezas, arrependimentos, aflição, tribulação, enfim, observaríamos, num caso como esse, alterações das sínteses totalizadoras dos mesmos sujeitos que apresentariam variações conforme o instante na sua trajetória biográfica em que foram solicitadas as entrevistas (LAHIRE, 2003).

Em sintonia com aquilo que defende, Lahire tece uma crítica à noção de *habitus* em Bourdieu que, segundo ele, diz respeito aos sistemas de disposições específicos dos campos de poder. Ele pensa ser problemático este conceito, pois não permite explicar como se constrói afetivamente, cognitivamente e culturalmente o sujeito quando se está fora dos campos. Visto que, se pretendemos “compreender os funcionamentos cognitivos-sociais encarnados em corpos singulares, não podemos reduzir os actores ao seu estatuto de campo

na medida em que eles podem viver no quadro de um campo (sobretudo quando estão fora do campo!)” (LAHIRE, 2001, p. 45).

Lahire nos convida a, no decorrer de sua obra, pensar com e contra Bourdieu, como se buscasse desconstruir ou simplesmente alertar que ficar preso a certos conceitos e noções podem limitar nossa pesquisa e reduzir nosso olhar sobre a dinâmica da vida social. No entanto, pensar o sujeito a partir de uma fórmula que o fragmenta de maneira generalizada, também pode ser problemático.

Nesse sentido, nos deparamos, nas Ciências Sociais, com essas duas concepções: unificadora e fragmentadora. Sobre tal noção, Lahire sustenta:

Com efeito, aquilo que podemos censurar às duas tendências teóricas atrás citadas, não é o fato de teorizarem de uma ou outra forma, mas de teorizarem de maneira geral e universal, como se os atores, em todos os tempos e todos os lugares, devessem corresponder ao modelo de actor que elas fabricaram. Ora, a questão da unicidade ou da pluralidade do actor é ao mesmo tempo tanto uma questão histórica (ou empírica) como uma questão teórica. A questão deve, por isso, pôr-se nestes termos: quais são as condições sociohistóricas que tornam possível um actor plural ou um actor caracterizado por uma profunda unicidade? (2003, p. 30).

Na prática, Lahire se dispõe a trabalhar com um modo de abordagem do individual que não se limite a essas duas teorias consagradas nas Ciências Sociais. Se todo o corpo social está mergulhado num complexo de mundos sociais que socializam os sujeitos de forma heterogênea, oferecendo-os experiências socializadoras distintas, então é preciso pensar numa maneira de fazer Sociologia que contemple essa realidade.

Desse modo, segundo Lahire, os sociólogos precisam estar atentos e sensíveis a perceber as experiências variadas da qual somos resultados. Em outras palavras, perceber que

[...] nós vivemos experiências variadas, diferentes e, por vezes, contraditórias. Um actor plural é, portanto, o produto da experiência – muitas vezes precoce – de socialização em contextos múltiplos e heterogêneos. Ele participou ao longo da sua trajetória ou simultaneamente ao longo de um mesmo período de tempo em universos sociais variados, ocupando neles posições diferentes (LAHIRE, 2003, p. 46).

Sua hipótese seria a de que incorporamos diversos esquemas de ação e de hábitos que se encaixam nos diferentes contextos sociais. Cada um desses esquemas se aplicaria a uma situação, sendo acionados ou não; graças ao resultado da complexa e diversificada experiência de socialização pelo qual passamos no decorrer de nossa existência. Assim, o ator, progressivamente, compreende que “aquilo que se faz e se diz em certo contexto não se faz e não se diz num outro diferente” (LAHIRE, 2003, p. 47). Isso implica dizer que muitos objetos de socialização podem ser direcionados a usos diferentes, repousarem durante um tempo e aguardarem situações que exijam a sua associação.

Uma vez que, “nós somos, por isso, plurais, diferentes em situações diferentes da vida ordinária, estranhos às outras partes de nós mesmos quando somos investidos neste ou naquele domínio da existência social” (LAHIRE, 2003, p. 50). Todavia, Lahire não tem intenção de afirmar que os atores plurais são seres *duplos*, apenas pretende reconhecer que possuem esquemas de ação que podem conviver amenamente e serem acionados em contextos sociais distintos uns dos outros.

Desse modo, desajustamentos e crises, presentes no cotidiano dos atores, podem ser observados pelo pesquisador, ao estudar o mundo social a partir, por exemplo, de trajetórias individuais. Nos relatos coletados nas entrevistas, podemos nos deparar com mudanças importantes das posições sociais, na forma como agem e/ou deslocamentos importantes no espaço social, no universo familiar, nas amizades ou no universo profissional de um ator social.

É importante perceber que partir das pesquisas *sociológicas à escala individual*, como sugere Lahire, compreendemos ser possível verificar “quais são as condições sócio-históricas que tornam possível a produção de um ator plural ou de um ator caracterizado por uma profunda unicidade” (LAHIRE, 2005, p. 26).



Desse modo, constatamos que as entrevistas coletadas e os relatos biográficos dos sujeitos da pesquisa são capazes de revelar diversas contradições e heterogeneidade de comportamentos, ficando a cargo do pesquisador manter-se atento a essas questões, a fim de não sustentar uma ilusão de coerência e unicidade nas dimensões abordadas nas declarações dos entrevistados.

Nas entrevistas com os casais consultados, pudemos observar que muitos desses podem ter optado pela formalização jurídica do casamento motivados por interesses plurais. Um trecho da entrevista realizada com o casal Carlos e Luís, pareceu exemplificar tal noção. Conforme relatado:

A decisão da união estável foi muito importante, uma coisa que a gente já queria, mas aí a gente uniu o útil ao agradável porque além de que a gente já estava pensando na união estável, ele tinha um plano de saúde muito bom, entendeu? Muito bom pelo qual, como eu estava cirurgiado e debilitado, ia precisar de fisioterapia e de outras coisas mais como hidroterapia, como médicos, como consultas, exames. Todo tipo de assistência. Sem falar numa futura próxima cirurgia que eu ia precisar de internação e tudo mais. Então, uniu a vontade de casar, que a gente já tinha, com os efeitos legais da união estável que faz com que eu também tenha e possa começar a fazer uso do plano de saúde dele e outros direitos a mais. Então a decisão da união estável também veio de uma forma mais rápida, ou seja, no oitavo mês de namoro, já morando juntos, por causa do meu acidente. Também para que eu tivesse uso do plano de saúde dele, dos direitos, do direito adquirido do plano de saúde dele, né? (CARLOS, 2019).

No trecho acima, observamos que o desejo de oficializar a união estável foi influenciado por interesses plurais como o amor e afeição, mas também pelo desejo de ter acesso ao plano de saúde do cônjuge e às vantagens garantidas pelo Direito de Família. A entrevista com esse casal nos possibilitou o acesso a um acontecimento marcante: um grave acidente de moto. O incidente aproximou o casal que ainda estava no início do namoro, pois aconteceu no quarto mês de relacionamento. A proximidade e o desejo de cuidar do outro, que estava enfermo naquele momento, levou o casal rapidamente a oficializar a união civil.

Embora o acidente de Carlos, e a necessidade de assistência médica de boa qualidade, tenha sido fator determinante na decisão do casal, eles afirmaram que não casaram apenas por esse motivo:

Mas claro que a gente não ia casar apenas por causa disso. A nossa união estável, primeiramente, era porque a gente já estava pensando nisso e pensando em nós dois, que a gente se gosta e também não pensa em se deixar nunca. A gente pensa em viver o resto de nossas vidas juntos. Então foi por isso que, unindo o útil ao agradável, percebemos que fazendo a união estável naquele momento, eu ia ter direito aos benefícios do plano de saúde também (CARLOS, 2019).

Diante do exposto, podemos considerar que o contexto do acidente, fato que marcou a experiência desse casal, alterou e influenciou os planos de Carlos e Luís que ainda não tinham como projeto o casamento, pois como afirmaram anteriormente, estavam no início da relação.

Desse modo, como observado acima, a narrativa pareceu agregar elementos, segundo nossa compreensão, bastante distintos, mas não excludentes: ora indicavam o desejo de ficarem juntos e cuidarem um do outro; ora indicavam a necessidade de usufruir de direitos relacionados ao plano de saúde de Luís. Todavia, estes interesses foram acionados simultaneamente pelo casal que viram naquele contexto uma boa oportunidade para constituir o casamento civil.

Em sintonia com a contribuição de Lahire, também somos levados a perceber que os sujeitos possuem perspectivas e opiniões divergentes ao longo de suas trajetórias pessoais. O fato, por exemplo, de uma pessoa dizer que não deseja contrair união marital com ninguém, mas diante de determinada situação, mudar sua opinião, não implica que as pessoas possuam personalidades duplas. Pelo contrário, como afirma Lahire, os atores acionam esquemas de ação distintos a depender do contexto em que estão inseridos. O trecho da entrevista a seguir exemplifica bem essa noção, pois quando questionado sobre o desejo de casar, Marcelo respondeu:

Assim, eu não queria não. Eu nunca quis casar novamente. Eu sempre fui assim, vamos dizer, não é dizer que eu era de curtidão. Eu sempre gostei de viver momentos, porque na minha concepção era o seguinte: aproveitar a vida enquanto era tempo porque ninguém sabe o que vai acontecer daqui a algum tempo, alguns minutos. A gente não sabe. E eu sempre gostei de aproveitar a vida, sair com amigos, me divertir. Não queria me prender a ninguém. Nunca pensei em casar novamente. Na verdade, eu não queria casar com ninguém, sempre dizia isso pra todo mundo, mas só que quando eu conheci ele (seu companheiro), eu disse: “Não!” Meu pensamento mudou totalmente. O fato de muitas pessoas fazerem inferno da nossa vida também me fizeram resistir a tudo e a todos e querer encarar uma vida juntos, sabe? Tudo o que a gente passou parece que me encorajou e me fez mudar de ideia na hora, entende? (MARCELO, 2020).

Em sintonia com a declaração de Marcelo, percebemos que estar vivenciando uma fase da vida de solteiro e recém divorciado, condiz com o desejo de não assumir compromisso sério nem se casar, mas isso não significa que essa opinião perduraria para sempre, nem tampouco que o fato desta mesma pessoa ter casado significa dizer que ela está equivocada ou que mentiu anteriormente.

Durante a realização desta mesma entrevista, um outro episódio relatado nos chamou atenção: Marcelo e Sebastião confidenciaram que o fato da mãe dos filhos do primeiro morar próximo à casa onde ele residia com os pais e, interferir constantemente na relação dele com o, então namorado, Sebastião, fez com que o casal resolvesse assumir de vez a relação que tinham e construir uma casa para ambos. Algo que sempre foi impensável, pois não tinham planos de casar, nem estavam dispostos a enfrentar fofocas dos vizinhos e da ex-esposa. No entanto, acreditaram que a melhor forma de resistir e enfrentar a situação seria assumindo o relacionamento para todos, mesmo sem nunca terem idealizado a união, o que implica dizer que o contexto vivenciado naquele momento foi o grande responsável pela tomada de decisão do casal.

Sendo assim, perceber certos deslocamentos e possíveis transformações nas trajetórias individuais dos sujeitos, nos leva a compreender que os atores acumulam diferentes disposições para agir em distintas formas de socialização

e, ao atravessar diferentes contextos sociais, certas disposições podem ser acionadas e outras não. Assim, somos levados a relativizar certos comportamentos e condutas dos sujeitos, pois tais expressões podem dizer muito sobre sua trajetória de vida.

Enfim, o que nos interessa ao invocar Lahire é o fato deste autor chamar atenção para a diversidade de experiências de socialização a que os atores sociais estão submetidos, atentando para o caráter plural ou incoerente das disposições que são assim constituídas e para a pluralidade dos contextos de ação. São justamente essas diversidades de experiências que nos interessaram compreender nesta pesquisa. Atentando para as diferentes motivações que influenciaram os casais a agir de determinadas maneiras, nos contextos sociais que mencionaram em suas declarações.

Estar atento a essas questões é extremamente relevante, pois, caso contrário, a impressão que se tem é a de que as motivações dos sujeitos são sempre muito harmônicas e ausentes de tensões, conflitos e incertezas. Coletar e analisar narrativas que expressam as experiências desses casais, se constitui como uma tarefa que exige postura sensível e flexível, sem deixar passar despercebido nenhum elemento que indique questões importantes para análise.

Além disso, consideramos pertinente mencionar que a possibilidade de mergulhar em uma instituição consolidada, como a família, através da dinâmica da vida conjugal de pessoas homossexuais, e da observação de fatos sociais como o casamento igualitário nos coloca diante de uma prática sociológica que poderia ser definida como *microsociologia*. Tal prática consiste em uma análise de fenômenos estruturais pelo viés das formas mínimas de interação, como em nosso caso, a relação conjugal. A possibilidade de praticar tal microsociologia, no intuito de analisar fenômenos estruturais, foi formulada por Georg Simmel. Nesse sentido Simmel afirma:

Além dos fenômenos perceptíveis de longe [...] há um número imenso de formas menores de relação e de modos de interação entre as pessoas, em casos singulares aparentemente insignificantes, mas que [...] com efeito realizam a sociedade como a conhecemos. A limitação aos primeiros equivale aos

inícios da ciência do interior do corpo humano, que se limitava aos grandes órgãos, claramente circunscritos: o coração, o fígado, o pulmão, o estômago etc., e que desprezou os tecidos inumeráveis popularmente não nomeados ou não conhecidos, sem os quais aqueles órgãos mais nítidos jamais poderiam ter resultado em um corpo vivo (2006, p. 32).

No caso em tela, tal analogia com a biologia é pertinente. É fácil constatar como a maior parte das análises sociológicas recaem nas manifestações maiores, mais evidentes da vida coletiva, como são os sistemas de educação, de crenças, ideologias, de política ou as relações de trabalho. Mas, as microrrelações, os contatos cotidianos que mantem os indivíduos entre si e que asseguram a unidade histórica são, por vezes, desconsiderados. A observação dos processos intensos de socialização estabelecidos no dia a dia da vida conjugal dos casais por nós observados, nos permitiu captar as mudanças que a noção de família padece na sociedade contemporânea. A ênfase dessa observação não recai no objeto de análise, mas no modo como nós, cientistas sociais, observamos essa realidade.

A perspicácia de Simmel, o acerto em observar fenômenos estruturais pelo viés dos processos de socialização que ocorrem na unidade mínima da sociedade, como em nosso caso, acontece com a relação conjugal e nos permite concluir que as relações homoafetivas, como sugere Simmel no texto acima citado, “realizam a sociedade como a conhecemos” no estágio atual do processo civilizador; elas colocam em evidência as mudanças mais significativas dos modos de construir e ser família na sociedade contemporânea.

Diante do exposto, reforçamos o uso de uma microescala no estudo em questão, com foco nas narrativas dos casais homoafetivos entrevistados, a fim de compreender um fenômeno social que amplia e possibilita novas formas de vivência familiar na contemporaneidade. Contudo, os resultados dessa pesquisa não podem ser considerados totalizadores, mas indicam pistas que nos ajudam a apreender nosso objeto de análise.

### 3.2 A *entrevista* como técnica de coleta de dados

O procedimento utilizado para obtenção de informações relevantes à presente pesquisa, como já abordado na introdução, foi a entrevista semiestruturada. O recurso consiste numa técnica de pesquisa em que o pesquisador se apresenta ao investigado, lançando questões afim de buscar respostas e formando um banco de dados de interesse à investigação científica em curso. Nesse sentido, a entrevista pode ser compreendida como uma forma de interação social, ou uma forma de diálogo “assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação” (GIL, 2018, p. 109).

Além disso, a entrevista se caracteriza enquanto uma técnica de coleta de dados adequada para alcançar informações acerca dos mais diversos aspectos da vida social, ou seja, é possível ter acesso ao que “as pessoas sabem, creem, esperam, sentem ou desejam, pretendem fazer, fazem ou fizeram, bem como acerca das suas explicações ou razões a respeito das coisas” (GIL, 2018, p. 109)

As entrevistas foram realizadas através de um roteiro de perguntas que iam se moldando e adaptando a cada entrevistado, pois a situação de cada entrevista nos permitia alterar a ordem dos tópicos a serem abordados e fazer novas perguntas. Sendo assim, podemos classificar as entrevistas, conforme apontam Lakatos e Marconi (2017), como *não estruturadas*, do tipo *focalizada*. Em outras palavras, neste formato de entrevista existe “um roteiro de tópicos relativos ao problema que se vai estudar e o entrevistador tem liberdade de fazer as perguntas que quiser: sonda razões e motivos, dá esclarecimentos, não obedecendo, a rigor, a uma estrutura formal” (LAKATOS; MARCONI, 2017, p. 197).

Isto implica dizer que, em vista dos objetivos da pesquisa, alguns temas formavam um roteiro de questões que deveriam ser abordadas, mas outras perguntas iam se tornando necessárias de acordo com os desdobramentos das conversas, visto que cada história e experiência é considerada singular.

As entrevistas foram planejadas com antecedência, respeitando horário, dia e local a serem realizadas. Os casais nos foram apresentados por amigos

e/ou pessoas da família que se mostraram solícitas quanto a colaboração com a pesquisa. E, embora em alguns casos não conhecêssemos esses casais previamente, não enfrentamos grandes obstáculos para tratarmos de questões que adentravam assuntos de suas intimidades. Ademais, sempre que apresentava e explicávamos os objetivos da pesquisa, os casais se mostravam dispostos em poder colaborar com o desenvolvimento do estudo. Como é o caso da opinião deste casal que no nosso primeiro contato, afirmou:

Olha fica à vontade! Nós não temos problema nenhum de nos posicionar. Falar sobre o assunto, isso *pra* gente é super tranquilo. E, de antemão, parabênizo por sua tese porque é importante a gente falar um pouco sobre essa realidade social, entendeu? Não para impor às pessoas, mas para demonstrar que é natural, que é normal. Somos dois seres humanos, duas mentes pensantes com desejos, com qualidades e defeitos que se apaixonaram e pronto [...]. Estamos muito felizes por você abordar uma temática tão importante para conscientização social (LUCIANA, 2020).

Declarações como esta, nos faziam perceber que muitos casais sentiam que o fenômeno social do casamento igualitário, embora existissem na prática e de forma legal, ainda precisava ser discutido amplamente na sociedade, pois muitos relataram sofrer preconceitos diariamente.

Sendo assim, percebemos que as pesquisas na *Área de Humanas* são tão importantes e necessárias - do ponto de vista científico, mas também humano e social - quanto os estudos na área das “tecnologias prioritárias”; estas últimas consideradas mais dignas de investimentos financeiros por parte do poder público federal (CNPq, 2020).

Retomando o raciocínio anterior, para alcançar uma compreensão que nos permitisse acessar o modo como são orientadas as relações homoafetivas, se fez necessário adotar uma metodologia que nos possibilitou mergulhar na subjetividade dos atores sociais; tornando a entrevista como um meio adequado para nossas pretensões de pesquisa. Em primeiro lugar, porque essa é uma técnica que permite o acesso à realidade de minorias sociais, através de suas próprias versões; em segundo lugar, na prática sociológica, o uso de entrevistas

fornece elementos importantes para análise social, pois proporciona em concreto o que pode faltar à observação direta ou aos levantamentos quantitativos.

No entanto, acreditamos que as entrevistas não são autossuficientes e, embora sejam usadas como base metodológica na pesquisa em questão, também buscamos o cruzamento dos dados obtidos através dos relatos biográficos dos casais com outras fontes e métodos de pesquisa, tais como: uso de referenciais teóricos que serviram de guia e ponto de partida para a pesquisa empírica; documentos oficiais sobre a legalização da união entre pessoas do mesmo sexo, como por exemplo, a consulta ao Projeto de Lei Federal nº 1.151/1995 e a Resolução 175 do STF de 2013; dados divulgados pelo IBGE; e, fontes de periódicos jornalísticos acessados via internet.

Na pesquisa em questão, consultamos seis casais homoafetivos. Destes casais, quatro são formados por homens e dois por mulheres, representando um total de doze narradores. Embora tivéssemos nossos objetivos traçados e delimitados, não sabíamos ao certo como as entrevistas seriam possíveis. Estávamos dispostos a adentrar em questões consideradas por muitas pessoas como pessoais e íntimas, por isso nos perguntávamos: os casais estariam dispostos a nos contar sobre suas experiências afetivas? Essa dúvida nos preocupava, em certa medida, pois conhecíamos previamente apenas um dos seis casais consultados. No entanto, fomos surpreendidos quando outros casais nos foram apresentados, através de amigos e familiares, e se dispuseram em contribuir com a pesquisa.

A primeira entrevista realizada com o casal que já nos conhecia, foi o passo inicial para coletarmos as narrativas. Um pequeno roteiro foi elaborado, conforme os objetivos e questionamentos que tínhamos pretensão de atingir. Nesse roteiro, abordamos questões como: ocupação profissional e idade; o tempo de convivência do casal; quais motivos e sentimentos que levaram o casal a decidirem ficar juntos e oficializar a união? Como dividem as responsabilidades com o lar/afazeres domésticos? Como estes casais definem suas relações? Como definem família? Quais sentimentos caracterizam a relação? Como a amizade se expressa na relação? Como lidam com o preconceito? Essas questões foram direcionadas a todos os casais consultados, mas adaptados para cada contexto. Além disso, como é próprio das entrevistas



semiestruturadas, outras questões, quando necessárias, foram formuladas durante as entrevistas. Quanto ao uso da entrevista semiestruturada, podemos afirmar que tal técnica de coleta de dados se mostrou eficaz para alcançar os objetivos pretendidos neste estudo.

Contudo, ao nos depararmos com uma técnica como essa, devemos ter em mente que se trata de um modo de investigação social composto por potencialidades, mas também limitações. As críticas que surgem por parte de abordagens baseadas no modelo positivo e dedutivo, acusam que as singularidades, estatuto proeminente em pesquisas com técnicas de entrevistas, história de vida e em estudos de casos, se constituem como algo problemático, que não é representativo, nem possui rigor (BRANDÃO, 2007).

No entanto, afirmar que o conhecimento científico procede por dedução, significa afirmar que os sujeitos são verdadeiras marionetes, que agem sem consciência, moldados por determinantes que regem suas condutas. Tais afirmações parecem esquecer que todos os estudos, posteriormente transformados em teorias, nas Ciências Sociais, passam pelos indivíduos, independentemente do modo como são coletadas as informações, ou seja, todo conhecimento produzido pelas Ciências Sociais passa pelos sujeitos.

Comumente, a preocupação com o uso de entrevistas *semiestruturadas* está em saber se os atores sociais contam apenas aquilo que consideram mais relevante para si mesmos, omitindo informações importantes do pesquisador. Todavia, ao responder um questionário para a realização de uma pesquisa quantitativa, por exemplo, não há garantias seguras de que o resultado será diferente, pois muitas pessoas podem se sentir menos à vontade para responderem determinadas perguntas ou faltarem com a verdade.

O que nos interessa em grande medida, neste texto, é justificar o uso de entrevistas como uma técnica capaz de, através da experiência individual e subjetiva, fundamentar teorias representativas de um determinado fenômeno, mesmo sem serem universais, isto é, que possibilita uma compreensão da realidade analisada, sem esquecer que estas são frutos de experiências comuns e coletivas, compartilhadas e vivenciadas por sujeitos em diversos contextos sociais.

Assim, a opção pela técnica de entrevista, mediante a análise de relatos e depoimentos de pessoas envolvidas no fato social a ser estudado, permite compreender a realidade social em estudo, percebendo a reprodução e transformação que essa realidade padece em decorrência das ações desses atores.

As pesquisas empíricas, com base em entrevistas, prezam pela relação de intersubjetividade estabelecida entre o pesquisador e o informante, bem como em algumas ocasiões, a reconstrução de eventos e experiências portadoras de significados. Desta forma, as interpretações devem valorizar o movimento de colocar-se no lugar do outro para compreendê-lo.

Os eventos possuem um sentido profundo no qual se pode chegar através da interpretação, pois as entrevistas exprimem vivências e, cabe ao pesquisador compreender as expressões das vivências dos informantes. Tal noção exprime a necessidade de perceber os indivíduos como sujeitos dotados de valores, como *lócus* das experiências.

Através do uso de entrevistas, pudemos ter acesso, por exemplo, as incertezas e dúvidas expressas na reconstrução de eventos que cercaram a infância de Carlos, casado com Luís. O pai de Carlos é policial e a infância e adolescência do entrevistado foram marcadas pelo medo da autoridade do pai e as incertezas que tinha sobre si mesmo, pois quando era criança percebia que não se identificava com as mesmas coisas que interessavam aos outros meninos da sua idade. Tinha medo de revelar que se sentia diferente, pois sentia que não seria compreendido.

[...] Já na minha infância eu era uma criança que digamos eu *tava* entre, em cima do muro, *né?* Às vezes, eu era um pouco afeminado, as vezes eu era masculinizado, como criança, sem nenhuma maldade, mas desde os meus cinco anos eu me entendo como gay porque desde os cinco anos eu me atraía mais por homens quando eu olhava homens na TV [...] E aí a gente vai crescendo, as pessoas que estão ao nosso redor vão percebendo, *né?* Onde os pais e a família mais próximo percebem que aquela criança não é uma criança como as outras. Digamos assim, pelos gostos, *né?* Seja por uma brincadeira, seja por uma companhia que ele gosta mais.

Companhia dos meninos ou das meninas, mas muitas vezes, claro, isso não tem nada a ver [...]. Tanto fora como dentro da minha família já fui questionado várias vezes. Inclusive, principalmente, pelo meu pai, *né?* Que o pai geralmente é muito bravo. Meu pai por ser um homem. É, por ser policial militar, *né?* Criou eu e minha irmã naquela disciplina dentro de casa. Não batia na gente muito. Só batia quando realmente era necessário, numa extremidade, *né?* Porque senão ia virar tumulto. Então era necessário dar um chega na gente. Então ele não batia, era mais com palavras, com caras e atitudes, com gestos que a gente já entendia que a gente não *tava* fazendo a coisa certa. Então, ele sempre me questionou. Quando eu era criança, ele nunca me perguntou se eu era gay até porque eu acho que, eu acredito que na cabeça dele, ele sabia que eu era criança e ele não ia fazer uma pergunta dessa *pra* uma criança, *né?* Porque vai que eu dissesse que sim. E agora? Como é que ele ia administrar isso? Entende? Então, no momento que eu era criança e adolescente ele não me fazia perguntas desse tipo. Ele apenas me dava carões. No estilo de, no tipo de: “Fala direito, menino!”; “Fala como um homem!”; “Anda como um homem!”; “Vai brincar com os meninos!” Eu gostava muito de brincar com as meninas. “Vai brincar com os meninos!” Ele brigava comigo com o tipo de bonecos que eu tinha. Minha vó, por ser costureira, fazia bonecas de pano *pra* mim. Bonecas de pano que eu amava brincar. Elas não tinham vestidinho, não tinham nada, era só feitas de algodão e eram tipo nuas. Não tinha sexualidade nenhuma nelas. Não tinha nada. Só tinha o corpo humano com cabelo grande. E aí, eu gostava muito de brincar, eu deixava até meus brinquedos caríssimos e bonitos *pra* brincar com essas bonecas de pano que eu amava e brinquei até quinze anos com elas. Mas meu pai não via. Ele sempre ficava em cima de mim, falando: “Anda direito!”; “Fala direito!”; “Vai brincar com não sei o quê!”; “Sai daqui!”; “Não brinca com as meninas!”; “Vai brincar com os meninos!”; “Vai brincar de bola!”; “Vai brincar disso!”; “Vai soltar Pipa!”; “Vai brincar de bola de gude!” Essas coisas que ele *tava* em cima, *né?* E aí houve esse questionamento dele, sabe? Mas por parte da minha mãe não teve esses questionamentos não. Não teve questionamentos desse tipo por parte da minha mãe. Só que eu percebia que ela queria que eu seguisse *pra* a heterossexualidade, entendeu? Ela com certeza não queria que eu fosse gay. Acredito que não. Se fosse uma questão de escolha, ela deveria preferir que eu escolhesse não ser gay. Por isso que eu tinha dificuldades, sabe? Eu achava que *tava* tudo errado e por isso falava em suicídio com os colegas iguais a mim (CARLOS, 2019).

A reconstrução de eventos, como os mencionados por Carlos durante sua infância, nos fornece um universo de significados que permite compreender os enfrentamentos internos que ele vivenciava. Sentir que os seus pais se decepcionariam com sua orientação sexual, dificultou o processo de aceitação de si mesmo, levando Carlos a cogitar um suicídio quando adolescente, pois imaginava que sua orientação sexual seria motivo de infelicidade e não realização pessoal.

Diante desse relato empírico, reforçamos que a entrevista se revela como uma importante ferramenta de acesso às questões relacionadas as emoções dos atores sociais. Ao trabalhar com entrevistas, somos levados a acessar suas subjetividades, inclusive a relação com o nosso objeto de pesquisa é guiada pela subjetividade, pois desde a escolha do nosso objeto de estudo questões subjetivas são acionadas. Em virtude disso, buscamos justificar ao longo deste capítulo a opção por trabalhar com entrevistas sem nos afastarmos dos ideais de objetividade científica, característica essencial do conhecimento, pois sua contribuição se pauta na possibilidade de acessar, em muitas ocasiões, traços das biografias dos atores, compreendendo o modo como guiam suas relações e agem no mundo social nos diferentes contextos que estão inseridos.

As Ciências Sociais apresentam um legado teórico que se posiciona a favor da objetividade do conhecimento, mas a maioria dos autores que abordaram esta temática não desprezam a importância de abordar aspectos subjetivos de certas práticas para a compreensão dos diversos fenômenos sociais (WEBER, 2003; DILTHEY, 2010). Assim, faremos neste texto uma discussão baseada em alguns nomes das Ciências Sociais que defendem a subjetividade sem abandonar a neutralidade axiológica, nem a objetividade do conhecimento científico. A intenção deste texto é apresentar alguns autores que defendem o uso de uma metodologia compreensiva nos estudos dos fenômenos sociais, justificando a abordagem utilizada nesta tese.

### **3.3. O dilema objetividade e subjetividade nas Ciências Sociais: justificando o ‘como fazer’?**

Desde Auguste Comte (1798-1857), encontramos um discurso a favor da formulação da objetividade científica na Sociologia. Atribuímos a este autor o uso do termo Sociologia e do Método Positivo para esta nova ciência. Seu propósito teórico consiste na caracterização e na formulação de categorias que possibilitem estudar a sociedade de modo objetivo e científico, tal como fazem as Ciências Naturais ao analisarem organismos vivos, por exemplo, pois segundo esta corrente a sociedade é regulada pelas leis da natureza.

Para o Positivismo, a preocupação da ciência está na elaboração de leis gerais que servem para prever de forma racional os fenômenos sociais de modo que a ordem fundamental da humanidade fosse realizada, sendo sua pretensão organizar a sociedade. Assim, a função da Sociologia seria “compreender o *devenir* necessário, isto é, indispensável e inevitável, da história, de modo que ajude a realização da ordem fundamental” (ARON, 2008, p. 86). Em outras palavras, o papel da Sociologia seria identificar as regularidades dos fenômenos sociais a fim de garantir previsibilidade científica.

De acordo com o Positivismo, o conhecimento seria adquirido através de teorias e observações empíricas. No entanto, Comte não defendia um empirismo puro, mas advogou a favor da interdependência entre teoria e observação. Daí a afirmação de Elias: “Comte salientou explícita e consistentemente a interdependência da teoria e da observação, como núcleo de todo o trabalho científico” (ELIAS, 2008, p. 36).

Neste sentido, assistimos à contribuição do Positivismo advogando a favor da objetividade nas Ciências Sociais, mas com uma proposta intrinsecamente ligada aos métodos das Ciências Naturais. Embora reconheçamos sua importância para a consolidação posterior da Sociologia enquanto disciplina científica, devemos seguir – em função de nosso objeto - uma trilha metodológica que nos leva além desta compreensão.

Em termos metodológicos, a pesquisa quantitativa, inspirada num viés Positivista, se dedica a análise de um fenômeno social com base no teste de uma teoria, isto é, busca-se verificar se uma teoria é válida ou não com base na

quantificação de dados e análise estatística, se dedicando a uma análise considerada mais objetiva. Assim, o pesquisador busca mensurar opiniões e ideias através de instrumentos estatísticos, tais como: *porcentagem*, *média*, *variância* e *desvio-padrão*.

Embora tenhamos utilizado dados estatísticos, fornecidos pelo Instituto de Pesquisa IBGE, em algumas passagens do texto, não limitamos a nossa interpretação a uma leitura desses dados coletados e referenciados, pois julgamos inadequado uma metodologia quantitativa para analisar o nosso objeto de pesquisa, isto nos afasta de uma postura positivista. Visto que as descobertas da nossa pesquisa foram alcançadas graças às abordagens das subjetividades dos atores envolvidos na pesquisa. Fato possível, a partir da Sociologia Compreensiva, da forma como foi sugerida pela tradição alemã. A opção pelo foco na abordagem qualitativa, se dá pela possibilidade dessa metodologia realizar estudos em profundidade que permitam captar o mundo simbólico dos atores sociais: crença, valores, sentimentos.

Na pesquisa qualitativa, o pesquisador busca compreender os fenômenos humanos e sociais através do uso de narrativas e da valorização de descrições ricas em detalhes. Em tal tipo de abordagem, o pesquisador está interessado em esclarecer fatos e significados, buscando compreender como os indivíduos narram suas experiências e suas visões de mundo. Neste sentido, a pesquisa qualitativa se dedica ao estudo de um universo considerado mais subjetivo, pois seu foco de análise contempla, além das narrativas e biografias: pontos de vista, opiniões, posicionamentos, sensações, emoções e afetos.

Tal compreensão pode ser observada, a título de exemplo, a partir do relato de Luiz, que constrói a sua narrativa sempre recorrendo a elementos considerados subjetivos, pois exprime as motivações que moveram ele e seu esposo para a efetivação da união civil:

Desde que a gente decidiu casar foi mais realmente uma coisa democrática. Uma coisa harmoniosa. Uma coisa para nos ajudar. Para nos dar direitos, entende? A gente sente uma coisa muito forte. É muito especial e muito bonito tudo entre a gente, desde a primeira vez que a gente se viu, primeiro olhar, primeiro beijo, primeiro toque. É uma sintonia. Uma coisa que se encaixa,

sabe? Na verdade, é até complicado explicar. É mais fácil sentir. Como a gente se gostava, a gente decidiu morar juntos. A gente decidiu casar. Comprar móveis e imóveis no nome dos dois. E aí a gente decidiu: *bora* nos unir *pra* gente ter os nossos direitos resguardados, *né?* E assim seguimos juntos (LUIS, 2020).

Muitas informações consideradas subjetivas, como as expressas no relato acima, e que, como tal, não podem ser observadas externamente nem quantificadas, não as encontramos em banco de dados, por exemplo; recorrendo aos dados quantitativos divulgados pelo IBGE, que constata o aumento considerável, a cada ano, no número de novos casamentos homoafetivos, não temos uma informação decisiva para a nossa pesquisa. Mesmo que esses dados sejam importantes para outras análises, e para fundamentar determinadas interpretações, não fornecem informações suficientes para a perspectiva que estamos assumindo na análise deste objeto de pesquisa. Por essa razão, reforçamos a escolha pelo foco na abordagem qualitativa e compreensiva do fenômeno social aqui abordado, o que demonstra a pertinência do levantamento teórico que se segue neste capítulo.

Podemos afirmar que W. Dilthey (1833-1911) - através da máxima: “a natureza se explica e a cultura se compreende” - é reconhecido pela clássica distinção que faz entre os métodos científicos que devem ser aplicados aos objetos das Ciências da Natureza e Ciências Humanas. Sua distinção parte da necessidade de colocar, de um lado, as ciências que estudam os aspectos naturais dos fenômenos e, do outro lado, as ciências que se interessam pelo produto da atividade humana. Assim, as ciências que se relacionam com o gênero humano são chamadas por Dilthey de *Ciências Sociais*, pois se interessam pela atividade prática dos sujeitos (DILTHEY, 2010).

Segundo este autor, as motivações que impulsionam as ações humanas são passíveis de explicação e, uma vez compreendidas, elas podem responder às questões que são colocadas pelo pesquisador. Para analisar as ações humanas, segundo Dilthey, é necessário levar em consideração os fins desejados e “nisto ele se opõe ao raciocínio causal praticado nas ciências naturais, raciocínio que leva em consideração como antecedente apenas a

causalidade” (WATIER, 2009, p. 18), conforme argumenta Watier em *Uma Introdução à Sociologia compreensiva (2009)*.

Diferente de Comte, Dilthey não compartilha de nenhum encantamento pelo Positivismo, por esta razão, advoga a favor de métodos próprios para as Ciências Humanas, e argumenta não ser suficiente transportar os domínios das ciências da natureza para as ciências sociais (ou humanas) como defenderam os positivistas. Assim, se faz necessário desenvolver um método próprio que dê conta da complexidade do objeto de estudo das Ciências Humanas. Patrick Watier nos apresenta, baseado nas contribuições de Dilthey, a seguinte noção:

[...] no caso da natureza, o estudo tem por objeto o mundo físico, relaciona observador e fenômenos; no outro caso, a observação tem por objeto uma relação entre indivíduos ou o resultado de produções individuais e sociais, o observador está diretamente interessado no que ele estuda, ele faz parte do objeto” (WATIER, 2009, p. 19).

Diante de tal noção, fica evidente que Dilthey acredita numa nítida distinção entre as Ciências Naturais e Humanas no que diz respeito a forma de relacionar-se com o objeto de conhecimento. O pesquisador, segundo ele, encontra-se muito próximo de seu objeto devido as motivações e desejos que o levam à própria escolha de pesquisa.

O mundo social é submisso às ações humanas e estas são movidas por interesses e desejos, por esta razão, “as ciências humanas não podem dispensar uma referência mentalista que assinala a elaboração psíquica, significativa e simbólica dos fatos e acontecimentos dos quais elas fazem a análise” (WATIER, 2009, p. 22). Ou seja, as ciências que necessitam da esfera psíquica humana para uma melhor compreensão de certos fenômenos sociais devem se apoiar em métodos próprios, capazes de dar conta de intenções, motivações e desejos que estão por trás das ações humanas.

Em vista disso, “o método hermenêutico e crítico se impõe, o processo de compreensão é o único capaz de permitir uma ligação inteligível entre experiência vivida, expressão dessa experiência e decifração do conteúdo



significativo” (WATIER, 2009, p. 22). Assim, encontramos em Dilthey a defesa da necessidade de recorrer a um método hermenêutico e compreensivo capaz de fornecer satisfatórias explicações acerca das ações humanas que compõem o mundo social.

O método compreensivo seria fundamental para estudar o objeto das ciências do espírito: a humanidade. Dilthey nomeia ciências do espírito aquelas que diferem das Ciências Naturais e que tem como objetivo compreender as motivações e sentimentos que interferem no agir dos sujeitos. O filósofo chama a atenção do pesquisador para a realidade de que o indivíduo pertence a vários conjuntos interativos e que vários interesses percorrem a vida social dos sujeitos levando-os a comportarem-se de distintas maneiras, a depender do contexto (DILTHEY, 2010). Neste sentido, “[...] nada permite sustentar que o indivíduo terá o mesmo comportamento, nem a mesma atitude em todas as atividades, ou ainda que umas não colorirão as outras com um matiz singular” (DILTHEY apud WATIER, 2009, p. 29).

Ainda segundo esta orientação, seguimos as trilhas metodológicas de Dilthey a partir da seguinte interpretação de P. Watier:

Dado que o indivíduo sofre influências mas reage a elas fazendo uso de razão e de vontade, torna-se claro que a questão dos motivos que não se coloca para as ciências naturais encontra aqui um lugar decisivo [...] ‘O jogo da causalidade inanimada que reina na natureza se encontra aqui substituído pelo jogo dos motivos e dos objetos’. O que nos interessa, em história ou sociologia, é poder responder à questão: por que os indivíduos agiram assim? e isso supõe que levemos em conta seus motivos (WATIER, 2009, p. 30).

Tomando por base essa compreensão, confirma-se a necessidade de o sociólogo captar as intenções e motivações que estão por trás das condutas humanas, pois estas são dotadas de sentido e significado e dão movimento a complexidade do mundo social.

Assim, percebemos que Dilthey não descarta a busca do ideal de objetividade científica nas Ciências Sociais, mas aponta o uso do método

hermenêutico como o procedimento adequado para se compreender as ações humanas, porém sem abandonar a busca da objetividade própria às ciências compreensivas.

No entanto, a preocupação com a objetividade do conhecimento nas Ciências Sociais não ficou a cargo apenas de Comte e Dilthey, muitos outros autores se dedicaram a esta problemática. Dentre os clássicos da Sociologia, por exemplo, nos deparamos com as contribuições metodológicas de Durkheim e Max Weber. Assim, em função da perspectiva que estamos assumindo para análise deste objeto de pesquisa apresentaremos neste texto, algumas contribuições de Weber (1864-1920) em torno da objetividade nas Ciências Sociais.

Assim como Dilthey, Weber se mostrou um entusiasta do método compreensivo. Aliás, sua maior contribuição para a Sociologia foi desenvolver uma abordagem compreensiva, segundo ele, única metodologia capaz de fundamentar a objetividade, sendo, portanto, a mais adequada para ser utilizada em uma ciência que se propõe estudar a realidade social.

A reflexão sobre a questão do método em Max Weber representa uma das mais importantes expressões teóricas da Sociologia. Seu esforço teórico deve ser entendido a partir do seu desempenho por definir os fundamentos e os instrumentos metodológicos que configurem a Sociologia como uma ciência capaz de contribuir com um tipo de saber específico. A grande preocupação de Weber é consolidar um discurso teórico que fundamente os pressupostos de validade e objetividade que são exigidos de todas as ciências. A validade do conhecimento científico, tanto nas Ciências Sociais quanto nas Ciências Naturais, dependerá, em grande medida, da confiabilidade dos métodos empregados nos processos analíticos das diferentes realidades pesquisadas.

Através da sociologia da compreensão, Weber acredita ser possível analisar o objeto da Sociologia: o agir social. Em outras palavras, se o estudo sociológico deve ter como ponto de partida a ação humana, métodos adequados devem ser adotados afim de uma melhor apreensão dos diversos fenômenos sociais. Watier esclarece a importância da contribuição weberiana:

[...] o fato de que essas ciências respondem a considerações práticas não implica, para tanto, que elas tenham de dizer o que deve ser; seu objetivo não é estabelecer imperativos que concernem à conduta, nem passar receitas para a ação; mas também não podem simplesmente se limitar a nos dizer e narrar o que se passou, a nos descrever os valores e os ideais nos quais os homens acreditaram ou acreditam. De fato, o método científico que trata dos ideais e dos valores 'se propõe nos ensinar igualmente a ter julgamento crítico sobre eles (...)'. Todo o empreendimento vai, então, consistir em examinar qual tipo de conhecimento é suscetível de corresponder a essas duas condições, ser científico e crítico, de um lado, não ter julgamentos de valores, de outro (WATIER, 2009, p. 94).

Em sintonia com essa pretensão, em *A Objetividade do conhecimento nas Ciências Políticas e Sociais* (2003), Weber reconhece a influência da subjetividade (dos valores) no trabalho do cientista social, conforme argumenta:

[...] é certo que no campo das nossas ciências, as concepções pessoais do mundo costumam intervir ininterruptamente na argumentação científica, continuamente a confundindo e levando a avaliar de diferentes modos o peso dos argumentos científicos [...]" (WEBER, 2003, p. 8).

Embora, em muitos casos, o pesquisador esteja completamente envolvido com seu objeto de estudo, se exige um distanciamento seguro, ou seja, apesar de sermos movidos por interesses quando escolhemos um objeto para estudo e por mais próximos que sejamos desses, nossos valores não devem interferir na interpretação que devemos oferecer à ciência acerca dos valores e motivações que estão por trás das ações humanas alheias. Esse é justamente o imbróglio que Weber busca resolver: como não deixar que nossos juízos de valor interfiram na nossa pesquisa, se a própria escolha do objeto é motivada por interesses?

Diante deste problema, o sociólogo alemão analisa de que modo podemos nos distanciar dos nossos valores, afim de não prejudicarmos os rumos

da pesquisa social, pois este afirma que é possível realizar uma pesquisa científica de forma objetiva, também nas Ciências Sociais.

Dessa forma, Weber está interessado em promover a separação dos juízos de valor da análise científica, pois tal fato é essencial para conquistar a objetividade do conhecimento. Para o sociólogo, não há como justificar, do ponto de vista científico, a prevalência dos juízos de valor. Em outras palavras, para exercer a atividade científica, de maneira imparcial, é necessário manter uma nítida separação entre os valores que carregamos conosco e a reflexão científica. Desse modo, Weber pretende afastar o dilema: relação entre valores e verdades objetivas. Em outras palavras, devemos estar atentos a importante distinção entre: de um lado, a observação científica; do outro, o julgamento de valor.

Para obter objetividade científica nas Ciências Sociais, Weber acredita ser necessário se cercar de instrumentos metodológicos que permitam ao pesquisador realizar com segurança seu trabalho. Watier complementa essa noção weberiana quando acrescenta que:

[...] é preciso forjar ferramentas próprias a esses domínios, distinguir entre relação com os valores e julgamento de valor, criar instrumentos conceituais, tais como o tipo-ideal, o processo da imputação causal a cada vez singular, os julgamentos de possibilidade, a causalidade adequada. Esses instrumentos são outras tantas balizas no caminho que leva ao ideal da 'objetividade' (WATIER, 2009, p. 96).

Neste sentido, Weber elabora o instrumento de investigação científica: o *tipo ideal*. Essa ferramenta oferece o caminho para um trabalho seguro com os fenômenos culturais e sociais. O tipo ideal seria uma construção metodológica pensada como um instrumento de trabalho do pesquisador, afim de que este se aproxime da realidade empírica. Serve como uma base para entender as relações, a realidade e compreender o conteúdo dos fenômenos sociais. Ou seja, o tipo ideal consiste numa construção teórica abstrata que foi formulada a partir das características fundantes de fenômenos particulares. O tipo ideal seria

uma ferramenta que o pesquisador utilizaria para se aproximar de certo conteúdo da realidade.

O verdadeiro papel do tipo ideal, seria permitir ao cientista social a formação de julgamentos de imputação causal (atribuição causal) que pode servir como uma guia para elaboração das hipóteses fundadas numa imaginação baseada na experiência e regida por um rigor metodológico. Assim, o tipo ideal não pode ser definido como uma hipótese, mas como um recurso que oferece um caminho para a formulação de hipóteses. Como a realidade é difusa e complexa, ele nos oferece um caminho seguro e objetivo para estudá-la. Assim, tais ferramentas são essenciais para oferecer objetividade científica para a Sociologia. Para Weber, é importante reconhecer o papel dos valores, mas é necessário controlá-los a partir de ferramentas metodológicas, a fim de não comprometer o desenrolar da pesquisa (WEBER, 2003).

Ao afirmar que o objeto de estudo da Sociologia é o agir social, Weber propõe o uso do método compreensivo. Neste sentido, a função do sociólogo seria compreender as ações individuais humanas a partir de seus motivos, razões e valores. As interpretações oferecidas às análises dos problemas sociais seriam verificadas através das experiências humanas. Assegurar que as interpretações das ações são possíveis a partir de um ponto de vista subjetivo significa dizer que os motivos por trás das ações devem fornecer elementos necessários ao método compreensivo. Ou seja, trata-se da compreensão de determinados fenômenos sociais através das experiências dos atores que revelam os motivos e razões que influenciaram determinadas ações e atitudes. Assim, cabe a Sociologia e, portanto, aos sociólogos compreenderem que os fenômenos sociais são explicáveis através das ações humanas enquanto portadoras de valores, motivos e significados.

Verificamos, diante do exposto até aqui, a necessidade de adotar um método científico nas Ciências Sociais e nas Ciências da Cultura que tenha como base um paradigma hermenêutico. Visto que, diante da necessidade de interpretar comportamentos humanos, que são subjetivamente orientados, a compreensão dos significados das condutas dos agentes se apresenta como a melhor alternativa.

Diante das contribuições weberianas, se faz necessário apreender que sua noção de ‘valor’ é extremamente relevante para justificar tanto a escolha deste objeto de pesquisa como para compreender as motivações que orientam as vivências conjugais dos casais homoafetivos consultados neste estudo. Assim, o principal canal de acesso às vivências e práticas através das quais esses indivíduos construíram sua subjetividade é a linguagem.

Pensando na importante função da linguagem, graças a sua capacidade de expor as motivações e valores que perseguem as narrativas dos sujeitos, fazemos referência a contribuição de Anthony Giddens (1938-). Segundo este sociólogo:

Todos os homens monitoram continuamente as circunstâncias de suas atividades como parte do fazer o que fazem, e esse monitoramento sempre tem características discursivas. Em outras palavras, se questionados, os agentes são normalmente capazes de fazer interpretação discursivas da natureza e das razões de seus comportamentos (GIDDENS, 2002, p. 39).

Com esse texto assinalamos uma noção que pode ser assim sintetizada: “A consciência reflexiva nesse sentido é característica de toda ação humana [...]” (GIDDENS, 2002, p. 39). Dessa sorte, os atores sociais possuem a capacidade de manifestar as razões de suas ações através da reflexão que fazem de seus atos e expressá-las por meio da linguagem.

Recorrendo ao filósofo da linguagem austríaco, Wittgenstein (1889-1951), Giddens desenvolve a seguinte compreensão de como são elaborados os significados:

Existe um mundo universalmente experimentado da realidade exterior, mas ele não é diretamente refletido nos comportamentos significativos das convenções nas quais os atores organizam seu comportamento. O significado não é construído pelas descrições da realidade exterior, nem consiste em códigos semióticos ordenados independentemente de nossos encontros com essa realidade. Antes, “o que não pode ser posto em palavras” – os intercâmbios com pessoas e objetos

ao nível da prática diária – constitui a condição necessária do que pode ser dito e dos significados envolvidos na consciência prática (GIDDENS, 2002, p, 45).

Assim, Giddens recupera um aspecto da semântica desenvolvida por Wittgenstein e assinala sua importância para a Sociologia, pois esse autor afirma que o sentido das práticas capazes de organizar a vida social é impulsivo, no sentido em que se forma na vivência cotidiana. No entanto, os sentidos e significados dessas práticas são percebidos de forma consciente e refletida quando os agentes estão aptos a materializar essas experiências através de suas falas. Neste sentido, através da linguagem temos acesso a consciência dos sujeitos, assim como os próprios atores podem acessar a autoconsciência.

Portanto, segundo Giddens, a auto identidade dos agentes é acessada graças a compreensão refletida de suas vivências. Isso significa dizer que o sujeito, ao se expressar através da linguagem, toma consciência de seus atos e de si mesmo. Além disso, a linguagem fornece elementos que possibilitam ao sociólogo a compreensão dos valores que movem as práticas da vida cotidiana e que dão forma ao mundo social, algo essencial para a construção do conhecimento na área das Ciências Sociais.

## **CAPÍTULO IV – O CASAMENTO IGUALITÁRIO ATRAVÉS DAS NARRATIVAS**

Os casais entrevistados para a realização da presente pesquisa possuem entre 25 e 50 anos, são de classe média e oriundos do Estado da Paraíba. Um destes casais, faz parte do nosso círculo de amizades; os demais, nos foram apresentados por amigos, familiares ou por pessoas próximas de nós que sabiam do tema da pesquisa e, em razão do interesse nela suscitado, resolveram ajudar apresentando-nos a esses.

Outros casais homoafetivos foram contatados, além dos casais que citamos nesta tese, porém, quando abordados para realizar nossas entrevistas, nos informaram que estavam passando por momentos de crise no casamento. Em razão desse fato, eles acharam oportuno não conceder entrevistas; um desses casais em crise, na época das entrevistas, acabou se divorciando. Testemunhar esse desfecho e a situação de crise de alguns casais, demonstra a existência de conjugalidades reais, que carregam em si todas as vivências pelas quais atravessam as diversas famílias. Essa constatação, nos mostrou que as famílias homoafetivas, objeto de estudo da presente pesquisa, não fogem às tramas da vida doméstica, visto que elas também estão sujeitas a problemas conjugais diversos, comuns a quaisquer outros casais e/ou relacionamentos.

A seguir, faremos uma apresentação de cada casal consultado. A construção deste capítulo tem por finalidade apresentar as narrativas coletadas durante a realização das entrevistas. Vale ressaltar que tais narrativas derivam da experiência concreta desses casais, constituindo-se como importantes fontes de análise e compreensão do fenômeno social por nós estudado.

Ao focar nossa atenção em indivíduos concretos, estamos reiterando um viés de acesso peculiar, diferenciado. Na tentativa de compreender um fenômeno estrutural, como é o caso do processo de mudança dos modos de entendermos a família, optamos pelo estudo das conjugalidades homoafetivas. Os casamentos igualitários, como fato social, geram um grande questionamento ao modelo de família tradicional, alicerçada nos valores e modelos culturais do patriarcalismo.



Abordar um fenômeno coletivo pelo viés individual, não se constitui em tarefa simples. Desde o começo da nossa pesquisa, representou um grande desafio, no sentido de nos sentirmos obrigados a identificar referenciais teóricos e metodológicos pertinentes. Mas, abraçamos esse desafio porque entendemos que, em termos epistemológicos, nossa prática científica demanda o cultivo de uma imaginação sociológica. Nesse sentido é conveniente lembrar Carl Wright Mills (1965), que na década de 1950 colocava para nós, cientistas sociais, o desafio de repensar a maneira de abordar nossas pesquisas científicas.

No entendimento de Mills, a burocratização, o formalismo, o "metodologismo" e outros quantos "ismos", nos privam de uma compreensão profunda dos fatos estudados e nos colocam no conforto arriscado do contentamento com dados estatísticos, generalizantes, que, se verificados em profundidade, poderiam revelar muito pouco do fenômeno que pretendemos compreender. Referindo-se ao desafio instigante que se apresenta ao pesquisador, Mills afirma:

[...] o que precisam, e o que sentem precisar, é uma qualidade de espírito que lhes ajude a usar a informação e a desenvolver a razão, a fim de perceber, com lucidez, o que está ocorrendo no mundo e o que pode estar acontecendo dentro deles mesmos. E essa qualidade, afirmo, que jornalistas e professores, artistas e públicos, cientistas e editores estão começando a esperar daquilo que poderemos chamar de imaginação sociológica. [...]. A imaginação sociológica capacita seu possuidor a compreender o cenário histórico mais amplo, em termos de seu significado para a vida íntima e para a carreira exterior de numerosos indivíduos. Permite-lhe levar em conta como os indivíduos, na agitação de sua experiência diária, adquirem frequentemente uma consciência falsa de suas posições sociais. Dentro dessa agitação, busca-se a estrutura da sociedade moderna e dentro dessa estrutura são formuladas as psicologias de diferentes homens e mulheres. Através disso, a ansiedade pessoal dos indivíduos é focalizada sobre atos explícitos e a indiferença do público se transforma em participação nas questões públicas (MILLS, 1965, p. 11).

Em certa medida, a tentativa de dar voz neste capítulo aos agentes que participaram de nossa pesquisa é, de alguma maneira, atender às sugestões de Mills. Neste capítulo, procuramos resgatar vivências, gestos e falas que denotam modos concretos de um tipo de ação social que, mudando a forma de constituir

uma família, observamos que afeta e altera a estrutura social. Procedendo dessa maneira, buscamos contribuir com o esforço da sociologia compreensiva que pretende prestigiar o lugar do indivíduo dentro das Ciências Sociais.

#### **4.1 “Somos um casal como outro qualquer”**

##### **4.1.1 Carlos e Luís**

Carlos, 32 anos, é um amigo pessoal desde 2007 e, em 2016, casou com Luís, 41 anos, com a benção e aprovação da família. O contato com este casal, ocorreu de forma frequente pela facilidade e disponibilidade oferecida por eles, desde o início desta pesquisa. O jovem casal mora em casa própria, ambos trabalham como funcionários públicos e sonham em juntos adotar uma criança. Carlos é policial militar e estudante de Direito. Conforme relatou nas entrevistas, embora trabalhe num ambiente considerado autoritário e machista, se sente respeitado pelos colegas de trabalho. Luís, seu esposo, possui Doutorado em Educação e atua como professor universitário e intérprete de Libras.

O casal está casado há cinco anos. O casamento veio logo depois de quatro meses de namoro. O fato de Carlos ter sido acometido por um grave acidente de moto no início do relacionamento, levou-os a uma aproximação inevitável. Carlos morava sozinho, num apartamento no terceiro andar de um prédio que não possuía elevador; Luís pediu permissão a mãe de Carlos e o levou para sua casa, a fim de oferecer ajuda e o suporte necessário que o namorado necessitava naquele momento. O casal revelou que poucos meses depois resolveram oficializar a união. As afinidades reveladas e a necessidade de usufruir do plano de saúde do parceiro foram motivações criadas pelas circunstâncias daquele acidente, impulsionando o casal para a tomada de decisão do casamento.

#### 4.1.2 Ricardo e Cláudio

Outro casal consultado é formado por Ricardo e Cláudio. O primeiro, com 50 anos, é funcionário público; o segundo, 31 anos, professor de História, mas na ocasião da entrevista estava desempregado.

Sobre a ocupação profissional do casal, Cláudio declarou:

Sou formado em professor. Sou formado em História e tô fazendo uma especialização no IFPB. Ele é funcionário público municipal (se referiu ao esposo). Ele (seu esposo) é servidor público. É fiscal de tributos, mas também é da área de educação. Ele é psicopedagogo. Nós dois somos da área de educação. Nós gostamos demais. Minha especialização é aqui em Princesa, não é na minha área, mas é em gestão ambiental do município, porque na minha área não tem aqui, só fora. E, no momento não tenho disponibilidade de ir *pra* fora e ficar viajando. Deixa eu aqui! Tô em casa. Só não posso ficar parado, não gosto de ficar parado. Tenho sempre que *tá* fazendo alguma coisa, aí tô fazendo essa especialização no IF e estou pensando em fazer Biologia que vai abrir agora, pra não ficar parado (CLÁUDIO, 2019).

A principal característica desse casal, conforme relato, foi a coragem para enfrentar o preconceito por parte da família, amigos e sociedade, em uma cidade tão pequena: Princesa Isabel<sup>22</sup>; se tornando o primeiro casal homoafetivo a contrair casamento civil naquela cidade. Segundo afirmaram: “Fomos o primeiro casal de Princesa Isabel, e um dos primeiros do estado, a casar no civil” (CLÁUDIO, 2019). E, com orgulho, Ricardo continuou: “No dia do nosso casamento teve uma fala de dois dos meus irmãos e a fala do juiz, e foi bem interessante. Foi o primeiro casamento homoafetivo que ele fez” (RICARDO, 2019).

Concordando com esposo, Cláudio acrescentou:

---

<sup>22</sup> Princesa Isabel é uma cidade localizada no sertão paraibano com população estimada pelo IBGE (2020) em 23.549 habitantes.

A gente se sentiu tão elevado nesse dia. Eram 21 casamentos e se nós de união homoafetiva. O povo parou. Só tinha dois casais de amigos nossos que já nos conheciam e estavam ali com a gente, mas as pessoas pararam e ficaram chocadas porque ninguém sabia que ia ter um casal como a gente lá. Muitos até casaram e depois vieram pedir *pra* tirar foto com a gente. Aí o juiz já nos chamou no começo do casamento, fez logo a fala dele chamando todos os casais e nos chamou para o centro, evidenciando a gente, sabe? Ele fez um discurso de quase duas horas e eu fiquei besta porque assim. Ele era um juiz novo, com conceito novo e mente aberta e você sabe que independentemente disso ainda tem essa questão de entrave e preconceito, *né*? Mas ele evidenciou a gente, e disse: “Não aceito nenhuma piadinha nem nenhum olhar diferente para os meninos que estão casando aqui hoje”. Ele nos colocou do lado dele e nos elevou, falou de Direito, falou da Lei, da conquista dos direitos LGBT, da questão da Família, de tudo. Ficamos altamente envaidecidos, *né*? Nos sentimos respeitados, foi um dia especial (CLÁUDIO, 2019).

A forma como o juiz conduziu o ritual, e o fato de poderem obter uma união amparada na lei, foi relatada com muito orgulho e alegria pelo casal. Além disso, a atenção direcionada para eles, de forma respeitosa, tornou aquele momento um dos mais especiais de suas vidas.

Os dois relataram que se conheceram através de um grupo de arte e cultura existente na cidade. O pai de Ricardo criou o grupo em 1975, com o objetivo de resgatar costumes, hábitos e os saberes locais através da dança, teatro, artesanato e atividades sociais voltadas para a educação cultural da comunidade local. O grupo de cultura continua em pleno funcionamento e é coordenado pelo casal, conforme declararam com orgulho.

Cláudio nos confessou que entrar no grupo seria a maneira mais efetiva para se aproximar de Ricardo, por essa razão o procurou para tornar-se membro da equipe. No relato abaixo, Ricardo explicou como tudo aconteceu:

Ele me procurou *pra* entrar no grupo, um grupo de dança no qual eu faço parte. Foi a primeira vez que ele me procurou. Diz ele, que eu o maltratei, eu não lembro disso não. Lembro bem que eu falei: “Não tenho tempo *pra* isso não! Depois tu me procura!”

Coloquei dificuldade *pra* ele entrar no grupo. Senti que estava rolando um clima, sabe? Passaram-se alguns dias e ele me procurou de novo. Eu estava mais calmo, já havia passado o dia da apresentação do grupo e fomos conversar. E, só porque o marido de uma tia dele nos viu conversando, já gerou o maior “bafafá” na cidade. A gente não *tava* fazendo nada demais, só conversando. Aí foram logo fazer um monte de fofoca. Isso tudo é *pra* resumir a história porque tudo o que aconteceu não cabe em entrevistas, seria um livro dos grandes, viu? (risos) (RICARDO, 2019).

Segundo Ricardo, a entrada de Cláudio no grupo seria uma desculpa para se aproximar dele e demonstrar seu interesse. O relato acima, evidencia que o casal foi alvo de discriminação desde sua aproximação, se tornando motivo de fofoca na cidade. No entanto, as dificuldades foram sendo enfrentadas com determinação pelo casal, graças a vontade de resistir e permanecerem juntos, de acordo com o que declararam.

O pai de Ricardo, falecido alguns meses antes das entrevistas, era um homem bastante ligado à Igreja Católica da cidade, e tinha uma vida bastante devotada a Religião. Para ele, ter um filho casado com outro homem era algo que o deixava bastante inquieto e preocupado. Segundo Cláudio apontou:

O pai dele era muito da Igreja, muito religioso. E aí a família teve um impacto, mas quando viu que era isso mesmo que nós queríamos, que era isso que ele queria, nos deu apoio, mas não foi logo de imediato. O tempo foi tornando as coisas mais fáceis, graças a Deus (CLÁUDIO, 2019).

No entanto, o casal relatou que aos poucos o pai de Ricardo passou a apoiá-los, conforme Cláudio complementou:

Aos poucos fomos conquistando o pai dele, mostrando que não era o que ele pensava. Não era o contexto que ele *tava* pensando. E ele foi nos vendo com outros olhos. Não vou dizer, assim, que aceitar ele aceitou, mas posso dizer que ele respeitou. Ele passou a nos respeitar, a ter outro olhar *pra* gente.

É tanto que a casa que hoje moramos foi ele que deu. Então ele começou a ver a gente com outros olhos que não era o pensamento que acho que ele tinha antes. Então ele começou a nos respeitar e, vamos dizer assim, diretamente apoiar. Assim, ele não declarava, mas estava ali presente. Tudo que a gente fazia, nos apoiava. Apoiou a gente com a casa e ajudava a gente em tudo nessas questões, porque teve um tempo em que nós moramos lá na casa dos pais dele. Ele, assim, não comentava, mas a gente notava que ele já tinha outro olhar *pra* gente, e a gente já se sentia bem e apoiado por ele (CLÁUDIO, 2019).

Animados e dispostos a conversar, logo no início da entrevista, Ricardo e Cláudio explicaram quando decidiram casar e como se prepararam para o grande dia:

Do dia que nós nos conhecemos até hoje já vai fazer 17 anos. Agora, de casado vamos fazer 5 anos, no dia 26 de maio. Agora, que moramos juntos mesmo, já tem uns 12 anos ou mais. Casamos logo depois da *Resolução* do CNJ. Nós não tínhamos essa pretensão de início, casamos com a ajuda de um amigo nosso que tem o irmão que trabalha no Cartório. Queria primeiro nos preparar, aí esse nosso amigo, que é mais do que nosso irmão, organizou tudo por 'baixo dos panos', porque a gente já vinha se planejando *pra* esse momento. Mas a gente queria esperar mais um tempo *pra* organizar nossas coisas pessoais, financeiras e tudo mais, até porque nós já vivíamos juntos, não tinha tanta pressa. Queríamos primeiro ter nossa estabilidade financeira, ter nossa própria casinha, ter autonomia, porque não tem coisa pior do que ficar de casa em casa, sem ter seu cantinho. Tudo isso foi planejado *pra* quando tivéssemos essa estabilidade, dentro de nossa casa, aí iríamos pensar. Só que na época que nós nos mudamos *pra* nossa casa, esse nosso amigo já foi organizando tudo com o irmão que trabalha no cartório, e fez praticamente o nosso casamento, mas é claro que a gente já estava se preparando *pra* tudo isso. A surpresa foi nosso amigo dizer que já havia encaminhado algumas coisas e que a gente não precisava se preocupar (RICARDO, 2019).

Quando Ricardo e Cláudio formalizaram a união, já estavam juntos há cerca de sete anos e, como o relato acima demonstra, tiveram um 'empurrãozinho' do amigo que os ajudou a dar entrada e andamento nas

questões burocráticas no cartório. Assim, enquanto o casal ainda se preparava e planejava para oficializar a união, algo que fazia parte dos planos para o futuro, o amigo estava agilizando, com a ajuda do irmão que trabalha em cartório, e se informando sobre toda a burocracia, detalhes e trâmites que o evento exigia. Quando já estava em posse de todos os detalhes, informou ao casal que estava dando entrada no casamento e solicitou que eles assinassem a papelada. Segundo o casal, o gesto do amigo foi encarado como um presente: “A parte mais trabalhosa desse processo ele foi organizando aos poucos. Se informou sobre tudo e providenciou o que estava ao alcance dele, o resto foi por nossa conta. Foi um presente naquele momento” (CLÁUDIO, 2019).

Como veremos com mais detalhes no decorrer deste texto, Ricardo, declarou que foi casado com uma mulher anteriormente, e tem um filho da mesma idade do companheiro. Enquanto passa o dia no trabalho, Cláudio cuida com zelo da sogra que se encontra em idade avançada e saúde debilitada. À noite, os dois vão para a casa do casal, um presente do pai de Ricardo.

#### **4.1.3 Marcelo e Sebastião**

O casal Marcelo e Sebastião, juntos desde 2018, também foram consultados para a presente pesquisa. Tivemos acesso a este casal através da influência de um parente que se dispôs a colaborar com a pesquisa, nos apresentando a Marcelo e Sebastião.

Marcelo tem 34 anos é cabeleireiro e cozinheiro. Possuía uma lanchonete junto com seu esposo que acabou não dando certo. Quando os entrevistamos havia poucos dias que o negócio tinha finalizado. Marcelo e Sebastião se viram obrigados a fechar o estabelecimento, por questões econômicas e, há cerca de cinco meses, Marcelo começou a trabalhar como auxiliar de cozinha num grande restaurante no centro da cidade de Campina Grande.

Sebastião, seu companheiro, tem 32 anos e trabalha como pasteleiro, aceitando encomendas de salgados e bolos por telefone com entrega a domicílio. Marcelo foi casado com uma mulher, antes do relacionamento com

Sebastião, e juntos tiveram três filhos: uma menina de 14 anos e um casal de gêmeos de 12 anos. Os filhos moram com a mãe num bairro afastado do casal.

Marcelo e Sebastião receberam o apoio da família desde o início do relacionamento. Como a mãe idosa de Marcelo nos confessou: “Eu aceito tudo dos meus filhos, menos desonestidade. Ele é meu orgulho! Meu filho é tudo *pra mim!*” (MÃE DE MARCELO, 2020). Ela doou parte do grande terreno que possuía em torno de sua casa, a cada um dos filhos. Marcelo, foi contemplado com uma porção do terreno e, com o apoio de Sebastião, construiu o primeiro lar do casal. Marcelo e Sebastião residem na casa, situada na zona rural de Campina Grande, há dois anos, tempo de oficialização da união estável.

#### 4.1.4 Milena e Joana

Outro casal consultado, para fins da pesquisa, é formado por duas mulheres: Milena e Joana. A primeira, cabeleireira, 25 anos; sua companheira é analista de qualidade e tem 27 anos. As conhecemos por intermédio de uma pessoa da família que apresentou para elas nossa proposta de pesquisa. O casal prontamente aceitou colaborar, concedendo as entrevistas. Milena e Joana são casadas e vivem sob o mesmo teto há cerca de 3 anos.

Elas contaram que se conheceram quando adolescentes. Na época, eram amigas e se consideravam heterossexuais, mas se reencontraram anos mais tarde, e confessaram que a amizade se transformou. Conforme Milena mencionou:

Estamos juntas há três anos, mas existe algumas coisas que tipo, não é bem de agora, sabe? A gente se conheceu em tempo de escola. Hoje eu tenho vinte e cinco anos e minha parceira tem vinte e sete. E, quando a gente se conheceu eu tinha quinze anos e ela dezessete. Então, faz mais ou menos dez anos que a gente se conhece e nos envolvemos. Mas que a gente decidiu ter um relacionamento de verdade, tipo enquanto um casal mesmo, faz uns três anos, porque durante esse tempo aconteceu muitas coisas na minha vida e na dela também. A gente *tá* junto há três anos e apressou um pouquinho os fatos,



tipo da gente decidir ir morar juntas. Porque a gente já tinha vivido muita coisa separadas, sem estar juntas. Tivemos outras experiências amorosas, algumas desilusões, essas coisas. Então com exatos seis meses que a gente *tava* juntas, fomos morar sob o mesmo teto, mas casamos logo porque a gente já se conhecia. Então a gente já sabia o que queria (MILENA, 2019).

A atitude do casal em morar junto e casar, após seis meses de namoro, foi justificada pelo casal, pela longa relação que já possuíam. Elas moram em apartamento próprio na cidade de João Pessoa, no bairro dos Bancários. Milena possui um salão de beleza e se orgulha em ter construído sua independência financeira com o suor de seu ofício. Através de uma rede social dedicada ao salão de beleza, ela divulga seu trabalho com cabelo, maquiagem e limpeza de pele. Joana, possui uma flexibilidade maior no seu trabalho e realiza suas atividades, muitas vezes, através de *home office*.

#### **4.1.5 Luciana e Camila**

Luciana e Camila também foram consultadas. Nos conhecemos por intermédio da mesma pessoa que nos apresentou a Milena e Joana. Luciana é professora e funcionária pública, tem 45 anos. Teve um companheiro, antes de seu atual relacionamento, e com ele teve filhas gêmeas; que moram com ela e a sua companheira. Camila é autônoma e tem 25 anos; por ter mais flexibilidade em seu trabalho, ela pode se dedicar mais a casa e as filhas de sua companheira. Estão juntas há três anos e meio, mas vivendo na mesma residência, através de união estável, desde janeiro deste ano. As entrevistas com este casal foram realizadas a partir de março do ano corrente, dias antes do isolamento social causado pela pandemia do Covid-19. Conforme Luciana indicou:

A decisão de morarmos juntas foi mais recente, este ano. E já começou bem atribulada porque cada uma teve que socorrer a outra em alguns pontos, devido a essa pandemia que estamos vivendo, mas foi esse ano. A proposta da gente construir um espaço nosso sempre existiu. Eu sou mãe, tenho filhas gêmeas

e minha companheira me ajudou muito nesse processo de convivência com as meninas, e foi muito positivo. A gente sempre teve esse cuidado, né? Esse carinho, essa atenção de trabalhar a cabecinha das meninas e da gente construir alguma coisa juntas, debaixo do mesmo teto. Agora, de convivência mesmo enquanto um casal, já temos muito mais de três anos (LUCIANA, 2020).

O casal divide um apartamento em João Pessoa, no bairro dos Bancários. Luciana e Camila se consideram recém-casadas, embora já compartilhassem de uma experiência conjugal há cerca de três anos. No entanto, essa convivência diária enquanto uma família formada por elas e as filhas de Luciana, que residem com o casal, se efetivou desde fevereiro do ano corrente.

#### **4.1.6 Roberto e Luan**

Roberto é biomédico, tem 38 anos e é casado com Luan, professor com 40 anos. Estão juntos há 9 anos. São moradores da cidade de Campina Grande, dividem um imóvel localizado no bairro Catolé. O contato com este casal foi estabelecido através da ajuda de um amigo em comum. Eles firmaram contrato de união estável há três anos, e o casamento civil foi realizado há cerca de um ano. Como Roberto relatou:

A gente começou dormindo junto uma noite, uma semana, um mês e decidimos e ficamos juntos de vez. Fizemos união estável no cartório depois de seis anos de relacionamento, e com pouco mais de oito anos casamos no civil. Somos o primeiro namorado um do outro, me refiro à relacionamento gay, e conversávamos pontualmente sobre morar juntos, nada com data certa, foi acontecendo naturalmente” (ROBERTO, 2019).

Vale ressaltar, que todos os casais consultados para o presente estudo, se disponibilizaram em cooperar e contribuir com seu desenvolvimento. Suas narrativas e relatos se configuram numa importante fonte de informação e conhecimento, elemento essencial para a construção deste texto.

## 4.2 “Claro que nos consideramos uma família!”

Art. 1.723. É reconhecida como entidade familiar a união estável entre o homem e a mulher, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família (BRASIL, 2002).

A Lei nº 10.406, publicada em 10 de janeiro de 2002, institui o Código Civil Brasileiro. Conforme o Artigo 1.723, a definição de família compreende uma unidade formada entre mulher e homem. Embora esta definição de família seja muito restritiva e delimitadora, como é possível observar no trecho da lei acima, os casais homoafetivos conquistaram o direito de constituir uma família no país. Tal triunfo, se deu através da mudança de entendimento aprovada pelo STF em 2011, que passou a reconhecer a união entre pessoas do mesmo sexo como uma entidade familiar.

De posse desse direito, todos os casais consultados para esta pesquisa, afirmaram que se consideram uma família, e se definem enquanto tal. Neste tópico, apresentamos seus posicionamentos a respeito desta noção, bem como o que eles entendem e definem como família.

Quando questionados a respeito da forma como definiam a noção de família, o tímido casal Marcelo e Sebastião, comentaram:

Família *pra* nós é amor, companheirismo. É a base de cada ser humano, *né?* Envolve respeito, carinho, amor, companheirismo também vale muito. Família é uma forma de demonstrar amor, carinho e afeto. É onde você se sente seguro. É saber que pode contar com o outro e que o outro te quer bem (SEBASTIÃO, 2020).

Marcelo, acrescentou que deseja adotar um filho para que o esposo possa sentir o que é ser pai, embora já se considerem uma família, mesmo sem filhos morando com eles. Neste sentido, declarou:

Assim, logo no início, a gente pensou até em, depois da casa, a gente ficava planejando e conversando sobre que, mais na frente, como ele não tem filho, a gente poderia adotar um. Mas eu fui e falei: “Agora não!” Assim, eu sempre quis também, eu já tenho três, mas eles não convivem comigo, aí eu queria adotar pensando nele *pra* ele saber e sentir o que é ser pai. *Pra* ele sentir o que é cuidar, amar e *pra* ele ter cuidado do mesmo jeito que eu tenho sentimento pelos meus filhos, mas a gente pensou que isso ia causar muita polêmica, principalmente por aqui onde a gente mora. Então a gente vai esperar um pouco mais. Tenho uma filha de 14 anos e os gêmeos vão fazer 12. Todos me respeitam até demais, mas a mãe deles, desde que a gente se separou que faz fofoca e fala mal de minha orientação sexual *pra* eles, mas graças a Deus ela não mora mais aqui perto. Um dia vamos adotar um filho, quero que ele sinta isso que eu sinto pelos filhos, sabe? Ele gosta e se dá bem com os meus filhos, mas eles não estão sempre aqui (MARCELO, 2020).

Como relatado acima, Marcelo e Sebastião cultivam o interesse de adotar um filho. Eles definem família como uma forma de expressar e dividir amor, carinho, cumplicidade e afeto. Já se consideram uma família mesmo sendo um casal sem filhos, mas têm pretensão de criar um filho juntos. Marcelo deseja que o esposo sinta o que é ter um filho e alguém para cuidar de forma paternal, porém, segundo eles, este plano faz parte de um projeto para o futuro do casal.

Depois de definirem o significado de família, questionamos se em algum momento eles imaginaram que, pela orientação sexual que possuíam, seria impossível construir aquilo que idealizavam sobre a noção de família. Sebastião, prontamente respondeu:

Eu sempre pensei o seguinte: “Do mesmo jeito que um homem e uma mulher constroem uma família, duas mulheres ou dois homens podem fazer o mesmo!” Onde existe amor e respeito, eu imagino que é possível existir uma família, desde que você encontre a pessoa certa (SEBASTIÃO, 2020).

Neste sentido, Sebastião revelou que construir uma família homoafetiva não seria algo inalcançável, pois compreende que o que caracteriza uma família é amor, respeito e afinidade.

Sobre a forma como definem família, o casal Roberto e Luan, também opinaram: “Família é você se sentir bem com você e com o outro, sem tabus, sem regras rígidas. É amor mútuo e sincero! É o desejo de cuidar do outro e ser cuidado! (LUAN, 2019)”. Ainda sobre o tema, e quando questionados se consideravam que havia formado uma família ao lado do parceiro, Roberto pontuou: “Claro que nos consideramos uma família, achamos que vai além de DNA, do padrão exigido pela sociedade, família é amor, cumplicidade, parceria, somos parceiros em tudo. Nós nos completamos!” (ROBERTO, 2019).

Luan, esposo de Roberto, seguiu complementando a definição do casal para a noção de família: “Nós escolhemos um ao outro. A gente se escolheu *pra* ficar junto e construir uma família. A gente resolveu que queria cuidar um do outro. E nós nos consideramos uma família porque família é sentimento. Família não tem forma” (LUAN, 2019).

O casal Luan e Roberto definiu família como companheirismo, cuidar e ser cuidado, sentir-se bem ao lado do outro, ter cumplicidade, planos para o futuro e amor; independentemente de ter filhos e do DNA que compõe essa unidade. Neste sentido, observamos que Roberto e Luan definiram como família aquilo que são, enquanto casal, e a forma como se sentem juntos.

Quando questionada sobre como defina família, Milena, casada com Joana, respondeu, de forma reflexiva:

Definição de família, *pra* mim, seria um conjunto de pessoas que vivem no mesmo teto e compartilham de experiências, de um dia a dia de amor, carinho, afeto, tristeza, angústias. Que compartilham dívidas também. Tudo! Eu defino como um conjunto de pessoas que vivem no mesmo teto e compartilham de vários sentimentos. E, na minha concepção, ela não precisa ser constituída por um pai, uma mãe e um filho. Ela pode ser constituída por dois pais, por duas mães. Ela pode ser constituída por dois irmãos, nem todo mundo tem a graça de ter conhecido seus pais, nem de conviver com eles. Às vezes têm

crianças que foram abandonadas e que constituem uma família: dois irmãos num lar, que não se abandonaram, que cresceram, que buscaram a sua vida sozinhos. Sem pais, mas juntos. Graças a Deus tivemos a graça de conviver com nossos pais, mas tem muita gente por aí que não. *Pra mim tudo isso se constitui como família e não só um homem e uma mulher (MILENA, 2019).*

O casal acima apresentou uma definição de família que contempla a noção de uma reunião de pessoas com laços afetivos e consanguíneos ou não; que possuem, além de afeto, a vontade de cuidar um do outro e estar presentes, participando da vida um do outro. Sobre se considerarem um casal e uma família, Joana, esposa de Milena, afirmou:

A gente se considera uma família, sim. Porque nós moramos debaixo do mesmo teto. Temos afeto, companheirismo, temos objetivos e planos para o futuro igual qualquer família heterossexual, homossexual, ou seja lá qual for o jeito de ser família. Nós temos os mesmos planos, os mesmos sonhos e objetivos. Temos uma união estável e estamos juntas (JOANA, 2019).

Como podemos observar, Milena e Joana defenderam que se definem como família por morarem juntas e possuírem os mesmos objetivos. Afirmaram que, independentemente da forma como as relações conjugais são formadas e das orientações sexuais das pessoas que as compõem, o que define ser uma família são sentimentos como: afeto, companheirismo e a vontade de seguirem juntas.

Ainda sobre esta noção, a declaração de Luciana, esposa de Camila complementou:

Família são pessoas que convivem no mesmo teto. Considero que nós somos uma família regada de sentimentos, emoções, construção, somatória, respeito, ética, caráter. São várias palavras e adjetivos que definem o que é ser família. É isso que

defino de família e é assim que nós nos sentimos, com toda certeza (LUCIANA, 2020).

A definição deste casal está em perfeita consonância com as noções apresentadas por todos os casais consultados. Seus relatos apontam para uma forma de relação pautada no afeto, respeito, carinho, companheirismo, construção, compartilhamento e amor. Conforme observamos, estes casais definiam família enquanto se autodescreviam. Os casais consultados expressavam sensação de pertencimento quando abordavam o tema. Assim, ao passo que expressavam, através de suas narrativas, o que é ser uma família, os casais se colocavam dentro daquilo que defendiam e conceituavam. Um desses casais chegou a afirmar que não existe forma hétero nem homoafetivo de ser família, pois o que a define é muito mais do que a orientação sexual dos envolvidos.

No entanto, isso não significa dizer que para todos os casais consultados casar e construir uma família sempre pareceu uma realidade possível de ser efetivada. Por conta de sua orientação sexual, Carlos afirmou que imaginava não ser possível construir uma família, quando era mais jovem. Durante a entrevista, ele chegou a confessar que até certo ponto sentia certo estranhamento a respeito da possibilidade de constituir uma família, pois acreditava que família era algo só passível de conquista por pessoas heterossexuais. Conforme relatou:

Primeiramente, não sei se já te contei isso, mas quando eu me descobri quanto a minha orientação, que eu era homossexual, eu tinha 12 anos, quando eu tinha certeza disso, né? Uma certeza não certeza e vou te explicar por quê. Inclusive eu e mais 2 amigos que também tinham 12 anos, e o nosso pensamento na época era: “A gente vai ser gay até os 18 anos, quando chegar 18 anos a gente vai se matar porque meu pai e minha mãe vão me cobrar uma namorada e eu não tenho coragem de arrumar uma. Então a gente vai viver até 18 anos e depois a gente vai se matar, num suicídio coletivo”. A gente tinha esse pensamento, não com essas palavras de “suicídio coletivo”, mas um suicídio entre nós todos, que é a mesma coisa, né? E aí o tempo foi passando e chegamos aos 18 anos, só que aí a gente

pensou e conversou de novo: “Não gente, com 18 não, com 20”. A gente passou mais 2 anos, quando foi com 20 anos a gente pensou de novo: “Gente, com 25” (risos). E aí, quando a gente completou 25 anos, a gente viu que não tem nada a ver essa história, entendeu? Pensei: “Vou viver a minha vida!”. Então quando eu era novo, como você vê, eu não tinha nenhuma perspectiva de casamento, não sabia que isso era possível, achava que todo mundo ia condenar, que eu ia ter que ter uma vida escondida, mas depois o tempo foi passando, a sociedade foi melhorando e evoluindo um pouco até que chegou aos tempos de hoje. Depois de todo esse tempo, quando eu já era um pouco mais velho, eu já fui pensando: “Será que é possível?” Quando eu tinha 22 anos eu namorei com uma pessoa e ele falava muito em casar, em adotar filho, e eu achava isso um pouco estranho ainda, eu achava que não fosse possível disso acontecer. Não alimentava esperanças de casar com outro homem porque achava que isso não era possível. Só que aí, depois o tempo foi passando e eu fui vendo que as coisas eram bem diferentes. Só com meus 25 anos é que eu vi que o casamento entre pessoas do mesmo sexo era possível. Foi quando de fato se tornou possível o casamento entre pessoas do mesmo sexo aqui no Brasil (CARLOS, 2019).

O testemunho marcante, coloca em evidência uma incerteza acerca da possibilidade de constituir uma família e casar devido a sua orientação sexual. Este narrador, hoje com 32 anos, confessou que só aos 25 anos, imaginou ser possível construir uma família homoafetiva, quando novas normatizações foram constituídas para responder às demandas surgidas no âmbito da realidade familiar no Brasil.

Seu medo em fugir da norma heterocêntrica, desapontando a expectativa da família e da sociedade, era tanto que pensou - como exposto acima - em tirar a sua própria vida. Segundo ele, o suicídio parecia uma alternativa melhor do que encarar ou se contrapor a norma heterossexual vigente. Tendo maturidade insuficiente para cogitar a possibilidade, ou não de suicídio, sua declaração evoca incertezas e inseguranças envolvidas no processo de aceitação de si que muitas pessoas homossexuais enfrentam. O medo de não ser aceito do jeito que se é, revela o quão doloroso pode ser esse processo, em muitos casos.

No entanto, passados mais de uma década, desde a hipótese de suicídio, Carlos confessou que sempre teve interesse de casar, embora imaginasse que



isso pudesse levar um bom tempo. Contudo, ao conhecer seu esposo, percebeu que o casamento seria inevitável:

Eu sempre tive uma vontade de casar, mas assim, muito rara, só no dia que eu encontrasse uma pessoa muito especial. No caso de meu companheiro, acredito que a vontade de casar dele fosse maior, mas aí quando a gente se conheceu, que o namoro foi andando e que a gente foi se conhecendo; a vontade de morar junto com ele, de ficar perto dele o tempo todo foi mais forte do que qualquer outro relacionamento. E a vontade surgiu rapidamente, em poucos meses. Eu senti que deveria compartilhar minha vida a partir daquele momento com ele. Ele deu demonstrações inimagináveis de que me amava, e que estava disposto a cuidar de mim e deixar que eu cuidasse dele (CARLOS, 2019).

Além disso, quando questionados sobre como definiam família, este casal pontuou:

Família *pra* mim é o nosso porto seguro, o nosso lugar e onde a gente se sente à vontade. Onde tem reciprocidade e afeto, né? Família, *pra* mim, é minha base. É tudo *pra* mim. São pessoas que dividem as mesmas ideias, muitas vezes não, muitas vezes sim, *né?* Que tem aquela empatia um pelo outro. Tem aquela harmonia entre si. Família *pra* mim é viver em paz com pessoas que a gente ama. E é dessa forma que eu defino família, *né?* Eu defino família não só de sangue, mas também como pessoas que a gente atrai *pra* nossa vida, que a gente vive constantemente. Isso *pra* mim é família. Família é onde tem afeto e amor (CARLOS, 2019).

Atento e concordando com a opinião do companheiro, Luís decidiu acrescentar:

Somos uma família pelo nosso sentimento de família, de cuidado um com o outro, de companheirismo, de laço. Eu tenho muitos cuidados com ele, ele tem muitos cuidados comigo. Eu desejo crescimento *pra* ele e ele deseja *pra* mim. Desejamos saúde e cuidamos da saúde um do outro. A gente quer ver sempre um e

o outro bem, *né?* E tem esse sentimento de família não porque eu quero gritar na cara da sociedade que ele é minha família e pronto, mas porque eu sinto isso no meu coração. Ele é minha família, eu sou a família dele. Eu posso contar com ele pra tudo, assim como ele pode contar comigo pra tudo (LUÍS, 2019).

O casal Carlos e Luís, conforme as narrativas acima, apresentaram sua compreensão da noção de família utilizando palavras que expressavam sentimentos como: segurança, afeto, cuidado, companheirismo, reciprocidade, afinidades, empatia e harmonia. Segundo definiram, compreendem família como algo que transcende os laços sanguíneos e possui como marca o afeto.

Além disso, o casal não se define como uma família apenas por terem contraído o casamento civil, mas pelo sentimento que cultivam, pelo cuidado um com o outro e pelo companheirismo. A segurança, a confiança e o cuidado que depositam um no outro parecem ser os mecanismos acionados por este casal para a sensação de pertencimento à noção que possuem de família.

O casal Ricardo e Cláudio também opinaram sobre a percepção que possuem sobre a família: “Família *pra* nós é amor, afeto, carinho e proteção. É você se sentir seguro. É você cuidar do outro e ser cuidado também” (RICARDO, 2019). Cláudio acrescentou:

Somos uma família. Tem o filho dele que nos considera e nos respeita. Ele tem a minha idade, mas a relação é muito boa. Temos uma relação ótima, parecemos dois irmãos, *né* amor? (afirmou se dirigindo ao esposo). Ele não mora com a gente, quis ficar com a avó paterna porque foi criado com ela e, *pra* ela não ficar só, ele dá assistência *pra* ela também. A gente tem uma relação ótima, a gente sempre se deu bem. Ele dizia mais as coisas *pra* mim do que *pra* o pai. Eu sou mais cúmplice dele do que o pai. Acho que pela proximidade de idade, temos uma relação muito mais forte. É tanto que temos uma relação ótima! A gente brinca, somos parceiros e amigos, confidentes também. Ele nos diz as coisas e se abre com a gente. Quando arruma uma namoradinha, vem e me conta. E isso tudo é confiança, *né?* Tudo é conquista e amor é construção, é construído no dia a dia (CLÁUDIO, 2019).

Como observamos acima, Ricardo e Cláudio também definiram família, ao mesmo tempo que se descreviam, algo frequente nas entrevistas. Nesse sentido, percebemos que os casais evocavam sentimentos pertencentes ao seu casamento e colocavam-se na definição que apresentavam, pois ao passo que respondiam as perguntas refletiam sobre suas ações e afirmavam se sentir uma família.

A configuração social contemporânea tem nos levado a refletir sobre a existência de novas estruturas e organizações familiares. As transformações nos padrões de família na contemporaneidade incluem a presença da família homoafetiva. A constituição de uma entidade familiar por parte de casais homoafetivos é uma realidade no Brasil, como sabemos. Essa conquista possibilitou, conforme dados do IBGE, a formação de inúmeras novas famílias homoafetivas em todo o país.

O sentimento de família, mencionado pelos casais entrevistados, é demonstrado através de formas diversas de transmissão de afetividade aos seus membros, seja através do apoio mútuo, do companheirismo ou da cumplicidade. Como já analisado por Giddens, é no ambiente familiar que as pessoas encontram conforto e apoio emocional, se constituindo numa importante referência durante toda a vida (GIDDENS, 2016). Nas uniões homoafetivas esta compreensão não é diferente. Os casais entrevistados, apontaram se sentir seguros e realizados emocionalmente nas relações que construíram. Os casais declararam que juntos projetam o futuro ao lado um do outro e se apoiam emocionalmente, revelando possuírem planos e anseios compartilhados.

Desse modo, ao afirmarem investir igualmente na doação e recebimento emocionais, relacionamos as experiências desses casais àquilo que Giddens denomina de amor confluyente: “O amor confluyente desenvolve-se como um ideal em uma sociedade onde quase todos têm a oportunidade de tornarem-se sexualmente realizados [...]” (GIDDENS, 1993, p. 74,). Em outras palavras, essa forma de relacionamento – próprio da Modernidade - é marcada pelas noções de satisfação mútua, negociação e maior igualdade na doação e investimento emocional.

A sociedade contemporânea, segundo Giddens, comporta novas formas de relacionamento, como fruto da transformação da intimidade. Ou seja, os

ideais de amor romântico deram lugar aquilo que o autor denomina de amor confluyente. O amor confluyente se refere às formas de relacionamentos pautados pela ânsia de estar junto do outro até enquanto houver satisfação mútua. A idealização do “felizes para sempre”, própria do amor romântico, é superada, pois “é a aceitação, por parte de cada um dos parceiros, ‘até segunda ordem’ de que cada um obtenha da relação benefício suficiente que justifique a continuidade (GIDDENS, 1993, p. 74).

Enfim, as formas de relacionamentos afetivos são construídas socialmente, sendo alteradas a cada transformação e conquista social: divórcio, emancipação feminina, casamentos entre pessoas do mesmo sexo. Assim, Giddens aponta como na contemporaneidade as formas de relacionar-se intimamente foram influenciadas por diversos processos históricos, como já discutido no capítulo I. Inclusive, a possibilidade do casamento homoafetivo também é fruto de transformações nas estruturas da organização familiar.

Finalmente, o que nos interessa neste tópico é observar que os casais consultados se constituem em busca de um ideal de família e relacionamento que comporte suas demandas, aspirações e projetos. O que se almeja é a vontade de estar junto e cuidar do outro enquanto permanecerem juntos.

#### **4.3 “Esse desejo de casar é um desejo contido em todo gay”**

Expressar o que movia os anseios por construir uma história juntos, também foi tema de nossas entrevistas. As motivações em torno desse desejo, que nos auxilia a compreender os sentimentos e motivos acionados pelos casais, são de extrema relevância para o presente estudo. Assim, apresentamos neste tópico, fragmentos dos relatos dos casais entrevistados sobre este tema.

Quando questionados sobre o que motivou a decisão de casar, Carlos nos relatou:

Esse desejo de casar é um desejo contido em todo gay. Em todo ser humano acredito que tenha essa vontade de encontrar uma pessoa especial, né? E a vontade de transformar isso em algo

mais sério, numa união estável, surgiu depois que a gente aprendeu a conviver um com o outro, depois de dois meses de namoro a gente já *tava* muito *é*, muito feliz. *Tava* com um convívio muito bom entre nós dois, entendeu? Sempre foi muito bom, sempre houve aquela coisa amigável, companheirismo entre a gente, foi uma coisa especial, na verdade. Porque desde a primeira vez que eu o vi eu senti algo diferente e ele também sentiu por mim, entendeu? E foi um relacionamento totalmente diferente de todos os outros. Então o desejo de união estável surgiu primeiramente nele, logo depois de um mês, dois meses ele já estava falando algo sobre: “Vamos comprar casa? Vamos morar juntos?”. Na verdade, ele já tinha o apartamento dele e eu tinha o meu, *né*? Só que o meu era alugado e o dele era apartamento próprio. Então eu ia *pra* lá todos os finais de semana depois que a gente se conheceu, ou eu ia *pra* lá ou ele ia *pra* minha casa, mas na casa dele era mais confortável. Então, eu sempre ia *pra* lá no final de semana, mas mesmo assim não era só no final de semana que a gente se via. O fim de semana era o momento de ficar mais um tempinho junto, mas a gente se via praticamente todos os dias (CARLOS, 2019).

O relato acima, aponta para a ânsia de viverem juntos baseada em sentimentos como amizade, companheirismo, felicidade e o sonho de encontrar alguém especial e, com essa pessoa, se unir maritalmente. No entanto, um acontecimento marcante antecipou a realização desse projeto. De acordo com Carlos:

Todos os dias ele ia lá *pra* casa até que todo final de semana a partir da sexta feira eu ia *pra* casa dele, e no quarto mês de que a gente *tava* namorando eu sofri um acidente automobilístico, *né*? Onde eu tive a tíbia e a fíbula fraturada, foi um acidente muito grave. E que eu, como morava no terceiro andar no meu prédio e ele, tinha um apartamento no térreo que era muito melhor. Então ele entrou em consenso comigo e com minha mãe, dizendo que no período que eu tivesse em recuperação, era melhor que eu fosse *pra* casa dele. Porque ele morava no térreo, e era melhor *pra* eu não tá subindo escada porque eu *tava* muito debilitado e aí eu fiquei na casa dele. Depois da cirurgia, eu já fui direto *pra* casa dele, por uma questão de comodidade. Quando foi no quarto mês que eu *tava* acidentado, ou seja, no oitavo mês de namoro, foi quando surgiu toda a vontade de casar. Como eu já *tava* morando lá mesmo há quatro meses, então a gente viu que foi um convívio bom, uma situação

boa, o namoro continuou o mesmo, né? Então a gente decidiu fazer a união estável (CARLOS, 2019).

Como podemos observar, o relato de Carlos faz referência a um acontecimento desagradável logo no início do namoro com Luís. O acidente de Carlos, uniu ainda mais o casal, que embora já tivesse planos para um futuro em comum, ainda estava se conhecendo. Luís, segundo Carlos relatou, sentiu interesse em cuidar do companheiro de forma integral, levando-o para sua casa, com o consentimento de sua mãe, já que Carlos morava sozinho.

Carlos confessou que ficou preocupado em morar junto de seu namorado com tão pouco tempo de convivência, mas sentiu alegria ao perceber que era amado, e que seu parceiro estava dando a maior prova de demonstração de cuidado e amor que ele já vivenciou. O acidente foi o impulso que precisavam para ficarem juntos e assumirem legalmente a relação que estavam construindo. Como Carlos complementou,

Realmente, como ele é mais velho do que eu, como ele é muito mais experiente do que eu, e eu precisei na época do plano de saúde, então a união estável também foi para que eu tivesse direitos legais sobre os bens dele, entendeu? Porque ele, por ter bens, ele sempre pensou e se preocupou com quem ele deixaria tudo o que ele tem. Então como o nosso companheirismo é um companheirismo sincero, de confiança, de amor entre nós dois, entendeu? Foi onde a gente tomou essa decisão, porque além de tudo tanto eu vou ter direito a ficar com os bens dele como ele também vai ficar com os meus bens, se algo acontecer com um de nós dois, entendeu? A união estável foi uma garantia, entendeu? Serviu como garantia de que a gente pudesse é, guardar os nossos bens, ter os nossos bens conosco sem aquela burocracia enorme que teria se não existisse o ofício da união estável. Iria complicar bem mais a situação onde a família ia poder querer, talvez fazer questão por alguma coisa e aqui não. Com a união estável, ele vai ter direitos aos meus bens e eu vou ter direito aos bens dele de uma forma legal (CARLOS, 2019).

Como declarado no relato acima, um relacionamento que já era pautado por companheirismo, sinceridade, confiança e amor foi selado com o casamento

civil, que garantiria ao casal direitos adquiridos e compartilhados de forma legal. Além disso, Carlos, recém cirurgiado, necessitava de um amparo de saúde que o plano de seu companheiro poderia suprir. Assim, direcionaram seus esforços para a legalização da união conjugal, pois sabiam que através do contrato seriam assistidos pelo direito de família do país, conquistado pelos casais compostos por pessoas do mesmo sexo desde 2013.

Continuamos seguindo com este mesmo tema, nas conversas que tínhamos com os demais casais entrevistados. Dessa forma, quando questionados sobre o que motivou o casal Marcelo e Sebastião a concretizar a união estável, eles responderam:

*Pra eu me relacionar com uma pessoa eu preciso conhecer bem. E, com um mês ou dois de convivência de namoro, eu vi que ele era a pessoa certa que sempre quis progredir, sempre quis somar perto de mim. A gente morava naquela outra casa ali (apontou para uma casa no fim da rua), aí a mãe dos meus filhos começou a implicar com a gente porque eu *tava* morando lá com ele. Aí minha mãe me ajudou a construir essa casa e disse assim: “Quer trabalhar? Tá com coragem de fazer as coisas?” Eu disse: “Tô!” Aí pronto, eu e ele construímos essa casa, aí eu pensei: é uma pessoa dessa que eu quero *pra* viver comigo. Uma pessoa que está disposta a enfrentar as dificuldades da vida ao meu lado (MARCELO, 2020).*

O relato acima, demonstra que o contexto que o casal vivenciava foi crucial na tomada de posição assumida: viver sob o mesmo teto e oficializar a união estável. No dia que entrevistamos Marcelo e Sebastião – na sombra de uma mangueira, no jardim da casa da mãe de Marcelo – eles nos confessaram que ainda estavam se conhecendo melhor, com pouco mais de um mês de convivência, quando a ex-esposa do primeiro, que morava na mesma rua, quase vizinho ao casal, começou a importuná-los diariamente.

Segundo Marcelo, ela chegou a colocar os filhos contra ele, depois que descobriu que ele se relacionava intimamente com Sebastião, seu companheiro. Conforme nos relataram, ela usava termos pejorativos ao se referir ao ex-esposo e o tratava com hostilidade.

Sofrendo com o que o filho estava passando, a mãe de Marcelo, deu uma parte do terreno de sua propriedade para que ele, com a ajuda de seu companheiro, construísse uma casa. Conforme Marcelo explicou:

Minha família me apoia com certeza! Minha mãe foi a primeira a dizer: 'Vamos parar com esse inferno, ela (ex-esposa de Marcelo) não vai deixar vocês em paz não. Vamos construir essa casa *pra* vocês morarem no canto de vocês, e bem longe dela (MARCELO, 2020).

Contar com o apoio da família foi crucial para Marcelo e Sebastião. Embora estivessem no início do relacionamento, assumiram-se enquanto casal, conforme seus relatos, a partir do momento que enfrentaram o desafio de construir juntos sua primeira casa. Os dois, sem muito conhecimento sobre construção, levantaram “tijolo por tijolo” e construíram seu lar de forma humilde. Enquanto conversávamos no jardim da mãe de Marcelo, eles apontavam com orgulho para a casa que haviam construídos juntos, do outro lado da rua.

Como relataram, desde o começo do relacionamento, sentiam que eram um do outro, desejavam as mesmas coisas e tinham planos de progredirem em sintonia. Por conseguinte, o apoio da família e a ajuda da mãe de Marcelo, somaram-se ao empenho que direcionaram para a construção da casa que dividiriam a partir de então. Todos os motivos, próprios daquele contexto, impulsionaram a vontade de união de Marcelo e Sebastião, conforme mencionaram na entrevista.

O casal Ricardo e Cláudio também relataram quais motivações e anseios permearam a concretização de sua união civil. Na entrevista, informaram:

Em princípio meu esposo sempre teve esse interesse, eu dizia *pra* ele: “Olha, *pra* mim tanto faz! Nós já vivemos juntos, isso é só um papel!” Mas quando ele foi parar *pra* analisar esse contexto ele disse: “É, mas...” Ele já tem um filho, um rapaz da minha idade. Ele sempre pensava: “Amor, pensar no casamento é algo de se considerar por causa da estabilidade e segurança, tanto *pra* mim quanto *pra* você”. Ele dizia: “Eu tenho família, eu



tenho filho”. Se, Deus o livre, chegasse a acontecer alguma coisa com ele, como eu ficaria, *né?* Nós hoje temos nossa casa, que foi uma casa dada pelo pai dele. Na questão de herança ele ganhou uma casa, o pai dele deu em vida. Então ele dizia: “Tenho o meu filho, que é herdeiro incondicional e legalmente. Se Deus me livre, eu morresse hoje tudo seria dele e você como ficaria? Se ele colocasse você *pra* fora de casa?” Ia ser muito complicado provar que vivíamos juntos de forma estável. E, legalmente não tem o que alegar, *né?* Ele sempre pensou nessa questão até porque ele morava com os pais dele. Porque foi o último filho a sair de dentro de casa, então ele morava com os pais e moramos até lá com os pais dele juntos um tempo. Aí ele teve esse pensamento. Eu dizia: “Não! Vamos pensar mais e nos estabilizar melhor!”. Foi quando nosso amigo tomou a frente e deu entrada em tudo (CLÁUDIO, 2019).

Dando continuidade à resposta, em sintonia com o raciocínio de seu companheiro, Ricardo completou:

Olha eu penso muito assim: “A gente tem que ver as coisas um pouco mais à frente, *né?*” Por questões naturais, eu vou primeiro, eu tenho idade de ser o pai dele, tenho um filho da idade dele: 31 anos. Eu via tudo isso. E outra coisa: meu companheiro tem família, mas depois do nosso convívio, eu me sinto na obrigação de cuidar dele porque praticamente quem o tirou do seu laço familiar fui eu, *né?* Eu sou responsável por ele. Aí eu via esse lado. Via meu filho e ele, e pensava que meu filho, graças a Deus, vai herdar o que os meus pais e eu for deixar. E outra coisa, se eu cair na besteira de não fazer nada, como eu já vi em muitas famílias hétero; enquanto *tá* casado, beleza, mas depois que um morre, a família toda cai em cima querendo tudo. E o respeito pelo sentimento da pessoa? Não tem! Não existe! Expulsa logo o outro como se expulsa um cachorro de dentro de casa, certo? Eu pensava nisso. Então a minha preocupação era de deixar ele com um canto. Era deixar ele bem. Poder dizer assim: “Se eu morrer hoje eu morro tranquilo porque ele não vai ser colocado *pra* fora de casa”. É tanto que, antes da gente casar, eu já passei *pra* o nome dele tudo escondido. Do jeito que nosso colega fez tudo escondido do nosso casamento, eu fiz a mesma coisa. *Pra* ir assinar os documentos no cartório foi uma novela, ele sem querer, eu quase forcei ele (RICARDO, 2019).

Cláudio, continuou:

E quando a gente pensou sobre isso melhor, via que muitos outros casais homoafetivos que já viviam juntos a um tempo; quando um deles morria, a família caía em cima *pra* tomar tudo e deixar a pessoa sem nada. E essa é uma coisa que poderia acontecer comigo ou com ele, *né?* O amanhã a Deus pertence! Aí foi mais nesse conceito. Porque nossa família já sabia de nossa união, todo mundo sabia desde o início, *né?* (CLÁUDIO, 2019).

Conforme relataram acima, Ricardo e Cláudio tinham planos de oficializar a união pensando na segurança e na garantia de direitos de herança que uma entidade familiar dispõe. Ambos já moravam juntos há mais de uma década, e o interesse de formalizar juridicamente a união partiu de Ricardo que, mais velho que o companheiro, sentia necessidade de cuidar do esposo, pois Cláudio saiu de casa muito jovem para morar com ele. Ricardo sentia que era responsável pelo companheiro e uma forma de demonstrar cuidado seria oficializando a união através do casamento, planejado pelo amigo do casal que trabalhava no cartório da cidade.

No entanto, como apresentado acima, antes da regulamentação do casamento civil entre pessoas do mesmo sexo, Ricardo providenciou de passar alguns bens para o nome do companheiro; como forma de garantir, de qualquer modo, que seu parceiro não ficasse desamparado economicamente, caso algum imprevisto acontecesse. Assim, vemos como motivação desse casal, a vontade de ter certa estabilidade e segurança garantida pela lei; elementos que unidos ao tempo de convivência que possuíam e a história que haviam construído, impulsionaram a oficialização do casamento.

Sobre o mesmo tema, o casal Milena e Joana também apresentaram e explicaram as motivações que ativaram a vontade do casal em oficializar a união estável. Milena, neste sentido, apontou:

Na verdade, quando a gente começou a se relacionar eu não tinha muito essa pretensão de morar junta com ninguém. Na verdade, antes da gente decidir ter um relacionamento, porque eu já tive outro relacionamento e eu fui morar com outra pessoa que não deu certo, e eu preferi não me envolver novamente com

outra pessoa. Eu não tinha essa pretensão de dividir o mesmo lar com alguém, eu morava só e não tinha essa pretensão de casar. Mas o que motivou a gente morar junto foi toda a nossa história. A gente já se conhecia há muito tempo, tinha muito sentimento guardado. Há dez anos atrás, o mundo era totalmente diferente e não se aceitava tão facilmente, como se aceita hoje, relacionamentos homossexuais. Eu, por exemplo, quando conheci ela (se refere a sua companheira), eu tinha um relacionamento com um homem. Eu já me relacionei com homem, com uma pessoa de outro sexo. Então, é bem complicado assim. O motivo foi justamente o nosso sentimento, o fato da gente gostar muito uma da outra, de pensar em querer crescer juntas, foi tudo isso assim (MILENA, 2019).

Milena, como exposto acima, afirmou que os motivos que levaram ela e a esposa ao casamento estão presentes na história que construíram quando ainda eram adolescentes. Se tornaram amigas na escola e possuíam um sentimento muito forte desde então. Milena namorava um rapaz, mas nutria um sentimento de carinho e amizade por Joana. Elas afirmaram que na época que se conheceram “o mundo era totalmente diferente e não se aceitava tão facilmente, como se aceita hoje, relacionamentos homossexuais” (2019). Tal menção, se refere ao fato de não se relacionarem como um casal, naquela época, por acreditarem que a sociedade não aceitaria tal relacionamento.

A amizade entre elas continuou. Chegaram a se relacionar com rapazes por um tempo, conforme relatado na entrevista, e Milena veio a morar com uma companheira, mas o relacionamento não deu certo. Depois dessa experiência, preferiu morar sozinha e focar no seu trabalho, porém reencontrou sua amiga e juntas perceberam que se gostavam e decidiram seguir juntas como um casal. Como já se conheciam, depois de seis meses de namoro, decidiram morar juntas e oficializar a união.

Juntas há três anos e meio, o casal Luciana e Camila, contraíram união estável em janeiro de 2020. Elas também expressaram em suas narrativas, as motivações e anseios que permearam esse projeto de vida em comum, afirmando que sempre tiveram interesse em dividir o mesmo lar. Como Luciana relatou:

[...] E tudo foi se dando através desse processo de confiança, de carinho. Como qualquer relação, tem altos e baixos, tem ciúme, tem divergências, mas a proposta foi essa: da gente morar junto e construir nossa família, nosso cantinho, como está sendo. A nossa casa, as coisas minhas e as coisas dela são nossas coisas, tudo em conjunto. É a realização de um sonho com certeza (LUCIANA, 2020).

O casal Luciana e Camila, embora casadas desde janeiro, possuem uma trajetória anterior de mais de três anos juntas. A convivência foi se concretizando de modo mais íntimo ao longo do tempo, quando decidiram que ficariam juntas através de uma união estável. Embora a decisão fosse recente, na entrevista relataram que não tinham dúvidas quando tomaram a decisão de formarem uma família. Deste modo, afirmaram que os motivos que as levaram à decisão foram os seguintes:

Olha, eu me apaixonei pelo caráter dela, pelo carinho. Me apaixonei por ela ser uma pessoa doce, gentil, características da pessoa, entendeu? A beleza que ela traz com ela. A personalidade dela, o jeito dela. Ela é muito brincalhona, muito paciente e eu já sou mais estourada, mais intensa. Ela até brinca comigo assim: “Olha, o que me fez gostar de você foi esse teu jeito bravo de ser, esse jeito brigona”. E é interessante essas nossas conversas sobre sentimentos porque somos pessoas opostas, em alguns sentidos, que se completam. A gente se apaixonou pela alma da outra, vira e mexe nós falamos sobre isso e concordamos nisso (LUCIANA, 2020).

Camila, concordou com a esposa, e decidiu acrescentar:

É verdade! Nós temos uma energia que combina, sabe? Não sei explicar. Somos diferentes em alguns aspectos, mas parece que é isso que nos completa e que nos une. A gente percebeu que se completava e as coisas foram acontecendo do jeito que tinha de ser (CAMILA, 2020).

As narrativas acima exprimem as motivações que estimularam o casal a contrair união estável: carinho, gentileza, caráter e completude. Esses

sentimentos foram sendo nutridos com o passar dos anos, e se tornaram fundamentais para tomarem a decisão, depois de três anos juntas, de formarem uma família.

Ainda sobre os motivos que os levaram a oficializar a união e formar uma família, o casal Roberto e Luan também opinaram:

Nós nos amamos e nos sentimos uma família. A nossa convivência nos mostrou que o que a gente nutria um pelo outro deveria ser oficializado. Decidimos não perder mais tempo e formar nossa família. Nós queremos filhos, mas não achamos que família tem que ter filhos, que fique bem claro isso. Porque nós já somos uma família (ROBERTO, 2019).

Luan, complementou o relato do esposo e confessou:

E em meio a tanta futilidade, tanta promiscuidade que tem nesse meio da gente, quando você encontra uma pessoa é muito, muito, muito bom compartilhar as coisas juntos, sabe? Quando você encontra uma pessoa de verdade que tem os mesmos objetivos, mesmos propósitos é muito bom. É muito bom seguir nesse mesmo pensamento. Então a gente é muito parecido quanto a isso. Ele é caseiro como eu, a gente não gosta de futilidade, que a gente vê muito nesse meio, como eu te falei. Muita *frescurinha*, um mundinho muito artificial muitas vezes, sabe? A gente gosta do simples, a gente gosta de fazer reforma em casa. A gente gosta de ir comprar ração *pra* bicho, lá do outro lado da cidade. A gente gosta de visitar os pais dele e visitar minha mãe. Fiz uma viagem hoje para o interior para buscar a minha avó e ele que tomou a frente de tudo, de marcar consulta, de *tá* lá dentro do hospital com ela, e é isso que a gente define como família, e era isso o que a gente queria quando decidi ficar junto (LUAN, 2019).

O casal acima afirmou que a vontade de construir uma família ao lado um do outro foi o motivo principal para formalizarem a união estável. Além disso, as afinidades, o interesse em compartilhar as mesmas coisas e ter os mesmos objetivos e metas foram decisivos para este casal. Luan nos confessou que observa muita promiscuidade e futilidade entre o que ele chamou de “meio da

gente”, e conhecer o seu companheiro, descobrir que possuíam afinidades e os mesmos projetos de vida foram essenciais para a tomada de decisão desse casal.

Desse modo, conforme relatado pelos casais entrevistados, a vontade de estar com o outro e com ele construir uma história, compartilhando sentimentos, emoções e experiências se constituíram como motivações para formalizarem suas uniões. Tais estímulos nos evocam uma passagem de Bauman, quando afirma que o anseio de estar com o outro é uma necessidade humana que deriva do desejo sexual. Segundo ele, o desejo:

[...] se estende na direção de outro ser humano, exige sua presença e se esforça para transformá-la em união. Ele anseia por convívio. Torna qualquer ser humano – ainda que realizado e, sob todos os outros aspectos, autossuficiente – incompleto e insatisfeito, a menos que esteja unido a um outro” (BAUMAN, 2004, p. 55).

No entanto, a vontade de unir-se ao outro não se encontra baseada apenas na atração sexual. Os casais afirmaram que seus relacionamentos se baseavam em cumplicidade, companheirismo, afeto, segurança, apoio, confiança e completude. Tais declarações estão em sintonia com a seguinte afirmação:

Se você investe numa relação, o lucro esperado é, em primeiro lugar e acima de tudo, a segurança – em muitos sentidos: a proximidade da mão amiga quando você mais precisa dela, o socorro na aflição, a companhia na solidão, o apoio para sair de uma dificuldade, o consolo na derrota e o aplauso na vitória; e também a gratidão que nos toma imediatamente quando nos livramos de uma necessidade” (BAUMAN, 2004, p. 29).

Contudo, essas não foram as únicas motivações que impulsionaram as uniões civis, pois como vimos em algumas entrevistas, alguns casais buscaram a oficialização da união também impulsionados pela vontade de ter acesso ao

plano de saúde do companheiro, uma necessidade que marcou a experiência de Carlos e Luís; ou o desejo de assegurar que o parceiro tivesse direito aos seus bens patrimoniais, conforme declarou Ricardo e Cláudio.

Entretanto, o que vale destacar é que os casais consultados também construíram suas uniões baseadas em experiências de afeto e zelo com o outro, elementos que indicam marcadores do cuidado de si e do outro.

#### **4.4 “Então a gente vive dessa forma: um cuidando do outro”**

Diversos depoimentos que escutamos trouxeram à nossa memória uma música de Chico Buarque que, pela beleza de sua mensagem, merece um espaço em nossa tese:

TUDO O SENTIMENTO (1987)

Preciso não dormir

Até se consumir

O tempo da gente

Preciso conduzir

Um tempo de te amar

Te amando devagar e urgentemente

Pretendo descobrir

No último momento

Um tempo que refaz o que desfez

Que recolhe todo sentimento

E bota no corpo uma outra vez

Prometo te querer

Até o amor cair

Doente, doente

Prefiro então partir

A tempo de poder

A gente se desvencilhar da gente

Depois de te perder  
Te encontro com certeza  
Talvez num tempo da delicadeza  
Onde não diremos nada  
Nada aconteceu  
Apenas seguirei  
Como encantado ao lado teu.

Como bem nos lembra Chico Buarque, é nessas idas e vindas, tão comuns aos relacionamentos amorosos, que a festa do amor se celebra e a vida é gerada e renovada. O amor romântico, na dinâmica da modernidade, tem sido pensado por autores como Luhmann (1991), Bauman (2004) ou Giddens (1993), mas poucas pesquisas empíricas têm sido feitas a respeito. No senso comum, a família faz referência a afeto, segurança, proteção, acolhimento e ao amor. Banalmente falando, quando se pensa nas famílias homoafetivas, a maior parte das pessoas entendem que são relacionamentos de curta duração. Tal afirmação, talvez, obedeça ao fato de considerar que o elo que une esses casais, mais do que amor, é o exercício intenso do ato sexual. Nesse sentido, é pertinente lembrar Giddens quando afirma que a *sexualidade plástica*, característica da sociedade contemporânea, evidencia, legitima e possibilita o desenvolvimento de uma variedade de tendências sexuais. Tal afirmação se opõe à visão do sexo ligado ao determinismo biológico que exclui qualquer intervenção da agência ou da capacidade subjetiva de orientar o desejo sexual. Desde a perspectiva do senso comum, poderia se pensar que apenas os relacionamentos heterossexuais podem ser considerados “normais”.

No entanto, como observado em nossa pesquisa, a emergência das conjugalidades homoafetivas coloca na pauta de debate uma realidade que demanda mudança nas atitudes políticas. Como sugerem as diversas narrativas, nossos entrevistados colocaram em evidência o caráter ampliado e diverso da autoidentidade, assim como a reflexividade do corpo que, nesse contexto de uma vida doméstica, socialmente visibilizada, sinaliza resistência e/ou reinvenção do modo de construir família no seio da sociedade contemporânea.



Por ocasião do foco de nossa pesquisa, questionamos os casais acerca de suas experiências de conjugalidades com a finalidade de compreender como esses casais constituem suas vivências. Neste tópico, apresentamos narrativas que mais uma vez evocam as subjetividades dos casais consultados, bem como descrevem os sentimentos que moldam suas existências.

Atentar para esses aspectos nos ajuda a compreender como esses casais elaboram suas relações e quais mecanismos sociais são acionados para a constituição e manutenção dessas uniões conjugais. Ou seja, apresentar as narrativas e analisá-las, pode nos ajudar a identificar quais elementos regulam os comportamentos sociais destes casais, produzindo suas subjetividades familiares.

Questionados sobre quais sentimentos permeiam a relação desses casais, reforçando a ideia de conjugalidade e família, Luan, esposo de Roberto, comentou:

O que caracteriza nossa relação é muito companheirismo, sabe? A gente é muito amigo. É muita fidelidade! Eu confio muito nele, como ele confia muito em mim também. Acho que cada um de nós já passou daquela fase de estar 'pulando de galho em galho' e não é isso o que eu penso mais para mim. Estamos muito tranquilos! Posso passar o dia todo sem falar, sem ligar, mas sabemos que será por qualquer outro motivo: trabalho, ou qualquer outra chateação, menos por estar com outra pessoa. Tá entendendo? Então é sentimento muito puro, sentimento muito bom, de querer ajudar, de querer compartilhar, de querer projetar coisas para o futuro (LUAN, 2019).

Além disso, Roberto complementou:

Nesse meio homossexual tem muita futilidade, muita promiscuidade. O homem, por natureza, já tem necessidade de ser muito carnal. Historicamente, a gente vê que o maior número de traições é de homens, em casais heterossexuais e tudo mais. Porque, eu não sei! Não sei se instinto, se há justificativa ou se é simplesmente safadeza. Mas parece existir essa necessidade de compartilhar sua vida sexual com mais de uma pessoa. Com a homossexualidade não é diferente, têm muitos caras assim

também, que o desejo do momento é o que conta mais. Mas em meio a tudo isso, se você encontrar uma pessoa legal *pra tá* com você, que tenha os mesmos objetivos, mesmos propósitos. Isso daí é a maior e melhor virtude que pode existir na vida de um casal e de uma família, sabe? Porque você sai desse mundinho de futilidade e vive só *pra* vocês dois e isso é muito bom. É uma virtude muito boa. O ciclo de amizade também influencia muito, acho que quanto mais amigos do meio você tem, mais facilidade você tem de não dar certo o seu relacionamento. Então eu acho que para um caszinho ser mais blindado, ele tem que selecionar bem os casais de amigos, de preferência que sejam casais, *né*? Porque quando o amigo do casal é solteiro, ele sempre tem outros programas diferentes, e um acaba entrando em tentação com o outro e querendo fazer o mesmo, e acaba que o casal não entra num consenso, sabe? Quando se decide casar, nesse nosso meio, é porque se deseja encontrar uma parceria *pra* vida, entende? É porque já passou a hora da pegação sem futuro. É quando chega a hora de assumir um relacionamento com fidelidade, com cumplicidade, sabe? (ROBERTO, 2019).

Para Roberto, encontrar alguém que seja fiel, companheiro e deseje partilhar um futuro junto representa um ideal de parceria. Segundo ele, um casal que deseja progredir e viver em harmonia deve escolher bem suas amizades, e estar sempre em sintonia um com o outro.

Além disso, Luan seguiu elencando virtudes e sentimentos que revelou ser presentes na relação:

Existe muita confiança, existe muito respeito, segurança e um cuidado com o outro muito grande também. Cuidado com a alimentação, quando se está doente. Eu tenho uma imunidade muito baixa, eu vivo adoecendo o tempo todo. Já ele não! Ele é muito mais forte quanto a isso, mas em compensação eu me alimento melhor do que ele. Então a gente cuida muito um do outro, existe muito esse cuidado. Eu cuido da alimentação dele e ele cuida da minha saúde. Ele cuida muito da minha família, eu cuido muito dos projetos dele, em orientação de alguma coisa e tudo mais. Então a gente vive dessa forma: um cuidando do outro, na medida do possível. A gente procura *tá* sempre atento as necessidades do outro! (LUAN, 2019).

Durante a entrevista, esse casal afirmou que a marca do relacionamento deles é o “cuidado”. Luan rememorou sentimentos e sensações de segurança, confiança e respeito, mas destacou a noção de “cuidado”. Segundo este casal, cuidar um do outro é essencial e representa uma marca que eles cultivam. Como Luan afirmou, um cuida da saúde, alimentação e família do outro. Assim, ao passo que cuidam do outro também são cuidados. Roberto, também opinou sobre a relação com o parceiro:

Nossa relação é cheia de amor e respeito, se não gostamos de algo, falamos e resolvemos. Se queremos algo distinto, sempre um cede. Seja o que for: restaurante, troca de apartamento, forma de pagamento de contas. Não ficamos brigando com bobeira! A gente se entende no olhar! A gente sabe o que o outro gosta, nos amamos muito, somos amigos, amantes, parceiros, maridos, somos muito gratos por um estar na vida do outro (ROBERTO, 2019).

Embora concordasse com a narrativa do companheiro, Roberto quis opinar sobre o tema e acrescentou, ao seu relato, a noção de cumplicidade, entendimento, amizade e amor. Dessa sorte, o casal descreveu, em suas narrativas, como gerenciam sua relação, e quais sentimentos guiam seus comportamentos e ações enquanto casal e família.

O casal Marcelo e Sebastião também refletiram e se expressaram a respeito dos sentimentos que marcam a relação. Neste sentido, Marcelo afirmou:

A gente gosta muito de cuidar um do outro. Eu fico muito preocupado com tudo o que ele vai fazer: é alimentação, é tudo no geral. Às vezes ele, por exemplo, quando ele vai na casa da mãe, eu fico ligando, pergunto se tá tudo bem, se chegou bem. Aí começa as perguntas, a gente confia, mas a gente pergunta o que o outro tá fazendo, que horas chegou em casa, tá entendendo? Não é por desconfiança, sabe? É preocupação. Todos os dias ele vai me deixar lá embaixo na parada de ônibus. Ele espera eu pegar o ônibus e espera eu chegar também do trabalho à tarde. Aí já teve gente que reclamou: “Pra quê tanta frescura? Que carrapato da *molesta*?” Eu penso: “Deixa o povo falar! Tô nem aí” (risos). A gente cuida um do outro, se preocupa e se respeita. Temos o nosso jeito de demonstrar cuidado e carinho. Cada casal tem o seu jeito de demonstrar cuidado, né? Logo no início teve umas picuinhas por aí. Porque o povo não

gosta de ver ninguém bem, né? Aí diziam: “É porque fulano tá fazendo isso e aquilo!” Eu dizia: “Tá? Então beleza!”. A gente não liga *pra* fofoca, não dá importância pra o que os outros falam. O que define a gente é companheirismo e a confiança. A amizade também é muito importante *pra* gente. A gente é muito amigo um do outro. *Pra* ser uma família gay, a gente precisa confiar muito um no outro, e ter forças para enfrentar tudo e seguir em frente, sabe? Acho que até muito mais do que muitos casais hétero porque as pessoas gostam de fazer inferno. Deve incomodar, sabe? Não sei explicar direito, mas sei que a gente enfrenta muito mais dificuldades *pra* continuar juntos. Tem que ter muito amor, sabe? (MARCELO, 2020).

O relato acima apresentou como características da relação entre Marcelo e Sebastião: cuidado, carinho, respeito, companheirismo, confiança e amizade. Assim, o casal relata evocar esses sentimentos em gestos diários, e vão se mantendo juntos e realizados enquanto família homoafetiva. Conforme relataram, a confiança e o apoio mútuo são essenciais na gestão de uma relação homoafetiva, pois esses sentimentos são essenciais para resistir às imposições dos modelos de subjetividades heterossexuais e os preconceitos presentes na sociedade.

O casal Milena e Joana, de maneira similar, relataram como tentam gerir e manter sua relação. Quando questionadas sobre quais sentimentos as definem enquanto casal e família, acrescentaram:

O que define a nossa relação é amor, carinho, companheirismo, afeto, união. Existem também tristezas, superação, erros, perdão. Somos um casal como outro qualquer que passa coisas boas e ruins juntos, mas seguimos sempre firmes no nosso propósito de ser feliz uma ao lado da outra. Estamos juntas para enfrentar tudo. Pode ter certeza que os desafios não são poucos, mas seguimos juntas, cuidando uma da outra sempre (MILENA, 2019).

O casal acima, através do relato de Milena, define a si mesmo por meio dos sentimentos que cultivam na relação: amor, carinho, companheirismo, afeto e união. O casal alegou que também passa por dificuldades, como qualquer

outro relacionamento, mas seguem juntas se apoiando e enfrentando as adversidades e contratempos.

O casal Luciana e Camila também opinaram sobre como definem os sentimentos que permeiam a união:

Amor e respeito. É admirar uma pessoa e saber que ela é passiva de ter defeitos e também qualidades, como todo ser humano. Mas as qualidades compensam os defeitos, entende? É isso! Tentar ajustar as diferenças e equilibrar tudo para viver bem. Essa é a base da nossa relação (LUCIANA, 2020).

Luciana explica que o amor e o respeito são essenciais para a superação dos próprios defeitos e os da companheira. Através desses sentimentos, ela alegou ser possível buscar um equilíbrio na relação e administrá-la de forma saudável.

Carlos e Luís também se mostraram solícitos e contribuíram com o tema, quando entrevistados. Carlos, muito mais desinibido, afirmou que o esposo sempre o estimula nos estudos e no trabalho, e que isso é uma forma de demonstrar cuidado e zelo:

Ele sempre *tá* me empurrando pra eu fazer algo bom, entendeu? Algo *pra* o meu crescimento. Ele me apoia em tudo: nos meus estudos, no meu trabalho, nos meus sonhos. Ele sempre *tá* querendo me passar uma lição boa e de incentivo *pra* que eu use na vida. Então é esse amor, entendeu? Esse é um sentimento maravilhoso. Eu me sinto amado e cuidado. É uma forma de demonstrar cuidado” (CARLOS, 2019).

Carlos, segundos depois, continuou sua reflexão:

A nossa relação, nossa união estável é uma coisa extremamente onde se envolve afetividade. Uma afetividade muito forte porque se não fosse por isso a gente não ia fazer união estável. Se não fosse isso, a gente só ia namorar por algum tempo depois

acharíamos outra pessoa porque sempre foi assim, *né?* Mas com ele não, foi uma afetividade muito forte. Algo que eu nunca tinha sentido antes e ele também não. O nosso relacionamento, nossa união é pautada por muitos sentimentos bons, entendeu? E é isso que nos sustenta. Por mais que foi num momento em que eu me acidentei e que eu ia precisar entrar no plano de saúde muito bom que ele tem, mas a união estável não foi por causa disso apenas. Nós “matamos dois coelhos numa cajadada só”, como o povo diz. Mas o que estimulou mais a união estável foi o sentimento, a afetividade, é claro. Porque, como eu já te falei, é como se a gente se completasse, a gente sempre *tá* melhor quando o outro está por perto. Às vezes um não pode fazer uma coisa, então o outro também não quer ir fazer. Às vezes, um leva um empurrão *pra* que vá sozinho mesmo, mas na maioria das vezes a gente sempre que ir junto mesmo, sempre um com o outro. Somos muito parceiros, muito cúmplices um do outro. Somos presentes na vida um do outro. A gente se cuida e cuida do outro. Ele me socorre e pega na minha mão quando eu preciso de socorro, e eu faço o mesmo com ele” (CARLOS, 2019).

Luís, atento a declaração do companheiro, decidiu acrescentar que o casamento só melhorou a relação; pois, embora tenha casado poucos meses depois do início do relacionamento, se esforça para não deixar o casamento cair na rotina, e busca manter o clima de início de namoro:

Então, hoje a gente *tá* muito habituado a sair juntos sempre e a gente vai fazer longas viagens, passeando por aí, conhecendo as regiões do Brasil. Temos planos futuros *pra* fazer belas e grandes viagens por aí a fora. E assim, monótono eu acredito que a nossa relação não é. Somos bastante criativos em criar situações *pra* gente se divertir e *pra* gente ter o nosso momento juntos. A gente *tá* sempre inventando alguma coisa de diferente, fazendo um jantar especial do nada, sem data comemorativa, mas só *pra* não cair na rotina e manter sempre acesa essa sensação de novidade, sabe? (LUÍS, 2019).

O casal acima relatou que o sentimento de cuidado se faz presente na relação, assim como uma forte afinidade e entendimento mútuo. Além dos sentimentos que os motivam, o casal afirmou, através do testemunho de Luís,

que se esforçam para que a relação não se torne monótona, cultivando a sensação de namoro e encantamento, mesmo casados há quatro anos.

Questionados sobre quais sentimentos o descrevem enquanto casal e como conduzem e orientam a relação, Ricardo e Cláudio também opinaram. Conforme apontou Ricardo:

Quando ele (seu esposo) vem dizendo que nós temos muita coisa em comum é verdade, *tá* entendendo? Pronto, eu não me sinto bem em estar em determinado canto se ele não tiver. Porque quando estamos juntos tudo é melhor! É tanto que as mesmas coisas que eu gosto de fazer ele gosta. Se eu gosto de planta, ele gosta de planta. Se ele gosta do sitio, eu gosto do sitio. Tudo isso devido ao nosso convívio, certo? De *tá* sempre juntos, em qualquer canto que estivermos vamos estar juntos. Estamos juntos porque somos assim. Estamos juntos porque a gente quer *tá* juntos um do outro e isso nos faz bem, *tá* entendendo? Somos muito companheiros um do outro. Temos brigas como qualquer casal, porque faz parte, toda relação tem, mas de ficar intrigado, dormir separado, isso não existe entre a gente. (RICARDO, 2019).

Afirmando que zela pela amizade, companheirismo, afinidade e cumplicidade na gestão da relação, Ricardo continuou:

E nós somos muito um do outro. Nós somos um casal, uma família. Independente do que na “hora H” vai ser. Nós somos muito cúmplices em tudo. Às vezes, eu saio só porque independente de sermos um casal nós temos nossas amizades. Às vezes, saio com alguém que não é amigo dele ou que é meu amigo de infância e tudo mais. Temos nossas amizades a parte também. Nós saímos e sabemos respeitar o espaço do outro nessa questão, *né?* Porque tem a confiança e fidelidade. Confiamos muito um no outro. Se saímos sem o outro, coisa rara, um confia no outro e respeita o espaço do outro (RICARDO, 2019).

Participando ativamente da entrevista, e concordando com as palavras do companheiro, Cláudio decidiu também dar sua opinião:

E uma coisa na nossa relação que não existe é mentira. Nós somos muito sinceros. Pronto, nós dois temos um amigo em comum, aquele que nos ajudou no cartório com relação ao nosso casamento, mas a amizade dele com meu esposo, os segredos que um conta ao outro eu não fico pedindo *pra* ele me contar. Ou, então, se eu brigar com nosso amigo é um problema meu com ele, não tem nada a ver com a amizade deles dois. E lá em casa não se mente um para o outro. Nós não mentimos um para o outro, e também não nos agredimos fisicamente. Porque isso seria o fim. Tem um casal amigo nosso que quando brigam se agredem fisicamente. Reprovamos isso! Deus me livre! A gente se respeita. Não somos disso! (CLÁUDIO, 2019).

Cláudio, no relato acima, ao afirmar que zela pela sinceridade e respeito mútuo na relação, faz referência a um casal de amigos que, segundo ele, possuem um histórico de desrespeito e agressividade no casamento. Cláudio, neste sentido, evocou o casal amigo para apontar aquilo que ele não deseja para a sua relação com Ricardo. Tentamos marcar algumas entrevistas com o referido casal, mas as tentativas não foram exitosas, visto que o casal estava em crise e meses depois se divorciaram.

O casal Ricardo e Cláudio seguiram descrevendo as características da relação e apresentaram suas “regras para uma boa convivência”. Estas atitudes, segundo defenderam na entrevista, são respeitadas por ambos a fim de conviverem de forma harmoniosa e saudável. Segundo indicaram:

Existem três coisas que a gente zela muito: Não mentir e não dormir separados. Mesmo que a gente discuta, não dormimos separados, a gente dorme junto, certo? Porque senão termina ficando um vício aí vai hoje, amanhã e depois, e de repente o casal não dorme mais junto, certo? Agora quando estamos na casa da minha mãe, temos quartos separados. A casa de mainha é daquelas casas antigas com muitos quartos, sabe? Aí cada um ocupa um quarto lá e ainda sobra espaço *pra* meu filho e meus sobrinhos quando estão por lá. Porque passamos o dia cuidando dela lá. Eu tenho o meu quarto e ele tem o quarto dele lá em mainha. Por quê? Eu gosto de ajeitar o meu quarto no dia que eu quero e como eu quero, certo? No quarto dele tem dois guarda-roupas eu pergunto: “*Pra* que tudo isso?” Aí penso: “Deixa *pra* lá, não é no meu quarto é no dele. Então ele pode



botar meio mundo de guarda roupa lá, se ele quiser. Porque é a privacidade de cada um, *né?*” Mas na hora de dormir, se a gente tiver lá em mainha, dormimos no mesmo quarto. Cada um tem o seu quarto com suas coisas, mas na hora de dormir um vai *pra* o quarto do outro e fica junto (RICARDO, 2019).

Cláudio complementou:

Isso mesmo. Passamos mais tempo na casa da mãe do meu esposo, mas temos nossa casa. Até porque o pai dele faleceu a pouco e a mãe dele já é de idade. Aí a gente passa muito mais tempo lá. Nossa casa é mais *pra* enfeite, como diz o matuto, porque nós vamos lá de vez em quando, dormimos lá e também dormimos na casa da mãe dele, e a mãe dele precisa da gente. Ela é muito cúmplice da gente, sempre foi cúmplice da gente (CLÁUDIO, 2019).

Embora o casal tenha confessado que passe muito tempo na casa da mãe de Ricardo, à noite eles se dirigem para a própria casa. Na residência do casal eles afirmaram compartilhar do mesmo quarto, mantendo os quartos individuais apenas na casa da mãe de Ricardo:

Já na nossa casa, tudo é um pouco da gente. Lá dormimos no mesmo quarto. E a regra que eu acho mais importante de todas é o respeito. É não bater um no outro fisicamente e se agredir porque seria o fim. Porque quer queira quer não, uma agressão física, independentemente de ser um casal nos padrões de uma mulher e um homem, tudo difere em termos de força. Dois homens se agredindo não é como um homem e uma mulher se agredindo, por pura covardia do homem, a mulher vai sair sempre perdendo na força. Dois homens não vão sair se agredindo nos cabelos, teria que ser na porrada grande. Isso já até aconteceu uma vez com a gente. Foi a primeira e única vez. Sentamos e fomos conversar e nunca mais. Pronto! E nós temos isso como regra, graças a Deus. E nós cumprimos e não mentimos um *pra* o outro, *né!* Tem hora que eu digo: “Não sei se eu conto agora ou deixo *pra* contar depois, mas que eu tenho que contar”. E ele também me conta tudo, *sabe?* (RICARDO, 2019).

Conforme observamos nas narrativas acima, o casal elencou uma série de atitudes que regem as regras para uma boa convivência entre eles: não mentir, não dormir separados, zelar pela sinceridade e respeito. De acordo com o casal, independentemente de qualquer discussão ou desentendimento não é permitido dormir em camas separadas, pois temem que tal atitude se torne uma prática recorrente capaz de desgastar ou prejudicar a relação. No entanto, apesar do casal acima afirmar que possui uma convivência harmoniosa, os desentendimentos, conflitos e relações de poder estão presentes, como declarado acima, mas não foi enfatizado por Ricardo. Como observamos, o casal preferiu elencar as qualidades da relação e não enfatizar as dificuldades e problemas que são comuns em qualquer forma de relacionamento.

Diante das reflexões apresentadas neste tópico, atestamos que os casais consultados mencionaram o cuidado de si e do outro como um dos elementos responsáveis pela constituição e manutenção de suas relações conjugais, conforme as narrativas aqui apresentadas. Consideramos pertinente mencionar que essa dimensão do cuidado e zelo pelo outro, se faz presente em muitas formas de relacionamentos, e não parece ser uma marca exclusiva dos casamentos homoafetivos. No entanto, esses casais se reinventam quando assumem posturas e práticas que se confrontam com aquilo que muitas vezes o senso comum espera deles: relacionamentos marcados pela liquidez, fugacidade e foco no desejo sexual. É neste sentido que podemos mencionar a noção de *cuidado de si* discutida por Foucault.

Para esse pensador, o termo *cuidado de si* implica numa resistência à imposição de modelos de comportamento. Segundo o pensamento foucaultiano, o *cuidado de si* deveria ser uma marca das relações homoafetivas, pois ao invés de buscarem reproduzir formas de existência já consagradas em relacionamentos pautados pela heteronormatividade, esses casais deveriam buscar formas de existência singulares, livres de subjetivações impostas por práticas sociais, crenças ou políticas.

Por meio do *cuidado de si*, segundo as argumentações de Foucault, seria possível estetizar a existência dos casais homoafetivos, ou seja, viver a vida como uma *obra de arte* sem pautar-se em padrões de comportamentos nem tampouco submeter-se às subjetivações impostas.

Durante as entrevistas, observamos que os casais descreveram diversas experiências de afeto e cuidado, tais como companheirismo, cumplicidade, afinidade e completude. Esses aspectos podem ser tomados como marcas e/ou características fundantes destas relações. Assim, conforme as declarações, os casais sugeriram uma vivência marcada pelo *cuidado de si* e do outro.

Além da noção do cuidado, amplamente rememorada neste tópico, percebemos que o sentimento de confiança também foi mencionado pelos casais entrevistados. Conforme estes casais sustentaram, a ideia de confiança também se faz presente nas suas relações conjugais.

Diante dessas reflexões, nos reportamos à contribuição que Giddens oferece para a noção de *confiança* na Modernidade. No entanto, suas análises não se resumiram apenas a presença e importância da *confiança* em *compromissos sem rostos*, mas no conceito de *confiança* também nas relações pessoais e íntimas. Segundo o sociólogo argumenta, “a confiança nos outros é uma necessidade psicológica de um tipo persistente e recorrente” (GIDDENS, 1991, p.100). Isso implica dizer que esses casais recorrem ao sentimento de *confiança*, nas experiências que descreveram, porque essa sensação é completamente necessária em suas vidas. É preciso confiar no outro, para se sentir seguro e disposto a enfrentar as adversidades cotidianas.

Os ambientes que se configuram como de *confiança* na Modernidade, dizem respeito às “relações pessoais de amizade ou intimidade sexual como meios de estabilizar laços sociais” (GIDDENS, 1991, p. 104). Sendo assim, são nas relações de amizade e, principalmente, de conjugalidade que esses casais encontram e buscam a *confiança* necessária para a vivência cotidiana.

Conforme argumenta Giddens,

A confiança pessoal torna-se um projeto, a ser ‘trabalhado’ pelas partes envolvidas, e requer a abertura do indivíduo para o outro [...] Relacionamentos são laços baseados em confiança, onde a confiança não é pré-dada mas trabalhada, e onde o trabalho envolvido significa um processo mútuo de auto-revelação” (GIDDENS, 1991, p. 123).

Neste sentido, observamos que a *confiança* não se traduz em elementos externos à relação, mas é constituída e alicerçada entre os parceiros. As relações ou *relacionamentos puros*, próprios da Modernidade, para Giddens, pressupõe o compromisso entre o casal, expresso como uma forma particular de *confiança*. Dessa sorte, através da reflexão desses casais a respeito da própria experiência de vida conjugal, e das contribuições de Giddens ao tema, constatamos a presença da *confiança* enquanto um sentimento capaz de mobilizar sensações de bem-estar e segurança na condução das uniões conjugais aqui citadas.

#### 4.5 “A amizade é tudo *pra gente*”

[...] o interesse pela amizade tem se tornado muito importante. Não se entra simplesmente na relação para poder chegar à consumação sexual, o que se faz muito facilmente; mas aquilo para o que as pessoas são polarizadas é a amizade (FOUCAULT, 2010, p. 345).

Segundo Foucault, longe das concepções que aproximam a homossexualidade do prazer imediato, excluindo todas as virtualidades existentes em formas de vidas homoafetivas, a amizade pode ser interpretada como um modo de vida em muitos relacionamentos afetivos.

Ao relacionar homoafetividade e amizade, novas possibilidades de relacionamentos tornam-se possíveis, pois os laços afetivos convertem-se em formas de existência que não estão presas apenas a satisfação do desejo sexual. Conforme tal interpretação, a amizade preconiza as possibilidades existentes nas experiências homoafetivas, promovendo a reflexão sobre um estilo de vida que pode ser alternativo aos modelos de relacionamentos heterossexuais e que resista ao controle imposto pela sociedade (ARRUDA; BARBOSA, 2019).

No tocante as entrevistas, o tema da amizade foi mencionado e se fez presente nos relatos de todos os entrevistados. Em diversos momentos das conversas, os atores refletiram e expressaram a importância da amizade em

seus relacionamentos conjugais. Tais declarações, serão apresentadas neste tópico.

Quando questionados sobre o lugar da amizade na relação, o casal Ricardo e Cláudio responderam:

Parece que as amizades nas relações homossexuais são mais sinceras. Ela é fundamental no nosso relacionamento, sabe? Nós dois somos muito amigos, confidentes e cúmplices. Tenho certeza que se não existisse amizade, não existiria amor, sabe como é?" (RICARDO, 2019).

Atencioso às palavras do esposo, Cláudio concordou e acrescentou:

A amizade é tudo *pra* gente. Nós zelamos muito por isso. Tenho a impressão que nos casamentos hétero é diferente essa coisa de amizade, pelo menos é o que eu observo entre amigos. A amizade entre gays parece ser mais forte, *tá* entendendo? Porque é a amizade e afetividade que vai fazer os dois continuar firme e resistir juntos, sabe? Então, além de amor, tem que ter muita amizade. Então, eu acho que é justamente isso. Precisamos da amizade *pra* um dar segurança ao outro porque eu sou o apoio dele e ele é o meu apoio. E também saber que independente de, se não tiver ninguém por nós, um *tá* com o outro, entende? (CLÁUDIO, 2019).

O casal acima enfatizou que a amizade é um traço fundamental da relação que cultivam. Além disso, especularam que a amizade sincera se faz mais presente entre casais homoafetivos, pois acreditam que ela funciona como um sustentáculo nessas relações que enfrentam tantas adversidades.

Carlos e Luís também refletiram e expressaram a importância da amizade na relação que cultivam:

A amizade é importantíssima em toda relação e no nosso caso, nossa amizade é muito importante, ela existe desde o início, *né?* *Pra* gente poder rir e conversar. A gente acaba gostando das

coisas que o outro gosta e assim é uma amizade, *né?* Uma amizade verdadeira, uma amizade sincera que torna o relacionamento ainda melhor (CARLOS, 2019).

Atento as palavras do esposo, Luís completou: “Somos muito parceiros e companheiros um do outro e isso é amizade, *né?* Nunca pensei que meu esposo seria o meu melhor amigo” (2019). Em concordância, o casal afirmou que a amizade se faz presente e é essencial na relação. Segundo eles, a amizade torna o relacionamento ainda melhor, pois a definem como afinidade, companheirismo, parceria e sinceridade, elementos que classificam como essenciais na gestão e manutenção da união.

Marcelo e seu companheiro Sebastião similarmente ponderaram sobre o lugar da amizade no casamento. Sobre o tema, Marcelo apontou:

A gente conversa bastante. Tudo o que um vai fazer, a gente chega *pra* o outro e conversa bastante e pergunta se vai dar certo, se vai dar tudo bem. E se a gente puder adicionar alguma coisa *pra* melhorar aquela ideia, alguma coisa assim e tal. Quando a gente precisa tomar uma decisão a gente combina antes. Conversa. A gente zela por isso e acho que isso é essencial, sabe? (MARCELO, 2020).

O casal, através de Marcelo, relatou a importância da amizade na relação. Segundo ele, as decisões que abrangem a casal são sempre tomadas em comum acordo, através de muita conversa e reflexão. Atento a afirmação de Marcelo, Sebastião adicionou ao relato: “Se não fosse nossa amizade e confiança nem sei o que seria da gente, *né Amor?*” (2020). Marcelo fez um gesto afirmativo com a cabeça e completou:

Assim, sempre existe em casal aquele negócio de ciúme. Eu logo no início era doente, eu confesso. Ele não podia olhar de lado e eu perguntava: “*Tá olhando pra onde? Num era, Amor?*” Mas hoje em dia eu pensei: “*Não, *perai!**” E uns três meses depois de casados, eu pensei: “*Não, se ele escolheu casar comigo é porque ele gosta de mim. Se ele gostasse de outra*

pessoa não estaria comigo, né?” A gente ficava conversando assim, sobre essas coisas de ciúme, e eu dizia *pra* ele: “Quando eu começar a trabalhar fora de casa eu não vou deixar tu sozinho em casa. Como a gente vai resolver isso?”. Mas a nossa lanchonete não deu certo e eu comecei a trabalhar fora de casa e foi tudo tão de repente. Já estamos mais acostumados, mas a gente ficava pensando em como ia ficar longe um do outro o dia todo. A gente superou isso. Temos ciúme, mas é mais normal. A gente decidiu confiar mais um no outro e ser amigo. Somos um casal como outro qualquer, entende? (MARCELO, 2020).

Como exposto, Marcelo e Sebastião retrataram a presença da amizade e confiança na relação. Segundo eles, o ciúme era algo muito presente e causava insegurança para o casal, mas as circunstâncias os tornaram mais confiantes e parceiros. Conforme relataram, a amizade e a confiança os fizeram superar o ciúme e tornar a relação melhor. Como afirmaram acima, “somos um casal como outro qualquer” e o ciúme se faz presente na relação, porém é um sentimento mais controlado pelo casal.

Ainda sobre a noção de amizade, o casal Roberto e Luan também se dispuseram a opinar. Segundo Roberto avaliou:

A amizade é algo importantíssimo, como falei em outro momento, somos muito ligados. Tomamos decisões juntos e quando tem que ser uma decisão unilateral, gostamos de saber a opinião do outro, mesmo não interferindo. Se a escolha não for feliz, um apoia o outro sempre (ROBERTO, 2019).

Luan, fez adições ao testemunho do parceiro:

É verdade. Além disso, nós compartilhamos tudo, todos os projetos da semana, tudo o que a gente vai fazer. A gente pensa em tudo junto. A gente nunca parou para pensar: “E se um dia acabar?”; “E se um dia não estivermos mais juntos?”. Isso até agora não existiu. Então, a gente sempre pensa a longo prazo, sabe? A gente *tá* com frequência fazendo coisas juntos, todo fim de semana, obrigatoriamente, fazemos algo diferente juntos. Às vezes, eu planejo um jantar no meio da semana porque ele trabalha até tarde da noite e eu saio mais cedo às vezes e achamos isso saudável. A gente acaba inventando algo, sem

data comemorativa mesmo, só *pra* sair da rotina e manter aquela coisa acesa, sabe? (LUAN, 2019).

O casal acima, definiu amizade através de expressões como: apoio mútuo, partilha e companheirismo. Neste sentido, revelaram a importância da amizade para uma saudável manutenção da relação, afirmando que através da amizade planejam as atitudes e decisões que precisam tomar diariamente. Além disso, como exposto acima, o casal procura formas de acrescentar atividades diversas ao cotidiano para não cair na rotina e manter o clima de novidade na relação.

Milena, casada com Joana, também expôs como compreende a influência da amizade na relação que cultiva com a esposa. Dessa forma, ela afirmou:

A amizade possui um lugar muito importante na vida da gente. A gente já passou por muita dificuldade no nosso relacionamento, e a gente sempre lembra que tudo isso começou como uma amizade. Recentemente, a gente até passou por um momento um pouco difícil e o nosso acordo foi que, além de sermos um casal, nós somos amigas. Porque é na amizade que mora a confiança e o companheirismo. É através da amizade onde a outra pessoa realmente se entrega. A gente considera muito a nossa amizade e a amizade possui um lugar importante na nossa vida (MILENA, 2019).

Milena apresentou, no relato acima, uma noção interessante sobre a amizade: “Além de sermos um casal, nós somos amigas” (2019). Conforme elas descreveram na entrevista, ambas construíram uma amizade quando se conheceram durante a adolescência, na escola que estudavam. No entanto, se reencontraram já adultas e perceberam, por meio de uma reaproximação, que o sentimento que nutriam havia se modificado. Nesse momento, de acordo com o que revelaram durante a entrevista, perceberam que se amavam e que queriam ficar juntas.

No trecho acima, Milena revelou que a amizade foi o sentimento que impulsionou a união, mas esta parecia ter se modificado desde que se tornaram um casal. Assim, depois de uma dificuldade que enfrentaram no casamento,



decidiram que a amizade deveria ser priorizada na relação. Segundo Milena, confiança, entrega e companheirismo são frutos da amizade, por essa razão considera que a amizade tem um lugar importante na relação que nutre junto a esposa.

Luciana, companheira de Camila, também declarou como analisa a amizade na relação. Segundo ela considera, a amizade é algo a ser preservado em qualquer relação afetiva, sendo assim o sentimento possui lugar importante na relação desse casal. Desse modo, ela afirmou:

A amizade é importante em qualquer relação! A amizade e o companheirismo é fundamental em nossa relação também. Prezamos muito pelo companheirismo em nosso casamento. Acho que é a coisa mais importante na relação, junto com o amor, é claro, né? (LUCIANA, 2020).

Luciana e Camila, assim como todos os casais entrevistados, confessaram que a amizade se constitui como um elemento essencial na convivência conjugal. Dessa sorte, observamos a amizade, nessas relações, como algo capaz de promover: harmonia, confiança, respeito, companheirismo, entrega, superação, partilha, parceria e confiança; sentimentos mencionados pelos casais como essenciais para manutenção dessas uniões.

No capítulo I, vimos que a *amizade* foi tema das discussões foucaultianas em torno de sua compreensão sobre as vivências homoafetivas. Segundo o pensador francês, a *amizade* estaria presente num plano de elaboração de diversas formas de existências possíveis. Assim, *amizade* e o *cuidado de si* seriam noções indispensáveis para resistir ao poder invasor das subjetivações impostas nas sociedades contemporâneas.

Nesse sentido, Foucault sugere que as pessoas homossexuais prefiram viver com base numa estetização da existência, invocando práticas sociais pautadas na *amizade* e no *cuidado de si* em suas relações. Tais práticas seriam responsáveis pela recusa da reprodução e constituição de identidades apoiadas

em princípios heterodominantes, resultando na inovação do modo de vida homoafetivo.

Dessa sorte, ao invés de buscar formas de vivências obedientes a institucionalização vigente, os casais homoafetivos deveriam focar seus esforços em experiências de vida embasadas na *amizade* e no *cuidado de si*, noções que possibilitam a existência de relações duradouras baseadas na criatividade.

No entanto, observamos neste tópico que os casais entrevistados - todos com relações regulamentadas juridicamente – declararam que a amizade funciona como sustentáculo de suas relações, pois embora tenham oficializado seus relacionamentos, a união civil não representou aceitação social e, principalmente, respeito. Pelo contrário, esses casais são vítimas diárias de preconceito e discriminação, recorrendo a amizade que cultivam para resistirem juntos às adversidades impostas pela sociedade.

Desse modo, Ricardo manifesta-se sobre a amizade afirmando que: “Parece que as amizades nas relações homossexuais são mais sinceras (2019)”. Tal declaração demonstra como esse sentimento é considerado um diferenciador dessas relações, um sentimento capaz de fortalecer esses casais e impulsioná-los à resistência. Afinal, assumir uma relação homoafetiva, numa sociedade pautada por regras heterocêntricas, representa uma forma de resistência.

#### **4.6 “Somos nós dois que arrumamos a casa juntos”**

Informações cedidas em algumas entrevistas realizadas, cujos detalhes apresentamos nesta tese, sugerem que a identidade sexual não é suficiente no processo de autorreconhecimento de um indivíduo, no sentido de se assumir como homossexual e se dispor a construir uma família. Como ponto de partida, as conjugalidades homoafetivas pressupõem o princípio da igualdade entre os sexos, fato que demanda declinar de uma identidade rígida, para construir uma identidade flexível, na qual convergem masculinidade e feminilidade, fundindo e consolidando-se como base para a construção de alguma forma de existência

conjugal andrógena<sup>23</sup>. Tal existência partilhada entre indivíduos do mesmo sexo, ganha destaque pela homogeneidade no exercício dos papéis sexuais, fato que retira qualquer forma de diferenciação entre os atores envolvidos nessa relação conjugal.

Com os casais homoafetivos observamos a ocorrência de um processo de construção de uma identidade que tende à igualdade no relacionamento, à diluição de marcadores de poder que, como destacam os estudos das conjugalidades heterossexuais, ocorre pela mediação da diferenciação sexual. Por outras palavras, diversos depoimentos nos levaram a concluir que a anulação das diferenças sexuais elimina os critérios de distinção no ato de distribuir as funções no interior da vida conjugal desses casais. O que assegura a unidade conjugal, mais do que a dependência das funções pelo outro realizadas, é o sentido que oferecem ao dia a dia da partilha de rotinas. Como na maior parte dos casais, observamos nas famílias homoafetivas que suas relações sociais são marcadas pelas rotinas ou modos de ação específicos e repetitivos da vida cotidiana, mas suas obrigações cotidianas são compartilhadas igualmente, como veremos neste tópico.

Neste sentido, atentos ao modo como os casais homoafetivos orientam suas relações conjugais e gerenciam sua dinâmica familiar, fomos levados a questioná-los sobre o modo como conduzem as responsabilidades com os afazeres domésticos.

De acordo com o casal Carlos e Luís, as responsabilidades com o lar são divididas de modo equilibrado. Eles apontaram que:

Os afazeres domésticos são divididos. Tanto faz eu *tá* fazendo a comida como ele, mas essa parte da comida fica mais com ele mesmo. Ele faz mais as comidas porque cozinha melhor,

---

<sup>23</sup> A partir de dados de pesquisa realizada sobre o processo de conversão de mulheres e homens em setores populares de Buenos Aires, Argentina, Tarducci destaca como sinalizador do ápice da conversão ao pentecostalismo, a construção de identidades andrógenas entre cônjuges convertidos. Uma característica desse tipo de identidades está na igualdade na execução de tarefas domésticas, a qual chega ao seu ápice quando os cônjuges se olham mutuamente e se autopercebem como “irmãos na fé” (TARDUCCI, 2007)

enquanto eu cuido mais da limpeza, mas ele faz muita coisa da limpeza da casa também. Ou seja, é uma divisão (LUÍS, 2019).

A narrativa de Carlos seguiu congruente a do esposo:

Muitas vezes ele faz mais do que eu e muitas vezes eu faço mais do que ele. Assim também como a divisão dos nossos dinheiros, *né?* Tudo aqui é dividido já que nós dois trabalhamos. Então nosso dinheiro é *pra* ser dividido pelas coisas que a casa está precisando, mas também não é obrigado, digamos, fazer um reparo em certo local da casa e só fazer esse reparo se tiver cinquenta por cento do valor de cada um, não é assim. Se eu tiver eu faço, se ele tiver, ele faz ou então os dois fazem e completam as despesas, entende? As despesas são divididas entre os dois, assim como as tarefas domésticas são divididas entre os dois. E também pelo fato dele trabalhar mais do que eu e o meu trabalho ser de vinte e quatro horas, então naquele dia ele vai ficar sozinho e vai precisar fazer as tarefas sozinho. E também, como tem dias que ele trabalha e passa muito tempo fora de casa, então eu tenho que fazer tudo e quando ele chega em casa já tem almoço pronto e a casa já *tá* limpa. Quando é uma faxina mais pesada e mais detalhada ele sempre *tá* dentro me ajudando e coordenando porque ele é mais detalhista e cuidadoso *pra* essas coisas do que eu (CARLOS, 2019).

O casal acima, afirmou que zelam pela divisão equilibrada dos afazeres domésticos, dividindo as responsabilidades, conforme as habilidades de cada um: Carlos, se dedica mais ao preparo das refeições por considerar que cozinha melhor que o esposo; enquanto Luís se dedica a limpeza e organização da casa por se identificar mais com essas atividades. No entanto, essa divisão de tarefas não é fixa, mas adaptada à disponibilidade do casal. Além disso, Carlos afirma que todas as despesas com a casa também são divididas, já que ambos trabalham.

O casal Roberto e Luan, também refletiram sobre as responsabilidades com a manutenção e organização das tarefas domésticas e afirmaram:

Os afazeres do lar são divididos, mas não existe obrigação, sabe? Porque tem dias que um não está com vontade de sair da cama, então o outro faz tudo de boa. Em relação as nossas finanças, quem ganha mais paga mais tranquilamente, mas todos os dois tem acesso a conta um do outro e o dinheiro torna-se um só (ROBERTO, 2019).

Embora não tenham sido questionados sobre o modo como administravam as finanças, os casais Carlos e Luís, e Roberto e Luan mencionaram como costumam conduzir suas questões financeiras, demonstrando certa divisão com as responsabilidades do lar também no sentido econômico. Além disso, Roberto narrou que as atividades domésticas são divididas entre o casal, mas sem nenhuma regra fixa.

Marcelo e Sebastião, similarmente, exprimiram zelar pela divisão das atividades domésticas e as demais responsabilidades com o lar. Neste sentido, Marcelo declarou:

A parte de casa é com ele, sabe? Coisa de comida, cozinhar, cuidar da cachorra, essas coisas é tudo com ele porque eu não tenho paciência, ela (a cadela do casal) já está ali dentro latindo *pra* eu soltar ela. Eu só faço mais as coisas de comida, quando eu *tô* em casa e também lavo roupa, mas a gente sempre gosta de dividir as coisas. Quando eu *tô* em casa é muito mais dividido (2020).

Marcelo apontou que nos dias que está em casa, pode se comprometer mais com as atividades domésticas, dividindo os afazeres com o esposo, mas no dia que trabalha fora de casa, Sebastião assume todas as responsabilidades com a manutenção do lar. Como Sebastião trabalha com encomendas de bolos e salgados na própria residência, ele passa mais tempo em casa e se dedica mais às atividades domésticas.

Sobre o mesmo tema, Milena e Joana refletiram:

As nossas responsabilidades com o lar são assim: a gente divide tudo meio ao meio, mas hoje moramos num apartamento

financiado, onde nós duas compramos juntas quando a gente decidiu morar juntas. A gente tinha seis meses que estava se relacionando, eu morava só e ela veio morar comigo e eu estava morando de aluguel. Aí a gente começou a compartilhar as dívidas de aluguel, de feira, de tudo. Quando a gente estava morando junto já, com uns dois meses a gente pensou assim: “Vamos tentar, vamos enfrentar!”. Eu sempre trabalhei, desde a minha adolescência, desde os meus 14 anos *pra* ser mais exata, na área de beleza. Ela também começou a trabalhar muito cedo e começou trabalhando na mesma área que ela trabalha até hoje. Ela sempre trabalhou, assim como eu, então a gente tinha já essa responsabilidade e tinha essa vontade de ter uma casa própria. Já estávamos juntas e tínhamos objetivos na vida. Foi quando a gente decidiu casar e fazer um financiamento, e graças a Deus deu tudo certo. E quando a gente *tava* com um ano e três meses de relacionamento, mais ou menos, a gente foi morar no nosso cantinho que é o nosso apartamento. Então a gente divide o financiamento do apartamento, a gente divide água, luz, o financiamento do carro. E dívidas pessoais, como cartão de crédito, cada uma paga a sua, mas toda a responsabilidade de um lar, como comida, energia, água, a moradia, transporte tudo é dividido (MILENA, 2019)

Ouvindo atentamente a companheira e concordando com a narrativa de Milena, Joana decidiu adicionar ao relato:

Quanto aos afazeres domésticos, só eu sei cozinhar então só eu cozinho. Aí geralmente eu faço a comida no fim de semana. Eu trabalho de terça a sábado e domingo e segunda eu *tô* em casa então eu organizo a questão de comidas e tal. Nós temos uma faxineira que vem uma vez a cada quinze dias. Nós passamos a semana inteira sem conseguir fazer nada em casa porque a nossa rotina é um pouco puxada. Eu saio de casa, nos dias que trabalho fora, às 08:00 e volto *pra* casa às vezes 18:00 ou 19:00 horas e ainda tenho uma prática de atividade física à noite, e por isso é um pouquinho puxado. A gente só consegue manter organizada a cozinha durante a semana que é comida e lavar a roupa, essas coisas. Então a comida sou só eu que faço, a questão de organização das coisas, somos nós duas. Na semana que a faxineira vem ela limpa e a gente passa a semana inteira sem precisar fazer nada. Às vezes passa só uma vassourinha porque como só tem nós duas a gente consegue manter a casa arrumada. No fim de semana que a faxineira não vem, geralmente a minha companheira faz a limpeza e

organização da casa enquanto eu tomo conta da cozinha (JOANA, 2019).

O casal acima, relatou a divisão com as responsabilidades relacionadas ao lar desde o momento que decidiram morar juntas. Como apontaram, o financiamento do apartamento e carro do casal é devidamente dividido, assim como todas as outras despesas referentes a vida em comum. Os afazeres domésticos também são divididos entre o casal, conforme as habilidades que possuem: Joana se responsabiliza pelas refeições; e, Milena cuida da limpeza e organização da casa. No entanto, elas contam com a ajuda de uma diarista em semanas alternadas, e se organizam para manter a casa em ordem ao longo da semana.

Luciana e Camila, igualmente, comentaram sobre o modo como gerenciam a rotina doméstica. Luciana alegou:

Como o trabalho de minha companheira é altamente flexível, ela praticamente cuida da casa. Ela organiza a casa. Ela faz a comida. Ela auxilia as meninas quando chegam da escola. E como eu trabalho em escola, sou professora, meu horário é mais corrido e quando eu chego, geralmente, vou para o computador fazer planejamento e não consigo dar conta das atividades de casa. Então, ela assume os afazeres domésticos, embora eu goste muito de cuidar da casa, mas meu ritmo de trabalho não permite. Então nossa rotina é essa. Eu cozinho o feijão porque ela não sabe cozinhar o feijão, mas ela cozinha as outras coisas e toma conta da casa de maneira mais dedicada pelo tempo que ela consegue ter, graças a flexibilidade de horário que o trabalho dela permite, sabe? As despesas são compartilhadas, mas as atividades diárias ficam mais com ela mesmo. Eu percebo que conseguimos manter um certo equilíbrio assim, sabe? Porque eu ajudo quando posso e ela, já que tem mais condições de tempo, se dedica mais. E assim nós vamos nos organizando de um jeito que funciona *pra gente*, sabe? (LUCIANA, 2020).

Luciana admitiu que embora goste de cuidar da casa, seu trabalho como professora não permite que ela se dedique aos afazeres domésticos como gostaria. Como sua esposa possui uma atividade remunerada com horário mais flexível, consegue se dedicar a casa e as filhas gêmeas de Luciana, quando as

meninas não estão na escola. E assim, conforme Luciana narrou acima, elas administram um acordo que permite certo equilíbrio e tem funcionado para o casal.

Do mesmo modo, Ricardo e Cláudio também se colocaram sobre o tema:

Somos nós dois que arrumamos a casa juntos. Eu chamo sempre uma pessoa *pra* nos ajudar, sabe? Quando a preguiça *tá* grande. Mas a casa somos nós dois juntos que arrumamos. Até porque, isto é um problema na nossa casa, porque as vezes eu digo: “Se botar uma pessoa *pra* ajudar aqui em casa é *pra* nos ajudar. Não é *pra* eu chegar em casa e a casa *tá* toda limpa e toda pronta e eu saber que não foi nem eu nem ele quem arrumou!” Até porque eu tenho umas frescuras, eu tenho uns tiques de mudar isso do lugar, aquela coisa toda. Eu gosto de mudar as coisas de lugar toda vez que a gente arruma a casa (RICARDO, 2019).

Atencioso ao relato do esposo, Cláudio interrompeu para acrescentar: “É verdade, se alguém limpou antes dele, ele vem colocando tudo de novo do mesmo jeitinho que ele quer, na mesma posição. Por isso, estamos sempre juntos na organização da casa” (CLÁUDIO, 2019). Ricardo continuou:

E modéstia parte, nós limpamos muito bem, tudo que vamos fazer juntos, em termos de faxina principalmente, é tudo muito limpo e muito organizado, mas tudo é com nós dois. Não tem esse negócio não de divisão de tarefa, tipo: “Eu faço isso e você vai fazer aquilo”. Não tem isso, a gente faz tudo junto sem obrigação, determinação, sabe? Eu trabalho fora e ele ajuda mamãe. Ele agora está desempregado, mas *tá* fazendo também a pós-graduação dele. A nossa casa é *pra* o final de semana, então a arrumação lá é por nossa conta. Aqui na casa de mamãe a gente precisa de uma pessoa *pra* ajudar mais com a casa. A casa é grande e com mamãe doente é muita coisa *pra* fazer, sabe? (RICARDO, 2019).

O casal acima afirmou que costuma assumir junto todas as tarefas e responsabilidades que a casa demanda. Embora Ricardo afirme que não há uma



divisão fixa para as atividades que assumem, ele garantiu que se encarregam juntos dos afazeres da casa. No entanto, eles passam maior parte do tempo na casa da mãe de Ricardo, que doente e em idade avançada pode contar com o apoio e zelo do casal. Na casa da mãe de Ricardo, eles relataram que contam com a ajuda de mais pessoas para executar as atividades que o cuidado do lar demanda.

Dessa sorte, observamos nos casais entrevistados uma divisão aparentemente justa das atividades domésticas. Conforme relataram não existe sobrecarga, mas acordo mútuo e quem tem mais tempo, se dedica mais às atividades domésticas. Essa divisão, acaba por oferecer certo equilíbrio e harmonia no ambiente familiar, segundo os casais entrevistados declararam.

Tais declarações, parecem destoar do que se observa entre as uniões realizadas com pessoas de sexos diferentes. Segundo apontado pelo IBGE, através da pesquisa *Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil*, publicada em 2018, tomando como base de análise os dados coletados em 2016; as informações revelaram uma desigualdade na realização dos afazeres domésticos nos lares de casais heterossexuais. Conforme o IBGE declarou,

No Brasil, em 2016, as mulheres dedicaram aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos cerca de 73% a mais de horas do que os homens (18,1 horas contra 10,5 horas). Ao desagregar por região, verifica-se que a maior desigualdade na distribuição de horas dedicadas a estas atividades está na Região Nordeste, onde as mulheres dedicam cerca de 80% a mais de horas do que os homens, alcançando 19 horas semanais (IBGE, 2018b, p. 3).

Diante do estudo, observamos que as atividades domésticas são realizadas na sua expressa maioria pelas mulheres que se dedicam em torno de 73% a mais de horas do que os homens. Quando verificada por região, observamos que no Nordeste a desigualdade se eleva, demonstrando que as mulheres se dedicam até 80% a mais de horas do que os homens nas atividades domésticas.

Essa divisão desigual das atividades do lar, parece refletir a presença da divisão sexual e dominação masculina nos relacionamentos heterossexuais. Conforme observou Bourdieu (2010a), as relações afetivas constituídas por pessoas de sexos diferentes são fortemente marcadas pelo mito do androcentrismo, responsável por reproduzir socialmente certas práticas sociais como sendo próprias do gênero masculino e outras direcionadas para as mulheres (BOURDIEU, 2010a).

Como fruto de uma divisão sexual de papéis, observamos no Brasil a reprodução das atividades domésticas sob a responsabilidade das mulheres, na maioria dos relacionamentos conjugais heterossexuais (IBGE, 2018b). Nesse sentido, mesmo diante de uma maior participação das mulheres no mercado de trabalho, verificada principalmente no último século, as mulheres continuam dedicando mais tempo aos afazeres e cuidados domésticos do que seus parceiros. Resultando numa sobrecarga garantida através da dupla jornada de trabalho.

Tais resultados, quando comparados com as declarações apresentadas pelos casais entrevistados, demonstram que os cuidados e afazeres domésticos parecem ser atribuídos de forma mais justa entre os casais constituídos por pessoas do mesmo sexo. Visto que, os casais consultados, declararam que as divisões e responsabilidades com o lar ocorrem em comum acordo, baseando-se na igualdade e na busca pela harmonia na relação; práticas não observadas na maioria expressiva das uniões heterossexuais, conforme sugere a pesquisa *Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil (2018)*, do IBGE.

#### **4.7 “A sociedade ainda não está madura e aceitando essa situação”**

Certa vez, em entrevista realizada em 1982, Foucault afirmou: “Um dia, a questão: ‘Você é homossexual?’ Será tão natural quanto a questão: ‘Você é solteiro?’” (FOUCAULT, 2014c, p. 150). Quase quarenta anos depois, grande parcela da sociedade não encara com naturalidade a homossexualidade, tampouco aceitam ou respeitam o casamento igualitário (MENA, 2018). Por essa

razão, o preconceito e discriminação foram temas recorrentes nas entrevistas com os casais entrevistados.

Muitos casais relataram as dificuldades que enfrentaram e ainda enfrentam, principalmente depois de assumirem a relação conjugal, pois embora o casamento seja uma realidade no país, tal fato não foi suficiente para eliminar o preconceito contra a população LGBTQIA+. Dessa forma, neste tópico apresentamos narrativas, decorrentes da vivência cotidiana desses casais. Muitos destes relatos são carregados de sentimentos como angústia, medo e desabafo, mas também esperança e confiança em vislumbrar uma sociedade mais justa e igualitária num futuro próximo.

Carlos, casado com Luís, trabalha como policial militar e confessou que sentiu medo, em algumas situações, de ser hostilizado no ambiente de trabalho. Tinha medo de confessar para alguém sua orientação sexual e essa revelação causar sofrimento e perseguição. Advertido pelo pai, também militar, ele revelou ter se contido e retraído nos primeiros meses de atuação como policial. A narrativa a seguir, revela um pouco de sua experiência no ambiente de trabalho:

Eu vim trabalhar como policial com bastante medo porque o meu pai, já *tava* me orientando que eu tivesse cuidado, que o ramo militar é um ramo machista e preconceituoso então eu vim com essa capa, *né?* Essa proteção. Esse escudo em cima de mim, com o maior medo de todo mundo, de me aproximar de qualquer pessoa no início. Porque as brincadeiras de todo homem geralmente é chamar o outro de *viado*, de bicha, de gay, então tudo por sentido de brincadeira. Eles já começaram: “Ei, *tá* doido *viado?*”. E no meu ambiente de trabalho não era diferente. Só que falavam assim com todo mundo, com héteros, com todo mundo eles falam isso. Então eu analisava muito e pensava: “Meu Deus, eu *tô* no caminho certo? *Tô* com medo! Não vou me revelar *pra* ninguém e não vou dizer pra ninguém a minha sexualidade, coisa e tal”. Depois eu vim percebendo, depois que eu me acostumei e que as pessoas se acostumaram comigo no meu trabalho, eu vi que não, que *tava* tudo bem. Eu comecei a me sentir mais seguro, fui ganhando o respeito dos meus colegas de trabalho aos poucos. Eu já *tava* numa zona de conforto, sentia que as pessoas me respeitavam (CARLOS, 2019).

Carlos seguiu contando que teve de se afastar do trabalho durante alguns meses, devido um acidente que sofreu, e quando retornou da licença médica estava casado com Luís. Segundo ele descreveu:

Foi quando eu sofri um acidente, meu esposo me ajudou muito nesse tempo do meu acidente. Tanto que os meus pais abriram as portas da casa deles. Falaram que ele podia ir lá, eles adoram meu marido hoje porque eles confiam nele. No meu trabalho também, depois do meu acidente, que eu voltei a trabalhar, eu já voltei com a aliança no dedo de casado. No início eles perguntaram: “*Oxente, casou?*”. E eu expliquei normalmente o que aconteceu na minha vida, que eu casei, que eu fiz uma união estável com meu esposo, que estamos morando juntos, dividimos uma casa que compramos juntos, tal. E hoje eles me respeitam muito, conversam muito comigo sobre isso, entendeu? Aceitam de uma maneira muito positiva. Também, na época, conversei com os superiores do meu trabalho, *né?* Que tem coronéis, major, capitão, tenentes e todos eles, todos os oficiais, *né?* Que são eles que dão ordem *pra* os praças, eles já chegaram pra mim e disseram: “Nós não aceitamos nenhum tipo de preconceito nem discriminação com você, com a sua ‘situação’ sexual’, com a sua orientação sexual e qualquer coisa. Qualquer comentário discriminatório que você ouvir aqui dentro do trabalho, você venha falar com a gente porque imediatamente a gente vai estar transferindo essa pessoa para outro batalhão porque neste batalhão, não existe discriminação, principalmente com você que é um profissional excelente, que faz seu trabalho com excelência”, coisa e tal (CARLOS, 2019).

Como exposto no relato acima, Carlos revelou com alegria que se surpreendeu com a aceitação positiva dos colegas de trabalho, e continuou:

Então foi um momento chave, foi um momento importantíssimo *pra* mim, tanto de aceitação de meu pai e da minha mãe em aceitar meu esposo lá na minha casa. Minha mãe que também já passou a vir *pra* nossa casa, foi um dia maravilhoso, sabe? No dia que eu contei pra o meu pai, que eu disse sim, foi um dia maravilhoso *pra* mim. Como também o dia que os meus superiores falaram isso *pra* mim, foi um dia maravilhoso. Teve um dia que uma mulher, que não girava bem da cabeça, no meu trabalho, chegou e me fez uma pergunta indiscreta na frente de todo mundo sobre a minha sexualidade. O major, imediatamente

e educadamente chamou a mulher, colocou ela *pra* fora do recinto e disse que ela nunca mais fosse lá de novo. E eu me senti muito protegido, muito feliz nesse momento (CARLOS, 2019).

Carlos iniciou o debate sobre o tema afirmando que sentiu medo e insegurança em trabalhar no Batalhão da Polícia Militar, ambiente popularmente marcado pela virilidade, masculinidade e robustez. Ele inclusive foi advertido pelo pai, também militar, a ter prudência e discrição no local de trabalho, como relatado anteriormente.

Anos mais tarde, o pai de Carlos aceitou e passou a respeitar sua orientação sexual, bem como as escolhas que ele tomou para a vida, mas tinha medo da reação de outras pessoas. Não queria que o filho fosse rejeitado, maltratado ou perseguido por conta de sua orientação sexual. Segundo Carlos, seu pai temia que ele fosse intimidado ou sofresse preconceito no ambiente de trabalho, principalmente. Para Carlos, a aceitação e receptividade da família foi essencial para que ele se sentisse seguro e determinado a casar com Luís. Conforme relatou:

(...) quando eu falei em casamento mesmo e união estável minha mãe ficou meio receosa pelo preconceito que eu poderia sofrer. Não era porque eles estavam mal por mim. Não. Tudo isso já tinha passado, graças a Deus. É porque eles estavam com medo de alguma represália. Com medo do pessoal do meu trabalho ou dos meus vizinhos ou de alguma coisa de ruim acontecer comigo, entendeu? Ela teve medo por mim, mas ela aceitou numa boa. Acho maravilhoso. Disse que eu fosse muito feliz. Hoje em dia, ela trata o meu esposo como genro, entendeu? Faz carinho nele chamando de genro, eu acho lindo essas coisas. O meu pai é um pouco mais casca grossa, mas ele respeita muito, entendeu? Com o tempo ele passou a entender e aceitar melhor. A preocupação deles é só o medo que eles têm da gente sofrer preconceito, sabe? (CARLOS, 2019).

A aceitação da família de Carlos foi crucial para concretizar uma convivência harmoniosa entre eles. No entanto, Carlos sabia que longe de casa poderia não se sentir seguro nem respeitado. Através do conselho do pai, Carlos

confessou que buscou se comportar de maneira cautelosa e respeitosa com os colegas de trabalho, naquele ambiente ainda novo para ele. Segundo Carlos narrou, ele conquistou o respeito e admiração dos colegas de trabalho e, apenas num momento posterior, quando ele considerou oportuno, falou sobre seu casamento e orientação sexual. Conforme ele avaliou:

O meu trabalho é bem machista, bem másculo, tu sabe, *né?* Polícia Militar. Só que eu quebrei a casa grossa de muitos meninos que se diziam preconceituosos com homossexuais, que achavam que todos homossexuais eram do mesmo jeito, disso daquilo. Só que dentro da homossexualidade existem várias, digamos assim, vários quadrados, *né?* Onde cada um fica no seu quadradinho, todo tipo de estereótipo, todo tipo de gente, *né?* Então, o homossexual, ele não pode. O homoafetivo não pode ser moldado por uma figura só. O homossexual, na verdade, não tem digamos uma cara própria, ele tem várias faces, entendeu? Não que um tenha várias faces, mas um tem essa face, outro tem essa face, o outro tem esse jeito, entendeu? Então varia de ser pra ser o jeito de ser homossexual. E os meus colegas de trabalho achavam que todo homossexual é afetado, afeminado, coisa do tipo. Como se o gay não pudesse ser PM. Então eu já demonstrei seriedade, respeito. E as minhas atitudes foram exigindo respeito da parte deles também, sabe? E se eu fosse afeminado exigiria respeito da mesma forma, porque eu sou um cidadão que merece respeito. Passei num concurso público e sou tão capaz quanto qualquer um ali dentro, entende? (CARLOS, 2019).

A declaração de Carlos, seguiu dando continuidade aquilo que ele veio afirmando durante a entrevista: necessidade da prevalência do respeito. Ele revelou que percebe que trabalha num ambiente machista, mas se sente confortável e respeitado. Ele acredita que o tratamento recebido está relacionado a sua postura dentro da corporação, conforme relatou em diversas passagens. E, embora no início sentisse medo, hoje se sente mais confortável no trabalho. Conforme declarou:

Hoje em dia eu sou mais confortável e confiante *pra falar pra* todo mundo que eu sou casado, tanto que eu ando com uma aliança. Todos acreditam sempre, quando não me conhecem,

perguntam sobre minha esposa. Perguntam a quanto tempo eu sou casado. Como é o nome da minha esposa e coisa e tal. E aí, na maior tranquilidade, eu falo que na verdade eu sou casado, que meu casamento é homoafetivo, sou casado com meu esposo, que é um homem. E as pessoas, às vezes, recebem isso com um impacto, *né!* Porque não esperavam, pois quando não me conhecem, elas veem e percebem que eu não tenho, digamos, trejeitos afeminados que muitos homossexuais têm. Então as pessoas ficam achando que eu sou casado com uma mulher. Eles têm esse primeiro impacto, mas depois, geralmente, levam com maturidade. Em outros momentos, no trabalho. No início, eu tive um pouco de desconforto *pra* falar que eu casei, que eu *tava* casado, que eu *tava* namorando e que depois eu casei. Mas hoje em dia, todo mundo que pergunta eu digo que sou casado e que sou casado com uma pessoa do mesmo sexo e levo na maior tranquilidade e naturalidade, sabe? Quem achar ruim, *pra* mim não me interessa, mas pelo menos eu digo mesmo e pronto. Doa a quem doer. Só que hoje eu digo porque sinto que sou respeitado e que as pessoas lá dentro me respeitam, mas se eu não sentisse segurança eu não ia falar que era casado com outro homem. Porque eu sei que tem gente ruim, violenta e tal. Se eu não sentisse segurança, não ia falar nada e ia viver com medo lá dentro (CARLOS, 2019).

Embora se sinta à vontade para falar sobre sua orientação sexual e dizer que é casado, Carlos seguiu a entrevista revelando que prefere ser discreto e só falar sobre o tema quando sente que está num ambiente seguro:

Eu me sinto à vontade, mas não falo isso pra todo mundo, a não ser que o contexto peça e que o assunto exija isso. E dependendo do círculo eu também não posso ser hipócrita em dizer que eu sou confortável em falar. Dependendo do círculo, principalmente, num lugar que eu não conheço a maioria das pessoas eu não vou me abrindo, eu não sei o que tem no coração das pessoas e não sei o que elas são capazes de fazer. Também não gosto de ser tratado com indiferença por causa da minha sexualidade. Então, dependendo também do grupo que eu esteja e que estejamos tratando sobre isso. Por exemplo, na minha sala de aula que estudo Direito, a gente fala muito sobre família. Então existe todo tipo de assunto. Em nenhum momento, eu uso exemplos da minha vida, exemplos do meu casamento porque eu não me sinto, nessa situação, confortável perante a minha turma *pra* falar sobre minha vida. Tem pessoas que eu

não me dou bem. Tem pessoas que eu não sei de onde vem nem *pra* onde vão. Então eu prefiro manter essa discrição. Não que possam me prejudicar ou fazer alguma diferença *pra* mim o que eles pensam, mas eu gosto de discrição. E *pra* evitar qualquer tipo de preconceito e discriminação eu prefiro não falar *pra* qualquer pessoa que sou casado. Eu sei que infelizmente as pessoas ainda são muito preconceituosas e violentas contra pessoas como nós, como eu e meu esposo (CARLOS, 2019).

Carlos, seguiu apontando que já passou por situações constrangedoras e preconceituosas:

Já fomos hostilizados. De forma física e violentamente, não. Mas com piadinhas, sim! No meu trabalho. No início, quando eu falava que era casado com um homem, por mais que eles estivessem brincando com aquilo e que *pra* eles não era preconceito, como se *pra* eles era uma coisa normal, eu sentia que não era bem assim. Um ou outro brincavam de uma maneira pesada comigo, meio que levando a me deixar um pouco constrangido, entendeu? Então eu mudo minha feição, eles entendem que eu não gostei e mudam o assunto e o teor da brincadeira. Já me afastei de algumas pessoas do meu trabalho por causa de certas piadinhas comigo e sobre o meu relacionamento. Já fui hostilizado com brincadeiras que ficam me ferindo. Eu não gosto desse tipo de situação. Então já fomos sim hostilizados e procuro evitar ser hostilizado sendo discreto. Comecei a ter mais discrição com estes assuntos justamente *pra* evitar certas situações constrangedoras, entende? (CARLOS, 2019).

Luís, esposo de Carlos, deu continuidade ao tema e expressiu sua opinião, em sintonia com a narrativa do companheiro:

A sociedade ainda não está madura e aceitando essa situação. Por mais que a gente saia em lugares públicos como o shopping, cinemas, museus. Então, sempre tem um casal homoafetivo de mãos dadas, trocando beijinhos ou alguns abraços. A gente sempre vê isso e as pessoas não falam nada, mas percebemos *em off* que as pessoas não gostam. Como eu e meu esposo somos muito discretos, nós percebemos que as pessoas ao redor desses casais, que demonstram publicamente carinho e



afetividade. Percebemos que as pessoas ficam comentando alguma coisa entre elas, sabe? Inclusive, meu esposo já discutiu com uma pessoa porque a pessoa estava olhando *pra* um casal de namoradas e depois que elas saíram, a pessoa foi e fez um comentário preconceituoso justamente com ele, achando que ele era heterossexual e homofóbico. Então, ele comentou com a pessoa errada porque meu esposo disse muitas coisas *pra* essa pessoa que era religiosa, pela forma como estava vestida (LUÍS, 2019).

Luís indicou, com o relato acima, que percebe a existência de um preconceito que é, muitas vezes, velado e discreto; e revela-se em olhares e comentários alheios, como no episódio relatado. Nesse sentido, Carlos seguiu afirmando que a sociedade ainda não aceita nem respeita a homossexualidade e o casamento entre pessoas do mesmo sexo:

Então, é isso: A sociedade não está preparada! Por mais que existam muitas pessoas inteligentes e sábias que encaram isso com a maior naturalidade possível. Nós temos um círculo de amigos muito grande, que aceitam isso com naturalidade, entendeu? Mas a sociedade ainda não está pronta *pra* isso. Por isso eu acho importante falar sobre isso. Fazer pesquisas e evidenciar pessoas como nós. Inclusive temos amigos também que tem filhos com tendências homossexuais. No início, foi uma luta, foi um desgosto *pra* elas. E depois que essas pessoas nos conheceram e passaram a conversar com a gente, elas perceberam que a filha delas é normal. Que ela vai dar todo apoio, carinho e atenção *pra* essa filha porque ela percebeu que a filha dela é normal. A questão da sexualidade da filha dela não condiz a ela, mas somente a filha dela. Então, ela não pode distratar nem querer que a filha dela goste de homem, goste do sexo oposto à força. Mas aí aconteceu o seguinte: mesmo ela tendo amigos gays e gostando deles, que no caso sou eu e meu marido, ela não aceitava que a filha dela fosse gay também. Então, eu fico me perguntando: “Que sociedade é essa? ”; “Que amigos são esses que diz que gostam da gente, mas não apoia o homossexual dentro da casa deles, do sangue deles? ”; “Que não apoia o casamento homoafetivo, a adoção de crianças por casais homoafetivos, *né?* ” É uma contradição. É uma coisa muito chocante infelizmente (CARLOS, 2019).

Carlos, utilizou o exemplo acima para afirmar que a sociedade ainda não está preparada para aceitar com naturalidade o casamento homoafetivo e adoção de crianças por estes casais - embora seja uma realidade no país - ou até mesmo a homossexualidade. Conforme analisaram, as pessoas são muitas vezes hipócritas, pois são capazes de estabelecer uma relação de amizade com uma pessoa homossexual, mas não aceitam conviver com esta questão dentro de suas casas, como expresso no desabafo acima. E, para continuar exemplificando as formas de preconceito que observa, voltou a citar a sua experiência no ambiente de trabalho:

Olha, a gente sente sim que existe preconceito. No meu trabalho mesmo. Eles respeitam porque tem que respeitar. Porque eu sou um profissional. Perante a lei eu tenho os meus direitos, a minha dignidade, mereço respeito, mas com as brincadeiras deles, eles me machucam às vezes, entendeu? Então, existe preconceito, sim! No trabalho eu nunca senti preconceito diretamente pelo fato de ser gay e casado com um homem, mas as piadinhas que já soltaram *pra* mim é uma forma de preconceito, *né?* Ou de terem me excluído de algum tipo de trabalho por isso, eu ainda não passei por isso. Eu passei por todo o treinamento militar, por tudo o que os héteros passaram eu também passei no treinamento. Então, eu nunca me senti colocado de lado, digamos, ou terem me afastado de uma missão por causa da minha sexualidade, isso nunca aconteceu. Mas a gente sente preconceito, sim. Pelo fato de eu ser casado, por mais que eles aceitem vem uma piadinha logo após. Tem uns risos sem graça. Sinto de forma indireta, sabe? Que na verdade nem é tão indireto assim, *né?* São poucos os que aceitam como se fosse algo natural. Não são todos, mas uma minoria, entendeu? A maioria aceita com brincadeira, com isso ou com aquilo. A nossa sociedade ainda não está pronta *pra* receber a homoafetividade como coisa cotidiana, natural, como uma coisa normal, mas graças a Deus a constituição aprovou e tá tudo certinho, *né?* Graças a Deus. E aí, eu acho, que eles com um tempo vão aprender sim. Espero que tudo isso passe um dia e que a sociedade mude *pra* melhor (CARLOS, 2019).

Apesar de reconhecer, através de sua experiência, que o preconceito se faz presente na sociedade, Carlos confessou sentir esperança que a sociedade

se transforme e passe a respeitar a homossexualidade e o casamento entre pessoas do mesmo sexo.

Sobre o mesmo tema, o casal Milena e Joana também expressaram sua opinião. Elas confessaram que a reação dos amigos e da família foi receptiva, pois como eram amigas de longas datas e haviam participado de vários eventos familiares na casa uma da outra, os pais de ambas aceitaram a relação de bom grado. No entanto, revelaram que até chegar a esse ponto passaram por situações frustrantes e constrangedoras, envolvendo atitudes que revelaram a não aceitação dos pais e a própria não aceitação de sua orientação sexual. Como revelou Joana:

Na verdade, a reação dos amigos e da família foi super de boa quanto ao nosso relacionamento. Principalmente porque meus pais já a conheciam. Porque a gente tem uma vida inteira que se conhece, sabe? Tipo, a gente, quando eu a conheci ela era muito amiga minha. Então, ela partilhava dos meus momentos familiares. Ela era do meu círculo de amigos, ia muito na minha casa. Então tinha todo esse afeto, todo esse conhecimento dela. Todo mundo a conhecia e já era uma história antiga. Da mesma forma, eu me sentia na casa dela e com os pais dela. As pessoas não sabiam que a gente já tinha tido contato a mais do que só a amizade, mas sabiam da nossa vivência, então foi muito de boa. Até porque, quando eu decidi. Na verdade, nós decidimos ter um relacionamento, começar a namorar, meus pais já sabiam da minha orientação sexual. Então foi tranquilo. Então, com esse meu relacionamento atual foi tranquilo, mas ter se descoberto, ter se aceitado e ter exposto *pras* pessoas a minha orientação sexual logo quando eu a descobri não foi legal, foi bem intenso, eu sofri muito psicologicamente. Eu não compreendia o que acontecia comigo. Me achava diferente. Eu fui meio que rejeitada pelo meu pai, ouve toda uma questão assim, sabe? Mas hoje, graças a Deus, com o relacionamento que eu tenho foi tudo muito tranquilo (JOANA, 2019).

Embora Joana tenha declarado que a aceitação da família e dos amigos foi positiva, Milena revelou que existem momentos nos quais ela e a esposa sentem que são respeitadas, mas em outras ocasiões sentem que são hostilizadas, principalmente quando algumas atitudes e gestos são emitidos em referência às duas, como no trecho do relato já citado anteriormente: “Aquele

piscar de olho, aquele cutucão no outro quando vê nós duas passando pela rua de mãos dadas ou quando alguém sabe da nossa união” (MILENA, 2019). Milena confessou sentir que algumas pessoas possuem dificuldade de enxergarem-nas como um casal, pois percebe através dos comportamentos dessas que não são bem aceitas. Ela analisou: “parece ser uma coisa estranha, uma coisa que não é normal, sabe?” (MILENA, 2019).

Concordando com a esposa, Joana complementou:

O preconceito é muito frequente. Principalmente no que diz respeito: assim, a gente *tá* numa praça pública e se nós duas nos beijarmos, por exemplo, ou tiver alguma demonstração de carinho há certos olhares, sabe? Há um puxado no braço de uma criança que *tá* perto *pra* não olhar, *pra* não ver. Mas quando tem um casal heterossexual que *tá* sentado num banco da praça, com cenas até obscenas juntos, a gente vê que não incomoda as pessoas. Então não é o que as pessoas estão fazendo, mas quem está fazendo que incomoda as pessoas. É um pouco difícil! Como nós duas nos aceitamos muito, acaba sendo bem mais tranquilo, mas isso, às vezes, impede as pessoas de ter um relacionamento. Isso impede as pessoas de se aceitarem, de se respeitarem, de expor e colocar *pra* fora o que são e o que sentem. Ao nosso redor, tem muitas pessoas que são gays e não assumem que são justamente por isso. Não assumem nem *pra* si mesmo (JOANA, 2019).

Joana afirmou que o preconceito existente na sociedade impede que muitas pessoas homossexuais assumam sua orientação sexual, inclusive para si mesmas. O preconceito, de acordo com o que revelou, incomoda e impede que outras pessoas exponham o que sentem e quem realmente são. Joana afirmou que passa por certas situações constrangedoras de modo tranquilo, mas compreende que muitas pessoas se sentem coagidas e inseguras, preferindo não resistir e enfrentar a sociedade.

Milena continuou, sobre o mesmo tema:

A gente aprende a lidar um pouco com isso, sabe? É saber que vai ter um dia em que a gente vai sair e que a gente vai enfrentar

uma sociedade inteira *pra* nos apontar o dedo. E vai ter dia que nós vamos sair e vai ter uma pessoa que vai nos elogiar, como já nos elogiaram. É saber que numa hora pode *tá* tudo de boa, mas em outra hora pode não estar tudo de boa. E que tem dias que as atitudes preconceituosas afetam a gente, mas tem dia que não, que a gente consegue ir de boa. O que a gente faz de verdade é ir contra isso: é erguer a cabeça e não dar muitos ouvidos, sabe? É ter coragem, na verdade, a palavra certa é ter coragem. É o que a gente pode fazer *pra* enfrentar esse preconceito, é a coragem, de verdade (MILENA, 2019).

Como exposto acima, Milena assumiu que teve que aprender a lidar com atitudes positivas e negativas. Segundo ela, mesmo sabendo que o preconceito está arraigado na sociedade e que muitos comportamentos e expressões preconceituosas precisam ser superadas, há dias em que ela se sente afetada, atingida e magoada. No entanto, ela reconhece que a única forma de enfrentar os desafios diários é resistindo. É preciso, como ela declarou, “ter coragem”. A coragem funciona como o motor que impulsiona sua vivência, para ela, seria a fórmula para combater o preconceito.

O tema do preconceito e a forma como lidam com essa realidade similarmente foi registrado na entrevista realizada com o casal Luciana e Camila. Luciana afirmou que a reação dos amigos e familiares, no geral, foi positiva. No entanto, apontou que enfrenta diariamente o preconceito de sua mãe que não aceita sua relação, tampouco sua orientação sexual. Neste sentido, ela relatou:

Sobre a reação dos amigos, eu me surpreendi com algumas amigas minhas que eu achei que iam até se afastar ou deixar de falar comigo. Até minha vizinha, que eu considero uma irmã, me surpreendeu, foi uma das pessoas que mais me acolheu e me apoiou. Minhas cunhadas, que são seres de luz. Eu costumo dizer que são as irmãs que eu não tive. Meus irmãos são um doce. Meu irmão, na verdade, acho que ele sempre soube. Meu pai é falecido e minha mãe é muito rígida, até hoje não aceita, não acolhe. Em muitas situações, ela me colocou para fora. Não para fora de casa porque eu sempre tive minha autonomia, mas sempre criou situações de briga, de fofoca, de ameaça, de perseguição. Sempre quis se afastar de mim. Confundi a questão religiosa com minha orientação sexual. Ela dizia que eu estava doente e devia procurar Jesus para me curar disso

porque isso é um desvio e a Bíblia não aceita. E, várias outras coisas que se eu for pontuar aqui não termino nunca mais de falar. Irmãos, alguns parentes próximos e meus amigos aceitaram super bem. Agora, minha mãe até hoje ela não me vê com bons olhos. Tivemos até um distanciamento muito grande da nossa relação. É muito difícil lidar com o preconceito, muitas vezes, de pessoas de fora, mas com a rejeição da minha mãe é muito pior. Dói demais, sabe? (LUCIANA, 2020).

Durante a declaração acima, no tocante a não aceitação da mãe, Luciana se emocionou, porém se alegrou ao relatar, minutos depois, como foi acolhida na família da esposa:

A família da minha esposa aceitou de modo diferente. São pessoas do interior, que eu pensei até que o pai fosse um pouco rígido, mas não, me acolheram, como eles gostam de falar, como filha. Sempre que eu vou lá, sou tratada como tal, entendeu? A mãe dela às vezes sai da cama *pra* nós duas dormir na cama dela. É bem curioso. Eu achei fantástica a aceitação deles, já que do meu lado eu não tive, nem nunca tive. Desde a minha juventude que houve sempre esses impasses com minha mãe (LUCIANA, 2020).

Luciana, seguiu refletindo sobre o modo como a sociedade lida com casais homoafetivos e como, ela e a esposa, costumam enfrentar o preconceito. Segundo sua compreensão:

A nossa sociedade é muito hipócrita porque ela tem um discurso de viver em paz, de harmonia, respeitar as diferenças e aceitação, mas na prática há sim preconceito. Há sim o olhar diferente quando você está junto da pessoa, em ambientes públicos, a gente percebe. Mas é algo também que a gente percebe que vem mudando, não sei se é porque nos ambientes que a gente frequenta as pessoas são mais flexíveis. A gente lida com o preconceito se beijando, tiver com vontade de beijar e estiver em público a gente se beija até porque somos um casal, um casal normal, igual outro qualquer. Tentamos lidar com o preconceito dessa forma. Quando são pessoas que eu tenho proximidade, eu converso, chamo *pra* sentar, digo que é preciso ter respeito. Eu não estou invadindo o seu espaço e você não pode invadir o meu. Quando é uma pessoa desconhecida, que eu vejo que vem com ignorância, eu não parto para o embate porque acho que isso é desnecessário energeticamente. E, daqui para que eu explique que consciência não tem gênero, aí vamos entrar numa discussão muito extensa. Então, é isso! A base de

nosso relacionamento é respeito, equilíbrio e tentar compreender uma a outra diariamente. A sociedade até o presente momento, não nos agrediu, nesse sentido. Como eu te falei anteriormente, o único problema que tive foi com a minha família, né? No caso, com minha mãe somente, o restante da família, lidamos com tranquilidade com isso (LUCIANA, 2020).

Segundo Luciana, alguns ambientes parecem ser mais receptivos às pessoas e casais homoafetivos. No entanto, no geral, ela afirmou que considera a sociedade hipócrita, pois no discurso se afirma o respeito à diversidade, porém na prática o que se observa é o preconceito sutil e velado, mas também ostensivo, em muitas ocasiões. Contudo, ela declarou que enfrenta os olhares preconceituosos com demonstrações de carinho e afeto pela esposa. Tais atitudes de carinho não manifestam intimidação, pelo contrário, representa uma forma de resistência.

O casal Marcelo e Sebastião, do mesmo modo se pronunciaram a respeito do tema. Para este casal, a discriminação partiu, muitas vezes, dos amigos e pessoas próximas de ambos, conforme Marcelo relatou:

Muitos amigos se afastaram de mim porque eu era uma pessoa assim, bem espontânea. Saía com muita gente *pra* balada, mas depois que eu disse assim: “tô casado!”, muita gente nos recriminou. Eu disse: “Não! Eu escolhi ele *pra* ficar comigo, se vocês estão se afastando de mim é porque não são meus amigos”. Ele (se referiu ao seu companheiro) não tinha amizade, só tinha amizades falsas. Porque ele servia lá na Igreja, e só queriam ele para servir à Igreja. Depois que ele parou de servir lá, de ajudar na comunidade, todo mundo virou as costas *pra* ele. Eu disse: “Estão mostrando quem são seus amigos agora!”. Todo mundo virou as costas *pra* ele. Significa que as pessoas só queriam ser amigo dele enquanto ele servia na Igreja e ninguém sabia de sua orientação. Depois que ele assumiu, as pessoas viraram as costas para ele. Ele não se sentiu bem depois disso e parou de ir *pra* Igreja (MARCELO, 2020).

De acordo com Marcelo, os amigos se afastaram depois do seu casamento com Sebastião; enquanto seu esposo foi rejeitado pelas pessoas da Igreja que frequentava, assim que sua orientação sexual foi revelada. No

entanto, o casal encontrou apoio e assistência através da família de Marcelo, conforme declarou:

Minha família sempre me apoiou. Logo no início teve uns irmãos meus que não me apoiaram e que não gostavam, mas hoje *tá* tudo bem. Só que eu sou o seguinte, eu sou daquele tipo que vive minha vida. Quem não gostar do que eu *tô* fazendo que se dane. Eu sou desse jeito: gostou de mim e me apoiou, tudo bem. Eu sou uma ótima pessoa, mas se dizem: “Olha isso aí *tá* errado”, eu estando certo, eu gostando de fazer aquilo, sem eu *tá* magoando nem desrespeitando ninguém. Se a pessoa disser: “Não, isso *tá* errado!” Eu digo: “Que se danem! Eu sou desse jeito. Minha mãe de vez em quando fala: “Cuidado, sinceridade demais às vezes atrapalha”. Eu digo: “Não! É melhor a pessoa ser verdadeiro do que ser falso”. Tem umas pessoas que ficam com preconceito, eu sei que é preconceito, mas é como eu já falei: “Se não gostou que se dane, o problema é seu”. A maioria das pessoas nos aceitam e respeitam como um casal, as que não aceitam não *tô* nem aí” (MARCELO, 2020).

Segundo a narrativa acima, Marcelo pontuou que se sentiu acolhido pela sua família e não se incomoda com a rejeição das outras pessoas, pois consegue enfrentar relativamente bem o preconceito. No entanto, ele afirmou que já passou por situações homofóbicas e admite que, ele e o esposo, evitam demonstrar sentimentos ou atitudes de carinho em público com medo da reação das pessoas. Dessa forma, Sebastião, em concordância com o esposo, acrescentou:

Antes eu nunca gostei de mostrar para a sociedade quem eu sou não. Sou discreto, mas só que é o seguinte: Às vezes, assim, a gente *tava* no ônibus, ele *tava* sentado do meu lado e eu sempre botava a mão na perna dele e ele na minha. Mas, por pedido da minha mãe, uma vez ela disse: “Não mostre muito não quem você é porque gera muito preconceito”. Eu pensei: “É, eu vou respeitar minha mãe!”. Aí a gente parou com isso, e quanto ao restante das coisas eu não ligo não. Mas já passamos por uma situação de preconceito com uns carinhas que cercaram a gente na rua e nos xingaram, ameaçaram nos bater e nos empurraram. Lembro que a gente correu e gritou. Ficamos muito assustados e depois disso a gente evita fazer carinho em ambientes que não



conhecemos, ou perto de pessoas que a gente não se sente seguro (SEBASTIÃO, 2020).

Atento a exposição de Sebastião, Marcelo complementou:

Eu acho que esse negócio de preconceito é coisa de gente mal resolvida. É sério! *Pra* mim, um homem ver dois homens juntos e dizer coisas e falar mal, é um cara mal resolvido, que gosta de homens e não quer aceitar. Não quer assumir que gosta (MARCELO, 2020).

Marcelo e o esposo confessaram, como exposto acima, que percebem e sentem o preconceito. Eles afirmaram não se incomodar com as opiniões alheias, mas preferem ser discretos, a fim de evitar situações adversas.

Roberto e Luan, refletiram sobre o tema do preconceito e, da mesma forma que os demais casais, também opinaram. Luan, iniciou sua reflexão apresentando:

Eu acho que na verdade essa questão do preconceito, ela vai muito da cabeça da própria pessoa também. Então se você *tá* naquela fase de *tá* escondidinho no armário. De dar muita satisfação, de ter muito medo do que o povo vai pensar, então a sua 'carrada' de preconceito nas costas é muito maior, entendeu? O preconceito que você sofre é muito maior. Então eu, como eu disse, tenho 38 anos, já passei por tudo o que eu tinha de passar. Não me preocupo com a opinião das pessoas. Lógico que eu não vou *tá* demonstrando. É triste a gente não poder demonstrar afeto e tudo mais. Mas isso daí é aquela parte: "todo bônus tem o ônus". Então isso é o de menos. A gente não precisa *tá* se agarrando. A gente não precisa *tá* se beijando, nem andando de mãos dadas. Essas coisas do tipo. E, se por ventura, qualquer coisa que eu ouvir ou vier a me incomodar, eu não vou revidar, não vou atrás de saber não. Eu vivo minha vida, não escondo, mas também não boto na minha testa, sabe? Porque eu acho que não tem necessidade. Você é hétero, sua irmã é hétero e vocês não vivem dizendo por aí que tem um namorado ou que tem um marido e tudo mais, não. Assim como nós também. Agora, se caso vierem perguntar. Tranquilo, sem problema nenhum. Então, eu encaro o preconceito muito por

uma questão individual, sabe. Vai muito do modo como você encara tudo isso. Então eu não acho que tenha sofrido preconceito ou que sofra preconceito. Porque, na verdade, eu não me importo com isso mais. Na minha família, a única pessoa que eu devia satisfação era minha mãe, ela me apoia. O resto, tá lá naquela coisa, né? Cada um na sua (LUAN, 2019).

Luan afirmou que compreende o preconceito de modo peculiar, para ele, tudo depende de como a pessoa que foi ofendida vai se sentir com a rejeição. Ele apontou que imagina que para algumas pessoas, como aquelas que ainda não assumiram sua orientação sexual, por exemplo, o preconceito deve ter um efeito mais doloroso; porque imagina que essas pessoas sentem muito mais o peso da rejeição e do desprezo. Assim, embora afirme que hoje não se preocupe mais com as opiniões alheias, Luan declarou que se mantém discreto com o esposo, evitando demonstrações de afeto em público ou em ambientes que não se sentem seguros, a fim de evitar situações desagradáveis. E continuou:

A família vê e deve comentar entre eles lá, mas nada diretamente *pra* nós. E aí *tá* tudo bem, sabe? E, acho que é assim que tem que ser. Não espero aprovação de ninguém. Quero ser respeitado. Quando você dá munição *pra* esse tipo de problema, *pra* o preconceito, aí você vai sofrer cada vez mais. Se você não der munição, viver sua vida, se impondo respeito, principalmente. O que vale na verdade é como você se comporta e é como pessoa. Sua postura. Seu caráter. Isso diz muito, diz muito mais do que saber sobre com quem você dorme, com quem você deita e quem você ama (LUAN, 2019).

Roberto, atento a narrativa do esposo, resolveu acrescentar:

Sabemos que tem muita gente que diz, que apoia e até pessoas que faz parte da nossa família ou colegas, mas não somos neuróticos com a opinião alheia, apreendemos a viver em voz alta e somos felizes. Tem coisas que só o amor constrói (ROBERTO, 2019).

Segundo Roberto, pouco importa a opinião das pessoas. Ele afirma saber que há pessoas que o apoia e outras não, mas procura não se prender as opiniões alheias e prefere ‘viver em voz alta e ser feliz’.

Do mesmo modo, o casal Ricardo e Cláudio refletiram e expressaram sua opinião sobre o modo como observam e enfrentam o preconceito. Conforme avaliaram, hoje se sentem mais confortáveis na cidade em que residem, pois consideram que conquistaram o respeito e empatia das pessoas. Embora tenham enfrentado situações desconcertantes no início do relacionamento, como veremos mais à frente. Neste sentido, Ricardo pontuou:

Hoje, não sentimos que existe tanto preconceito, sabe? Porque, graças a Deus, Princesa nos tem um respeito grande. Até porque eu não preciso provar. Nós não precisamos provar a ninguém que somos um casal homoafetivo, certo? Pronto, moro numa cidade interiorana, viajo ou vou *pra* uma festa como agora a de dezembro, eu não vou dançar com meu esposo ou deixar de dançar com ele por questão de uma sociedade. Eu não vou dizer assim: “*Peraí*, eu vou dançar com meu esposo *pra* chocar, *pra* chamar atenção agora do povo. *Pra* dizer *pra* todos que estamos aqui e somos um casal”. Ou pensar: “Eu não vou agora dançar com ele porque o povo *tá* me olhando. Não!”. Danço com meu esposo quando eu gosto daquela música que me lembra alguma coisa. Aí digo: “Amor, vamos dançar!”. Ou então também quando ele chama: “Vamos dançar?”. Aí, Dançamos! Ou, às vezes, se sentir a necessidade de passar numa multidão pegado na mão, mas não se for *pra* chocar! A gente faz isso bem natural, bem naturalmente. Não fazemos *pra* chamar atenção. Tem casal que faz *pra* chamar atenção, *pra* dizer: “Olhe *pra* nós, estamos aqui”. Não fazemos por isso. Nos comportamos como um casal qualquer, mas só demonstramos algo quando a situação pede e fazemos de forma respeitosa e espontânea, *pras* pessoas verem e nos respeitarem como um casal qualquer, entende? Até porque não precisamos disso e hoje já existe um respeito para comigo e meu esposo. Porque eu já vejo, e eu noto a diferença com outros casais porque aqui tem outro casal também já casado, mas não tem esse mesmo respeito. As pessoas nos respeitam porque exigimos respeito. Somos pessoas discretas. Trabalhamos, estudamos, temos nossa vida como qualquer pessoa. A dimensão da sexualidade não deveria dizer respeito a ninguém, além de nós dois, né? (RICARDO, 2019).

Como exposto acima, Ricardo atribuiu a discrição do casal como o fator responsável pelo respeito que conquistaram das pessoas a sua volta. Eles seguiram afirmando como foi a reação e aceitação da família de ambos desde que assumiram publicamente a relação e quando, posteriormente, resolveram casar. Nesse ponto da entrevista, Cláudio decidiu acrescentar:

A família dele (se referiu ao esposo) nesse ponto - acho que por ser uma família mais conceituada e, vamos dizer, umas pessoas com mais formação, não desmerecendo a minha família, mas de uma formação e de estudo melhor - sempre soube levar melhor essa questão nossa e aceitar essa posição dele de homossexual, e depois de nos apoiar e aceitar o nosso casamento (CLÁUDIO, 2019).

Cláudio, declarou que a família do esposo aceitou melhor a relação dos dois, enquanto ele enfrentou algumas dificuldades com a própria família, em especial com sua avó, responsável por sua criação. Desta sorte, ele seguiu seu relato:

Eu mesmo senti muito até porque quando ele me assumiu, decidi ficar comigo e a gente foi logo casar, morar junto, eu era um adolescente, né? Eu tinha 14 anos, estava fazendo 15, mas sabia o que queria independente da minha idade e sempre soube. A gente quando chega numa fase, numa idade já sabe o que quer. Essa coisa de homossexual é uma coisa que já vem e não algo que vai se desenvolver ao longo do tempo. A gente já vem com essa coisa dentro da gente. Esse desejo. Essa vontade. Meu esposo já era assumido, né? Já tinha uma história e tudo mais, e já tinha filho, já tinha uma história. Eu quando me assumi, meus amigos de adolescência todos se afastaram. *Pra* mim foi mais difícil porque foi algo novo com esse embate tanto com os meus amigos que se afastaram de mim, principalmente. Porque aqui é uma cidade pequena, e com minha família foi um embate muito grande, foi muito maior. Na verdade, tivemos problemas com minha família e com a dele, só que eu acho que com a minha foi maior; porque ele já era assumido *pra* família dele e já tinha certa idade e já tinha mais maturidade, e eu não. Eu tive que enfrentar a minha família, a sociedade e

a minha vó, e eu tive que me impor a minha vó *pra* ela saber que era realmente o que eu queria. Até porque eu era de menor e dependia dela, ela tinha a minha guarda e eu disse a ela: “Vó, eu sou assim! Eu não vou viver *pra* senhora nem a senhora vai viver *pra* mim. Até porque não vou ter a senhora por toda a vida. Não é? Não adianta eu viver com uma mulher, construir uma família e viver só de fachada. Viver infeliz. Eu gosto dele e vamos ficar juntos”. E desde então estamos juntos. Já se passaram 17 anos e seguimos juntos até o dia que Deus quiser (CLÁUDIO, 2019).

De acordo com a declaração de Cláudio, ele foi rejeitado pelos amigos quando sua orientação sexual foi revelada e também enfrentou dificuldades com a família. No entanto, sua avó passou a aceitar melhor sua orientação sexual e seu relacionamento com o esposo com o passar do tempo. Conforme declarou:

Até isso cair na realidade da minha vó isso foi um embate. Até cair a ficha *pra* ela. Depois ela concordou, e hoje ela me aceita e gosta da gente. Então nossa família foi só aquele embate de início *né?* Aquele choque, *né?* Porque quem ama quer bem e as pessoas julgam muito, ficam com leva-e-traz. E a família não quer que ninguém lhe maltrate. Às vezes não é preconceito em si, é querer poupar a gente de ser tachado, maltratado na rua e tudo o mais *né?* (CLÁUDIO, 2019).

Cláudio afirmou que tudo passou. A família de ambos já aceita e respeita o casal. Segundo ele ponderou acima, a maior preocupação de sua avó era com o preconceito que ele poderia sofrer. O entrevistado seguiu declarando que o apoio e aprovação do relacionamento dele com Ricardo, por parte de sua sogra, foi bastante surpreendente, já que o seu sogro enfrentou dificuldades para aceitar o relacionamento do casal. De acordo com o que ele revelou:

E o embate maior de todos foi o do pai dele, com a mãe dele não. Ela tem uma cabeça além do tempo dela, *né?* Ela foi criada por freiras, mas tem uma cabeça muito *pra* frente, sabe? Não sei se porque, como o povo diz: “mãe é alcoviteira”. Mãe protege,

*né!* Ela é protetora, mas ela sempre teve essa proteção em relação a gente. Ela até dizia assim, quando o pai dele começou com aquela pressão, de não querer aceitar e tudo mais, ela dizia assim: “Meus filhos, se vocês quiserem vão pra João Pessoa. Vão passar um tempo lá até vocês se estruturarem e *pra* vocês fazerem a vida de vocês, porque aqui o pai dele não vai deixar vocês serem felizes”. Foi uma felicidade muito grande saber que a gente tinha o apoio dela, sabe? Enquanto tanta gente estava contra, ela não estava (CLÁUDIO, 2019).

O casal seguiu testemunhando o que viveram em sintonia e concordância. Ricardo manifestou sua opinião sobre o preconceito por meio da seguinte reflexão:

A batalha ainda é grande. Grande mesmo. Foi uma conquista, *né?* Um direito adquirido que realmente veio *pra* dar uma força, um olhar novo para essa questão da união homoafetiva, das relações homossexuais e tudo mais. Só que eu acho que ainda falta muito. *Tá* muito longe, principalmente nesse país hipócrita que nós vivemos. Um país cheio de pessoas que gostam muito de julgar. E, assim, os homossexuais, eles ainda têm uma batalha grande, principalmente *pra* quem mora em cidade interiorana num país como o nosso, como é o nosso caso. A gente *tá* vivendo um retrocesso. Uma onda conservadora muito grande e é muito sério. Aí, para você ver, é onde, vale salientar, algumas pessoas entram na onda e se deixam levar por um movimento de preconceito sem entender o contexto, sem analisar as conquistas que já teve. E não perceber tudo o que pode vir pela frente como fruto dessa onda conservadora. E não perceber as consequências desse movimento, desse novo governo que fala abertamente que não gosta de nós homossexuais. Então sinto que é um retrocesso muito grande *pra* gente nesse contexto. A gente avança com direitos, que foram conquistados, mas ainda assim somos maltratados e perseguidos. É muita contradição (RICARDO, 2019).

Ricardo fez um desabafo que torna evidente sua opinião e decepção com o modo como a sociedade comporta-se diante de pessoas homossexuais e casais homoafetivos. Ele afirma que uma onda conservadora tem se espalhado no país. E, segundo ele, tal conservadorismo pode oferecer, como consequências, a rejeição e violência contra pessoas como ele e o esposo.

Ricardo afirma ser contraditório o que observa, pois como é possível conceber que um país que avançou em direitos às pessoas e casais homoafetivos seja, muitas vezes, tão intolerante contra esse público? Como se explica, num país que autoriza legalmente o casamento entre pessoas do mesmo sexo, um número tão alto de crimes homofóbicos?

Ricardo continuou sua reflexão acrescentando:

Hoje eu até digo que nós temos um respeito na nossa sociedade. Nos sentimos muito à vontade *pra* dizermos que somos casados hoje, na nossa cidade. E se viajamos nos sentimos mais à vontade ainda porque não temos o olhar de Princesa, pois lá fora têm pessoas que nem conhece a gente. Hoje, aqui em Princesa, nos olham com outro olhar porque a gente se impôs e fomos construindo isso tudo lentamente e com respeito. Até porque eu acho que a gente tem que saber entrar e sair de qualquer ambiente. Não é porque somos homossexuais que vamos *tá* em todo canto se beijando e se amostrando. Até porque isso é uma questão muito nossa, né? A gente tem que se sentir bem com a gente e com as pessoas ao nosso redor. A gente sabe de nossa intimidade e temos discrição. A gente não precisa *tá* com nossos carinhos, nem andando de mãos dadas na frente de todo mundo. É uma coisa nossa. E nós não gostamos. Mas às vezes a gente *tá* numa festa e quer dançar e se beijar, e as pessoas param e ficam olhando pra gente como se a gente fosse dois monstros, dois bichos. O povo para de dançar e fica olhando *pra* gente. Então ainda choca muito mesmo. E isso é em qualquer lugar que a gente vá: as pessoas param e se chocam muito. Ainda temos uma realidade muito longe de ser alcançada. Nós somos como um relacionamento comum, em que as pessoas se querem bem e se gostam. Independentemente de ser dois homens e duas mulheres ali se beijando, isso é sinal de afeto e de carinho, pois os dois se dão bem e se gostam. As pessoas têm liberdades e precisam ser respeitadas (RICARDO, 2019).

Ricardo seguiu declarando que zela pela discrição e observa que as pessoas de sua cidade aceitam ele e o esposo, mas reconhece que demonstram certo espanto em muitas ocasiões. No entanto, os olhares - que segundo sua interpretação revelam discriminação - dirigidos ao casal são observados em qualquer outro lugar, não apenas em Princesa Isabel, cidade que residem. Como

Ricardo relatou acima, “isso é em qualquer lugar que a gente vá: as pessoas param e se chocam muito” (2019).

Antes de encerrar esse tema, Ricardo resolveu acrescentar a seguinte reflexão:

Hoje tanto a família dele como a minha já aceita. Então, depois de nossa família, não tem aquela conversa: “Depois de você os outros são os outros”? Pois pronto, então *pra* gente é isso: o mais importante é a aceitação de minha família. Eu jamais tive a intenção de magoar a minha família por questão principalmente da minha sexualidade. Então, me incomodava esconder e não dizer nada *pra* eles. Então, todo esse processo foi conversado com um por um dos meus irmãos, com papai eu conversei, com mamãe eu conversei, a mesma coisa meu marido fez. Então hoje, graças a Deus, está tudo bem. Meu filho, como sempre conviveu com a gente, levou numa boa. Agora, ele já sofreu muito preconceito por ter um pai homossexual, ele sofreu muito. É tanto que hoje ele se defende com perguntas como: “Teu pai é gay?”. Hoje ele responde de boa, e diz: “Ele tá ali, vai perguntar a ele e não *pra* mim!”. Ele já sabe se defender. Hoje, ele lida melhor com tudo e sabe se defender e nos defender também (RICARDO, 2019).

Atento ao relato do esposo e concordando com a declaração, Cláudio resolveu adicionar:

Quando começou o bullying e a pressão das pessoas em ficar interrogando, e perguntando, e subjugando o filho do meu esposo, percebi ele se sentindo muito pressionado e muito desmerecido. Ele era um adolescente naquela época, e se afastou de mim porque teve esse embate, *né*? A pressão da cidade e dos amigos com piadinha com ele do tipo: “Eita! Tu tem duas mães?”; “Tu tem dois pais?”; “Teus pais são dois *viadinhos*!”; “Eita! Quem é a mãe dos dois?”. Comentários que as pessoas faziam com ele só *pra* machucar, sabe? Coisas ditas só *pra* diminuir, sabe? Então ele sofria muito e não dizia nada a gente, mas a gente sentia ele se distanciando da gente. Então, a gente chamou ele *pra* junto mesmo, se aproximando e mostrando que ele tinha que se defender. Que a gente se gostava, que eu respeitava o pai dele e que isso tudo é coisa boba que o povo fala. E meu marido sempre falou com ele,



sempre disse *pra* ele do que gostava mesmo. Ele conheceu outro namorado que o pai teve, de outro relacionamento que ele não assumiu. Ele encobriu esse namoro por conta do preconceito das pessoas da cidade, mas o filho dele sabia. Sobre isso ele foi sempre orientado e ele soube levar de uma maneira melhor, mesmo com a pressão dos amiguinhos e piadinhas, mas ele soube levar, *né?* (CLÁUDIO, 2019).

Segundo Cláudio, o seu enteado, mesmo sendo sempre esclarecido pelo pai sobre sua orientação sexual e seu relacionamento, sentiu discriminação e preconceito por parte dos amigos. Na ocasião da entrevista o casal considerou que o pior havia passado, mas reconheceu que o preconceito ainda está arraigado na sociedade. Ambos buscam viver de forma discreta a fim de evitar situações de homofobia. E, embora reconheçam que a cidade onde moram já os aceita enquanto um casal, percebem a existência de um preconceito velado.

Dessa sorte, apresentamos as reflexões dos casais sobre o tema do preconceito e pudemos conhecer seus pontos de vista, reflexões e posicionamentos, baseados em suas experiências pessoais. E, podemos concluir que o preconceito se configura como o principal desafio que estes casais enfrentam diariamente.

Os relatos acima revelam o modo como esses casais enfrentam e lidam com o preconceito diário. Além de todas as dificuldades, comuns a que qualquer forma de relacionamento, os casais homoafetivos enfrentam diariamente diversas formas de preconceito, buscando muitas vezes a discrição como forma de se esquivarem da discriminação.

Segundo as informações coletadas nas entrevistas, podemos afirmar que ser homossexual e assumir um relacionamento afetivo pode desencadear diversas manifestações de preconceito. Sejam elas oriundas da própria família, do ambiente de trabalho, dos amigos ou da sociedade, de forma geral. O círculo de pessoas que lhes são confiáveis, servem de sustentáculo para esses relacionamentos. Além disso, a amizade que cultivam dentro da própria união conjugal se revela como um sustentáculo para esses casais; funcionando como o fator responsável pelo enfrentamento do preconceito, conforme suas declarações.

A luta pela visibilidade de casais homoafetivos possibilitou a percepção de diferentes formas de opressão e preconceito. Sobre tal realidade, Bourdieu já havia chamado atenção quando afirmou, em *Algumas questões sobre o Movimento Gay e Lésbico* – texto anexo à *Dominação Masculina* - que a estigmatização “só aparece de forma realmente declarada quando o movimento reivindica a visibilidade” (BOURDIEU, 2010a, p. 144). Assim, o fato de legalizarem e regulamentarem essas uniões deu visibilidade aos casais homoafetivos, mas não os dispensou do estigma social, como observamos nas narrativas dos casais.

Em sintonia com essa ideia, Toni Reis apontou, em entrevista para a *Carta Capital*: “Nós ‘saímos do armário’ e os conservadores também saíram, mas contra os nossos direitos. Por isso, o embate” (CARTA CAPITAL, 2015b). Deste modo, de acordo com os relatos dos casais entrevistados, e em concordância com a declaração de Toni Reis, assumir um relacionamento homoafetivo, diante de tamanha repressão, representa uma forma de resistência contra às subjetivações impostas pela sociedade.

Em consonância com as narrativas dos casais entrevistados que revelam manifestações de preconceito, Foucault, em entrevista realizada em 1981, já apontou como a luta pelos direitos dos homossexuais - como a conquista do casamento homoafetivo, por exemplo – é constante e não pode ser concluída ou finalizada. Segundo seu posicionamento, tais vitórias, por si só, não extinguiria a discriminação e o preconceito da sociedade contra essas formas de relacionamento. Conforme afirmou:

Do meu ponto de vista, deveríamos considerar a batalha pelos direitos dos gays como um episódio que não poderia representar a etapa final. E por duas razões: inicialmente, porque um direito, em seus efeitos reais, está ainda muito mais ligado a atitudes, a esquemas de comportamento do que a formulações legais. É possível que exista uma discriminação em relação aos homossexuais, embora a lei proíba tais discriminações. É então necessário lutar para dar espaço aos estilos de vida homossexual, às escolhas de vida em que as relações sexuais com pessoas do mesmo sexo sejam importantes (FOUCAULT, 2006d, p. 119).

Como observamos neste estudo, tal preocupação foucaultiana, se expressa empiricamente nas declarações dos atores entrevistados. O direito ao casamento homoafetivo não representou a aceitação da sociedade, mas uma mudança na interpretação do Direito. Embora tal avanço jurídico tenha sido acolhido e comemorado pela População LGBTQIA+, a luta pela aceitação e respeito ao casamento igualitário deve ser uma pauta constante no Movimento. Afinal, o casamento homoafetivo não deve ser encarado como uma ameaça à sociedade, mas como renovação dos modos de ser família.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A complexa configuração da sociedade contemporânea, sobretudo sua fluidez em relação aos valores, modelos, instituições, gera um enorme desafio para a pretensão de se teorizar e analisar uma de suas instituições fundamentais, aquela que é recoberta pela categoria “família”. No percurso de construção da tese foi possível constatar essa fluidez, tanto por meio dos teóricos consultados quanto da própria realidade pesquisada. Dessa forma, compete ao discurso sociológico desenvolver modelos teóricos capazes de compreender, analisar e interpelar essa realidade em mudança.

A metáfora “casados de papel passado” que dá título à nossa pesquisa, demarca o vetor da nossa análise: as uniões homoafetivas como um indicador das profundas transformações da noção de família no seio da vida contemporânea. Assim, as transformações sofridas pela família nas últimas décadas foram decisivas para que se possibilitasse a realidade do casamento igualitário, pois esta correlação entre a mudança no modelo tradicional de família e a emergência das novas relações parentais, com o conseqüente casamento igualitário é uma das percepções mais importantes assinaladas pela nossa pesquisa.

Um dos objetivos do nosso estudo consistiu em problematizar e desnaturalizar certas visões totalizadoras e consagradas do significado e definição de família. Os dados coletados sugerem que não devemos, diante de configurações sociais tão diversas, continuar refletindo sobre as organizações familiares a partir de padrões e modelos que definem apenas parcelas e contextos sociais bastante específicos. A estabilidade conjugal das uniões homoafetivas, o reconhecimento jurídico, a aceitação social (ainda parcial) e os valores que asseguram a coesão desses casamentos, nos permitem compreender a família contemporânea como uma realidade aberta, repleta de possibilidades de novas reconfigurações, e não como uma totalidade fechada.

As análises aqui apresentadas, embasadas pelos dados empíricos coletados na pesquisa, visaram contribuir com a ampliação do diálogo já existente sobre o tema do casamento igualitário no Brasil, e também provocar um questionamento acerca dos significados, dos conceitos e modelos de família

vigentes em nossa sociedade. Além disso, a pesquisa pretende contribuir com a análise sociológica, em especial com os estudos sobre família e sexualidade.

Através deste estudo, entre outros aspectos, objetivamos analisar se as subjetividades de casais homoafetivos reproduzem ou resistem aos “padrões” de famílias heterossexuais; compreender os processos de construção dos vínculos conjugais em casais homoafetivos; identificar quais mecanismos são acionados na gestão e manutenção dessas parcerias amorosas; bem como depreender como esses casais definem suas relações e qual o seu entendimento acerca do que é família.

Para analisarmos se e o quanto essas novas uniões repetem nas suas vivências os “modelos” heteronormativos, recorreremos à categoria de ‘reprodução’ postulada por Bourdieu que, originalmente para analisar o sistema educacional francês, perpassa suas contribuições teóricas a respeito de outros temas, como em nosso caso, a análise dos modos de ser família na sociedade contemporânea.

Em *A dominação masculina (2010)*, Bourdieu afirma que os princípios androcêntricos, aqueles valores que marcam as relações sociais entre pessoas de sexos distintos, continuam a se reproduzir em relações homoafetivas. Tal afirmação sugere que muitos casais reproduzam certa divisão dos papéis masculino e feminino no interior de suas relações conjugais. Em outras palavras, as observações do sociólogo francês sugerem que, embora constituam relações afetivas, do ponto de vista de sua biologia e socialização mais igualitárias, os casais formados por pessoas do mesmo sexo são levados, na maioria das vezes, a reproduzir certas normas culturais herdadas da tradição, das concepções, e do modelo de família heteronormativa. No entanto, no desenvolvimento da nossa pesquisa, não encontramos dados ou indícios que nos levassem a confirmar essa descrição. Observamos nas práticas sociais, expressas por meio das narrativas dos casais consultados, certa propensão para construir um tipo de vínculo afetivo muito mais próximo da realidade teorizada por Foucault por meio da categoria *cuidado de si*. Com muito esforço, numa luta constante para resistir aos valores e “modelos” heteronormativos, aqueles casais buscam construir uma nova realidade conjugal.

Michel Foucault vislumbra o potencial transformador das relações homoafetivas, pois como podem ser construídas sem ter que se submeter aos padrões heterodominantes, podem estimular a reinvenção dos vínculos conjugais. No trabalho de campo identificamos que os casais homoafetivos podem, efetivamente, conduzir suas relações amorosas segundo outros modelos e valores, centralizando-se na amizade, no cuidado e na invenção das próprias práticas. Compreendemos que essa vivência inovadora pode ser perfeitamente descrita pelas categorias *amizade*, *cuidado de si* e *estetização da existência*, postuladas por Foucault. O desafio de conduzir as suas vivências a partir de práticas desta natureza, habilitam esses casais a não caírem nas armadilhas da reprodução do modelo hegemônico de família, e da constituição de identidades baseadas em preceitos heterodominantes. Para Foucault, na construção dos vínculos afetivos, o mais importante é a própria vivência sem colocar em primeiro plano a necessidade de se adequar a padrões, modelos e definições, elaborando a subjetividade individual a partir da resistência às imposições sociais.

Tomando por base essas interpretações teóricas, procuramos identificar os mecanismos sociais ativados na constituição dessas relações conjugais, quais valores regulam seus comportamentos sociais e produzem suas subjetividades, isto é, procuramos analisar os processos de construção dos vínculos conjugais por casais homoafetivos. Neste sentido, consideramos pertinente perguntar: Como estes casais definem suas relações e qual é seu entendimento a respeito da noção “família”?

Para responder a esse questionamento, preconizamos acessar às subjetividades dos casais consultados por meio de suas narrativas, e assim identificar e compreender os mecanismos responsáveis pela constituição e manutenção dessas conjugalidades. Neste sentido, buscamos na entrevista em profundidade, como técnica de pesquisa qualitativa, a possibilidade de melhor compreender as motivações, crenças, valores e atitudes que orientam as experiências de vida desses casais. A interação face a face entre pesquisador e ator social possibilitou um acesso privilegiado à subjetividade e singularidade desses casais.

A experiência de pesquisa foi desafiadora e gratificante. Os casais depoentes foram solícitos e atenciosos. Se mostraram entusiasmados com o tema da pesquisa, e se dispuseram a contribuir e corresponder às nossas demandas. Essa abertura e disponibilidade representou uma grata surpresa para nós, pois possibilitou, por meio dos sucessivos encontros, que a pesquisa avançasse e fosse eficaz quanto ao facultar acesso à intimidade desses casais, e constatar *in loco* a dinâmica da vida conjugal descrita nesta tese. Assim, de modo muito mais tranquilo do que esperávamos, as narrativas desses casais nos forneceram os elementos decisivos para o desenvolvimento e realização dos objetivos propostos na pesquisa. Além das experiências conosco compartilhadas, consideramos pertinente acrescentar a essas informações, alguns dados quantitativos. Para tanto, tomamos como base os dados do IBGE (2013-2018), a fim de cruzar informações que pudessem verificar e complementar a abordagem do tema em questão.

Importa mencionar que em meio as diversas maneiras de constituir e orientar a afetividade na relação conjugal, e cientes de que não existe uma forma padrão de conjugalidade, seja esta homoafetiva ou não, delimitamos nosso estudo para a apreensão e descrição das experiências conjugais dos casais homoafetivos, guiados por esta convicção da multiplicidade de experiências e narrativas das vivências conjugais, cujos resultados são apresentados nesta pesquisa.

Um dos objetivos da pesquisa consistia em apreender o modo como os casais homoafetivos se definiam, e pudemos constatar nos seus relatos que todos se definem como família. Em algumas narrativas afirmaram que família se define por meio do sentimento que vivenciam e representam, e não pela sua aparência ou configuração. Para esses casais, ser família é estar junto, querer bem e cuidar do outro. Por vezes, declararam sentirem-se um casal “normal”, ou seja, esses casais afirmaram se considerar uma família como outra qualquer, embora reconheçam que enfrentam muito mais dificuldades para seguirem juntos do que, aparentemente, enfrentaria uma família heteronormativa.

A concretização do anseio de poder compartilhar uma vida a dois de acordo com o marco civil legal, tendo amparo no Direito de Família vigente no país, se traduziu em motivo de orgulho e realização para estes casais. Foi esse

o fato que constatamos quando, por exemplo, Ricardo e Cláudio recordaram a experiência do casamento: “[...] Ele (o juiz) nos colocou do lado dele e nos elevou, falou de Direito, falou da Lei, da conquista dos direitos LGBT, da questão da Família [...]. Ficamos altamente envaidecidos, né? Nos sentimos respeitados. Foi um dia especial” (CLÁUDIO, 2019). A forma como o juiz conduziu a celebração, momento que ambos descreveram na entrevista com emoção, demonstrou que o casamento igualitário representa, para esses casais, a materialização do direito à felicidade.

No entanto, muitos casais homoafetivos, embora resguardados pela Resolução do CNJ, que os reconhece de fato e de direito como casais, são vítimas do estigma social. A discriminação contra homossexuais pode ser representada pelos dados empíricos fornecidos pelo *Relatório Mortes Violentas de LGBT+ no Brasil (2019)*, publicado em 2020. O Relatório apontou que em 2019, 329 pessoas foram vítimas fatais de crimes homofóbicos. Esses dados colocam o Brasil como campeão mundial de crimes contra pessoas homossexuais.

Diante das estatísticas de agressão, muitos Estados brasileiros passaram a tomar iniciativas que visam à proteção desse público. Na Paraíba, por exemplo, desde 2009, a *Delegacia de Crimes contra Homofobia* está a serviço da população na capital, João Pessoa. Além disso, a *Lei Estadual Nº 7.309* proíbe a discriminação ou preconceito em virtude de orientação sexual e da identidade de gênero no Estado, desde 10 de janeiro de 2003; levando muitos estabelecimentos públicos e privados a fixarem cartazes informando da existência dessa lei.

Ainda sobre esse tema, todos os casais entrevistados relataram ter suportado alguma forma de preconceito. No entanto, a maturidade dos sujeitos de pesquisa, expressa pela faixa etária dos entrevistados e tempo de convivência conjugal, revelaram uma maneira mais tranquila e ponderada de enfrentar o preconceito e as dificuldades que lhes são impostas de forma recorrente.

Segundo as narrativas cedidas, uma das formas de preconceito é a percepção que muitas pessoas possuem das relações homoafetivas como



provisórias, ocasionais e líquidas, no sentido de Bauman (2004). No entanto, os casais homoafetivos entrevistados procuram mostrar que seu relacionamento é sólido, e que é uma forma legítima e estável de constituir família. Por essa razão, os casais buscam transformar o preconceito de que são vítimas em resistência, reinventando novas formas de experiências conjugais, aquelas que implicam amizade, cuidado e escolhas de vivências, conforme já descrevemos.

Quanto aos mecanismos sociais, isto é, os modos de ação social que servem como ponto de apoio nesses relacionamentos, e se fazem presentes na vivência cotidiana desses casais, observamos a prática da partilha de rotinas domésticas como uma das marcas dessas relações. Os casais consultados, manifestaram priorizar a cooperação e a igualdade na divisão das atividades domésticas, revelando satisfação por ter uma vida partilhada no seio de uma relação conjugal.

Um dos aspectos da vida conjugal que mais gera conflito no interior da vida familiar é a assimetria nas relações de poder. Tal assimetria, como sinaliza Bourdieu (2010a), é perceptível na distribuição de tarefas no cotidiano da vida doméstica. Nos relatos coletados, constatamos que a assimetria de poder é desconstruída. De forma despretensiosa, nossos depoentes falaram da paridade conjugal como uma realidade que se constrói de forma espontânea, que se torna evidente no apoio e acordo mútuo para a realização das tarefas do dia a dia, partilhando rotinas e cooperando para a constituição de uma relação mais igualitária e harmônica. Esses casais revelaram a existência de uma distribuição igualitária das rotinas e a prática da cooperação econômica, indicando uma maior paridade na responsabilidade dos parceiros com a vida cotidiana. Neste sentido, depreendemos que relações que valorizam a negociação construída em pé de igualdade parecem implicar em formas de existências conjugais mais justas, equilibradas e, conseqüentemente, mais satisfatórias para os parceiros.

Nesta perspectiva, verificamos uma diferenciação entre os casamentos igualitários e as relações conjugais realizadas entre pessoas de sexos diferentes. Na grande maioria das relações conjugais heterossexuais, a paridade nas divisões das atividades relacionadas ao lar e a criação dos filhos não é uma constante. De fato, conforme os dados coletados do IBGE (2018b), observamos que no Nordeste, por exemplo, as mulheres se dedicam 80% a mais de horas do

que os homens às atividades domésticas. Embora saibamos que as distribuições dos papéis de gênero não são naturais, no sentido em que elas são construções sociais, observamos que na maioria das relações heterossexuais a sociedade ainda atribui a mulher mais responsabilidades domésticas e competências parentais do que o homem. Tal situação revela que em muitas famílias heterossexuais prevalece uma mínima negociação conjugal, e uma conseqüente sobrecarga de trabalho para as mulheres que, apesar de exercerem a função de donas de casa e mães de família, na maioria dos casos, ainda assumem uma função profissional no mercado de trabalho.

Além da negociação conjugal, os casamentos igualitários, como vimos no decorrer do texto, são apoiados sobre o sentimento de amizade, compreendido como outra característica desses casamentos. Tais relações possuem como base o apoio mútuo, prática fundamental em relações constituídas por meio da cooperação cotidiana e negociação conjugal.

Os casais consultados revelaram que a amizade se constitui como um sentimento mutuamente partilhado, responsável pela estruturação de suas relações. Em diversos relatos os casais revelaram que a amizade funciona como um estímulo para enfrentarem as dificuldades, resistirem às subjetivações sociais e encontrarem forças para combater as diversas formas de preconceito. Assim, vemos, a partir das narrativas dos casais consultados, que, para esses casais, a amizade representa uma forma de relação determinante, um recurso indispensável para a inovação dos seus casamentos. A amizade é, para eles, o elo substancial que alimenta, renova e consolida a união do casal.

Conforme os narradores, em diversas declarações coletadas para esta pesquisa, outro mecanismo social acionado na sua vivência cotidiana e que parece influenciar a gestão e manutenção dessas relações, é a prática do cuidado mútuo. Nas narrativas dos casais, a amizade e o cuidado de si, que implica no cuidado do outro, foram descritas como práticas de resistência à heteronormatividade, como demanda social de ajustamento aos modelos tradicionais de famílias heterossexuais.

Em concordância com as contribuições foucaultianas, ao cuidar de si e do outro, os casais consultados, tornam possível um estilo de vida que explora

novas e diversas formas de vivência social, abrindo perspectivas para uma ética do sujeito baseada na liberdade e resistência à imposição de modelos de comportamento heterônomos. O resultado da resistência desses casais, frente a subjetivação imposta, implica na noção de *estética da existência*, segundo advoga Foucault (2006b). Assim, podemos depreender que através do *cuidado de si* e da vivência da *amizade*, características da intimidade desses casais, torna-se possível estetizar a existência. Além disso, desenvolvendo sua subjetividade conjugal em torno do *cuidado de si* e do outro, esses casais constroem um vínculo conjugal pautado em uma forma criativa e mais igualitária de modos de interação.

Assim, segundo as narrativas apresentadas, os casamentos igualitários são permeados pela *amizade* e *cuidado de si* e do outro como uma ética da existência, mesmo casados de papel passado. Em Foucault (2010), vimos que sua sugestão era de que os casais homoafetivos buscassem muito mais constituir práticas afetivas baseadas no *cuidado de si* do que direcionarem seus esforços para lutar por institucionalizar suas formas de vida. Segundo ele, lutar pelos mesmos direitos conquistados pelo casamento heterossexual seria abrir mão das potencialidades de criatividade intrínsecas nas relações afetivas entre pessoas do mesmo sexo.

Segundo esse autor, os homossexuais resistiriam ao poder invasor das subjetivações impostas pela sociedade ao criar formas de existência diversas e alternativas, que não limitem a sua vivência a oficialização do casamento. No entanto, segundo nossa compreensão, o fato desses casais assumirem publicamente suas uniões e casarem-se no civil, demonstra em si uma forma de resistência aos modelos convencionais de família divulgados e impostos pela sociedade. O que efetivamente almejam é uma segurança jurídica, pois estão inseridos em uma sociedade que vai cobrar deles essa submissão à positividade legal vigente, mas nada impede que possam ir além dessa submissão, que reinventem novas possibilidades como uma utopia particular, sem esperar ou exigir transformações mais amplas na sociedade.

Em sintonia com as declarações dos casais consultados, percebemos que a busca pela oficialização da união representava um anseio intrinsecamente associado à necessidade de se resguardar juridicamente. E, segundo relatado

pelos casais, a regulamentação da união não resultou em formas estéreis de relacionamento. Pelo contrário, a oficialização dessas uniões não limitou nem restringiu as vivências desses casais, pois conforme declararam, eles constroem suas experiências apoiados na amizade, cuidado mútuo, e paridade conjugal. Sobre a oficialização do vínculo conjugal, Carlos apontou: “A questão de oficializar com a união civil foi mais questão de seguridade, de legalidade, mas nas nossas práticas é como se a gente fosse namorado, entendeu? Então o casamento não tornou nossa relação monótona, pelo contrário” (2019). Em concordância com a declaração de Carlos, nos remetemos as representações sociais que o senso comum geralmente constrói sobre a “formalização” das relações afetivas, como sendo algo que conduz ao rotineiro, sem criatividade, repetitivo e fadado ao cansaço. Enquanto que a “informalização” estaria relacionada a fase do namoro e conquista, marcada pelo romance, entusiasmo, novidade e empolgação. Nesse sentido, Carlos declarou que os sentimentos que permeiam essas últimas representações marcam sua união conjugal.

Levando em consideração todos os depoimentos coletados, consideramos que é problemático afirmar que casais homoafetivos correm o risco de reproduzirem padrões de vida heteronormativos, pois a multiplicidade de formas de relação conjugal, mesmo em pessoas de sexos diferentes, é bastante ampla. O que podemos concluir, segundo as narrativas aqui apresentadas, é que casamentos igualitários são pautados pela amizade, cumplicidade, confiança e amor, compreendidos como marcadores do cuidado de si e do outro.

Podemos afirmar que os casamentos igualitários não são contestadores dos casamentos heterossexuais do ponto de vista jurídico ou normativo, pois a cada ano, conforme os dados do IBGE, o número de novos casamentos aumenta consideravelmente, e isso implica dizer que estes casais buscam cada vez mais se igualar em termos dos mesmos direitos e garantias dos casais compostos por pessoas de sexos diferentes. No entanto, estes casamentos são contestadores no sentido de revolucionar o modelo dominante de ser família, enfrentando e resistindo as subjetivações impostas por formas heterodominantes de constituir-se enquanto casal. Assim, tais formas de famílias homoafetivas podem ser compreendidas como novas formas de inventar-se enquanto sujeitos.

Portanto, diante do exposto nesta tese, podemos depreender que os casais homoafetivos consultados constroem suas relações com base em propostas de vida apoiadas no cuidado de si e do outro, na amizade, na igualdade e cooperação na divisão das atividades domésticas. Além disso, o fato de se unirem um ao outro e enfrentarem juntos diversas formas de intolerância, revela uma característica importante desses casamentos: a prática da resistência. Esses casais vivenciam experiências que não são comuns aos casais heterossexuais, pois enquanto não se constituem em conformidade com aquilo que a sociedade heteronormativa geralmente espera, precisam enfrentar dificuldades diárias impostas pela sociedade, pelo motivo de serem homossexuais e construir uma família homoafetiva.

É pertinente destacar que embora os casais homoafetivos busquem a oficialização da união conjugal, este acontecimento jurídico não os livra do estigma social de que são vítimas. Por esta razão, acreditamos que não seja coerente afirmar que esses casais reproduzem formas de vivências conjugais comuns a muitas formas de famílias heterossexuais, pois sabemos que não existe modelo padrão de família heterossexual, e que as demandas entre as diversas formas de constituir-se enquanto família são diferentes. Ademais, os casais homoafetivos entrevistados demonstraram agregar nas suas relações elementos que implicam em formas de vida inovadoras e contestadoras da ordem vigente.

Conforme estes casais testemunharam nos seus relatos, as experiências desconcertantes pelos quais já passaram, e ainda passam, revelam que a sociedade precisa avançar em termos de tolerância e respeito, pois a permissão de regulamentar juridicamente estas formas de união não expressa em si que a sociedade está preparada para conviver e aceitar de forma pacífica e respeitosa a família homoafetiva, por isso a necessidade de refletir cada vez mais sobre o tema.

Vale mencionar que, recentemente, um passo importante para a luta contra o preconceito foi dado e amplamente divulgado na mídia, através da declaração histórica proferida pelo Papa Francisco sobre o apoio à união civil entre casais homoafetivos. Segundo o Papa, os homossexuais têm o direito de terem uma família e defende que leis sejam criadas para protegerem esses

casais que são estigmatizados socialmente. Com sua declaração, o Reformista Papa Francisco tenta evitar a discriminação da Comunidade LGBTQIA+. Tal posicionamento pretende sensibilizar a Igreja Católica para mudanças que ele julga necessárias e pode resultar em conflitos entre conservadores, fundamentalistas e reformistas. Como um líder de projeção mundial, a fala do Papa não fica limitada ao setor interno da Igreja Católica, daí que seu pronunciamento foi saudado por diferentes segmentos da sociedade no mundo inteiro, grupos de direitos humanos, intelectuais progressistas, militantes LGBTQIA+, líderes políticos e cidadãos esclarecidos. A declaração do Papa representa um grande avanço, e nos ensina que as pessoas e sua felicidade são mais importantes que qualquer Regulamento.

Declarações como essa são ainda mais animadoras para a própria Comunidade LGBTQIA+, pois sinalizam que contam com um apoio de peso, como o do Papa, mas, por outro lado, são recebidas como levianas, desrespeitosas e ameaçadoras por parte da parcela conservadora e reacionária da população. Contudo, a declaração do Papa Francisco representa um marco importante para a Igreja Católica e para a sociedade como um todo, e nos convida a refletir sobre as mudanças sociais que avançam sobre o entendimento de uniões estáveis na contemporaneidade.

De um modo geral, as impressões depreendidas através desta pesquisa não devem ser consideradas como totalizadoras, nem podem ser tomadas como verdades universais, mas reconhecê-las como informações que indicam pistas importantes para análise e compreensão das relações conjugais homoafetivas. Além disso, acreditamos que tal estudo pode contribuir com pesquisas futuras que busquem aprofundar investigações sociológicas relacionadas ao tema central deste trabalho.

Concluimos nossa pesquisa esperando que possa ser útil para ampliar os horizontes de reflexão em torno da constituição de formas alternativas de convivência conjugal; para construir novas mentalidades que estejam em sintonia com as redefinições dos modos de pensar sobre a família, bem como motivar movimentos sociais para que não desistam de lutar pelo fim dos preconceitos e discriminações. Aspiramos que nosso trabalho possa contribuir com a expansão do campo de compreensão e atuação que visa modificar

posições sociais discriminatórias e excludentes. Portanto, nosso trabalho de pesquisa e reflexão representa uma modesta contribuição para todos aqueles que não pretendem meramente repetir conceitos, mas utilizá-los como instrumentos de inovação intelectual e intervenção social.

## REFERÊNCIAS

APPADURAI, A. **A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural**. Niterói: EDUFF, 2008.

ARIÉS, P. **História Social da Criança e da Família**. Tradução Dora Flaksman. 2ª ed. - Rio de Janeiro: LTC Editora, 1981.

ARON, R. **As etapas do pensamento sociológico**. Tradução de Sérgio Barth. 7ª ed. – São Paulo: Martins Fontes, 2008. (Coleção Tópicos)

ARRUDA, J. N. C. de; BARBOSA, M. S. O modo de vida gay como estetização da existência. In: **Sexualidade e relações de gênero 2** / Org<sup>a</sup>. Denise Pereira. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. p. 143-155 – (Sexualidade e Relações de Gênero; v. 2). ISBN 978-85-7247-049-0. *E-book*. Disponível em: <https://bit.ly/2zQ4yFb>. Acesso em: 01 de jun. 2020.

BAUMAN, Z. **Amor Líquido: sobre a fragilização dos laços humanos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

BELLONI, M. L. Infância, Mídias e Educação: revisitando o conceito de socialização. In: **Perspectiva**, Florianópolis, v. 25, n. 1, jan./jun. 2007. Disponível em: [file:///D:/Downloads/1629-4613-1-PB%20\(1\).pdf](file:///D:/Downloads/1629-4613-1-PB%20(1).pdf). Acesso em: 05 de maio de 2019.

BENASSE, P. R. **Dicionário Jurídico de Bolso**. 2 ed. Campinas, SP: Bookseller, 2002.

BERMUDA é o primeiro país a revogar o casamento gay. **Terra**. 14 fev. 2018. Mundo. Disponível em: <https://bit.ly/3bWCugp>. Acesso em: 23 de maio de 2020.

BEZERRA, J. Casais Homoafetivos ainda enfrentam preconceitos e dificuldades para viver em AL. **Portal Gazetaweb.com**. Maceió – AL. Geral. 2019. Disponível em: [https://gazetaweb.globo.com/portal/noticia/2019/09/casais-homoafetivos-ainda-enfrentam-preconceitos-e-dificuldades-para-viver-em-al\\_86799.php](https://gazetaweb.globo.com/portal/noticia/2019/09/casais-homoafetivos-ainda-enfrentam-preconceitos-e-dificuldades-para-viver-em-al_86799.php). Acesso em: 31 de ago. 2020.

BIANCHIN, V. Os 10 países mais perigosos para ser gay. **Super Interessante**, São Paulo, 17 de maio de 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2ZuFTk4>. Acesso em: 12/02/2019.

BORTOLETTO, G. E. **LGBTQIA+: identidade e alteridade na comunidade**. 32p. Trabalho de Conclusão de Curso. (Especialização) – Programa de Pós-graduação em Gestão de Produção Cultural, Universidade de São Paulo, USP, 2019. Disponível em: <https://url.gratis/2NuUR>. Acesso em: 14 de jun. 2020.

BOUDON, R.; BOURRICAUD, F. **Dicionário Crítico de Sociologia**. 2ª edição – São Paulo: Ática, 2002.



BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. **A reprodução**. 3.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

BOURDIEU, P. **Esboço de uma teoria da prática**. In: ORTIZ, R. (org.) Pierre Bourdieu: Sociologia. - São Paulo: Ática, 1983.

\_\_\_\_\_. **A Dominação Masculina**; tradução de Maria Helena Kühner. – 8ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010a.

\_\_\_\_\_. **O Poder Simbólico**; tradução Fernando Tomaz – 13ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010b.

BRANDÃO, A. M. Entre a vida vivida e a vida contada: A história de vida como material primário de investigação sociológica. In: **Configurações**, n.º 3, 2007, pp. 83-106.

BRASIL. **PL 1151/1995, de 26 de out. de 1995**. Disciplina a união civil entre pessoas do mesmo sexo e dá outras providências. Diário da Câmara dos Deputados, Brasília, DF, 21 nov. 1995. Disponível em: <https://bit.ly/3eon71L>. Acesso em: 27 de maio de 2020.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 10.406, de 10 de jan. de 2002**. Institui o Código Civil. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 jan. 2002. Disponível em: <https://bit.ly/dMYFt>. Acesso em: 30 jan. 2020.

\_\_\_\_\_. **PDC 234/2011, de 02 de jun. de 2011**. Susta a aplicação do parágrafo único do Art. 3º e o Art. 4º, da Resolução do Conselho Federal de Psicologia nº 1/99 de 23 de março de 1999, que estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da orientação sexual. Disponível em: <https://bit.ly/127cS>. Acesso em: 28 de maio de 2020.

\_\_\_\_\_. Superior Tribunal Federal. **Ação Direta de Inconstitucionalidade**. 4.277 Distrito Federal. 05 de mar. de 2011. Disponível em: <https://bit.ly/3eeorEi>. Acesso em: 23 de maio de 2020.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução nº 175, de 14 de maio de 2013**. Dispõe sobre a habilitação, celebração de casamento civil, ou de conversão de união estável em casamento, entre pessoas do mesmo sexo. 14 de maio de 2013. Disponível em: <https://bit.ly/2zHFr7D>. Acesso em: 11 de out. 2018.

\_\_\_\_\_. **PL 4931/2016, de 06 de abr. de 2016**. Dispõe sobre o direito à modificação da orientação sexual em atenção à Dignidade Humana. Disponível em: <https://bit.ly/sK0nE>. Acesso em: 27 de maio de 2020.

\_\_\_\_\_. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: <https://bit.ly/3goYvbf>. Acesso em: 28 jan. 2017.

BRUSCHINI, M. C. A. **Mulher, casa e família: cotidiano nas camadas médias paulistanas**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, Editora Revista dos Tribunais, 1990.

CARDIN, V.S.G.; MARTINS, I, G; RISSATO, G.M. Do discurso de ódio contra a liberdade sexual de pessoas LGBT. **Revista Pensamento Jurídico** – São Paulo – Vol. 13, Nº 1, jan./jun. 2019. Disponível em: <https://bityli.com/taPRm>. Acesso em: 31 de ago. 2020.

CARNEIRO, A. J. dos S. A Morte da Clínica: Movimento Homossexual e Luta pela despatologização da Homossexualidade no Brasil (1978- 1990). **Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História**, Florianópolis, SC, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/2LOvKXe>. Acesso em: 08/02/2019.

CASTRO, R. de B. *Amor e ódio nas relações 'conjugays'*. In: **Conjugalidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis** / Miriam Pillar Grossi, Anna Paula Uziel e Luiz Mello (orgs.) – Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

CASTRO, E. **Vocabulário de Foucault**. Tradução Ingrid Müller Xavier. Belo horizonte: Autêntica Editora, 2009.

CORRÊA, M. Repensando a Família Patriarcal Brasileira: notas para o estudo das formas de organização familiar no Brasil. In: **Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil**/ Antônio Augusto Arantes [et al.]. – 3.ed. – Campinas: Editora da UNICAMP, 1994.

COSTA, Â. B.; NARDI, H. C. O casamento "homoafetivo" e a política da sexualidade: implicações do afeto como justificativa das uniões de pessoas do mesmo sexo. **Revista Estudos Feministas** [online] 2015, 23 (janeiro - abril): Disponível em: <https://bit.ly/36l9td9>. Acesso em: 10 de outubro de 2018.

DILTHEY, W. **Introdução às Ciências Humanas: tentativa de uma fundamentação para o estudo da sociedade e da história**; tradução [e Prefácio] Marco Antônio Casanova. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

ELIAS, Norbert. **Introdução à Sociologia**; tradução Maria Luiza Ribeiro Ferreira – Lisboa: Edições 70, 2008.

ERIBON, Didier. **Michel Foucault, 1926-1984**; tradução Hildegard Feist. – São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

FARIA, T. Beijo gay de Félix e Niko em “Amor à Vida” reflete o “momento da sociedade”, diz Globo. **Veja**. São Paulo, 1 fev. 2014. Disponível em: <https://bit.ly/2ZKl0da>. Acesso em: 27 de mar. de 2018.

FLORISBAL, C. Casais homoafetivos buscam respeito e aceitação da sociedade. **Portal de Notícias**. São Jerônimo – RS. 2017. Disponível em: <https://bityli.com/C9tAZ> Acesso em: 31 de ago. de 2020.

FONSECA, C. **Parentesco, tecnologia e lei na era do DNA**. – Rio de Janeiro: EDUERJ, 2014.

FOUCAULT, M. **Um diálogo sobre os prazeres do sexo: Nietzsche, Freud e Marx**. São Paulo: Landy, 2005.

\_\_\_\_\_. **Ética, sexualidade e política**. Tradução Inês Autran Dourado. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006a. (Ditos e Escritos V).

\_\_\_\_\_. **Uma estética da existência**. In: *Ética, Sexualidade e Política*; tradução Elisa Monteiro, Inês Autran Dourado Barbosa. – 2. Ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006b. p. 288-293. (Ditos e Escritos; V).

\_\_\_\_\_. **A ética do cuidado de si como prática da liberdade**. In: *Ética, Sexualidade e Política*; tradução Elisa Monteiro, Inês Autran Dourado Barbosa. – 2. Ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006c. p. 264-287. (Ditos e Escritos; V)

\_\_\_\_\_. **O triunfo social do prazer sexual: uma conversa com Michel Foucault**. In: *Ética, sexualidade e política*; Tradução Inês Autran Dourado. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006d. (Ditos e Escritos V).

\_\_\_\_\_. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007a.

\_\_\_\_\_. **História da sexualidade II: O uso dos prazeres**. Tradução de Maria Thereza da costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007b.

\_\_\_\_\_. **História da sexualidade III: O cuidado de si**. Tradução de Maria Thereza da costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007c.

\_\_\_\_\_. **Da Amizade como modo de Vida**. In: *Repensar a política*. Tradução Ana Lúcia Paranhos Pessoa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. (Ditos e Escritos VI).

\_\_\_\_\_. **Michel Foucault, uma entrevista: sexo, poder e a política de identidade**. In: *Genealogia da ética, subjetividade e sexualidade*; tradução Abner Chiquieri. – Rio de Janeiro: Forense Universitário, 2014a. (Ditos e Escritos; IX).

\_\_\_\_\_. **Escolha sexual, ato sexual**. In: *Genealogia da ética, subjetividade e sexualidade*; tradução Abner Chiquieri. – Rio de Janeiro: Forense Universitário, 2014b. (Ditos e Escritos; IX).

\_\_\_\_\_. **Entrevista com Michel Foucault**. In: *Genealogia da ética, subjetividade e sexualidade*; tradução Abner Chiquieri. – Rio de Janeiro: Forense Universitário, 2014c. (Ditos e Escritos; IX).

\_\_\_\_\_. **Microfísica do poder**. – 7ª ed. – Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018.

\_\_\_\_\_. **História da Sexualidade IV: As confissões da carne**; tradução Heliana de Barros Conde Rodrigues, Vera Portocarrero. – 1ª ed. – São Paulo: Paz e Terra, 2020.

FREYRE, G. **Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano**. – 15ª ed. Ver. – São Paulo: Global, 2004.

\_\_\_\_\_. **Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal** – 51ª ed. rev. – São Paulo: Global, 2006.

GARONCE, L. Casamento gay no Brasil completa 4 anos de regulamentação; leia histórias. **G1**. Distrito Federal, 14 maio 2017. Disponível em: <https://glo.bo/3c5Kf3z>. Acesso em: 09 de mar. 2019.

GEERTZ, C. **A interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GIDDENS, A. **As consequências da Modernidade**; tradução Raul Fiker. – São Paulo: Editora UNESP, 1991.

\_\_\_\_\_. **A transformação da intimidade: Sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas**; tradução de Magda Lopes. – São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

\_\_\_\_\_. **Modernidade e Identidade**; tradução de Plínio Dentzien. – Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

\_\_\_\_\_. **A constituição da sociedade**. – 2ª ed. – São Paulo: Martins Fontes, 2003.

\_\_\_\_\_. **Sociologia**. – 6. ed. – Porto Alegre: Penso, 2012.

\_\_\_\_\_. **Conceitos essenciais da Sociologia** / Anthony Giddens, Philip W. Sutton; tradução Claudia Freire. – 1. ed. – São Paulo: Editora Unesp, 2016.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2018.

GOVERNO precisa de diálogo com a base que o elegeu. **Carta Capital**. 23 de mar. de 2015a. Política. Disponível em: <https://bit.ly/2AaNrOi>. Acesso em: 27 de maio de 2020.

GROSSI, M.; UZIEL, A. P.; MELLO, L. **Conjugalidades, parentalidades e identidades gays, lésbicas e travestis**. – Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

GUIMARÃES, C. D. **O homossexual visto por entendidos**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

HITA, M. G. A família em Parsons: pontos, contrapontos e modelos alternativos. **Revista antropológicas**, ano 9, volume 16(1): 109-148 (2005).

HOLANDA, M. Marina chama de “afrota” fala de Mourão sobre famílias sem pais e avôs. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 17 de set. de 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2ypzMSO>. Acesso em: 19 de maio de 2020.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatísticas do Registro Civil: 2013**, Rio de Janeiro, v. 40, p.1- 212, 2013. ISSN 0101-2207.

\_\_\_\_\_. **Estatísticas do Registro Civil: 2014**, Rio de Janeiro, v. 41, p.1- 82, 2014. ISSN 0101-2207.

\_\_\_\_\_. **Estatísticas do Registro Civil: 2015**, Rio de Janeiro, v. 42, p.1- 60, 2015. ISSN 0101-2207

\_\_\_\_\_. **Estatísticas do Registro Civil: 2016**. 2017. ISSN 0101-2207. Disponível em: <https://bit.ly/36qimls>. Acesso em: 22 de maio de 2020.

\_\_\_\_\_. **Estatísticas do Registro Civil: 2017**. 2018. ISSN 0101-2207. Disponível em: <https://bit.ly/3eeaEO9>. Acesso em: 23 de maio de 2020.

\_\_\_\_\_. **Estatísticas do Registro Civil: 2018**. 2019. ISSN 0101-2207. 2018a. Disponível em: <https://bit.ly/36nbQw2>. Acesso em: 23 de maio de 2020.

\_\_\_\_\_. **Estatísticas de Gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil**. ISSN 978-85-240-4448-9. 2018b. Disponível em: <https://cutt.ly/NfrOnTN>. Acesso em 19 de jun. 2020.

\_\_\_\_\_. **População estimada: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Estimativas da população residente com data de referência 1º de julho de 2020**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/princesa-isabel/panorama>. Acesso em 15 de agosto de 2020.

IPEA; FBSP. **Atlas da Violência: 2019**. Org.: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019.

IZQUIERDO, J. **Meninos não choram: a formação do *habitus* guerreiro nas FARC-EP**. - Fortaleza: Edições UFC, 2008.

JOHNSON, Allan G. **Dicionário de Sociologia: guia prático da linguagem sociológica**; tradução, Ruy Jungmann – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

LAHIRE, Bernard. **O homem plural: as molas da ação**. Lisboa: Instituto Piaget, 2003.

\_\_\_\_\_. **Patrimônios individuais e disposições: para uma sociologia à escala individual**. In: Sociologia, problemas e práticas, nº 49, 2005, p. 11-42.

LAKATOS, E. M; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 8ª. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LUHMANN, N. **O amor como paixão: para a codificação da intimidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

MANTOVANI, F. Relação homossexual é crime em 71 países; 7 preveem pena de morte. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 6. set. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2LO7aG3>. Acesso em: 12/02/2019.

MATEUS, S. O indivíduo pensado como forma de individuação. In: **Estudos em Comunicação** nº 10, 2011, p. 93-106.

MELLO, L. **Novas Famílias: Conjugalidade homossexual no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005a.

\_\_\_\_\_. **Outras famílias: A construção social da conjugalidade homossexual no Brasil**. In: Cadernos Pagu (24), janeiro-junho de 2005b, pp.197-225.

MENA, Fernanda. Leis não são suficientes para eliminar preconceito contra LGBT's, diz ativista. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 27 jun. 2018. Disponível em: <https://bityli.com/qYCwy>. Acesso em: 05/05/2020.

MILLS, C. W. **A imaginação sociológica**. Rio de Janeiro, Zahar, 1965.

MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOTA, E. Silas Malafaia é acionado na justiça por transfobia contra Thammy Miranda. **UOL**. São Paulo, 30 jul. 2020. Congresso em foco. Disponível em: <https://bityli.com/5t6Oh>. Acesso em: 26 de ago. de 2020.

MOURA, J. 7 conquistas – e um grande desafio – dos LGBT nos últimos 20 anos. **Veja**, 16 jun. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2AaYkj0>. Acesso em: 30 de maio de 2020.

MOURÃO diz que família sem pai ou avô é fábrica de elementos desajustados. **Exame**, São Paulo, 17 de set. de 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3e8g512>. Acesso em: 19 de maio de 2020.

NÃO julgue avós e mães por seu conceito medíocre', diz Lula a Mourão. **Carta Capital**, São Paulo, 19 de set. de 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2Xn9fhj>. Acesso em: 19 de maio de 2020.

NÓS saímos do armário e os conservadores também. **Carta Capital**. São Paulo, 31 de mar. de 2015b. Sociedade. Disponível em: <https://bit.ly/2XF7U5E>. Acesso em: 30 de maio de 2020.

NOTA de esclarecimento sobre concessão de bolsas de mestrado e doutorado no país. **CNPq**. Disponível em: <https://bit.ly/2A13mhU>. Acesso em: 06/05/2020.

OLIVEIRA, J. M. D; MOTT, L (org.). **Mortes violentas de LGBTQ+ no Brasil – 2019**: Relatório do Grupo Gay da Bahia – 1. ed. – Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2020.

ORTEGA, F. **Amizade e estética da existência em Foucault**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

PAIVA, A. C. S. **Reserva e Invisibilidade: A construção da homocunjugalidade numa perspectiva micropolítica**. In: Grossi, Miriam; Uziel, Ana Paula; Mello Luiz (Orgs). *Conjugalidades, Parentalidades e Identidades Lésbicas, Gays e Travestis*. – Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

\_\_\_\_\_. **Reservados e invisíveis: o ethos íntimo das parcerias homoeróticas**. São Paulo: Pontes, 2007, 368 p.

PARSONS, T. The American Family: Its relations to Personality and to the Social Structure. In: PARSONS, T.; BALLEES, R. F. **Family, Socialization and Interaction Process**. British: Routledge, 1998.

PEREIRA, C. F. **Notas sobre a trajetória das políticas públicas de direitos humanos LGBTQ no Brasil**. In: RIDH / Bauru, v.4, n.1, p. 115-137, jan./jun. 2016.

PERET, E. Casamento homoafetivo: amor, visibilidade e cidadania. **Revista Retratos**, 19 jan. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2ATJduJ>. Acesso em: 29/10/2019.

PRADO, C; CUNHA, S. Casais homoafetivos que adotaram filhos contam como lidam com o preconceito. **UOL**. São Paulo – SP. Diversidade. 2018. Disponível em: <https://bitly.com/yhpSs>. Acesso em: 31 de ago. 2020.

QUEIRÓZ, M. ISAURA P. Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. In: SIMSON, Von.; M. Olga. **Experimentos com Histórias de Vida** (Itália-Brasil). São Paulo: Vértice, 1988.

REIS, T. (org.). **Manual de Comunicação LGBTQ+**. Curitiba: Aliança Nacional LGBTQ / Gay Latino, 2018. ISBN: 978-85-66278-11-8

RIOS, R. R. **Unões Homossexuais: adaptar-se ao direito de família ou transformá-lo? Por uma nova modalidade de comunidade familiar**. In: Grossi, Miriam; Uziel, Ana Paula; Mello Luiz (Orgs). *Conjugalidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis*. – Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

SCHECHNER, R. **O que é performance?** In: *Performance studies: an introduction*, second edition. New York & London: Routledge, 2006. p. 28-51.

SCHÜTZE, F. (2014). Análise sociológica e linguística de narrativas. **Civitas - Revista De Ciências Sociais**, 14(2), e11-e52. <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2014.2.17117>. Acesso em: 30 jun. 2019.

SERRA, Y. Thammy Miranda compartilha detalhes da transição de gênero e fala sobre a expectativa para a chegada do filho. **UOL**. São Paulo – SP. 11 de ago. 2019. Família. Disponível em: <https://bityli.com/Q8Vpa>. Acesso em: 31 de ago. 2020.

SILVA, J. R. P. **Vontade de família: uma etnografia sobre a conjugalidade homoafetiva**. 346p. Tese. (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014. Disponível em: <https://bit.ly/2U0vVmP>. Acesso em: 01 de jun. 2020.

SIMMEL, G. **Questões fundamentais da sociologia**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2006.

TAIWAN se torna o 1º país da Ásia a legalizar casamento entre pessoas do mesmo sexo. **G1**. 17 de maio de 2019. Disponível em: <https://glo.bo/2LTmgh>. Acesso em: 22 de maio de 2020.

TARDUCCI, M. O Senhor nos libertou: gênero, família e fundamentalismo. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, N. 3, p. 143-163, 2007. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1726>. Acesso em: 6 jun. 2020.

THERBORN, G. **Sexo e poder: a família no mundo, 1900-2000**; tradução Elisabete Dória Bilac. – São Paulo: Contexto, 2006.

TOURAINÉ, A. **Um novo Paradigma para compreender o mundo hoje**. 3ª Ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2006.

\_\_\_\_\_. **Pensar Outramente: o discurso interpretativo dominante**. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

TUMA, R. L.; MAIA, C. E. S. Casamento homossexual: legalização e ritual. **Espaço e Cultura**, UERJ, RJ, N. 38, JUL/DEZ de 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/espacoecultura.2015.29074>. Acesso em: 10 de out de 2018.

VEJA marcas que já lançaram propagandas com casais gays. **G1**. São Paulo, 03 jun. 2015. Disponível em: <https://glo.bo/2M6erkE>. Acesso em: 09 de mar. 2019.

VELHO, G. (org.). **Desvio e Divergência: uma crítica da patologia social**. 5ª ed. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

VENANCIO, A. T. A. O debate legislativo carioca sobre a “mudança da homossexualidade”: ciência, política e religião. In: **Revista Latinoamericana: Sexualidad, Salud y Sociedad**. ISSN 1984-6487/ n. 26 - ago. / 2017 - pp.103-125. Disponível em: <https://bit.ly/3eDt1fv>. Acesso em: 05 de maio de 2019.



VESPA, T. Ameaçados, casais gays escondem o afeto. **UOL**. São Paulo – SP. Diversidade. 2018. Disponível em: <https://bityli.com/jnONU> Acesso em: 31 de ago. de 2020.

VEYNE, P. **Foucault: seu pensamento, sua pessoa**. Tradução Marcelo Jacques de Moraes. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

VIEIRA, J. L.; KORTE, J.; IMERCIO, A. O primeiro caso de divórcio gay no Brasil. **Época**, 24 mar. 2015. Vida. Disponível em: <https://glo.bo/36FNrlk>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2020.

WATIER, P. **Uma Introdução à Sociologia compreensiva**; tradução de Débora Castro Barros – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

WEBER, M. **A objetividade do conhecimento nas Ciências e Políticas Sociais**. In: Ensaio sobre a teoria das Ciências Sociais; tradução de Rubens Eduardo Frias – São paulo: Centauro, 2003.

\_\_\_\_\_. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**; tradução José Marcos Mariani de Macedo; revisão técnica, edição de texto, apresentação, glossário, correspondência vocabular e índice remissivo Antônio Flávio Pierucci. — São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

10% dos brasileiros são LGBTI, mas estão sub-representados na política. **Brasil de Fato**. São Paulo. 19 de jun. de 2017. Diversidade. Disponível em: [encurtador.com.br/bcfzA](http://encurtador.com.br/bcfzA). Acesso em: 12 de maio de 2020.

